

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

**ALINE SILVA DE ANDRADE**

**JOVENS URBANOS:**  
**ESTUDO DE CASO DE UM PROGRAMA SOCIAL PARA JOVENS**  
**MORADORES DA METRÓPOLE PAULISTANA**

**São Paulo**  
**2014**

**ALINE SILVA DE ANDRADE**

**JOVENS URBANOS:**

**ESTUDO DE CASO DE UM PROGRAMA SOCIAL PARA JOVENS**

**MORADORES DA METRÓPOLE PAULISTANA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação *stricto sensu* em Sociologia da Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

**Linha de pesquisa:** Sociologia da Educação

**Orientadora:** Profa. Dra. Flávia Inês Schilling

**São Paulo**  
**2014**

Aline Silva de Andrade

Jovens Urbanos: estudo de caso de um programa social para jovens moradores da metrópole paulistana

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação *stricto sensu* em Sociologia da Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Sociologia da Educação

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Flávia Inês Schilling

Instituição: Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo (USP)

Assinatura: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Marília Pontes Sposito

Instituição: Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo (USP)

Assinatura: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Helena Singer

Instituição: Núcleo de Psicopatologia, Políticas Públicas de Saúde Mental e Ações Comunicativas em Saúde Pública (NUPSI), USP, e Associação Cidade Escola Aprendiz

Assinatura: \_\_\_\_\_

A Léa, minha mãe

Tudo aqui tem você, nessa defesa do mundo e da dignidade humana, e nessa minha insistência pueril em ser feliz – cada parte desse sonho guarda a sua nossa lembrança. Foi com você e por você que aprendi a mais importante lição: a morte, em parença com a borboleta, é só o começo de uma outra coisa; e, ao começar nos farei, mais e mais uma vez, continuar.

*(in memoriam)*

## AGRADECIMENTOS

*Sempre se trabalha em vários, mesmo quando não se vê,  
ainda mais quando é visível.*

Deleuze, *Conversações*

Flavia, amável orientadora, obrigada por me oferecer a sua atenção, seu rigor delicado e sua confiança.

Jovens, coordenadores das organizações sociais e todos os entrevistados que doaram tempo e memórias, agradeço pela generosidade do diálogo.

Maju, Shê, Daniel Carvalho, Gleice Guerra, Valquiria Fagundes, Helena Faro – amigos raros – sou grata a cada um pela companhia e parceria no pensamento e na vida; creio profundamente que sem amizade nenhuma obra seria possível.

Deise e Angela, irmãs queridas, obrigada por me fazerem acreditar que tenho algo ao qual pertencer e por pertencer, me salvarem da solidão e do desamparo; sem vocês me perderia de mim mesma.

Carlos, meu homem, obrigada pelo silêncio quando precisei de quietude e por sua discreta e carinhosa escolta (caso sucumbisse ou apenas precisasse de uma xícara de café...) em todos os momentos e, inclusive nesse, de tantos esforços dedicados a dissertar.

Pedro, meu filho, agradeço a cumplicidade no amor às palavras e o abraço de cada dia, é você que abençoa o meu presente e que acende meu porvir.

Antenor, meu lindo pai, irei sempre me espelhar em seu exemplo de alegria e superação, obrigada por nunca desistir de sorrir.

*Disse:*

*- É tudo inútil, se o último porto só pode ser a cidade infernal, que está lá no fundo, e que nos suga num vórtice cada vez mais estreito.*

*E Polo:*

*- O inferno dos vivos não é algo que será; se existe é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço.*

Italo Calvino, “As Cidades Invisíveis”

## RESUMO

O presente estudo oferece algumas pistas para a compreensão das atuais implicações entre juventude, cidade e políticas sociais por meio do estudo de caso de um programa social denominado Jovens Urbanos. Registram-se possíveis sentidos das ações públicas dirigidas a jovens pobres moradores das periferias urbanas e as possibilidades que essas ações são capazes de provocar e convergir para a garantia do direito à cidade. Contribui com o debate sobre a gestão de projetos e políticas sociais, exclusão socioespacial e seus impactos nos modos de vida juvenis e com estudos voltados a repensar modelos e metodologias de educação de jovens, assumindo a potência da cidade como espaço formativo. A metodologia proposta pelo Jovens Urbanos é marcadamente influenciada por teses contemporâneas que se debruçam sobre os efeitos da modernidade – ou da pós-modernidade – nos modos de pensar e agir atuais. O estudo é qualitativo e utilizou entrevistas como principal ferramenta de coleta de dados, das quais decorrem descrições de experiências de jovens egressos e de atores implicados na gestão da terceira edição do programa, realizada de 2007 a 2008, nos distritos de Grajaú e Lajeado. A interação entre uma fundação vinculada a um banco, organizações sociais locais, governos municipal e estadual e outras empresas públicas e privadas, promovida pelo Jovens Urbanos, anunciou desconfianças e esperanças. É analisado o poder de contribuição que essa rede articulada teria no enfrentamento dos desafios das cidades e da juventude, partindo da compreensão de que a crise das cidades transcenderia os indicadores de pobreza e caos urbano, tratando-se, também, de uma crise política. Os indicadores de vulnerabilidade social, utilizados como critérios de medida para escolher os territórios de intervenção, são problematizados, revelando limites e alcances do programa. No tocante aos principais resultados da pesquisa, pode-se afirmar a primazia da cultura em relação à geografia: no Jovens Urbanos, a circulação e o acesso dos jovens aos espaços, artefatos e recursos da cidade – seus principais objetivos – estiveram colocados em função da ampliação do campo cultural e relacional dos jovens, não obstante o reconhecimento de que os jovens guardam, atualmente, maneiras distintas de sociabilidade e uso do espaço urbano, contestando teses de um possível confinamento socioespacial ao qual estariam submetidos. Ao optar pela cultura, o Jovens Urbanos opera um importante deslocamento: deixa de lado parques conteúdos de preparo para o mercado de trabalho, amiúde dirigidos a jovens pobres, em prol da exploração, experimentação e produção de diferentes aportes culturais na cidade como sua grande diretriz. A participação no Jovens Urbanos configurou-se, para os atores envolvidos, uma experiência formativa, com rebatimentos (em diferentes medidas e significados) em suas opções de vida, sejam relativas a estudos, trabalho, relacionamento com as cidades ou com outros grupos e territórios de pertença, sejam consigo mesmos. A superação da invisibilidade, por exemplo, figura nas narrativas dos jovens como a possibilidade de olhar e também ser visto, reconhecido, valorizado por seus pares, educadores e outros diferentes atores “não-nativos” presentes na cidade.

**Palavras-chave:** Jovens. Periferia (São Paulo). Política social. Vulnerabilidade (Sociedade). Marginalidade social. Mobilidade social. Pós-modernidade.

## ABSTRACT

This study offers some clues to understand the current implications amid youth, city and social policies through a case study of a social program called Urban Youths. The study focus in possible meanings of public actions targeting poor young residents of urban suburb area and the possibilities opened by these actions to converge in guarantees of the right to the city. This research expects to contribute to the debate on the management of projects and social policies, socio-exclusion and its impact in ways of youth life, and with studies aiming to rethink models and methodologies of youth education, assuming the power of the city as a formative space. Methodology proposed by Urban Youths is markedly influenced by contemporary theories focused on the effects of modernity – or postmodernity – in the ways of thinking and acting today. The study is qualitative and used interviews as main tool for data collection, from which derive descriptions of the experiences of both the young people enrolled in the program and the players involved in its management. The edition studied is the third one, conducted from 2007 to 2008, in Grajaú and Lajeado (São Paulo city) districts, promoted by a bank's foundation, local social organizations, municipal and state governments and other public and private companies, which interactions raised mistrust and hopes. The power of contribution of this articulated network was analyzed for meeting challenges of cities and youth, based on the understanding that the crisis of the cities transcend poverty indicators and urban chaos, also being a political crisis. The social vulnerability indicators used by Urban Youths as measurement criteria to choose areas of intervention are assessed, revealing the limits and scope of the program. Regarding the main search results, it is possible to state the primacy of culture over the geography: at Urban Youths, the access of young people to spaces, artifacts and resources of the city – its main objectives – were placed according to the expansion of cultural and relational field of youngsters, despite the recognition that the young guard, nowadays, different ways of sociability and urban space usage. This challenges the thesis of a possible socio-territorial confinement to which they would be subjected. Making an option for the culture, the Urban Youths takes a major shift: leaves aside meager contents of labor market preparation – usually the objective of programs for poor youth – for the sake of exploration, experimentation and production of different cultural contributions in the city. Participation in Urban Youth was, for involved players, a formative experience, with repercussions (in different dimensions and meanings) in their life choices, as related to studies, work, and relationship with the city or with other groups of belonging, as to themselves. Overcoming invisibility, for example, takes place in the narratives of young people as the possibility of looking and being seen, recognized, valued by their peers, educators and various other "non-native" players in the city.

**Keywords:** Youngsters. Urban suburbs (São Paulo). Social policies. Vulnerability (society). Social mobility. Postmodernity.



## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Experimentações realizadas pelos assessores em relação aos territórios tecnológicos .....	21
Quadro 2 – Experimentações realizadas pelos parceiros tecnológicos em relação aos territórios tecnológicos .....	21

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AIDS	Síndrome da imunodeficiência adquirida
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CASA	Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
CAT	Centro de Apoio ao Trabalho
CEDEC	Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
CENPEC	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CEU	Centros Educacionais Unificados
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CPC	Centro de Preservação Cultural
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESPRO	Ensino Social Profissionalizante
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor
FMI	Fundo Monetário Internacional
HIV	Vírus da imunodeficiência humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
ISA	Instituto Socioambiental
IVJ	Índice de Vulnerabilidade Juvenil
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
NAU	Núcleo de Antropologia Urbana
ONG	Organização não-governamental
Projovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SEDS	Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMTrab	Secretaria Municipal de Trabalho
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo
VAI	Valorização de Iniciativas Culturais

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 OLHARES SOBRE O PROGRAMA JOVENS URBANOS .....	16
1.1 Processo de formação dos jovens .....	23
1.2 Projetos de intervenção dos jovens .....	28
1.3 A questão do trabalho .....	29
2 OLHARES SOBRE AS REFERÊNCIAS.....	31
2.1 O enfoque da vulnerabilidade social .....	32
2.2 Cidade: realidades urbanas em mutação .....	39
2.3 Inspirações pós-modernas .....	43
2.4 De perto e de dentro: a perspectiva da antropologia urbana .....	53
2.5 Em defesa do pluralismo analítico .....	56
3 OLHARES E LUGAR DA JUVENTUDE .....	59
3.1 Olhares sobre o jovem .....	60
3.2 Tensões entre o político, o social e o espaço público .....	70
3.3 Nossa responsabilidade pelo mundo .....	76
4 O DESAFIO DE APROXIMAR A CIDADE DELA MESMA.....	78
4.1 Primeira camada: olhares institucionais, olhares da gestão .....	82
4.2 Segunda camada: olhares dos jovens .....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESEJOS DE CIDADE .....	135
REFERÊNCIAS .....	145
APÊNDICES .....	154

## INTRODUÇÃO

O interesse pela juventude contemporânea e pelo tema da cidade surgiu, especialmente, do meu percurso profissional, interesse mobilizado também pela trajetória de vida como jovem habitante da cidade de São Paulo. Desta feita, o desejo de dialogar com os jovens que inscrevem seus caminhos nos territórios da cidade tem me acompanhado.

Durante alguns anos (2004 a 2010) trabalhei no programa Jovens Urbanos – um projeto social coordenado pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), organização não-governamental (ONG) que atua na área da educação pública brasileira. Atuei em várias frentes: da formação de educadores e gestores sociais que trabalham com jovens a estudos e elaboração de textos sobre juventudes urbanas.

De algum modo, talvez porque eu tenha participado ativamente da idealização do programa Jovens Urbanos, de um momento bastante fértil e motivador de discussões e estudos sobre a juventude e sobre a cidade, eu tenha que reconhecer um apego afetivo por ele. O tempo passou, eu pude vivenciar muitas outras experiências relacionadas à responsabilidade social, sejam de ONG, empresas e/ ou governos. Retorno agora, com o olhar renovado. Mas assumo que, em algum lugar da memória, arqueei minha aposta no programa. E por continuar a acreditar é que comecei, também, a desconfiar dele, e a me perguntar: será? Como chegamos a isso? Por quê? Aonde chegamos? E o que os jovens me diriam sobre tudo isso?

No processo de criação e também durante a execução do programa Jovens Urbanos, acompanhei a construção de um arcabouço de afirmações e proposições a respeito dos jovens da cidade, especialmente daqueles moradores das chamadas periferias. Esse arcabouço pretendia justificar investimentos de diversas ordens – financeiros, políticos, técnicos – realizados por diferentes atores – fundação empresarial, associações comunitárias locais, ONG, poder público municipal e estadual, empresas privadas – na juventude e na ampliação de suas capacidades e possibilidades de acessos aos espaços, artefatos e recursos presentes nas cidades, afirmando o proclamado “direito à cidade”.

Cabe, no escopo da pesquisa que se apresenta, indagar: quais são os enunciados que sustentam e legitimam esses investimentos? Que tipos de saberes e que arranjos de poder põem em funcionamento modos específicos de conceber, explicar e governar os jovens (não todos, não os jovens em sua totalidade abstrata, mas aqueles que conformam o quadro de referências das ditas vulnerabilidades sociais)?

Dispomos da afirmação que o poder não se dá, não se troca, nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo, relações de força (FOUCAULT, 1992, p. 175).

Tal compreensão relacional de poder aponta no sentido de, para usar uma expressão propositalmente redundante, “conduzir as condutas”: de si mesmo – do próprio corpo, suas atitudes, gestos, comportamentos, vontades etc. e dos outros.

Nesse sentido, então, o poder diz respeito menos ao enfrentamento e afrontamento entre adversários do que ao governo de si e dos outros (VEIGA-NETO, 2005, p. 148).

Pelo caminho inspirador das teorizações foucaultianas há outras pistas, também valiosas para este trabalho. Vera Telles, pesquisadora que se debruça sobre as trajetórias urbanas das novas gerações como via de entrada para a descrição desse mundo social redefinido, afirma que as diferenças entre as gerações têm hoje a distinção histórica de coincidir com mudanças significativas no mundo do trabalho e nas dinâmicas urbanas (TELLES, 2006).

Desse modo, compreendendo que em torno das figuras dos mais jovens entrelaçam-se as linhas do mundo social que vem se transformando, esta pesquisa objetivou descrever os sentidos das práticas públicas dirigidas aos jovens na contemporaneidade e as possibilidades e bloqueios que tais práticas fazem provocar e convergir no acesso e usufruto dos espaços, artefatos e recursos da cidade.

A primeira edição do Jovens Urbanos foi implementada entre 2004 e 2005 na cidade de São Paulo, nos distritos de Brasilândia (Zona Norte) e Campo Limpo (Zona Sul). Entre 2006 e 2007 foi desenvolvido na cidade do Rio de Janeiro, nos distritos de Santa Cruz (Zona Oeste) e nos distritos de Manguinhos e Jacarezinho (Zona Norte). Em São Paulo, realizou sua terceira edição de 2007 a 2008, nos distritos de Lajeado (Zona Leste) e Grajaú (Zona Sul).

Em 2014, após completar 10 anos de existência, o programa está implantando a nona edição, a ser executada por 10 instituições em Brasilândia, Capão Redondo e distritos vizinhos, pela segunda vez em Minas Gerais<sup>1</sup> (trabalho de assessoria) e no município de Serra (ES) – nesse último, o programa se realiza, de modo geral, com o mesmo desenho das edições feitas em São Paulo.

---

<sup>1</sup>“De abril a novembro, o programa Jovens Urbanos oferecerá formação para 40 gestores e técnicos da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais que atuam em programas e projetos voltados à juventude. Essa iniciativa faz parte do Termo de Cooperação Técnica assinado em 2013 entre a Fundação Itaú Social e a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais [...] os profissionais da educação têm acesso à tecnologia do Jovens Urbanos, que começou a ser disseminada em 2011, por meio de um projeto piloto com o Poupança Jovem, realizado em Pouso Alegre (MG) [...] nove municípios mineiros são atendidos [...]. A ideia é que esses profissionais possam aprimorar sua atuação, tendo em vista o desenvolvimento integral dos estudantes. Participam representantes técnicos dos programas Reinventando o Ensino Médio, Processo Estratégico Poupança Jovem, programa de Educação Profissional – PEP, Professor da Família, programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e técnicos de temáticas especiais de ensino que atuam nas escolas indígenas e quilombolas do estado. Os participantes atuarão, posteriormente, como multiplicadores do conhecimento dentro da rede educacional mineira” (EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO, 2014).

A primeira edição foi experimental, a segunda realizou importantes modificações decorrentes da avaliação da primeira: a faixa etária dos jovens se alterou (restringindo a idade até 21 anos) e o valor da bolsa se ampliou (benefícios públicos via programas de transferência de renda). Logo, a segunda edição, ainda que com certa maturidade, ainda se configurava como parte de uma experiência em teste. A partir da segunda edição e somando-se os erros e acertos decorrentes da experiência do programa no Rio de Janeiro, a terceira edição consolidou a estrutura fundante: os referenciais teóricos e técnicos, as premissas, objetivos e proposições do Jovens Urbanos, estrutura que orientará suas demais edições.

Como não interessa avaliar o programa e sim os desdobramentos de suas ações, serão focalizadas as produções relativas à terceira edição do programa em São Paulo. Foi concomitante e referendado pela experiência da terceira edição que o Jovens Urbanos lançou duas significativas publicações que este trabalho usa como material de pesquisa e do qual decorrem as informações a respeito do programa, em 2008: “Jovens Urbanos: sistematização de uma metodologia” (SANTOS et al., 2008) e “Juventudes urbanas”<sup>2</sup> (GUARÁ, 2008), tendo eu participado da equipe de elaboração. Um texto interno, não publicado, produzido para o acervo de memória técnica da biblioteca do CENPEC, também compõe o conjunto de materiais analisados<sup>3</sup>.

Sendo a cidade de São Paulo o recorte empírico deste trabalho, materiais referentes à experiência realizada na cidade do Rio de Janeiro não integrarão a pesquisa. Vale destacar que o programa sofreu significativas modificações para adequar-se à realidade carioca, o que demandaria esforços de investigação e análises muito diferentes em relação à experiência paulista, tornando a pesquisa demasiado complexa e praticamente inviável no contorno de tempo e recursos disponíveis.

Segundo o documento de memória técnica do programa, disponível no acervo da biblioteca do CENPEC (2008, s. p.), os seguintes diferenciais marcam sua criação:

- iniciativa da Fundação Itaú Social na articulação com Secretarias de Estado (âmbitos municipal, estadual e federal) e ONG locais que atuam com jovens;
- opção pelas juventudes das grandes cidades afetadas por condições de vulnerabilidade;
- participação do jovem na transformação da realidade local, por meio de projetos coletivos desenhados, implementados, executados e avaliados por eles em suas comunidades, utilizando tecnologias apropriadas;

---

<sup>2</sup> “Cadernos CENPEC: Juventudes Urbanas”, publicado no primeiro semestre de 2008, é o texto que apresenta de forma mais contundente as referências conceituais que sustentam os objetivos e escolhas metodológicas. Trata-se de uma publicação que organiza uma série de artigos produzidos tanto pelas equipes de profissionais do Jovens Urbanos e do CENPEC quanto por convidados de outras instituições.

<sup>3</sup> Vale ressaltar que essa pesquisa dispõe de autorização para utilizar os materiais do programa, inclusive os não publicados, desde que sempre citada a fonte, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

- tempo de investimento nos jovens (10 meses de formação e mais 6 meses de acompanhamento dos projetos).

As premissas que fundamentaram o programa em sua edição experimental continuaram sustentando as ações desenvolvidas. Tais premissas afirmam que:

A juventude, como segmento da população, demanda ações articuladas entre vários atores sociais; os jovens compõem diversos grupos (juventudes), caracterizados por suas condições de vida, seus interesses e escolhas; os jovens são capazes de formular questões significativas, propor ações relevantes e contribuir para o bem comum; os centros urbanos concentram oportunidades e desafios peculiares, que precisam compor o processo de inclusão dos jovens; a ação de formação de jovens deve fortalecer o sentido de pertencimento ao mundo público e de compromisso com o bem coletivo; a ação de formação de jovens deve ter como horizonte um programa articulado de desenvolvimento sustentável da cidade; o aprendizado, a experimentação e a produção são processos indissociáveis quando desenvolvemos ações para a juventude; o direito a educação pública de qualidade (CENPEC, 2008, s. p.).

A faixa etária do público atendido, que na edição experimental era de jovens de 16 a 24 anos, também foi alterada. Nas edições seguintes foi determinada de 16 a 21 anos<sup>4</sup>. Sendo esse o recorte etário definido pelo programa, também foi usada como referência no desenvolvimento desta pesquisa.

Os jovens recebem benefício público para participarem do programa. No caso da terceira edição, objeto deste projeto, os jovens recebiam uma bolsa. A parceria com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (SEDS), por meio do programa Ação Jovem, viabilizou o benefício de 60 reais, e a com a Secretaria Municipal de Trabalho (SMTrab), por intermédio do programa Bolsa Trabalho (que na terceira edição chamava-se Capacita Sampa), destinou o benefício de 140 reais, totalizando 200 reais por mês para cada jovem participante.

Em cada distrito – Grajaú e Lajeado – foram selecionadas quatro ONG, cada uma com uma equipe de dois educadores e um coordenador, responsáveis pela formação de 60 jovens organizados em dois grupos (matutino e vespertino). Os grupos se encontravam três vezes por semana durante quatro horas. Cada distrito totalizou, então, o atendimento a 240 jovens durante um período de 16 meses. Ao CENPEC cabia a coordenação (formação, acompanhamento e avaliação das equipes locais) e o gerenciamento financeiro e político do programa.

A partir desse quadro inicial de referências, reitera-se que a presente pesquisa objetiva descrever experiências dos jovens moradores dos distritos do Grajaú e do Lajeado como

---

<sup>4</sup> As mudanças socioeconômicas ocorridas no Brasil nos últimos anos acarretaram mudanças no perfil dos jovens participantes – uma dessas mudanças refere-se a faixa etária. Atualmente, o programa trabalha com jovens de 15 a 20 anos. Em função do aumento de postos de trabalho disponíveis, os jovens mais velhos estariam conseguindo se inserir no mercado com mais facilidade. Esse assunto será abordado com mais detalhes no capítulo 4 deste documento.

participantes do Jovens Urbanos durante a terceira edição do programa, realizada de março de 2007 a julho de 2008, bem como de atores responsáveis por sua formulação e gestão. Isso foi feito a partir de narrativas e lembranças sobre esse momento de suas vidas. Objetiva, também, identificar, por meio da narrativa, os bloqueios e possibilidades experimentados pelos jovens no acesso aos espaços, artefatos e recursos da cidade, especialmente durante as experiências de circulação na cidade promovidas pelo programa. A perspectiva é a de que, por meio do registro e análise desses diferentes enunciados, seja possível capturar como, e se, as oportunidades experimentadas no Jovens Urbanos ampliaram e qualificaram sua circulação e mobilidade na cidade, suas possibilidades, horizontes e desejos relativos ao mundo do trabalho, à escolarização ou à sua vinculação a outros processos formativos. Assim, são analisadas algumas linhas do diagrama político das práticas sociais<sup>5</sup> dirigidas às juventudes paulistanas, problematizando a ideia de vulnerabilidade social e segregação socioespacial por meio do acesso aos enunciados presentes nos discursos dos jovens e também nos relatos de atores implicados com a formulação e gestão do programa: coordenador geral (CENPEC) e coordenadores das ONG locais.

Este texto está organizado em quatro capítulos, além desta introdução. O primeiro descreve detalhes da lógica de implementação do programa e também registra seus principais conteúdos e metodologias. O segundo capítulo problematiza o referencial teórico do programa – suas afirmações e proposições. Na sequência, o terceiro capítulo refere-se aos olhares construídos sobre os jovens: imagens, conceitos, representações presentes no programa e fora dele são retomados, sendo objeto de reflexão e questionamento. Ainda no terceiro capítulo, a política, o social e a possibilidade do espaço público ou mundo público – componentes importantes para a construção e compreensão da crítica que esta pesquisa se propõe a fazer – são brevemente abordados. O quarto capítulo apresenta e analisa resultados do trabalho empírico, que utilizou a ferramenta de entrevista semiestruturada como principal estratégia de coleta de dados. Foi organizado em duas camadas: a primeira refere-se aos olhares da gestão, a dimensão institucional, e a segunda registra os olhares dos jovens egressos a respeito das experiências vividas no programa. Por fim, nas considerações finais é feita uma síntese das principais reflexões e descobertas a que se pode chegar por meio desta pesquisa.

---

<sup>5</sup>“Práticas que, agora, ganham outros formatos e seguem sob outras lógicas pelos meandros de um jogo de atores que mobilizam organizações não governamentais e ‘técnicos sociais’, fundações empresariais e o chamado marketing social, agentes públicos e os programas ditos de inserção social. Tudo isso ao mesmo tempo em que as entidades sociais se multiplicam, talvez melhor dizer, se proliferam em disputa por recursos, cada qual vinculada à gestão de seus programas sociais específicos definidos por um perfil, uma marca, ou, simplesmente, o nome de uma marca (o nome da própria organização) que lhes atribui uma identidade” (TELLES, 2006, p. 433-434).



# 1 OLHARES SOBRE O PROGRAMA JOVENS URBANOS

Este capítulo apresenta detalhes da estrutura e do funcionamento do programa Jovens Urbanos, com especial atenção para a metodologia e conteúdos da formação dos jovens. As principais referências para a construção deste capítulo são as publicações já citadas anteriormente: “Jovens Urbanos: sistematização de uma metodologia” (SANTOS et al., 2008) e “Juventudes urbanas” (GUARÁ, 2008). O acesso ao conjunto de ideias e proposições que conferem sentido ao Jovens Urbanos, conhecendo o que é o programa, como opera e quais resultados almeja alcançar permite explicitar as perguntas desta pesquisa e toda a problemática que mobiliza o trabalho.

No que tange ao campo das ações sociais dirigidas a jovens pobres<sup>6</sup>, os documentos e publicações fazem repetidas alusões à qualidade inovadora do programa Jovens Urbanos. Uma delas se refere ao que denominam “lógica programática e estrutura de ação”. Segundo o texto do programa, os diferenciais

[...] concentram-se em sua lógica programática e arquitetura de ação em rede. Seu arranjo institucional compõe-se de parcerias com órgãos públicos, empresas públicas, privadas e de economia mista, organizações da sociedade civil, instituições representantes dos campos das artes, do mundo do trabalho e da produção de tecnologias (SANTOS et al., 2008, p. 10).

A implementação do programa Jovens Urbanos estrutura-se em quatro etapas: (i) ações preparatórias (quatro meses antes da execução); (ii) execução do programa (duração: 10 meses); (iii) acompanhamento dos projetos de intervenção dos jovens (duração: seis meses), (iv) monitoramento (contínuo durante todo o programa).

A rede que sustenta o programa é mobilizada durante a etapa de (i) ações preparatórias, que se compõe de nove ações, descritas a seguir.

- Prospecção na cidade: “acessar e conhecer os atores e instituições em que o programa será implantado, principalmente aqueles vinculados às temáticas-chave do programa: educação, mundo do trabalho, artes, comunicação, ciências e tecnologias etc. Também tem o objetivo de apresentar e validar o programa” (SANTOS et al., 2008, p. 33).

---

<sup>6</sup> Por comporem o campo de problematização e análise, adjetivos como “excluídos”, “vulneráveis”, “em situação de risco” ou “miseráveis” – comumente adotados em programas e projetos sociais voltados a jovens – serão evitados, preferindo-se a designação jovem pobre. “Jovens pobres” é expressão decorrente de uma noção de juventude alargada e do reconhecimento de uma situação nomeada explicitamente, a pobreza. Sposito e Corrochano (2005) assim justificam sua opção pela expressão “jovens pobres”: “A designação utilizada – jovens pobres – é intencional, uma vez que não se pretende aceitar alguns adjetivos que vêm sendo adotados, como “excluídos, vulneráveis, em situação de risco ou miseráveis” (p. 146).

- Definição das áreas de intervenção: “avaliar, entre as diferentes áreas marcadas por vulnerabilidades, quais são aquelas que apresentam os índices característicos que respondem aos critérios do programa” (SANTOS et al., 2008, p. 33). Na terceira edição foram considerados indicadores que agregam aos índices de renda outros parâmetros referentes à escolaridade e ao ciclo de vida familiar, levando em conta a segregação espacial. Foram utilizados o Índice de Vulnerabilidade Juvenil<sup>7</sup> (IVJ) e o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social<sup>8</sup> (IPVS), chegando à delimitação de duas áreas de intervenção: distrito do Grajaú<sup>9</sup> (pertencente à região administrativa da Capela do Socorro, Zona Sul de São Paulo) e distrito do Lajeado (pertencente à região administrativa da Guaianases, Zona Leste de São Paulo).
- Prospecção das áreas de intervenção: “conhecer organizações comunitárias que atuam nos territórios, instituições de referência que desenvolvem trabalhos com a juventude entre outros equipamentos disponíveis aos jovens da região” (SANTOS et al., 2008, p. 33). A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) disponibilizou a relação das ONG conveniadas que desenvolvem ações socioeducativas com crianças, adolescentes e jovens em todos os distritos da cidade de São Paulo. A

---

<sup>7</sup> No contexto do projeto Fábrica de Cultura, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Cultura, no município de São Paulo, foi criado, pelo Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ), cuja função central é auxiliar na escolha de áreas de intervenção entre os 96 distritos administrativos do município. As variáveis selecionadas para compor o índice são: i) taxa anual de crescimento populacional entre 1991 e 2000; ii) percentual de jovens, de 15 a 19 anos, no total da população dos distritos; iii) taxa de mortalidade por homicídio da população masculina de 15 a 19 anos; iv) percentual de mães adolescentes, de 14 a 17 anos, no total de nascidos vivos; vi) valor do rendimento nominal médio mensal, das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes; vii) percentual de jovens de 15 a 17 anos que não frequentam a escola. Todos os dados são referentes a 2000, com exceção da taxa de mortalidade por homicídio entre a população masculina de 15 a 19 anos, em que foram utilizados os dados de 1999, 2000 e 2001, e do percentual de jovens de 15 a 17 anos que não frequentam escola, cujas informações referem-se a 1996. As fontes de dados utilizadas foram o Censo Demográfico de 2000 e a Contagem da População de 1996, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Sistema de Estatísticas Vitais, do SEADE (SEADE, 2014).

<sup>8</sup> O IPVS (2000), também elaborado pelo SEADE, é uma tipologia que classificou os setores censitários de todos os municípios do estado de São Paulo em seis grupos de vulnerabilidade social. Essa classificação deriva da combinação entre as dimensões socioeconômica e demográfica, definidas a partir de um conjunto de oito variáveis (SEADE, 2014a).

<sup>9</sup> À época (2008), o relatório que apresentava o processo de definição da área de intervenção do programa apontava os alarmantes argumentos para a escolha do Grajaú (mesmo processo realizado para o Lajeado, também apresentando indicadores drásticos de vulnerabilidade):

Ao analisarmos o mapa do IPVS tomando-se o Distrito do Grajaú por separado, quase 70% do seu território é considerado setor censitário de alta privação, com vários pontos de altíssima privação e famílias jovens espalhadas ao sul do distrito; nestas áreas estão 69,1% da população total do distrito [...] Grajaú é o distrito mais populoso de São Paulo e também o que possui o maior número de pessoas vivendo em favelas: 59.306 pessoas (IBGE, 2000), isto é, 15% da população [...] a localização em áreas de mananciais de significativa parcela do distrito exige articulação entre diferentes organismos para estudar possíveis soluções para a ocupação [...]; mais ao sul [...] o cenário é praticamente rural, evidenciando as graves condições em que as regiões mais afastadas se encontram, estando praticamente descobertas de serviços de assistência e de equipamentos públicos – em função disso, existe uma privação de direitos fundamentais como moradia, educação, saúde, emprego, cultura e lazer; utiliza-se o conceito de “cidade ilegal” para designar a parcela da região localizada em região de mananciais; [...] os indicadores apontam uma enorme população juvenil (1/4 da população) com condições precárias de desenvolvimento e pouco investimento [...]; a região possui a maior taxa de homicídio juvenil (de 15 a 19 anos), sendo maior ainda em relação aos jovens do sexo masculino, e um alto índice de desemprego; o Distrito do Grajaú sofre de falta de equipamentos públicos, em especial de espaços de lazer e cultura; a única Casa de Cultura que atendia à região – localizada no distrito vizinho – foi fechada recentemente; as organizações sociais locais dividem-se em uma ampla gama de reivindicações, de modo que são escassas as situações articuladas e conjuntas de trabalho, fato que se repete no caso de ações dirigidas à juventude (SANTOS et al., 2008, s/p.; anexo 01 - Áreas de intervenção, Subprefeitura da Capela do Socorro, distrito do Grajaú).

partir daí começou o processo de seleção. O primeiro passo foi realizar contato com as organizações presentes nas áreas de intervenção, inicialmente por *emails* e telefonemas, nos quais o programa era apresentado e o convite feito. Se a organização demonstrasse interesse por participar do processo de seleção, era solicitado o preenchimento da ficha de inscrição. As organizações também foram convidadas a participar de um encontro, no qual se apresentou o programa de forma mais ampla e aprofundada. As ONG interessadas preencheram um plano de trabalho para registrar os compromissos assumidos no sentido de atender às prerrogativas e objetivos do programa (apresentando evidências para comprovar que dispunham de condições de atender às exigências do programa, por exemplo, espaço físico adequado, alimentação para os jovens, entre outras). O documento era critério de avaliação e seleção das ONG. Na terceira edição, foram selecionadas as seguintes organizações, chamadas pelo programa de executoras, atendendo 60 jovens cada: no Grajaú, Comunidade Nova Civilização (Comunidade Cidadã), Sociedade Comunitária do Jardim Monte Verde, União dos Moradores da Comunidade Sete de Setembro e Projeto de Vento em Popa; no Lajeado, Associação Voluntários Integrados do Brasil (AVIB), Ação Comunitária do Lajeado Joilson de Jesus (Casa dos Meninos), Comunidade Kolping São Francisco do Lajeado e Plugados na Educação (GUARÁ, 2008, p. 17).

- Seleção de educadores e coordenadores: “selecionar a equipe técnica que atuará diretamente com os jovens nas ONG executoras, considerando os critérios definidos” (SANTOS et al., 2008, p. 34). Esse processo implica análise dos currículos; capacitação seletiva; entrevistas e seleção compartilhada entre equipe técnica do programa e ONG. A indicação do profissional para coordenar o programa é de responsabilidade da ONG, de acordo com os critérios definidos pelo programa Jovens Urbanos.
- Seleção dos jovens: “proporcionar as mesmas condições de participação para todos que estejam interessados em fazer parte do programa e [...] de acordo com os critérios definidos<sup>10</sup>” (SANTOS et al., 2008, p. 34). Os jovens interessados em participar do programa, preenchem uma ficha de inscrição nas ONG executoras de seus bairros e faziam um teste para levantamentos de conhecimentos básicos de leitura e produção escrita, sendo habilitado o jovem alfabetizado capaz de produzir um texto inteligível que comprovasse sua capacidade de se comunicar e se expressar por meio da escrita. Se

---

<sup>10</sup> Critérios para participação no programa: não ter participado de outras edições do Jovens Urbanos; residir nos distritos de atuação (Lajeado ou Grajaú); idade de 16 a 20 anos (somente puderam participar do programa os jovens nascidos de 01.01.1988 a 31.08.1992, de modo a garantir que o jovem teria 16 anos no início e não completaria 21 anos antes de 2009, aprofundando a tramitação do benefício da bolsa); não recebeu nos últimos seis meses ou não está recebendo em seu nome algum benefício / bolsa pública; sabe ler e escrever (SANTOS et al., 2008, anexo 06 - Tutorial para aplicação e análise do teste de conhecimentos básicos: leitura e produção escrita).

o número de jovens habilitados fosse maior do que o de vagas disponíveis, um sorteio era feito para definir os selecionados.

- Seleção dos assessores tecnológicos: “garantir qualidade técnica às experimentações oferecidas aos jovens tendo em vista as referências e objetivos do programa. Além disso, assegurar que a diversidade temática prevista na programação seja contemplada nas experimentações”<sup>11</sup> (SANTOS et al., 2008, p. 34).

Na terceira edição, foram contratados 19 assessores tecnológicos. Cada assessor ofereceu uma oficina, chamada no programa de experimentação. As experimentações ocorreram a partir do quarto mês de execução do programa e também contemplavam atividades de exploração, ou seja, incursos/ circulação em diferentes espaços da cidade que se relacionavam à temática das oficinas.

- Estabelecimento de parcerias (poder público e parcerias tecnológicas): “garantir a vinculação dos jovens aos programas de transferência de renda; oferecer aos jovens acesso aos bens e serviços disponíveis na cidade; criar e fortalecer a política institucional e programática do programa, propiciando a circulação de práticas e conhecimentos entre instituições de diferentes perfis e trajetórias” (SANTOS et al., 2008, p. 34). As parceiras institucionais da terceira edição foram: SEADS, SMtrab; Secretaria Municipal de Educação (SME) e Centros Educacionais Unificados (CEU) da cidade de São Paulo; Subprefeitura do Lajeado; Subprefeitura Capela do Socorro; Instituto Sou da Paz. Já as parceiras tecnológicas contemplavam as seguintes instituições: Instituto Tomie Ohtake; Centro Universitário Maria Antônia/ Universidade de São Paulo (USP); Cidade Escola Aprendiz; Fundação Padre Anchieta/ Rede Cultura de Televisão; Instituto Criar; Instituto Socioambiental (ISA) e Centro de Preservação Cultural (CPC)/ USP.
- Processo de formação das ONG, educadores e coordenadores: “garantir que educadores e coordenadores conheçam e se apropriem das referências teóricas e metodológicas do programa, da estrutura programática de formação dos jovens e dos processos de gerenciamento administrativo e financeiro” (SANTOS et al., 2008, p. 34). A formação dos educadores e coordenadores das ONG executoras acontece por meio de encontros presenciais gerais (trimestrais) ou regionais (mensais) coordenados por consultores especializados em temas de relevância contratados pelo programa e, também, por meio de visitas técnicas (mensais) realizadas pela equipe do CENPEC. A formação dos educadores e coordenadores acontece na etapa de ações preparatórias (chamada de

---

<sup>11</sup> A metodologia de formação dos jovens do Jovens Urbanos é orientada pela perspectiva cartográfica e pelo desenvolvimento de estratégias de exploração, experimentação e produção. Essa metodologia e suas bases teóricas são detalhadas adiante, no tópico que trata especificamente do processo de formação dos jovens.

formação inicial) e continua durante o período de execução do programa nos 10 meses subsequentes ao término da etapa preparatória.

As ações apresentadas dimensionam de modo amplo a estrutura do programa, sua arquitetura. Chamam a atenção os esforços de articulação que mobilizam uma diversificada rede de atores: fundação empresarial vinculada a um dos maiores bancos privados do país, organizações comunitárias (e seus educadores e colaboradores, em grande parte também residentes das áreas de intervenção); poder público estadual e municipal; instituições públicas e sociais da cidade; e profissionais liberais (chamados assessores tecnológicos), com experiências de trabalho em temas eleitos pelo programa.

Os temas eleitos são denominados pelo programa Jovens Urbanos de territórios formativos ou territórios tecnológicos. Os territórios formativos/ tecnológicos condensam uma série de conteúdos e repertórios temáticos que devem orientar ou preencher as estratégias metodológicas realizadas especialmente pelos parceiros e assessores tecnológicos. São eles:

- comunicação: captação e edição de sons e imagens; propaganda e televisão; tecnologias digitais; técnicas computadorizadas e mídias urbanas;
- serviços e produção: administração de negócios (tipos de empresa, cooperativas, plano de negócio, planos financeiros, pesquisas de mercado, compras, precificação, marketing, propaganda, vendas); administração de pessoas (cooperativismo, divisão do trabalho, relação interpessoal no trabalho, remuneração, comunicação assertiva, prevenção à saúde e promoção da qualidade de vida no trabalho); terceirização de serviços e funcionamento empresarial; serviços informatizados; processo de produção industrial (tipos de produto, maquinarias, controle de qualidade, impactos sociais);
- ambientais: reuso de água; eletricidade residencial e energia solar; manejo do solo urbano (uso, ocupação e conservação); reciclagem e compostagem de resíduos sólidos; tratamento de água nas cidades; trânsito e poluição atmosférica; ecossistema urbano;
- artes: produção e textos teatrais; produção fotográfica e imagens urbanas; grafiteagem nas ruas da cidade; cinema; pinturas e desenhos nos museus da cidade; coreografias e cidadania urbana; dança de rua e técnicas expressivas;
- lazer: itinerários artísticos e de lazer presentes na cidade;
- arquitetônicos: fachadas urbanas; paisagismo, reflorestamento e arborização; utilização e reciclagem de entulhos na construção civil; vias públicas e circulação humana; revitalização de móveis;
- corporais: estéticas corporais; corpo humano e manipulação virtual; cosméticos; ficções científicas e robótica humana; alimentação e agricultura orgânica; sedentarismo urbano; alimentação e transgênicos; saneamento básico e saúde pública; técnicas hospitalares e medicinais; agentes de saúde pública;
- aprendizagens: literatura e leituras juvenis; produção de textos orais e escritos; edição e revisão de texto; leituras da cidade (SANTOS, 2008, p. 79-1).

O Quadro 1 e o Quadro 2 relacionam as experimentações realizadas pelos assessores tecnológicos e pelos parceiros tecnológicos com seus respectivos territórios tecnológicos.

**Quadro 1 – Experimentações realizadas pelos assessores em relação aos territórios tecnológicos**

<b>Experimentações</b>	<b>Territórios tecnológicos</b>
Jovens Urbanos tem moda	Serviços e produção
Lambe-lambe	Artes e arquitetônico
Oficina de revitalização artística do Grajaú	Artes e ambientais
Comunique	Comunicação
Nós na cena (teatro)	Artes
Mídia urbana	Comunicação
Giramundo – corpo, poesia e outras vias	Aprendizagens e corporais
Agricultura urbana	Ambientais
Vivências socioambientais	Ambientais
<i>Design</i> marceneiro	Serviços e produção
Recreoteca	Lazer
Capoeira Angola	Corporais
Literatura em ação	Artes e aprendizagens
Movimento urbano	Corporais
Vivências de tradições paulistas	Artes e corporais
Espaço urbano	Arquitetônicos e aprendizagens
Água, lixo e tecnologias limpas	Ambientais
Oficina de vídeo (realizada pelo grupo Novolhar)	Comunicação
Mostra de TV de qualidade para crianças (realizada pelo grupo Midiativa)	Comunicação

Fonte: SANTOS et al., 2008, p. 80-81

**Quadro 2 – Experimentações realizadas pelos parceiros tecnológicos em relação aos territórios tecnológicos**

<b>Parceiros tecnológicos</b>	<b>Territórios tecnológicos</b>
Instituto Tomie Ohtake	Artes
Centro Universitário Maria Antônia/ USP	Artes
Cidade Escola Aprendiz	Arquitetônicos e comunicação
Fundação Padre Anchieta/ Rede Cultura de Televisão	Comunicação
Instituto Criar	Comunicação
ISA – Instituto Socioambiental	Ambientais
CPC – Centro de Preservação Cultural/ USP	Arquitetônicos e aprendizagens

Fonte: SANTOS et al., 2008, p. 80-81

Conforme as referências do programa, a exploração e a experimentação de territórios urbanos são marcadas em seus funcionamentos por tecnologias científicas, de modo que cabe registrar como esse empreendimento social concebe o termo no contexto da formação de jovens:

Na perspectiva do programa Jovens Urbanos, as inovações tecnocientíficas podem e devem contribuir para o alargamento das práticas produtivas juvenis na cidade (sejam essas práticas produtivas escolares, sejam laborais, artísticas, de lazer etc.), na medida em que possam ser significadas, não somente como bens a ser adquiridos ou recursos a ser utilizados na produção e prestação de serviços sociais e/ou institucionais mas também como uma “caixa de ferramentas” disponível às juventudes para esculpirem novas experiências de si e sociais. Essa possibilidade de pensar o uso de tecnologias – compreendidas como ferramentas que servem a sentidos múltiplos de quem as manipula – passa, então, a ser um dos objetivos do programa Jovens Urbanos, como meio de irradiação de outras formas de lidar e atuar na vida urbano-comunitária. Além disso, o alcance de tal objetivo concorre para articular de forma mais ampla as tecnociências às problemáticas e soluções urbanas. [...] As tecnologias associadas às ciências podem atuar na concretização de novas perspectivas individuais e coletivas de vida urbana. Um dos principais objetivos do programa Jovens Urbanos é que as tecnologias atuem como ferramentas ativas nos projetos de vida juvenis (na vida familiar, profissional, escolar etc.) e nas intervenções inventivas que serão elaboradas nos territórios da cidade. Em um mundo no qual a vida individual e coletiva se vê altamente desregulamentada politicamente, investir no revigoramento das forças individuais e coletivas da cidade, aliando-as às tecnologias como ferramentas – e não como produtos de consumo –, perfaz a ação política do [programa] (SANTOS, 2008, p. 78)

Cultura, tecnologias, tecnologias científicas, tecnociências, mundo do trabalho, parceiros, assessores e territórios tecnológicos/ formativos... Uma constelação de enunciados, proposições, afirmações que coabitam os referenciais de programa (que muitas vezes se sobrepõem) parecem indicar um programa de enorme amplitude, que se pode supor, exigiria investimentos contínuos. No entanto, o Jovens Urbanos conta com investimentos de tempo e recursos precisamente curtos e finitos, e um foco também precisamente definido: jovens afetados por condições de vulnerabilidade social. Como o programa, com esses limites concretos, é capaz de responder a objetivos complexos e audaciosos – muitas vezes inapreensíveis em sua operacionalização?

A multiplicidade – e muitas vezes, indiferenciação – tende a ser coerente com o seu viés pós-modernista<sup>12</sup> e dificulta delimitar de modo mais assertivo o foco de atuação do programa, ou seja, o que ele realmente oferece aos jovens, o que os grupos jovens experimentam concretamente nas ações promovidas pelo programa e que efeitos essas experiências são capazes de produzir nos jovens e em seus contextos de vida.

---

<sup>12</sup> De acordo com Harvey, “a heterogeneidade, a diferença como forças libertadoras na redefinição do discurso cultural. A fragmentação, a indeterminação e a intensa desconfiança de todos os discursos universais (ou para usar um termo favorito) “totalizantes” são o marco do pensamento pós-moderno” (2012, p. 19).

## 1.1 Processo de formação dos jovens

As questões expressas anteriormente são orientadoras da reflexão e da crítica empreendida nessa pesquisa, o que não inclui descartar *a priori* que possam existir qualidades e características peculiares que conferem um diferencial inovador à proposta do programa, especialmente se comparado a outros projetos sociais que têm os jovens pobres como alvo de ação. Desse modo, importante descrever as escolhas metodológicas e também as referências teórico-conceituais que as justificam no intuito de garantir insumos legítimos, que permitam dar consistência à problemática e às análises a respeito do Jovens Urbanos.

A formação dos jovens acontece durante os 10 meses de execução do programa, no qual se realizam as estratégias e conteúdos que pretendem “ampliar e qualificar o repertório sociocultural de jovens expostos a vetores de vulnerabilidade”. E é no componente curricular que parece incidir mais intensamente a natureza de inovação que acompanha os discursos do programa: ao se referir ao conjunto de suas intenções, afirma a expectativa de produzir algo novo que permita responder “ao amplo desafio contemporâneo de trabalho social com juventudes nas regiões metropolitanas” (SANTOS et al., 2008, s. p.).

O direito à cidade é uma importante referência de formação dos jovens adotada pelo programa. Ao se referir às suas escolhas metodológicas, afirma que:

[...] ao entrarem em contato com a multiplicidade cultural em ação nas cidades e com diferentes modos de vida (além dos seus próprios), os jovens ampliam suas capacidades de pensar e agir sobre si mesmos e na cidade. Por outro lado, imersões em aspectos e questões urbanas contemporâneas sustentam novos desempenhos juvenis, em especial no mundo do trabalho e nos territórios onde mantém vínculos (SANTOS et al., 2008, p. 22).

Mais uma vez, vale ressaltar a presença de inspirações pós-modernistas (a ideia de multiplicidade cultural, por exemplo) nos discursos do programa. Também se destaca a influência dos estudos culturais em educação, verificada pela presença de autores que o programa utiliza para fundamentar suas escolhas metodológicas (CORAZZA e SILVA, 2004; VORRABER, 2002; SILVA, 2000 apud ANDRADE et al., 2008, p. 45-59).

No programa, o direito à cidade se conjuga a três temas principais: juventudes e culturas urbanas; juventudes e tecnologias; e juventudes e o mundo do trabalho. Desse conjunto, derivam as escolhas metodológicas e todo o conteúdo de formação dos jovens.



Em relação ao tema juventudes e cultura, o programa afirma que:

Mergulhar na multiplicidade cultural presente na cidade implica em abrir-se à diferença, mergulhar no estranho e refletir sobre seus sentidos e percepções. As experiências novas e múltiplas podem provocar modos de pensar, dizer, agir e se relacionar. Podem provocar diferentes referenciais culturais e habituais, estimular novos pontos de vista, produzir transformações em aspectos subjetivos dos jovens e, principalmente, desencadear projetos criativos (SANTOS et al., 2008, p. 22).

Já no que se refere ao tema juventudes e mundo do trabalho, o programa aposta que:

Oferecer diferentes possibilidades para a trajetória no mundo do trabalho amplia as possibilidades de caminhos e escolhas. Reside nesse princípio o investimento do programa nas estratégias de exploração, experimentação e produção. Trata-se de ampliar o entendimento dos jovens sobre as características do mercado de trabalho atual, seus modos de funcionamento, atividades e contexto histórico e econômico. E também de mobilizar conhecimentos sobre as diferentes atividades que poderão desempenhar e se aprofundar no futuro (SANTOS et al., 2008, p. 22).

Por último, nas proposições acerca do tema juventudes e tecnologias contemporâneas, assegura que:

Aproximar o jovem de aspectos do conhecimento humano e de produtos tecnológicos dá a ele condições e poder para colocar as tecnologias presentes na cidade a serviço da elaboração e concretização de projetos capazes de mudar a realidade a seu redor. Esse tema é concebido como ferramenta para qualificar o cotidiano dos participantes (SANTOS et al., 2008, p. 22).

No quadro das perspectivas do Jovens Urbanos, duas merecem destaque. A primeira refere-se à expectativa de ação sobre si mesmo ou de processos de alterações subjetivas juvenis que o programa espera mobilizar. A segunda trata do investimento na expansão das relações dos jovens nos territórios urbanos. As noções de subjetividade e de relações estão implicadas com uma concepção de cultura que orienta o programa.

A cultura, aqui entendida como prática de significação, atuaria diretamente na produção de sujeitos, ao mesmo tempo em que mobilizaria incessantemente o acontecimento de relações sociais. Do ponto de vista do acontecimento das relações sociais, a cultura expressaria a zona de produção de significados, representações, regras, códigos, controles exercidos dinamicamente por elas. Os significados que configuram as relações, por sua vez, sugerem, orientam e muitas vezes impõem maneiras de ser para as pessoas.

Os significados atuam nas relações pondo em exercício modelos subjetivos (identidades), os quais serão, em gradações variadas, adotados pelas pessoas como consciência de si. Em muitas situações relacionais, os modelos subjetivos chegam a ser reconhecidos pelos envolvidos como verdades naturais e indissolúveis. Quando falamos sobre quem somos, expressamos um tipo de consciência que adquirimos sobre nós mesmos. Normalmente as pessoas adotam essa concepção de subjetividade, mais habitual, sem muitas tensões ou conflitos (ANDRADE et al., 2008, p. 46).

No contexto do programa Jovens Urbanos há um deslocamento dessa concepção para abrigar o termo subjetividade nas modelagens culturais. A subjetividade não designaria mais algo que possuímos (uma substância) ou retemos definitivamente (uma essência), mas sim um estado de possibilidade produzido sempre nos agenciamentos culturais, mais especificamente nas coordenadas dos sentidos, dos poderes, das relações sociais.

Para amparar suas afirmações, o programa cita Foucault:

Eu chamaria de subjetivação o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais precisamente de uma subjetividade, que evidentemente não passa de uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si (FOUCAULT, 2004 apud ANDRADE et al., 2008, p. 47).

E uma das formas mais potentes para promover transformações subjetivas seria a ampliação das relações dos jovens na cidade – relações entre pessoas, ideias, objetos. A importância atribuída às relações sustenta-se no fato de as sociedades contemporâneas viverem, segundo as análises do programa, uma retração do espaço compartilhado e das possibilidades de trajetos e um afunilamento de sociabilidades, considerando especialmente a confluência do olhar juvenil para a tela da televisão e a limitação das opções de circulação e convivência das juventudes em diferentes domínios da existência, principalmente das juventudes moradoras de regiões metropolitanas pobres e periféricas.

Considerando a premissa do Jovens Urbanos de que os modos de experimentar a condição de juventude e seus estados não se reduzem a um referente estrutural geral, mas estão implicados com planos dinâmicos e capilares, é possível considerar que modificações e transformações nos modos de vidas juvenis passam pela abertura dos jovens às relações da/ na cidade, de modo que aquilo de reiterativo e rotineiro que habita as relações juvenis atuais possa abrir-se a processos outros.

Estar atento e abrir-se às potências da cidade aliam-se às possibilidades de expandir campos de relações, de criar outras e novas performances relacionais das juventudes entre pessoas, lugares, ideias, objetos (ANDRADE et al., 2008, p. 48).

A ideia de relação proposta pelo programa ressignifica a noção de encontro,

[...] retomando-a como uma ocasião experimental de vínculos com outros corpos – de mistura com múltiplos intercessores, de abertura para outros interesses e sentidos; [...] as relações experimentadas pelas pessoas podem expandir a vida. São relações que fazem com que a vida ganhe mais intensidade e produza novos desejos – vontades de transformações, de renovações de si e das coisas no mundo (ANDRADE et al., 2008, p. 49).

Ao focar seu plano formativo na relevância das relações em contextos denominados pelo programa de “geossimbólicos plurais”, afirma que sua finalidade, sobretudo, é a de

promover a abertura de novos horizontes de sociabilidades e trajetos juvenis, abertura que concorreria positivamente para recomposições de modos de viver, movimentada por alterações em repertórios culturais e no desempenho social e político dos jovens.

Mas há o reconhecimento de que, nem sempre, as relações experimentadas pelos jovens atingem esse efeito, ou seja, de produzir expansão da vida. Há o registro de que relações “podem nos afetar de inúmeras maneiras, produzindo, inclusive, menos vida, perda de potências, reatividades e até mesmo atitudes esvaziadas de sentidos” (ANDRADE et al., 2008, p. 49).

Embasado nesse pressuposto, o programa Jovens Urbanos realiza suas ações apoiando-se nas seguintes perspectivas, que ele denomina de “perspectivas micropolíticas”:

- Ao abrir possibilidades de jovens urbanos experimentarem relações diferenciadas, o programa se torna uma força que desvaloriza as sociabilidades juvenis que produzem apatias, violências, restrições de várias ordens.
- A abertura para relações múltiplas expande os repertórios juvenis, impulsionando novas formas de participação social.
- A experimentação de relações variadas concorre para desacomodar padrões culturais – modos de ser, agir, pensar modelados rigidamente –, podendo conduzir os jovens a novas disponibilidades inventivas de si, a cunhar novas matérias de expressão, a criar linguagens.
- A experimentação de relações variadas expõe os jovens a encontros com outras subjetividades, com outras linguagens, com outras manifestações de expressão, outros intercessores, de modo que possam ser envolvidos em outros enredos e narrativas de vida, implicando-se produtivamente com estas.
- Os jovens são convidados a adotar atitudes de cartógrafos, de modo a se inserirem em novas relações, a utilizarem ferramentas cartográficas para olhar as relações da cidade: modos de funcionamento, o que determinadas relações provocam, reconhecer saberes, hábitos; ver como as relações acontecem no mundo do trabalho, das ciências e tecnologias, das artes (ANDRADE et al., 2008, p. 49).

A metodologia de formação dos jovens, além de ser composta pela tríade exploração, experimentação e produção, também se compõe de outro elemento denominado cartografia. A cartografia, no entanto, não se configura como estratégia metodológica como são as explorações, experimentações e produções: é assumida como o operador conceitual que orienta de que modo os jovens devem explorar e experimentar a cidade.

A cartografia orienta a leitura e a produção de sentidos sobre a realidade. Convoca uma percepção mais atenta aos percursos e caminhos rotineiros e suas culturas habituais, promovendo o desenvolvimento de sensibilidades e o envolvimento reflexivo dos jovens com os territórios das cidades. O conceito é utilizado como norteador das estratégias de exploração, experimentação e produção, que por sua vez se entrecruzam com trajetórias denominadas “culturais”, “tecnológicas” e de “mercado de trabalho” (SANTOS et al., 2008, p. 45).

De forma especial, a perspectiva cartográfica que orienta a formação inspira-se na cartografia social, formulada por Deleuze e Guattari (1995, 2002,) e Deleuze (1992), que visa investigar territórios sociais, reconhecendo-os como territórios cujas linhas de composição atuam em movimento. No contexto do programa, a cartografia proporia eventos de exploração e experimentação da cidade.

Por meio das explorações, percorrem-se circuitos em ação nos territórios. O princípio é sempre um reconhecimento – acompanhamento sem modelo preexistente, sem regimes de catalogação automáticos. O interessante da atenção cartográfica acionada nos eventos de exploração é que “deter a atenção em algo” propõe ao cartógrafo ampliar, expandir o encontro com o território, e não, imediatamente, explicá-lo (ANDRADE et al., 2008, p. 52).

Para o programa, explorar significa identificar o funcionamento, as características e códigos das relações sociais, dos equipamentos e serviços presentes na cidade. As práticas de exploração na cidade devem aguçar o olhar sobre o múltiplo cultural presente nos cenários urbanos. Acontecem por meio de incursões a diferentes espaços da cidade<sup>13</sup> (realizadas por meio de transporte público) em escalas que vão do mais próximo – do bairro e distrito onde os jovens residem – até espaços mais longínquos. Cada jovem participante recebeu recurso financeiro para realizar as explorações (a ONG disponibilizava bilhete carregado com valor correspondente ao número de viagens que seriam realizadas no mês).

As experimentações são realizadas por meio de oficinas tecnológicas com o apoio de assessores e parceiros tecnológicos e têm como perspectiva engajar o jovem em situações diferentes de suas referências habituais. Segundo o programa, “elas permitem que os jovens conheçam e vivenciem diferentes tecnologias, conhecimentos e repertórios culturais que compõem a vida na cidade” (SANTOS et al., 2008, p. 46). Parceiros tecnológicos ofertam experimentações e explorações – como, por exemplo, a Rede Cultura de Televisão. No caso dessa exploração, os jovens acompanhavam, durante um dia todo, o processo de produção de um programa (as explorações contemplavam um número maior de jovens). No caso da experimentação, os jovens realizavam oficinas de temas específicos ligados à produção da mídia televisiva. Todas as experimentações deveriam ter a duração de no mínimo 32 horas. A partir do quarto mês de execução do programa, era oferecido um cardápio no qual se apresentavam todas as opções de experimentação/ exploração e os próprios jovens decidiam em quais participar.

---

<sup>13</sup> Na terceira edição os jovens exploraram não apenas as instituições parceiras – como o Instituto Tomie Ohtake, Rede Cultura de Televisão, o CPC USP, mas muitos outros ambientes da cidade: centro antigo, centros culturais, faculdades, universidades, cinemas, projetos sociais, acompanhados dos seus educadores e, em alguns casos, dos assessores tecnológicos.

Em seu referencial teórico, o programa faz alusão à estratégia das experimentações:

Na experimentação, o cartógrafo pousa em certo circuito, em certa escala do território, reconfigurando o processo de acompanhamento-investigação por meio de uma intensidade mais fina com partes do território, embora outras partes, mais longínquas, insinuem-se ali, pois ao misturar-se a um território, por trás, pela frente, pelo lado, embaixo, o cartógrafo não para de descobrir outras partes ativas. Um território é um encadeamento infinito de forças (ANDRADE et al., 2008, p. 52).

Por fim, a produção se configurava como estímulo à capacidade inventiva e de atuação do jovem na cidade, materializando os efeitos produzidos pelas vivências de exploração e experimentação. A organização das atividades dirigidas aos jovens previa a realização de encontros públicos regionais – momentos de culminância no qual os jovens apresentavam os resultados/ produções derivadas de seu trabalho com o grupo na ONG e de seu trabalho com os parceiros e assessores tecnológicos, durante as oficinas de experimentação. Mas o ápice da produção era a criação e a implementação de projetos de intervenção na cidade pelos próprios jovens.

## **1.2 Projetos de intervenção dos jovens**

Durante os meses finais da formação, os jovens elaboravam projetos coletivos de intervenção, implementados pelo grupo nos seis meses subsequentes aos 10 meses da etapa de execução. Os jovens contavam com o apoio de um assessor especialmente contratado para acompanhá-los na implantação do projeto e continuavam recebendo parte da bolsa. O benefício do programa Ação Jovem (60 reais) era apenas durante 10 meses de formação, não contemplando a implementação e o acompanhamento de projetos, mas a parceria com a SMTrab, no contexto da terceira edição, ampliava o período de recebimento da bolsa-trabalho para 14 meses. De acordo com texto da publicação que apresenta a sistematização do programa, tal oferta ampliada:

Garantiu maior adesão dos jovens ao programa. Esta parceria se sustenta na formulação técnica de um Plano de Trabalho que articula os compromissos e proposições do programa Jovens Urbanos ao do programa Bolsa Trabalho, possibilitando recursos aos jovens participantes durante os 14 meses de duração do programa [10 meses de formação e quatro meses de implementação de projetos na comunidade] (SANTOS et al., 2008, p. 37).

Havia a indicação de que os projetos se relacionassem às temáticas (territórios formativos/ tecnológicos) do programa, mas os grupos jovens tinham liberdade para desenhar os projetos à sua maneira. No processo de elaboração, os jovens recebiam apoio dos educadores das ONG e da equipe técnica do CENPEC para qualificar suas propostas (avaliava-se, nesse processo, a viabilidade de execução, considerando limites de tempo e de recursos, entre outras

variáveis). Cada projeto também recebia um aporte financeiro do programa, de acordo com uma análise orçamentária da proposta<sup>14</sup>. O número de participantes em cada grupo de projeto variava muito, de acordo com as características da turma e do próprio projeto.

As relações estabelecidas entre o programa e a Prefeitura possibilitaram aproximar o momento de elaboração de projetos juvenis ao programa Valorização de Iniciativas Culturais (VAI)<sup>15</sup>. A equipe técnica do VAI, por meio do Jovens Urbanos, promoveu capacitação para que os jovens pudessem participar da iniciativa da Prefeitura. A maior parte dos grupos de jovens que se uniram para realizar um projeto de intervenção se inscreveram no VAI, sendo boa parte deles selecionados e aprovados.

### 1.3 A questão do trabalho

Apesar de figurar em várias passagens dos documentos de referência do programa, a questão do trabalho aparece de forma secundária à perspectiva de ampliação de repertório sociocultural, de ampliação e qualificação das relações e das práticas de circulação dos jovens na cidade.

Na publicação Cadernos CENPEC “Juventudes urbanas” há um artigo dedicado à questão do trabalho (SCHOLZ et al., 2008, p. 65-71) que retoma muitas das afirmações do programa sem, no entanto, indicar com mais detalhe e precisão quais alterações e objetivos o programa busca almejar em relação ao trabalho. É significativo que, para a construção desse artigo, a equipe do CENPEC tenha organizado um grupo focal com alguns jovens do programa com o intuito de capturar indícios da presença dessa problemática na vida e nos discursos dos jovens. A partir de algumas questões, os jovens foram indagados sobre o significado de trabalho (“trabalho é...”) e também sobre suas finalidades e motivações para trabalhar.

O artigo aborda superficialmente as respostas dos jovens e quase não estabelece relações desses discursos com o programa, a não ser em seu último parágrafo, no qual assegura:

Os jovens finalizaram sua reflexão avaliando que o programa Jovens Urbanos contribuiu para que construíssem novas visões sobre trabalhar. Um dos participantes resume a conclusão do grupo: Antes eu pensava em trabalhar para ajudar financeiramente a mim e a minha família. Agora eu continuo

---

<sup>14</sup> Para efeitos de parâmetro, na segunda edição não houve análise orçamentária de cada projeto para que se pudesse estabelecer a destinação dos recursos; foi disponibilizado o mesmo valor – três mil reais - para cada grupo de jovens responsável pela implementação de um projeto. Na terceira edição, cada projeto, de acordo com a referida análise, recebia um valor específico – os recursos giravam em torno de três a cinco mil reais.

<sup>15</sup> “O programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), foi criado pela Lei 13.540/2003 e regulamentado pelo Decreto 43.823/2003, com a finalidade de apoiar financeiramente, por meio de subsídio, atividades artístico-culturais, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões do município desprovidas de recursos e equipamentos culturais. Em 2013, o valor máximo destinado a cada projeto foi de vinte e cinco mil e quinhentos reais” (PMSP, 2013).

querendo isso, mas estou escolhendo um caminho, vendo que posso caminhar com minhas próprias pernas, fazer uma coisa que gosto e também ajudar a minha família e pensar em construir a minha (SCHOLZ et al.; 2008, p. 71).

O Jovens Urbanos não propõe formação profissional ou técnica, nem o desenvolvimento de habilidades específicas que possam se converter em alguma atividade geradora de renda. Também não objetiva inserir os jovens no mercado de trabalho, mas, no entanto, a questão do trabalho, ou do “mundo do trabalho”, figura reiteradamente em seus documentos de referência.

Considerando toda a problemática que envolve as questões do trabalho que afetam as juventudes, em especial as juventudes pobres, e considerando toda a complexa e rebuscada gama de intenções, objetivos e interesses do programa, essa é uma tensão que precisa ser enfrentada. Um enfrentamento necessário, para que a questão do trabalho não se configure apenas como um jargão esvaziado de sentido, usado para justificar os investimentos públicos em uma ação que pretende transformar jovens potenciais desempregados em jovens dóceis, potencialmente empregáveis.

Mas essa parece não ser uma tensão para Matias, vice-presidente da Fundação Itaú Social, que assegura saber o que os jovens precisam:

Os jovens precisam de muitas entradas no campo cultural, econômico, comunitário para obter inclusão social com melhor qualidade de vida e no mundo do trabalho; os jovens precisam menos de um curso profissionalizante e mais de repertórios, competências e habilidades facilitadoras de seu ingresso no mundo do trabalho complexo (MATIAS, 2008, p. 7).

O próximo capítulo versa a respeito do repertório teórico do programa. Estudos relativos às dinâmicas urbanas e ao conceito de vulnerabilidade social em suas interfaces com o Jovens Urbanos são objeto de reflexão, além das referências que fundamentam as escolhas formativas e metodológicas, marcadamente influenciadas por autores localizados na corrente dos estudos pós-modernos.

## 2 OLHARES SOBRE AS REFERÊNCIAS

Este capítulo dedica-se à análise das referências teóricas do programa, tanto as que se referem às suas escolhas políticas – argumentos que sustentam a opção pelas dinâmicas urbanas e pelo enfoque da vulnerabilidade social – quanto os que se referem à sua estrutura metodológica de formação dos jovens.

Conforme exposto, umas das estratégias encontradas pelo Jovens Urbanos para atacar processos socioespaciais de exclusão foi a ampliação do deslocamento físico dos jovens pela cidade de São Paulo, entendendo que a restrição da circulação significava a exclusão dos jovens do direito que eles têm à cidade. No âmbito do programa, se compreende a restrição da circulação como castradora das possibilidades de desenvolvimento individual e limitadora do acesso e usufruto dos benefícios e oportunidades de uma vida urbana ampliada – acesso não apenas a direitos sociais, mas a chances reais de os jovens tornarem-se produtores e consumidores de toda ordem de artefatos culturais, bens, serviços e informações que circulam na cidade.

Interessa, para a problemática desta pesquisa, questionar a própria ideia de restrição da circulação: que saberes informam tais teses? Por que, afinal, haveria de se criar um empreendimento social que mobiliza toda uma gama de atores sociais (poder público, iniciativa privada, organizações comunitárias e os próprios jovens moradores de regiões cuja identidade mais reconhecida é aquela que se apresenta nas drásticas estatísticas da vulnerabilidade social) para fazer o jovem circular fisicamente na cidade, movimentar-se em seus espaços? Por que haveria de se pensar que os jovens das chamadas periferias viveriam estacionados diante de si mesmos, inertes à vida que pulsa na cidade – estariam mesmo os jovens sofrendo de paralisia, como o pressuposto do projeto social afirma? Como e de que maneiras se imporiam aos jovens a impossibilidade da circulação?

Na busca de algumas possíveis respostas a essas complexas questões, registra-se como ponto de partida que essas afirmações se localizam em campos de saberes e poderes que pressupõem determinadas visões a respeito da vida nas grandes cidades, das dinâmicas urbanas e dos jovens que produzem suas vidas nesse contexto. Assim, torna-se necessário reconhecer o ponto de vista assumido pelo projeto social, identificando em quais campos teóricos se instalam suas afirmações e proposições e, no diálogo com as ideias mapeadas, apresentar outras possibilidades de leitura, outras lentes pelas quais se possa também ver, interpretar e registrar a metrópole. Busca-se, por meio de tal intento, relativizar alguns imperativos encontrados nas



narrativas do programa Jovens Urbanos, confrontá-los com outros pressupostos, subtrair-lhes certo *status* de verdade – verdade que se impõe sobre o jovem urbano e seu modo de habitar e interagir com a cidade.

## 2.1 O enfoque da vulnerabilidade social

A análise do conceito de vulnerabilidade, tal qual assumido no contexto do Jovens Urbanos, exige a retomada dos objetivos centrais do programa, enunciados que também contribuem para dimensionar a problemática que justifica a presente pesquisa:

Contribuir para o avanço de políticas públicas para a juventude com a certeza de que investir em educação é a melhor forma de melhorar a perspectiva de vida e assegurar o futuro dos jovens e da humanidade [Frase de Antônio Matias, vice-presidente da Fundação Itaú Social e Maria Alice Setúbal, presidente do CENPEC, na abertura da publicação Jovens Urbanos: sistematização de uma metodologia] (SANTOS et al., 2008, p. 5).

O objetivo central do programa Jovens Urbanos é expandir o repertório sociocultural de jovens expostos a múltiplos vetores de risco e vulnerabilidade, de modo a expandir e qualificar as perspectivas de acesso ao mundo do trabalho. Para isso investe primordialmente na ampliação da circulação e da apropriação da cidade, estimula e promove ações de produção juvenil e contribui para a permanência, a reinserção ao sistema escolar e para a vinculação a novos processos formativos (SANTOS et al., 2008, p. 21).

De largada, algumas questões: ao estabelecer como objetivo central a expansão do repertório sociocultural dos jovens, o programa também estabelece que os jovens expostos a vetores de vulnerabilidade teriam esse repertório de forma restrita. Mesmo quando estabelecido, o repertório seria incapaz ou “desqualificado” para a conquista de novas posições sociais, o que, no caso do programa Jovens Urbanos, implicaria especialmente na posição de trabalhador (ou de alguém incluído nos circuitos globalizados do mercado de trabalho).

Nesse sentido, novamente é exemplar o texto de Antônio Matias na abertura do Cadernos CENPEC “Juventudes Urbanas”:

Os jovens precisam aumentar seu repertório cultural e comunicativo; ganhar inserção na cidade, saindo do confinamento social a que ficam submetidos nas periferias de megacidades como São Paulo (MATIAS, 2008, p. 7).

Se, por um lado, as ideias que sustentam o programa levam a supor que o lugar de fala desses enunciados seja, talvez, a dos urbanos incluídos (pois há que se imaginar a possibilidade de esses jovens, pobres e moradores de periferias, usufruir de uma intensa sociabilidade e cultura local), por outro é preciso problematizar a própria ideia de vulnerabilidade social.

Antes de registrar o conceito de vulnerabilidade social adotado pelo programa, é importante localizar brevemente o percurso histórico que possibilitou o seu surgimento. O uso do termo vulnerabilidade surgiu na área de direitos humanos. A partir de 1992, foi apropriado pela área de saúde pública, nos estudos relativos à epidemia da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) no mundo (AYRES et al., 1999). A disseminação do conceito, segundo a literatura pesquisada, é resultado da busca por abordagens mais abrangentes, que considerassem a combinação de diversas variáveis para compreensão e combate do vírus da imunodeficiência humana (HIV). Variáveis econômicas, sociais, políticas, culturais, ambientais, bem como indicadores relativos às ações e políticas públicas foram incorporadas aos estudos e pesquisas sobre a problemática da saúde pública. Tais produções contrapunham-se duramente a discursos que culpavam a vítima (em geral permeados por estereótipos e preconceitos) nos quais segurança e prevenção dependiam exclusivamente de ações e decisões individuais. Do campo da saúde pública, o termo de vulnerabilidade foi sendo recriado a partir de múltiplas perspectivas e por diferentes vertentes teóricas.

Assim, o percurso histórico do enfoque da vulnerabilidade vem associado a diversos estudos sociais, mas as aproximações analíticas da vulnerabilidade social são recentes. Os trabalhos pautados por essa perspectiva aparecem como resposta às limitações dos estudos sobre a pobreza e aos débeis resultados das políticas a eles vinculados na América Latina. Os desafios sociais contemporâneos exigiam a produção de outros enfoques, novos operadores conceituais que pudessem abarcar a complexidade desses fenômenos. A perspectiva analítica da vulnerabilidade propõe dar visibilidade às combinações e relações entre diferentes fatores na configuração dos fenômenos sociais. No texto “Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas”, Miriam Abramovay et al. (2002), em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)<sup>16</sup> e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)<sup>17</sup>, traça um panorama do surgimento do termo:

Os primeiros trabalhos ancorados na perspectiva da vulnerabilidade social foram desenvolvidos motivados pela preocupação de abordar de forma mais integral e completa não somente o fenômeno da pobreza, mas também as diversas modalidades de desvantagem social. Tais obras se destinaram a observar os riscos de mobilidade social descendente e as configurações

---

<sup>16</sup> A UNESCO é um organismo internacional de cooperação e tem seu surgimento datado de 16 de novembro de 1945. Segundo informações de seu *site* oficial, “a missão da UNESCO consiste em contribuir para a construção de uma cultura da paz, para a erradicação da pobreza, para o desenvolvimento sustentável e para o diálogo intercultural, por meio da educação, das ciências, da cultura e da comunicação e da informação. A representação da UNESCO no Brasil foi estabelecida em 19 de junho de 1964. Em Brasília, o escritório da UNESCO iniciou suas atividades em 1972” (UNESCO, 2013).

<sup>17</sup> Segundo o *site* oficial do BID: “Surge em 1959, como fonte de financiamento para o desenvolvimento na América Latina e Caribe” (BID, 2013).

vulneráveis que não se restringiam àqueles situados abaixo da linha de pobreza, mas a toda população em geral. Dessa maneira, partiam do reconhecimento do fenômeno do bem-estar social de uma maneira dinâmica, bem como das múltiplas causas e dimensões associadas a esse processo (p. 28).

No documento “Programa Jovens Urbanos: sistematização de uma metodologia” (SANTOS et al., 2008) um trecho do documento da UNESCO supracitado é transcrito para esclarecer o conceito de vulnerabilidade social adotado pelo programa:

A vulnerabilidade social é tratada aqui como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores. Alguns exemplos desses recursos são o capital financeiro, o capital humano, a experiência de trabalho, o nível educacional, a composição e os recursos familiares, o capital social, a participação em redes e o capital físico.

[...] A vulnerabilidade social traduz a situação em que o conjunto de características, recursos e habilidades inerentes a um grupo social se revelam insuficientes, inadequados ou difíceis para lidar com o sistema de oportunidades oferecido pela sociedade, de forma a ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades de deterioração das condições de vida de determinados atores sociais. Esta situação pode se manifestar, em um plano estrutural, por uma elevada propensão à mobilização descendente desses atores e desenvolvimento dos sentimentos de incerteza e insegurança entre eles (ABRAMOVAY et al., 2002 apud SANTOS et al., 2008, p. 21).

O programa Jovens Urbanos, a Fundação Itaú Social, a UNESCO, o BID, intelectuais: todo um alinhamento discursivo a sustentar a tese de que a “violência sofrida e praticada pelos jovens possui fortes vínculos com a condição de vulnerabilidade social em que se encontram nos países latino-americanos” (ABRAMOVAY et al., 2002, p. 13).

Evitando a complexa discussão a respeito da “violência sofrida e praticada pelos jovens”<sup>18</sup> de modo geral, é preciso refletir sobre o que significa “ascender a maiores níveis de bem-estar” (ABRAMOVAY, 2002, p. 13). O que parece estar em jogo, mesmo que sutilmente, é uma lógica economicista de desempenho e deslocamento de posições sociais de acordo com maior ou menor grau de acesso a determinados recursos provenientes do Estado, do mercado e da sociedade. A problematização a respeito da estrutura de oportunidades existentes, seu sentido e relevância para determinados grupos sociais e, em especial, para a juventude, localiza-se em segundo plano; a questão sobre os recursos disponíveis parece placidamente resolvida, tratando-se apenas de uma equação: equalizar oferta e demanda e administrar a distribuição.

---

<sup>18</sup> Aliás, incômodo atestar que análises que colocam em implicação pobreza e juventude desembocam na questão da violência, evidenciando, talvez, a antiga e persistente, nunca abandonada, criminalização da pobreza.

Não obstante reconhecer a necessidade de cautela e crítica, tais discursos parecem operar um deslocamento importante, ponto de inflexão reconhecido pelo programa: a ênfase na vulnerabilidade do território e não na dos jovens, um deslocamento que deslegitima e desqualifica discursos que pretendem culpar a vítima pelas condições de vida às quais está sujeita. Desse modo, para o programa Jovens Urbanos, a vulnerabilidade social fica caracterizada como uma relação entre componentes, não um estado ou atributo dos sujeitos. Dependendo da dinâmica de cada território produzem-se resultados menos ou mais vulneráveis. Tal afirmação parte do reconhecimento de que a dinâmica social, ambiental e política dos territórios produz ou engendra efeitos de vulnerabilidade que afetam o conjunto das pessoas e seus modos de vida.

Na trilha desses argumentos, o programa parece insistir que os vetores de vulnerabilidade social conformariam territórios vulneráveis e não sujeitos ou indivíduos vulneráveis. Na gênese do termo vulnerabilidade, nos estudos citados de Abramovay et al., já se apontava para essa diferenciação:

[...] tendo em vista que riscos de mobilidade social descendente e as configurações vulneráveis não se restringiam àqueles situados abaixo da linha de pobreza, mas a toda população em geral (2002, p. 29).

Ou seja, o balizador da condição de vulnerabilidade social dos territórios, ou da vulnerabilidade socioterritorial, se constituiria a partir da medida de implicação entre a estrutura de oportunidades disponíveis e os recursos materiais ou simbólicos que detém os sujeitos para que possam alcançar e usufruir dessas oportunidades.

Problematizando a ideia de vulnerabilidade social, relativizando os discursos e práticas que pretendem desatar e revelar as tramas da cidade e de seus territórios – para fazer alusão ao livro organizado por Vera Telles e Robert Cabanes – e as formas pelas quais os jovens se movimentam nessas tramas, esses autores incitam a pensar:

Entre, de um lado, os artefatos da “cidade global” e, de outro, os “pobres e excluídos” tipificados como público-alvo de políticas ou programas ditos de inserção social, há um emaranhado social que resta a conhecer, que não cabe em modelos polares de análise pautados pelas noções de dualização social, que escapa às categorias utilizadas para a caracterização da pobreza urbana e transborda por todos os lados o perímetro estreito dos “pontos críticos” de vulnerabilidade social, identificados por indicadores sociais (TELLES; CABANES, 2006, p. 14).

O retrato dos modos de vida dos jovens habitantes das periferias que caracterizam o “público-alvo” dos projetos sociais e que justificam os investimentos das agências financiadoras é acompanhado da ideia de escassez corroborada por desoladores gráficos e índices<sup>19</sup>, mas que, no entanto, deixam escapar complexidades de uma vida social que vem se transformando:

É um feixe de mediações em escalas variadas que desenham um mundo social mil anos-luz de distância das imagens de desolação das periferias de trinta anos atrás. Seria mesmo possível fazer um longo inventário de microcenas desses territórios atravessados por lógicas e circuitos que transbordam, por tudo e por todos os lados, as fronteiras do que é tomado muito frequentemente como “universo da pobreza”. Tudo ao contrário do que é muitas vezes sugerido pelos estudos sobre a pobreza urbana. E, sobretudo, inteiramente ao revés das figurações, construídas pelas políticas ditas de inserção social, de uma pobreza encapsulada em suas “comunidades” de referência e nas carências da vida (TELLES, 2006, p. 70).

Vale ressaltar que se não se trata de negar o cenário, conformado por transformações, contrastes, ambiguidades e, ao mesmo tempo, por duras permanências de pobreza, desemprego, precariedade urbana e violência (melhor seria dizer morte violenta). Sim, essa tragédia se impõe e se concentra nas periferias da cidade, mas

[...] todo cuidado é pouco porque não é coisa simples entender o que anda acontecendo por esse lado da cidade de São Paulo (e não só nela). O fato é que também aqui, no lado pobre (e expansivo) dessas recomposições, o mundo social está muito alterado (TELLES; CABANES, 2006, p. 11).

Apreende-se, das instigantes ideias que fazem pensar a respeito desse mundo social alterado, das realidades urbanas em mutação, novas pistas de investigação e pesquisa que delimitam, ainda que de forma exploratória, a construção da problemática que sustenta esta proposta. Tais pistas inspiram-se no que Telles denominou, valendo-se da expressão de Jacques Donzelot<sup>20</sup>, de “outra invenção do social”

[...] uma outra invenção do social que se faz nos escombros da anterior e que, nas suas dobras e em outros agenciamentos das relações entre o social, econômico e político, vai ganhando forma nas práticas de gestão da pobreza e administração de suas urgências (TELLES, 2006, p. 434).

---

<sup>19</sup> A propósito dessa lógica de caracterização de alguns distritos e bairros da cidade, vale destacar o “Relatório de justificativa para definição dos territórios de intervenção” que compõe, como anexo 1, a publicação que apresenta a sistematização do programa (SANTOS et al., 2008). Nesse relatório apresentam-se as fontes e as informações usadas para selecionar os territórios que, segundo o próprio texto, referendam o critério de risco e vulnerabilidade social assumidos pelo Jovens Urbanos. São utilizados índices e indicadores intraurbanos, dados populacionais, demográficos e territoriais; dados sobre infraestrutura e equipamentos públicos; além de documentos que apresentam um diagnóstico da situação de violência e da garantia dos direitos humanos, entre outros, produzidos pelo poder público municipal. Todos esses dados e índices carregam o peso dos alarmantes e catastróficos discursos construídos a respeito da realidade social das periferias da metrópole. São esses discursos que justificam e legitimam o investimento e intervenção naquele território, tanto por parte do poder público quanto da iniciativa privada e da sociedade civil organizada.

<sup>20</sup> Para Telles (2006), “talvez estejamos em face de uma outra ‘invenção do social’ que se faz no sentido contrário ao percurso discutido pelo autor” (DONZELOT, 1984 apud TELLES, 2006, p. 434).

Sinal dos tempos e da diferença dos tempos em relação às décadas anteriores, esse feixe de mediações está por todos os lados redefinindo o jogo de atores, os agenciamentos locais e a gramática política, na qual:

[...] lideranças populares ganham o *status* de empreendedores sociais, os moradores (antes sob a figuração de cidadãos reivindicantes) viram público-alvo e o tão celebrado (almejado) espaço público vai se contraindo na disputa por recursos que passam agora também por outros meandros, outros meandros da riqueza social disputada, pelas agências públicas certamente, mas também e cada vez mais, por essa espécie de mercado social em que parece ter se tornado a gestão da pobreza sob o traço distintivo da responsabilidade social e da benemerência eficaz (TELLES, 2006, p. 434).

Distanciando-se de uma perspectiva fatalista ou do dualismo fácil que ingenuamente absolve ou condena, é preciso estar atento a esse campo de disputas. É verdade que toda essa nova configuração social ganha contornos e constelações muito diferenciadas conforme os locais e conforme o modo como interage com outras práticas associativas, outros atores, outros diagramas de relações e atrelamentos políticos.

Seja como for, entre entidades sociais e suas parceiras em torno de programas sociais locais, organizações não governamentais, os circuitos do assim chamado terceiro setor e as formas renovadas de gestão da pobreza, tudo isso vai ganhando forma e realidade em configurações sociais que ainda precisam ser mais bem conhecidas.

É a partir desse prisma e mobilizado por tais questões que se avalia relevante conhecer melhor o modo como essa malha de relações e mediações conformam o espaço social construído nas relações entre as esferas da vida privada (a vida dos jovens, suas trajetórias e seus enredos biográficos) e as diversas facetas do mundo público. É a partir dessa perspectiva que se propõe um olhar apurado (de descrição e produção de pistas analíticas) para as teias de relações e os campos de ação social, construídos em torno de programas sociais que hoje se estendem por todo o urbano.

Assim, propõe-se investir esforços no deciframento das possibilidades, impasses e bloqueios da ação coletiva e de uma, hoje mais do que necessária, reinvenção da política (e da cidade).

O programa Jovens Urbanos parece ser um campo fértil para esse esforço de deciframento. Encontra-se, nas narrativas do programa, a tentativa de construção de um referencial outro, de afirmação dos jovens e da potência de suas experiências de vida frente ao reiterado discurso de projetos sociais que buscam resolver o “problema da juventude”, caracterizando o jovem como potencial risco, como problema social.

Mesmo em face dos critérios de vulnerabilidade reificados para selecionar e justificar a intervenção em determinados territórios da cidade, o programa apresenta tensões e parece tentar se desvencilhar (mais contundentemente por meio de suas estratégias e metodologias educativas que por seu arsenal de justificativas políticas e sociais) de um discurso que se vale de uma identidade juvenil desenhada apenas com os traços distintivos dos indicadores sociais expressos em diferentes pesquisas que buscam caracterizar o jovem como vulnerável ou como problema social, propondo:

[...] uma intervenção cujas estratégias não reafirmem identidades socialmente negativas associadas aos jovens – o desempregado, o usuário de droga, o violento, os jovens “de rua” etc. – mas sim a construção e afirmação de novas identidades socioculturais juvenis desmobilizando aquelas que lhes são conferidas pelas condições de vida, pois as subjetividades podem ser alteradas nas interações sociais por se produzirem nas relações. Assim, os índices de vulnerabilidade social das cidades são informações de partida para selecionar as regiões a serem trabalhadas, no entanto, não estarão figuradas no processo formativo como marca negativa dos jovens (SANTOS et al., 2008, p. 21).

Nos tempos que correm, um *slogan* de sucesso que compõe a narrativa de diferentes projetos sociais anuncia que é preciso tirar os jovens das ruas, ocupá-los e educá-los para que possam se tornar cidadãos (como se já não o fossem), em discursos nos quais frequentemente alia-se pobreza e criminalidade. Contra essa ideia de confinamento, o Jovens Urbanos aponta uma distinção, posto que opera na ampliação da circulação e da apropriação da cidade:

Encarar a cidade significa, na pauta do programa Jovens Urbanos, reconduzir aos jovens o direito à circulação na cidade, garantir acesso qualificado, em tempo real, aos equipamentos materiais e imateriais em ação no fluxo urbano, intensificar a sensibilidade pelo diferente e pelos problemas relevantes de nosso tempo, porque é nas cidades de hoje que os problemas mais cruciais [...] se cruzam e se manifestam (GOUVEIA, 2008, p. 10).

A problematização disparada a partir do programa Jovens Urbanos evidencia apenas algumas possibilidades de investigação a respeito das ações sociais na contemporaneidade, de invenção de práticas políticas de, por que não dizer, transformação social, práticas que remetem à vida de milhões de jovens urbanos que habitam a cidade. São pistas iniciais de um trabalho que exigirá esforços de análise mais tenazes, capazes de abranger o complexo jogo de atores, os campos de disputa e as principais linhas de força presentes no Jovens Urbanos e, de alguma forma, também presentes na cidade.

## 2.2 Cidade: realidades urbanas em mutação

Nesse tópico são abordados alguns estudos que falam das mudanças que caracterizam a cidade contemporânea, utilizando como referência central os processos socioespaciais de exclusão. Esse recorte justifica-se pela delimitação do objeto de estudo desta pesquisa. Como já exposto, o programa busca ampliar e qualificar as possibilidades de circulação e mobilidade dos jovens na cidade, partindo do pressuposto de que jovens moradores de determinadas regiões da cidade são afetados por diferentes condições de exclusão, dentre elas a exclusão socioespacial.

Há, atualmente, mais de dois milhões de jovens vivendo e construindo seus futuros e suas expectativas em São Paulo, a maior cidade brasileira, a metrópole global do país. Seguindo os estudos de Borja e Castells (1998), pode-se afirmar que a cidade de São Paulo, assim como outras metrópoles de países periféricos e semiperiféricos, insere-se no circuito mundial da economia, articulada a um modelo concentrador de riquezas e marcado por forte exclusão social. Os nexos marcados nessas ideias deram ensejo a estudos que buscaram identificar as principais características de inserção dos jovens na cidade<sup>21</sup>.

Os estudos da Escola de Chicago foram os pioneiros a conjugar a dimensão espacial com a dimensão da desigualdade social. A partir da segunda metade do século XX avançaram os estudos no campo das ciências sociais e da geografia, nos quais se assume, de forma mais significativa, as relações sociais e espaciais como homólogas e dialeticamente inseparáveis (LEFEBVRE 1976, 1991, 1995; SOJA, 1989).

No que tange à temática de interesse, Torres et al. (2003, p. 4) indicam que, enquanto internacionalmente se verifica uma “forte ênfase na questão da separação entre grupos sociais e da homogeneidade social das várias partes da cidade, estruturada especialmente pela etnia e pela raça”, a literatura brasileira “tem se concentrado principalmente na existência de desigualdades e injustiças na distribuição de renda e de serviços públicos, mais que na separação de grupos sociais”. Acompanhando a lógica desses argumentos, talvez seja pertinente indagar como o jovem paulistano experimenta a cidade, quais são os bloqueios e possibilidades que experimenta com e na cidade, quais são os tipos, formas e sentidos de exclusão vivenciados – ou não – pelos jovens participantes do programa.

De todo modo, vale dizer que a cidade de São Paulo mudou, na verdade encontra-se no “olho do furacão”, num processo de mutação no qual se alteraram padrões e lógicas de

---

<sup>21</sup> É o caso, por exemplo, do Mapa da Juventude de São Paulo elaborado pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) por solicitação da Coordenadoria da Juventude da Prefeitura Municipal de São Paulo. Tal pesquisa buscou articular a dimensão do espaço urbano com que questões específicas da juventude. Traçou-se um perfil dos jovens que permitiu, segundo a pesquisa, observar a presença de importante padrão de segregação socioespacial (BOUSQUAT, 2003, p. 81-82).



segregação socioespacial. São Paulo consagrou-se, na segunda metade do século XX, como a metrópole brasileira por excelência. Do modelo fordista e metrópole industrial na década de 1970 passa, partir dos anos 1980, a se configurar como metrópole transnacional, como cidade global. No panorama de 1970, as atividades industriais dominam a dinâmica econômica e produtiva da cidade – esse era o eixo organizador de São Paulo. Vinculados a essa dinâmica, forja-se um modelo de ocupação urbana polarizada e desigual, marcado pelo crescimento demográfico, migração para as metrópoles, disponibilidade de significativo exército industrial de reserva. Acentua-se nesse período, como nunca antes visto, o fenômeno de “periferização”<sup>22</sup>, com início de um ciclo de loteamentos urbanos, na maioria das vezes clandestinos, aliados à alternativa da autoconstrução, à valorização do solo e à especulação imobiliária em terrenos cada vez mais distantes do centro (BÓGUS e WANDERLEY, 1992; KOWARICK, 1979).

Entre 1970 e 1980, a noção de “periferia”, caracterizada pelas péssimas condições de vida de seus moradores e ausência de intervenções estatais – exceto pela construção de grandes conjuntos habitacionais – é objeto de diversos estudos (BRANT, 1989; JACOBI, 1989; BONDUKI e ROLNIK, 1982). Mas não havia consenso entre os autores sobre os processos produtores do espaço que eram objeto de descrições diversificadas e nem sempre compatíveis. Segundo Marques e Bichir (2001, p. 10), o conjunto das produções brasileiras sobre a questão urbana articulou mecanismos estruturais ou de natureza econômica para explicar a configuração da cidade e as políticas estatais, ligando-as ao modo de produção, em sua versão influenciada pelo marxismo estruturalista francês, ou vinculando-as ao comportamento econômico de agentes sociais<sup>23</sup>.

Se as décadas de 1960 e 1970 são fortemente marcadas pela desigualdade espacial, pautada pelo modelo de crescimento dual (centro *versus* periferia), a partir dos anos 1980 uma nova lógica se impõe, a dimensão espacial da exclusão ganha novos contornos, tornando-se muito mais complexa. Algumas características tornam tangível esse processo de transformação radical: o aumento progressivo e a especialização dos setores terciários e quaternários<sup>24</sup> da economia; a incorporação de novas tecnologias (com ênfase na circulação

---

<sup>22</sup> Ribeiro e Lago (1992, p. 161) definem a “periferização” como um fenômeno que não “quer dar conta apenas de um locus, mas de um processo de segregação e diferenciação social no espaço que tem causas econômicas, políticas e culturais” e no qual “consolida-se a imagem de espaços socialmente homogêneos”.

<sup>23</sup> Os estudos de Kowarick (1979) e Bonduki e Rolnik (1982) representariam a primeira influência, enquanto o de Santos (1982), a segunda.

<sup>24</sup> No modelo clássico, as atividades econômicas são classificadas em três setores: primário (agricultura, pecuária e atividades extrativas), secundário (indústria) e terciário (comércio e serviços). Alguns autores, no entanto, consideram essa estrutura insuficiente para abarcar as complexidades das atividades econômicas na era pós-industrial, propondo um quarto setor que contemplaria atividades relacionadas a tecnologias de informação e comunicação (produção e difusão) e a serviços baseados na produção intelectual e no conhecimento, por exemplo telecomunicações, educação, pesquisa e planejamento.

de informações); o fenômeno da involução metropolitana<sup>25</sup>; a diminuição relativa do peso industrial associada à mudança nas características das plantas industriais que tendem a se tornar menores, automatizadas e não poluentes; ampliação do emprego informal, bem como das desigualdades e da pobreza (SANTOS, 1994).

As transformações que afetaram Estado, economia e sociedade forjaram um modelo espacial menos dual e polarizador, afetando de forma significativa o uso do solo, a divisão espacial do trabalho e a vida de seus habitantes. Esse novo padrão amplia o dinamismo urbano e possibilita a criação de “subcentros”, mas não transita para uma ruptura com padrões espaciais de desigualdade consolidados durante o período de industrialização da capital paulista (MELLO, 1998).

Da mesma forma que outras metrópoles transnacionais, a metrópole paulista também é marcada pela intensificação e renovação dos processos sociais de exclusão. Assim, os novos contornos da paisagem e a intensificação da exclusão social estão presentes nas metrópoles contemporâneas, o que justifica a relevância da dimensão espacial da exclusão social.

Em suma, o modelo explicativo que contrastava, de um lado, o centro rico e, de outro, as periferias pobres e com escassez de serviços públicos, se revela insuficiente para a compreensão da metrópole paulista e de sua configuração urbana. Evidências tangíveis apontam para a disseminação da pobreza por toda a cidade, em pequenos espaços próximos do centro; para um aumento de investimentos públicos na direção das periferias, além da existência de um gradiente de crescimento de condomínios fechados com alto poder aquisitivo na direção do vetor de expansão oeste da cidade, até bem pouco tempo ocupado apenas por populações com baixo poder aquisitivo (TORRES et al., 2003).

Mutação, mudança, transformação. Talvez sejam essas as palavras de ordem quando se trata de abordar a cidade, a questão urbana e toda a sua dinâmica e complexidade atual.

Na primeira parte do livro “Nas tramas da cidade”, a pesquisadora Vera Telles toma a cidade como questão e faz um inventário bibliográfico no qual revisita o intenso debate dos anos 1980 acerca da “questão urbana”. Segundo a autora,

[...] o feixe de referências e coordenadas que pautavam esse debate pode ajudar a refletir sobre a diferença dos tempos (TELLES, 2006, p. 13).

---

<sup>25</sup> A involução metropolitana caracteriza-se pelo menor crescimento da cidade-sede em comparação com os demais municípios que compõem a região metropolitana.

Sim, porque, segundo ela, estão em curso mudanças de fundo e tudo o que foi dito e escrito sobre a cidade e seus problemas parece ter perdido sua capacidade descritiva e potência crítica. Quanto à cidade de São Paulo e sua região metropolitana, afirma que

[...] já temos à disposição um volume considerável de informações e pesquisas que mostram a sua redefinida (e reafirmada) centralidade nas dinâmicas nacional e regional e seu lugar nos circuitos globalizados da economia. Pelo lado das atuais reconfigurações socioespaciais, as pesquisas vêm se multiplicando, abrindo o debate sobre as forças operantes na produção do espaço, os novos padrões de segregação urbana, sobre a nova geografia da pobreza urbana e da vulnerabilidade social (TELLES, 2006, p. 49).

Mas o que interessa para esta pesquisa e que Telles apresenta de forma contundente é que:

[...] ainda pouco se sabe do modo como os processos em curso redefinem e interagem com a dinâmica societária, a ordem das relações sociais e suas hierarquias, as práticas sociais e os usos da cidade, as novas clivagens e diferenciações que definem bloqueios ou acessos diferenciados aos seus serviços e espaços. Ainda será preciso decifrar o modo como as atuais reconfigurações econômicas e espaciais redesenham o mundo social e seus circuitos, os campos de práticas e relações de força. Vistas por esse ângulo, as realidades urbanas vêm apresentando desafios consideráveis. As referências gerais sobre emprego e desemprego, transformações sociodemográficas e formas de segregação urbana esclarecem pouco sobre configurações societárias que embaralham as antigas clivagens sociais e espaciais próprias da “cidade fordista”, com as suas polaridades bem referenciadas entre centro e periferia, entre trabalho e moradia, entre mercado formal e mercado informal (TELLES, 2006, p. 49).

A presença da juventude nessa complexa realidade urbana por si só é uma questão instigante; aliam-se a isso os estudos de Torres et al. (2003) que, realizando pesquisa sobre padrões de segregação socioespacial em São Paulo, constatam que a existência de alta proporção de adolescentes numa determinada região correlaciona-se estreitamente à existência de pobreza nessa mesma região, o que de certa forma aponta para uma especificidade da realidade paulistana, pois em outras cidades essa relação se dá com a presença de crianças e não com a de adolescentes.

É no entrecruzamento entre os estudos que buscam descrever as atuais formas de segregação urbana, com olhar apurado e crítico sobre as ações coletivas pautadas pela lógica de projetos sociais dirigidos a jovens habitantes da metrópole – e seus postulados de vulnerabilidade social – que este trabalho inscreve sua problemática.

A partir do quadro de referências apresentado – do qual emergem questões como práticas políticas de ação coletiva no mundo social caracterizado pela lógica dos projetos sociais locais, pelo empreendedorismo social e pelas parcerias para implementação de programas sociais – são descritas as linhas desse diagrama político, suas novas mediações que operam com base no que Telles (2006) chamou de gestão da pobreza. O Jovens Urbanos é o plano no qual tais descrições são possíveis.

### 2.3 Inspirações pós-modernas

A problematização a respeito das referências que sustentam as escolhas formativas e metodológicas é feita a partir do olhar de David Harvey (2012), autor que se debruçou sobre questão do pós-moderno ou, melhor dizendo, do pós-modernismo (principal inspiração teórica do programa) e, também, a partir da produção de outros autores que se contrapõem a essa corrente, especialmente no que se refere aos olhares sobre os jovens em suas relações/ implicações com a realidade urbana.

De largada, a forte inspiração pós-modernista apoia-se em Deleuze e Guattari (1995, 2002), Deleuze (1992), Guattari (1990, 1992); Guattari e Rolnik (2005), Lyotard (1998), Bauman (2004) e toda uma gama de autores simpatizantes, acionados a fim de sustentar as teses defendidas no discurso a favor da circulação da juventude na cidade. Vale ressaltar que as teses e os autores aqui reunidos sob a guarda pós-modernismo não conformam um conjunto coeso, começando no que se refere ao uso do próprio termo. O sociólogo polonês Zygmunt Bauman, por exemplo, prefere evitá-lo, atualmente recorrendo à “modernidade líquida” como conceito-metáfora para se referir à forma atual da modernidade. Outra diferenciação importante refere-se à compreensão dos conceitos de modernismo, modernização e modernidade – olhares desatentos muitas vezes os tomam como sinônimos.

Num ensaio intitulado “Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade”, Marshall Berman (1986), inspirado pela leitura de Goethe, Marx, Baudelaire e por sua própria experiência em relação às transformações ocorridas em Nova York no século XX, a modernidade se configuraria “um tipo de experiência vital [...] compartilhado por homens e mulheres” (p. 9) em seu mundo contemporâneo, a partir da dialética entre modernismo e modernização. Para o autor, o modernismo representaria o espírito da modernidade, dirigido primeiramente ao âmbito das artes e da produção intelectual; a modernização dirige-se às estruturas e processos materiais [de construção] da modernidade; e a modernidade seria a “confluência do modernismo e da modernização, uma fusão das forças materiais e espirituais e de interdependência entre indivíduo e ambiente moderno” (BERMAN, 1986, p. 129). Numa visão relacional e não dicotômica, modernismo e modernização conformariam processos distintos, porém implicados: modernismo e modernização ora se aproximam, ora se confundem, ora se afastam – sempre em movimento. A contribuição de Berman para a compreensão do mundo moderno assenta-se num olhar humanista que ultrapassa as fronteiras que pretendem dar rédeas ao pensamento; o esforço do autor é para decifrar esse tempo outro, próximo e, ao mesmo passo, intangível e assustador, esse tempo a que todos chamam de moderno: o texto

moderno, o prédio moderno, a gente moderna, o pensamento moderno... A sua inquietude e vigor reflexivo, o seu olhar atento e sua sensibilidade à experiência o faz romper supostos limites, articulando conhecimentos da crítica literária, ciência econômica e política, arquitetura, urbanismo e estética. O ensaio de Berman ilumina as vias pelas quais se pode pensar a modernidade e, hoje, tudo o que pretende superá-la e descredenciá-la na compreensão dos fenômenos do mundo. Talvez, perante o anúncio de uma superação chamada de pós-modernidade, se tenha que admitir que “nunca fomos [tão] modernos”<sup>26</sup>.

David Harvey (2012) assinala que “o único ponto de partida consensual para a compreensão do pós-moderno é sua relação com o moderno” (p. 20). Nesse mesmo livro, o autor também pondera:

Com efeito, ocorreram grandes mudanças nas qualidades da vida urbana a partir de mais ou menos 1970. Mas determinar se essas mudanças merecem o nome de “pós-moderno” é outra questão. Na verdade, a resposta está na dependência direta do sentido específico que possamos dar a esse termo. E, nesse ponto, temos de nos ver às voltas com as últimas modas intelectuais importadas de Paris e com as mais novas reviravoltas de mercado de arte de Nova York, visto ter sido a partir desses fermentos que surgiu o conceito de “pós-moderno”. Quanto ao sentido do termo talvez só haja concordância em afirmar que o “pós-modernismo” representa uma espécie de reação ao “modernismo”, ou afastamento dele. Como o sentido de modernismo também é confuso, a reação ou afastamento dele conhecido como “pós-modernismo” o é duplamente (p. 19).

Muitas vezes, como na citação acima, moderno e modernismo parecem ser tomados em sentidos idênticos. Para Latour (1994), Berman (1986) e mesmo para Harvey (2012) essa distinção não é tarefa simples, e foi esse mesmo o intento criativo e intelectual desses autores e de outros tantos: compreender e explicar como se configura, em que se diferencia de modelos anteriores (e de seus derivados modernismo e modernização) e o que já deixou de ser a modernidade.

Nesse trabalho, o pós-moderno é considerado em contraponto ao sentido de modernidade, conforme sugere Berman, compreendendo-a, conforme já citado, como “a confluência do modernismo e da modernização, uma fusão das forças materiais e espirituais

<sup>26</sup> Alusão ao livro de Bruno Latour, “Jamais fomos modernos” (1994). Segundo o autor:

A modernidade possui tantos sentidos quantos forem os pensadores ou jornalistas. Ainda assim, todas as definições apontam, de uma forma ou de outra, para a passagem do tempo. Através do adjetivo moderno, assinalamos um novo regime, uma aceleração, uma ruptura, uma revolução do tempo. Quando as palavras “moderno”, “modernização” e “modernidade” aparecem, definimos, por contraste, um passado arcaico e estável. Além disso, a palavra encontra-se sempre colocada em meio a uma polêmica, em uma briga onde há ganhadores e perdedores, os Antigos e os Modernos. “Moderno”, portanto, e duas vezes assimétrico: assinala uma ruptura na passagem regular do tempo; assinala um combate no qual há vencedores e vencidos. Se hoje há tantos contemporâneos que hesitam em empregar este adjetivo, se o qualificamos através de preposições, é porque nos sentimos menos seguros ao manter esta dupla assimetria: não podemos mais assinalar a flecha irreversível do tempo nem atribuir um prêmio aos vencedores. Nas inúmeras discussões entre os Antigos e os Modernos, ambos têm hoje igual número de vitórias, e nada mais nos permite dizer se as revoluções dão cabo dos antigos regimes ou as aperfeiçoam. **De onde o ceticismo interessadamente chamado de “pós”-moderno, ainda que ele não saiba se é capaz de suceder para sempre aos modernos** (p. 15-6, grifo meu).

e de interdependência entre indivíduo e ambiente moderno” (BERMAN, 1986, p. 129). No entanto, cumpre assinalar que as afirmações a que se refere o Jovens Urbanos estão muito mais localizadas no campo discursivo das artes, da criação intelectual, ou seja, do modernismo. Em suas referências, o programa não aprofunda as teses em relação às mudanças nas estruturas e processos materiais que se alinham ao que Berman chamou de modernização. A implicação entre os âmbitos – modernismo e modernização – não são claras, o peso das reflexões permanece sobre o primeiro.

No trecho a seguir, de Harvey (2012), as características definidoras do pós-moderno vinculam-se ao discurso cultural: à produção de conhecimento das ciências e da filosofia. Verifica-se – em relação ao campo das artes, da arquitetura, da moda – que o uso do prefixo pós encontra suas principais bases no modernismo e não nos processos de modernização. Vale reiterar que, mesmo compreendendo que os termos estejam em mútua dependência, é possível certo distanciamento e relativa autonomia entre ambos. Seguindo as pistas de vários autores reconhecidos como parte dessa corrente pós-moderna e as interpretações recorrentes sobre suas diferentes teses, Harvey registra que pós-moderno, em contraste com o moderno, privilegiaria:

[...] a heterogeneidade, a diferença como forças libertadoras na redefinição do discurso cultural. A fragmentação, a indeterminação e a intensa desconfiança de todos os discursos universais (ou para usar um termo favorito) “totalizantes” são o marco do pensamento pós-moderno. A redescoberta do pragmatismo na filosofia (por ex., Rorty, 1979), a mudança de ideias sobre a filosofia da ciência promovida por Kuhn (1962) e Feyerabend (1975), a ênfase foucaultiana na descontinuidade e na diferença na história e a primazia dada por ele às “correlações polimorfos em vez da causalidade simples ou complexa”, novos desenvolvimentos na matemática – acentuando a indeterminação (a teoria da catástrofe e do caos, a geometria dos fractais) –, o ressurgimento da preocupação, na ética, na política e na antropologia, com a validade e a dignidade do “outro” – tudo isso indica uma ampla e profunda mudança na “estrutura do sentimento”. O que há em comum nesses exemplos é a rejeição das “metanarrativas” (interpretações teóricas de larga escala pretensamente de aplicação universal) (p. 19).

Todas essas ideias – tomadas como exemplos dos principais referenciais que coabitam os discursos pós-modernistas – povoam as afirmações e proposições teórico-técnicas do programa Jovens Urbanos. Resta o desafio de acompanhar a presença – ou não – do ritmo e dos movimentos condicionantes das teorias pós-modernistas nas práticas formativas dirigidas aos jovens e nas experiências por eles narradas.

A fim de se aproximar da resposta a esse desafio são feitos alguns registros – excertos de textos presentes nas publicações sobre o programa no qual são patentes as inspirações pós-modernistas. Essas leituras serão acompanhadas por David Harvey (2012), considerando-se que esse autor fez um competente inventário analítico sobre o tema no livro “A condição pós-moderna”.

Na esteira dessas reflexões, são apresentadas outras linhas de pensamento que têm a cidade e os modos de vida urbanos como objeto de estudo, linhas que marcam uma diferença com o enfoque pós-modernista. Essas abordagens, vinculadas ao campo da antropologia das sociedades complexas, mais estritamente da antropologia urbana, apresentam o pressuposto teórico da totalidade (em contraposição à ideia pós-modernista de fragmentação e desagregação da vida urbana) e o método da etnografia como formas renovadas de pensar e conceber as dinâmicas urbanas contemporâneas. O mapeamento de algumas proposições teve como referência o artigo de José Guilherme Cantor Magnani intitulado “De perto de dentro: notas para uma antropologia urbana” (2002). O autor aponta os principais elementos diferenciadores da antropologia urbana em relação às abordagens pós-modernistas e outras nas quais, segundo o autor, se esvanecem e desaparecem os atores sociais e suas práticas. Nas análises, são destacadas as pesquisas etnográficas de Magnani sobre os percursos de lazer de moradores da metrópole e as categorias descritivas e analíticas que se produziram a partir delas: diferentemente da premissa da imobilidade, enfraquecimento ou mesmo ausências de experiências de sociabilidade na vida urbana, o autor enfatiza que os atores sociais, circunscritos a recortes empíricos específicos, inscrevem na cidade modos peculiares de circular e fruir a “cena urbana”, de fazê-la funcionar a favor de seus propósitos e interesses. Como afirma Magnani (2002), as grandes metrópoles contemporâneas propiciaram:

[...] a criação de novos padrões de troca e de espaços para a sociabilidade e para os rituais da vida pública. De pouco vale generalizar o desaparecimento da velha rua, tida como símbolo por antonomásia do espaço público, nem se limitar a proclamar que sua função foi ocupada pelas “tirânicas da intimidade” ou por zonas desprovidas de sociabilidade: se em determinados contextos ficou inviável como suporte de antigos usos, a experiência da vida pública a que está associada pode ser encontrada em novos arranjos. Um determinado segmento do circuito de lazer, articulando pontos distantes na cidade, é tão real e significativo para seus usuários quanto a vizinhança no contexto do bairro.

De acordo com as premissas do Jovens Urbanos, a restrição da circulação toma contornos que ultrapassam a lógica da inviabilidade do deslocamento físico, pois mesmo afirmando a importância de tal prática no contexto urbano, os jovens seriam afetados e interpelados pelos produtos materiais, forças culturais, jogos de linguagem (FOUCAULT 1995, 2003; LYOTARD 1998<sup>27</sup>) que se espalham e entranham em todas as esferas da vida individual e coletiva.

---

<sup>27</sup> Segundo Harvey:

[...] encontramos autores como Foucault e Lyotard atacando explicitamente qualquer noção de que possa haver uma metalinguagem, uma metanarrativa ou uma metateoria mediante as quais todas as coisas possam ser conectadas ou representadas. As verdades eternas e universais, se é que existem, não podem ser especificadas. Condenando as metanarrativas (amplos esquemas interpretativos como os produzidos por Marx ou Freud) como “totalizantes”, eles insistem na pluralidade de formações de “poder-discurso” (Foucault) ou de “jogos de linguagem” (Lyotard). Lyotard, com efeito, define o pós-moderno simplesmente como “incredulidade diante das metanarrativas” (HARVEY, 2012, p. 49-50).

O programa recorre, a fim de justificar sua intervenção social, a um artigo de Guattari intitulado “Restauração da cidade subjetiva” (1992). Nesse artigo, Guattari enfatiza a existência de um paradoxo na forma que a circulação assume nas cidades: a ampliação e a velocidade de circulação de informações, imagens e produtos, entre outros, parecem petrificar as atividades humanas, tanto os níveis mais singulares da pessoa quanto os níveis mais coletivos. Trata-se, para o autor – visão assumida pelo programa – de uma ordem dominante que põe em ação não somente um imobilismo físico, mas um imobilismo criativo, mental, perceptivo. De acordo com Guattari, tal circulação lança as atividades humanas num nomadismo selvagem, pois ao mesmo tempo em que incita a entrada de pessoas numa circulação veloz, deixa homens, mulheres, juventudes desse tempo no mesmo lugar. Para Guattari, essa ordem dominante poderá ser contrariada na medida em que a circulação se destacar desse “falso nomadismo e retomar a polifonia dos espaços”, sejam eles virtuais ou não. Esse parece ser o principal objetivo do empreendimento social Jovens Urbanos.

Segundo as premissas adotadas pelo programa, vive-se em cidades de fluxos globais de informações, produtos, bens, imagens, mensagens, tecnologias – e o porvir das juventudes encontra-se inseparável dessa condição. De acordo com seus pressupostos, jovens colocariam em cena expressões estéticas, comportamentos, estilos de vida, projetos de futuro que assinalam a presença de todo um sistema de referência que se integra a uma cidade orientada para um modelo de circulação cuja noção de trânsito extrapola a de mobilidade física de pessoas. Segundo o projeto social em estudo, é possível se mover sem sair do lugar – pelas redes de informática, pelas antenas de televisão, pelas linhas telefônicas. É o caso da mobilidade imaterial de informações, mensagens, imagens. Simultaneamente, a mobilidade é limitada espacialmente, na medida em que a circulação está concentrada em projetos arquitetônicos fechados, solução que minimiza a ocupação e as experiências com o espaço público. Ambas as formas de circulação parecem prescindir da mobilidade física dos habitantes urbanos, de modo que as formas virtuais de informação e de comercialização de produtos não se produziram sem subtrair algo das cidades. Parece que, ao realizar práticas de consumo e de acesso a informações sem precisar recorrer à rua, os jovens estariam vivendo e agindo, de algum modo – e sem o sabê-lo – contra a cidade.

As narrativas do programa assinalam que “muitos jovens empenham expectativas de mudanças de vida vinculando-as diretamente à aquisição de bens tecnológicos ou ocupam seu tempo cotidiano na entrada em mundos virtuais de um computador e na manipulação de telefones celulares” (ANDRADE; MUSSI, 2008, p. 36-37). O excessivo investimento no uso desses bens por parte dos jovens pode, segundo suas prerrogativas, reduzir a produção de sentidos e desejos situados para fora dos visores de tais máquinas, afunilando referências de socialização.



De modo ambíguo, o programa também afirma que a presença ostensiva de produtos tecnológicos no cotidiano pode estar acompanhada por diversas práticas de invenção:

[...] quando as tecnologias deixam de assumir apenas uma função comercial e lucrativa para fazer funcionar outras potências, como, por exemplo, a produção de imagens; a produção de práticas de socialização inusitadas, como as interatividades virtuais entre grupos distantes geográfica e socialmente; a produção de novas práticas de utilização da mídia, como acesso a bancos de dados, videotecas etc. (ANDRADE; MUSSI, 2008, p. 37).

De acordo com tais premissas, essa nova configuração concorreria para tornar a vida urbana mais complexa na medida em que produtos materiais e simbólicos, cada vez mais heterogêneos, participam e atuam na formação da coletividade das cidades (ANDRADE; MUSSI, 2008, p. 37).

Ao reconhecer o globalizado e incessante fluxo de informações, de sistemas de significação e de circulação de produtos materiais, a compressão do espaço coletivo e da restrição da circulação no contexto do programa toma outros contornos e sentidos, conforme as proposições de Lyotard (1998). Segundo o autor, a presença de informações multiplicadas na vida social proporia como desafio às populações a organização de interações sociais localizadas e provisórias (em contraposição a tipos de sociabilidades totalizadoras, como as sociabilidades protagonizadas por instituições), como estratégia para reconhecimento, assimilação e validação de saberes globalmente circulantes. Lyotard argumenta que a diversidade e o afluxo dos saberes hoje são tais que nenhum indivíduo, e principalmente nenhum grupo fechado, pode mais possuir o conjunto dos conhecimentos como ainda era possível nas sociedades arcaicas ou tradicionais. A inteligência, o pensamento, o conhecimento estão condenados à partilha, à abertura (LYOTARD apud KUMAR, 1997, p. 136).

Harvey (2012) localiza as teses de Lyotard na esteira de outros autores pós-modernistas que, segundo ele, expressam certo fascínio exacerbado pelas novas possibilidades da informação e da produção, análise e transferência do conhecimento. Segundo Harvey:

Lyotard (1984), por exemplo, localiza firmemente seus argumentos no contexto de novas tecnologias de comunicação e, usando as teses de Bell e Touraine sobre a passagem para uma sociedade "pós-industrial" baseada na informação, situa a ascensão do pensamento pós-moderno no cerne do que vê como uma dramática transição social e política nas linguagens da comunicação em sociedades capitalistas avançadas. Ele examina de perto as novas tecnologias de produção, disseminação e uso desse conhecimento, considerando-as "uma importante força de produção". O problema, contudo, é que agora o conhecimento pode ser codificado de todas as maneiras, algumas das quais mais acessíveis que outras. Portanto, há na obra de Lyotard mais do que um indício de que o modernismo mudou porque as condições técnicas e sociais de comunicação se transformaram (HARVEY, 2012, p. 53).

Outros pensadores também identificados nessa corrente pós-modernista, como Jean Baudrillard e Mark Pôster<sup>28</sup>, são utilizados como referência em análises do Jovens Urbanos. Segundo as narrativas do programa, esses autores que apontam o “desaparecimento dos indivíduos nas redes de informação”. Para Baudrillard, citado por Kumar,

O indivíduo deixou de existir em um relacionamento objetivo com seu ambiente. Ele não é mais um ator do mundo, mas um terminal de redes múltiplas. Com a imagem da televisão – que é objeto final e perfeito desta nova era – nosso próprio corpo e todo o universo circundante tornam-se uma tela de controle (KUMAR, 1997, p. 137).

O programa afirma, enfaticamente, que o acesso aos fluxos informacionais entre os jovens brasileiros dá-se, sobremaneira, pela televisão, sendo que a maioria vê-se isolada de outras redes de comunicação. Pela televisão, as informações acessadas pelos jovens adquiririam o caráter de indiferenciadas. A indiferenciação das informações sobrevém da fragmentação, condensação e velocidade com que, no geral, as informações são veiculadas no formato televisivo. Daí a dificuldade de os expectadores lembrarem as informações ou realizarem distinções entre elas. Segundo texto referência do programa:

Ressalte-se que raramente as informações com as quais jovens mantêm contato via televisão têm força convocatória para serem cruzadas com outros repertórios de saberes (ANDRADE; MUSSI, 2008, p. 39).

A manipulação intelectual de informações seria, no geral, obstruída ou diminuída em função prioritariamente da passagem veloz de uma imagem para outra, característica da linguagem televisiva. Além disso, as informações acabariam por se diluir na estrutura televisiva, pois disputam espaço com a forte presença icônica; com o tipo de estilística televisiva, expressa prioritariamente pelo formato de *show*; com a recorrente convocação a sentimentalismos; entre outros elementos (SARLO, 2006).

Essa ênfase nos efeitos paralisantes, estupeficientes e acrílicos das mídias, especialmente da televisão (no caso do programa Jovens Urbanos, efeitos experimentados primordialmente pelos jovens pobres<sup>29</sup>) é recorrente nas análises pós-modernistas. Segundo Harvey:

As preocupações pós-modernas com a superfície, por exemplo, podem remontar ao formato necessário das imagens televisivas. A televisão também é, como aponta Taylor (1987, p. 103-5), "o primeiro meio cultural de toda a história a apresentar as realizações artísticas do passado como uma colagem coesa de fenômenos equi-importantes e de existência simultânea, bastante

<sup>28</sup> Na publicação do programa, esses autores aparecem citados sem data.

<sup>29</sup> Uma passagem do programa é explícita quanto às limitações das juventudes pobres:

Em relação à capacidade de ingresso dos jovens em outras formas de sociabilidades-relações em ação no ambiente urbano, as possibilidades para as juventudes pobres veem-se bastante diminuídas, por não terem acesso a serviços públicos e a recursos materiais e simbólicos que sustentem o deslocamento a diferentes lugares da cidade (ANDRADE; MUSSI 2008, p. 39).

divorciados da geografia e da história material e transportados para as salas de estar e estúdios do Ocidente num fluxo mais ou menos ininterrupto". Isso requer, além disso, um espectador "que compartilhe a própria percepção da história do meio como uma reserva interminável de eventos iguais" (HARVEY, 2012, p. 63).

O autor, mesmo mantendo um olhar distanciado das afirmações pós-modernistas, reconhece o papel dominante da televisão não só na moldagem da cultura enquanto modo total de vida, como também na conservação da lucratividade da produção capitalista:

Apontar a potência dessa força na moldagem da cultura como modo total de vida não é, no entanto, cair necessariamente num determinismo tecnológico simplista do tipo "a televisão gerou o pós-modernismo". "Porque a televisão gerou o pós-modernismo". Porque a televisão é ela mesma um produto do capitalismo avançado e, como tal, tem de ser vista no contexto da promoção de uma cultura do consumismo. Isso dirige a nossa atenção para a produção de necessidades e desejos, para a mobilização do desejo e da fantasia, para a política da distração como parte do impulso para manter nos mercados de consumo uma demanda capaz de conservar a lucratividade da produção capitalista (HARVEY, 2012, p. 63-64).

Sobre a noção de lugares e comunidades, as teses do programa remontam a Massey. No artigo intitulado "Um sentido global do lugar", Massey (2000) afirma que, na atualidade, as noções idealizadas de uma época em que os lugares eram supostamente habitados por comunidades com identidades delimitadas se contrapõem a análises críticas que concebem os lugares e as comunidades como formações múltiplas, em que relações econômicas, políticas e socioculturais globais têm atuação.

Tal perspectiva é referendada por Bauman (2004), quando afirma que a característica mais vital da vida urbana contemporânea e, provavelmente, a mais influente em longo prazo, é a íntima interação entre as pressões globalizantes e o modo como as identidades locais são negociadas, construídas e reconstruídas.

Para Massey (2000), embora os lugares e as comunidades desenvolvam uma constelação particular de relações sociais, não é mais possível estabelecer fronteiras simbólicas blindadas entre um lugar e outro, uma comunidade e outra, um lugar e a sua cidade, um lugar e outros lugares. Nessa perspectiva, a relação comunidade/ lugar também é expandida: as comunidades podem existir sem estar no mesmo lugar, como, por exemplo, redes de amigos com interesses comuns e rede de pessoas que comungam crenças religiosas afins formam comunidades cidadinas que não se restringem a um lugar demarcado geograficamente: "[...] em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais [...]" (MASSEY, 2000, p. 184). A autora, ao caracterizar o lugar e a comunidade pela rede de relações sociais que articulam e fazem funcionar, chama ainda

a atenção para o movimento contínuo que guia essas noções, considerando-se a plasticidade que as relações, no fluxo de seus acontecimentos, pode experimentar. Se os lugares podem ser conceituados em termos das interações sociais que agrupam, então, essas relações em si mesmas não são inertes, congeladas no tempo: elas são processos (MASSEY, 2000).

Segundo o Jovens Urbanos, é nesse contexto de alta disseminação de informações, implosão espacial e mudanças na noção de lugar/ comunidade que as juventudes moradoras das cidades parecem organizar e sustentar suas vidas. Com base nas análises desenvolvidas por Massey, o programa registra que as juventudes moradoras das cidades relacionam-se de diferentes maneiras com as informações, significados e bens materiais que atravessam o ambiente urbano e que a experiência da compressão de tempo-espço não ocorre de uma mesma forma para toda população juvenil. A mesma observação torna-se válida nas narrativas do projeto social quando se refere às possibilidades de mobilidade física das juventudes. Condições de classe social, raça, gênero e idade cruzadas com a questão de segurança das cidades, tecnologias e mídias dominantes – entre outras – são visitadas para compreender a vivência de espaço e lugar experimentada por grupos humanos.

O programa alega categoricamente que as desigualdades socioeconômicas persistentes na sociedade brasileira justificam em grande parte as restrições de mobilização de jovens. Mas não só. Também consideram o recorte de gênero impondo outros campos de restrições, agora ligados especificamente à condição feminina. Por esse crivo, seguindo as referências do programa, jovens mulheres teriam mobilidade muito mais constrangida do que jovens do sexo masculino. De acordo com Massey (2000):

[...] pesquisas mostram de que modo a mobilidade das mulheres sofre restrições de inúmeras maneiras diferentes: da violência física ao fato de ser assediada, ou de ser simplesmente obrigada a sentir “fora do lugar” – não pelo “capital”, mas pelos homens (2000, p. 178).

Guattari, Bauman, Massey, Kumar e Lyotard integram a linhagem de autores que, de modo heterogêneo, se dispõe a pensar as matizes sociais, econômicas e políticas (amparada pelo estudo das disposições psicológicas dos indivíduos) e a delinear as manifestações concretas implicadas pelo curso das ideias atuais.

Os autores presentes nas narrativas do programa são contundentes na apreciação da vida urbana contemporânea como algo “que é o que já não éramos mais, o que deixávamos

de ser<sup>30</sup> – ou seja, algo que se chama pós-modernismo, mas que se converte e se sustenta nos escombros do modernismo que renuncia.

Nas últimas duas décadas, "pós-modernismo" tornou-se um conceito com o qual lidar, e um tal campo de opiniões e forças políticas conflitantes que já não pode ser ignorado (HARVEY, 2012, p. 45).

O pós-modernismo, por exemplo, representa uma ruptura radical com o modernismo ou é apenas uma revolta no interior deste último contra certa forma de "alto modernismo" representada, digamos, na arquitetura de Mies van der Rohe e nas superfícies vazias da pintura expressionista abstrata minimalista? Será o pós-modernismo um estilo (caso em que podemos razoavelmente apontar como seus precursores, o dadaísmo, Nietzsche ou mesmo, como preferem Kroker e Cook (1986), as Confissões de Santo Agostinho, no século IV) ou devemos vê-lo estritamente como um conceito periodizador (caso no qual debatemos se ele surgiu nos anos 50, 60 ou 70)? Terá ele um potencial revolucionário em virtude de sua oposição a todas as formas de metanarrativa (incluindo o marxismo, o freudismo e todas as modalidades da razão iluminista) e da sua estreita atenção a "outros mundos" e "outras vozes" que há muito estavam silenciados (mulheres, *gays*, negros, povos colonizados com sua história própria)? Ou não passa da comercialização e domesticação do modernismo e de uma redução das aspirações já prejudicadas deste a um ecletismo de mercado "vale tudo", marcado pelo *laissez-faire*? Portanto, ele solapa a política neoconservadora ou se integra a ela? E associamos a sua ascensão a alguma reestruturação radical do capital, à emergência de alguma sociedade "pós-industrial" vendo-o até como a "arte de uma era inflacionária" ou como a "lógica cultural do capitalismo avançado" (como Newman e Jameson propuseram)? (HARVEY, 2012, p. 47).

Seguindo Harvey, o Jovens Urbanos parece assumir o pós-modernismo em toda a sua positividade, afirmando seu potencial revolucionário de promover a experiência da alteridade, a experiência de outros mundos nas dinâmicas urbanas.

Sustentando-se nos postulados pós-modernistas, o programa parte do pressuposto de que a força mais marcante da cidade está na sua potência de dispersão de grupos humanos. O aparecimento de cidades convocaria a mobilidade humana em contrário à concentração proposta pelas aldeias, ingressando nos costumes da cotidianidade urbana o desejo de trânsito e o exercício ativo de abandonar o lar para ir a outro lugar. Na perspectiva dessa força de circulação presente nas cidades, habitantes metropolitanos teriam como possibilidade incessante o convite a processos de desterritorializações subjetivas (ANDRADE; MUSSI, 2008). Pelo movimento físico de deslocamentos, se engendrariam encontros e a intercessão de uma pluralidade de sistemas de significação – interesses afetivos, intelectuais, estéticos, sistemas de pensamentos e de ações

---

<sup>30</sup> Alusão ao texto de Gilles Deleuze intitulado "Post-scriptum sobre as sociedades de controle" no qual ele anuncia a metamorfose das sociedades disciplinares para as sociedades de controle. "Mas as disciplinas, por sua vez, também conheceriam uma crise, em favor de novas forças que se instalavam lentamente e que se precipitariam depois da Segunda Guerra Mundial: sociedades disciplinares é o que já não éramos mais, o que deixávamos de ser" (Deleuze, 1992, p. 208).

múltiplos e não coincidentes entre si – invocando convites a modificações e a expansões de pontos de referências subjetivos, um convite à experiência de alteridade.

Entretanto, o próprio programa faz uma ressalva: a força de circulação em ação nas cidades não pode ser tomada nem positiva nem negativamente *per se*, tampouco abstratamente, pois ela depende dos gestos que a fazem, da implicação com o ato, das técnicas de regulação e do quadro de poderes em que está envolvida. Em suma, de elementos que conjugam a forma que a própria circulação adquire em cada tempo e os tipos de fluxos que ela faz funcionar. Amparando-se nas teses de Guattari, o desempenho dessa força cidadina estaria em relação direta com agenciamentos políticos, econômicos, legais, sociais, artísticos. Uma cidade orientada para uma forma de circulação em que a dinâmica dos espaços construídos é preterida pelos espaços virtuais ou espaços fechados, como os *shopping centers*, resultaria em efeitos distintos daqueles anunciados por uma perspectiva de experiência da alteridade, uma perspectiva de experiência de outros mundos.

## 2.4 De perto e de dentro: a perspectiva da antropologia urbana

Magnani, pautado pelos resultados de diferentes pesquisas realizadas no âmbito da antropologia urbana, aponta uma diferenciação importante em relação aos postulados pós-modernistas sobre a cidade e sobre os rumos e as consequências da urbanização nas metrópoles contemporâneas. No artigo “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana” (2002), o autor expõe, de forma concisa, alguns dos enfoques mais correntes sobre a questão da cidade, incluindo o enfoque pós-modernista. Num embate com tais abordagens – que classifica como um olhar “de fora e de longe” – propõe outra, marcadamente etnográfica, denominada “de perto e de dentro”.

O autor identifica que as abordagens pós-modernistas a respeito das metrópoles

[...] projetam cenários marcados por uma feérica sucessão de imagens, resultado da superposição e conflitos de signos, simulacros, não-lugares, redes e pontos de encontro virtuais. Esta é a cidade que se delinea a partir da análise de alguns semiólogos, arquitetos, críticos pós-modernistas, identificada como o protótipo da sociedade pós-industrial (MAGNANI, 2002, p. 12).

Magnani mapeia e descreve os pontos fulcrais – e também as dissonâncias – dessa abordagem pós-modernista e de outra – não tão pós e nem tão distante dos países emergentes – cujo objeto situa-se sempre em macroescala, sustentada por variáveis e indicadores sociais, conformando

análises e respectivos diagnósticos que enfatizam os aspectos desagregadores do processo tais como o colapso do sistema de transporte, as deficiências do saneamento básico, a falta de moradia, a concentração e desigual distribuição dos equipamentos, o aumento dos índices de poluição, da violência (MAGNANI, 2002, p. 12).

Desses dois blocos, perspectivas pelas quais se pensa a cidade contemporânea, mesmo que por motivos diferentes, desdobram-se conclusões a respeito da cultura urbana e seus modos de vida: soam os alarmes que denunciam deterioração dos espaços e equipamentos públicos com a conseqüente privatização da vida coletiva, segregação, evasão de contatos, confinamento em ambientes e redes sociais restritos, situações de violência etc.

A reflexão empreendida por Magnani a respeito desses dois blocos – polarizadas, segundo o autor, por cumprirem um efeito comparativo e de contraste – constituem o pano de fundo de suas proposições. A contribuição de Magnani se faz na criação de alternativas de análise para a dinâmica urbana a certa dominância de saberes e dizeres sobre a cidade contemporânea e suas questões. Esses saberes e dizeres conformam um repertório de conhecimentos e práticas de pesquisa e análise que vem se difundindo e ganhando grande destaque na pauta dos debates atuais sobre a experiência urbana. Dentre esse amplo e heterogêneo repertório atesta-se um ponto de convergência: a ausência dos atores sociais.

Em primeiro lugar, observa-se a ausência dos atores sociais. Tem-se a cidade como uma entidade à parte de seus moradores: pensada como resultado de forças econômicas transnacionais, das elites locais, de *lobbies* políticos, variáveis demográficas, interesse imobiliário e outros fatores de ordem macro; parece um cenário desprovido de ações, atividades, pontos de encontro, redes de sociabilidade. [...] A bem da verdade, não é propriamente a ausência de atores sociais que chama a atenção, mas a ausência de certo tipo de ator social e o papel determinante de outros. Em algumas análises, a dinâmica da cidade é creditada de forma direta e imediata ao sistema capitalista; mudanças na paisagem urbana, propostas de intervenção (requalificação, reciclagem, restauração), alterações institucionais não passam de adaptações às fases do capitalismo que é erigido, na qualidade de variável independente, como a dimensão explicativa última e total (MAGNANI, 2002, p. 14-15).

Como alternativa à soberania de uma única variável exclusiva e independente tomada como explicação última e total de toda a dinâmica urbana, Magnani propõe um *corpus* teórico e um método de trabalho de pesquisa nos quais se justifica e opera a presença dos atores sociais e de suas práticas culturais na e pela cidade. A presença dos atores sociais é condição para a descrição dos modos de vida urbanos; nessa perspectiva, os atores sociais investem a cidade com seus usos e significações e, assim, de perto e de dentro, acabam por criá-la ou reinventá-la.

Contrariamente às visões que privilegiam, na análise da cidade, as forças econômicas, a lógica do mercado, as decisões dos investidores e planejadores, proponho partir daqueles atores sociais não como elementos isolados, dispersos e submetidos a uma inevitável massificação, mas que, por meio do uso vernacular da cidade (do espaço, dos equipamentos, das instituições) em esferas do trabalho, religiosidade, lazer, cultura, estratégias de sobrevivência, são os responsáveis por sua dinâmica cotidiana. Postulo partir dos atores sociais em seus múltiplos, diferentes e criativos arranjos coletivos: seu comportamento, na paisagem da cidade, não é errático, mas apresenta padrões.

Partir das regularidades, dos padrões e não das “dissonâncias”, “desencontros”, “hibridizações” como condição da pesquisa supõe uma contrapartida no plano teórico: a ideia de totalidade como pressuposto (MAGNANI, 2002, p. 18).

No plano teórico, a ideia de totalidade como pressuposto; no plano empírico a etnografia como método – essa é a proposta de Magnani para investigar novos cenários e arranjos outros de exercício da cidadania, das práticas urbanas e dos rituais da vida pública.

No contexto de uma pesquisa sobre lazer na periferia de São Paulo, ao acompanhar, registrar e descrever as práticas de lazer de moradores da metrópole paulistana, cuja referência primeira é o livro “Festa no pedaço” (1984), Magnani encontra o fermento para a produção de suas categorias explicativas a partir de alguns recortes da paisagem urbana. Essas categorias – denominadas “pedaço”, “mancha”, “trajeto”, “circuito” – contemplam os arranjos próprios criados pelos atores sociais em seus múltiplos contextos de atuação e uso do espaço e das estruturas urbanas.

Problematizando a hipótese de fragmentação, desarticulação e desagregação que, num jogo de vistas parece configurar o movimento e as mudanças experimentadas nas grandes cidades, Magnani afirma a possibilidade de o trabalho etnográfico identificar regularidades e padrões que presidem o comportamento dos atores sociais, por meio de recortes bem delimitados que possibilitam o exercício, sempre exigente e rigoroso, da descrição etnográfica:

Identificar essas práticas significa que o recorte escolhido faz sentido tanto para os próprios atores como para o analista: trata-se de uma totalidade empiricamente definida, mas que, capaz de ter os elementos que os estruturam reconhecíveis como padrões, pode ser descrita, formalizada, constituindo um modelo mais geral. Aponta para uma lógica que transcende o contexto original, com poder descritivo e explicativo (MAGNANI, 2002, p. 25).

As categorias de pedaço, mancha, trajeto e circuito representam esse esforço de identificação de constâncias, regularidades e padrões e concretizam a potência descritiva e explicativa, sendo úteis à análise de outros contextos distantes daqueles em que foram originalmente criados.

Essas categorias abrem possibilidades para identificar diferentes situações da dinâmica cultural e da sociabilidade na metrópole: a noção de pedaço evoca laços de pertencimento e estabelecimentos de fronteiras, mas pode estar inserida em alguma mancha, de maior consolidação e visibilidade na paisagem; esta, por sua vez, comporta vários trajetos como resultado das escolhas que propiciam a seus frequentadores. Já circuito, que aparece como uma categoria capaz de dar conta de um regime de trocas e encontros no contexto mais amplo e diversificado da cidade (e até para fora dela), pode englobar pedaços e trajetos particularizados (MAGNANI, 2002, p. 25).

De posse dessas pistas concretas e originais, sob a inspiração de clássicos e atuais estudos antropológicos de cunho etnográfico, o autor afirma que as grandes metrópoles contemporâneas



não podem ser vistas apenas do ponto de vista de seus excessos demográficos, da desordem, do caos e da fragmentação, como sugerem alguns estudos, muitos deles englobados nas teses pós-modernistas sobre a cidade e a vida urbana. Sim, no lugar dos saudosos arranjos primordiais de convívio, sociabilidade, solidariedade e vida pública, novos arranjos culturais se perfazem, amparando a vida que urge, pulsa e sustenta os territórios da cidade.

## 2.5 Em defesa do pluralismo analítico

Não é que os jovens não circulem. Considerando, inclusive, as teses pós-modernistas, os jovens estão eminentemente sujeitos à circulação (de fluxos informacionais, jogos de linguagem, artefatos culturais) mesmo sem saírem do lugar. Os jovens estão condenados a ser terminais múltiplos de uma rede conectada na qual circula tudo menos eles próprios já que, de acordo com o programa Jovens Urbanos, se encontram imobilizados, soterrados por uma avalanche de signos, produtos que não capazes de codificar ou compreender, apenas consumir.

O que parece estar em jogo nas afirmações e proposições do Jovens Urbanos não é a restrição da circulação e sim a qualidade dela, sua qualificação em relação às possibilidades de relações, ao grau de multiplicidade das experiências que faz engendrar. Para o programa, a circulação e os diferentes níveis de relação que ela propicia entre os jovens e a cidade podem tanto expandir como restringir, impedir, obstruir as oportunidades de exercício de cidadania. Assim, os jovens estariam vivendo sob o risco de ter impedidas possibilidades de construção de realidades e perspectivas de futuro mais criativas e dignas, para além das desoladoras estatísticas das vulnerabilidades sociais de toda a ordem. Segundo o programa, os jovens pobres, moradores dos territórios caracterizados pelas ditas vulnerabilidades sociais, tem o seu campo relacional diminuído, o que afunilaria processos de sociabilidade mais amplos e diversificados, causando o enclausuramento do jovem em seu restrito mundo. Mesmo quando estabelecidas, tais relações seriam incapazes ou desqualificadas para a conquista de novas posições sociais. O que se afirma no programa Jovens Urbanos não parece ser, conforme já dito, a restrição da circulação, mas sim a tese idealizada que os usos e apropriações que os jovens fazem da cidade são desqualificados ou insuficientes para alcançar uma dimensão mais plena da vida urbana, uma dimensão dos incluídos socialmente, dos verdadeiros usuários da metrópole, detentores dos modos válidos e enobrecidos de usufruir a cidade.

Delimitado no amplo e vago campo da antropologia das sociedades complexas encontra-se, como contraponto à chave analítica do pós-modernismo, a antropologia urbana compreendida *stricto sensu*, sendo na visão de Magnani o “estudo de grupos sociais e suas

práticas quando propriamente inscritos na trama da cidade, isto é, articulados na e com a paisagem, equipamentos ou instituições urbanas, considerados não um mero cenário, mas uma parte constitutiva dessas práticas” (2002, p. 18). Magnani aponta a contribuição específica da antropologia para o entendimento das questões urbanas contemporâneas, diferenciando-a, por meio do enfoque etnográfico, das abordagens de outras perspectivas e disciplinas como, por exemplo, das abordagens chamadas pós-modernistas e de suas consequentes análises sobre a cidade e a experiência urbana atual. Nesse sentido, os jovens são vistos como atores sociais que, ao serem atingidos pelos efeitos das condições de vida urbana contemporânea não se mostram imóveis, passivos, mas, de modo muito mais ativo, agem em articulação e implicação com esses cenários, fazendo-os fenecer ou funcionar.

Nesse esforço de problematização foram apresentadas algumas pistas desse outro modo de ver e tecer compreensões sobre a cidade e as dinâmicas urbanas como forma de caracterizar um território conflituoso e contrastante de ideias. Esse terreno arenoso evidencia que muito ainda há para pensar sobre a cidade e seus desafios e, no caso específico deste trabalho, sobre como os jovens se movimentam e produzem suas vidas em um contexto de potências e problemáticas. É preciso estratégias adequadas que permitam reconhecer e descrever esses intrincados e articulados arranjos culturais que perfazem a vida das grandes metrópoles. Esses arranjos são múltiplos e diferenciados e, ao mesmo tempo, coerentes a um determinado espaço/tempo, e é no jogo dessas ambivalências que reside o desafio do trabalho de investigação. Acessar as senhas da vida urbana para se aproximar dos jovens exige produzir tessituras analíticas de escalas variadas, a fim de localizar ressonâncias e constâncias – vias pelas quais determinadas práticas culturais têm a chance e a permissão de passar (e, algumas vezes, escapar a fim de criar outras novas vias).

Resta, considerando o caminho da reflexão produzida até aqui, reconhecer o que há de fecundo e fértil no vasto – e não raro controverso – campo das ideias ditas pós-modernistas. Na busca por categorias que permitam descrever e analisar a experiência urbana contemporânea, acompanhando o ritmo insuspeito de sua transformação, a fim de identificar nuances, pistas, outras chaves da cultura urbana, encontra-se:

[...] a mais difícil questão sobre o movimento pós-moderno: o seu relacionamento com a cultura da vida diária e a sua integração nela. Embora quase toda a discussão disso ocorra no abstrato, e, portanto, nos termos não muito acessíveis que sou forçado a usar aqui, há inúmeros pontos de contato entre produtores de artefatos culturais e o público em geral: arquitetura, propaganda, moda, filmes, promoção de eventos multimídia, espetáculos grandiosos, campanhas políticas e a onipresente televisão. Nem sempre é claro quem está influenciando quem no processo. [...] Façamos o que fizermos com

o conceito, não devemos ler o pós-modernismo como uma corrente artística autônoma; seu enraizamento na vida cotidiana é uma de suas características mais patentemente claras (HARVEY, 2012, p. 62-65).

Também é preciso não virar as costas às dissonâncias dessa corrente pós-modernista, às outras formas e métodos de se aproximar e descrever a dinâmica social urbana – por exemplo, o produtivo terreno das pesquisas etnográficas na área da antropologia urbana, tal como proposta por Magnani e seu Núcleo de Antropologia Urbana (NAU) da USP.

Enfrentar os desafios da cidade exige esse esforço de atenção e plasticidade: ampliar horizontes teóricos e metodológicos, sem cair nas armadilhas de leituras que gerem verdades capazes de justificar – com ares de atualidade e rigor científico, empreendimentos sociais que determinam como e de que maneira se deve realizar a gestão das urgências da cidade, em última instância, a gestão da pobreza. É na descrição dessa gramática, desse novo diagrama social em ação nas cidades que a força de investigação precisa se deter.

### 3 OLHARES E LUGAR DA JUVENTUDE

Este capítulo apresenta e analisa diferentes discursos sobre o jovem. Tais discursos pretendem definir o que é ser jovem, como e o que caracteriza a juventude contemporânea, especialmente a urbana (desafios, impasses, oportunidades), e circula tanto nos referenciais das políticas públicas e nas produções acadêmicas sobre o tema quanto no âmbito das ações e projetos sociais dirigidos aos jovens (âmbito no qual se encontra o programa Jovens Urbanos).

Ressalta-se que os discursos – governamentais, acadêmicos, “sociais” – estabelecem mútuas vias de influência, o que torna possível encontrar pontos de ressonância e convergências entre eles. De todo modo, como poderá ser verificado, o que une essas diferentes esferas carregadas de múltiplos discursos e ideias é o cada vez mais crescente interesse pela juventude moradora da cidade – um demonstrativo dessa relevância ampliada pode ser encontrado, por exemplo, no livro coordenado por Marília Sposito (2009), importante pesquisadora da área de juventude.

Em uma grande metrópole como São Paulo (e, pode-se supor, também em outras), ao seguir os trajetos e percursos dos mais jovens (entre 20 e 30 anos, pouco mais, pouco menos), vai se desenhando o perfil de uma cidade também ela muito alterada em relação a décadas anteriores.

Travar contato com os jovens e seus percursos em um projeto social como o Jovens Urbanos significa tatear as marcas do diagrama político que se concretiza nas intervenções sociais a eles dirigidas, na direção do que já foi abordado anteriormente como uma possível “invenção do social” (TELLES, 2006, p. 434). Nesse diagrama se articulam poderes e saberes que expõem as formas atuais de conceber e explicar as juventudes, seus dilemas e desafios, bem como de legitimar as ações políticas e sociais a elas dirigidas.

A rede estabelecida pelo programa e a ênfase na inclusão dos jovens em programas estatais de transferência de renda demonstra que cada vez mais ações civis, realizadas por organizações locais desvinculadas do Estado, se entrelaçam com as políticas públicas e com interesses privados de fundações empresariais. Esse entrelaçamento torna cada vez mais difícil delimitar a ação de diferentes atores sociais e, mais preocupante, torna rarefeita a presença de espaços de crítica, debate, dissenso, o espaço da política que outrora fora ocupado, por exemplo, por organizações comunitárias de base e que hoje se tornaram parceiras<sup>31</sup> do Estado e do mercado.

---

<sup>31</sup> “Os projetos tornaram-se a estratégia de trabalho comum às ONG, que se responsabilizam diretamente pela sua execução ou, indiretamente, por meio da destinação de recursos financeiros e técnicos a outras organizações, formando, assim, uma parceria” (SOUZA, p. 203, 2006).

### 3.1 Olhares sobre o jovem

O crescente interesse pela juventude é inquestionável, o que leva alguns pesquisadores a afirmar que estejamos em tempos de hipervalorização da juventude (SOUZA, 2006). A sociedade brasileira, em diferentes momentos de seu percurso histórico, registra a presença de jovens mobilizados por diferentes sonhos e bandeiras. Porém, como particular sujeito de direitos que demanda políticas públicas específicas, a juventude só surgiu no final dos anos 1980, no Brasil e no mundo. Nessa década, não porventura, foi decretado o Ano da Juventude pela Organização das Nações Unidas. Uma série de acontecimentos e características da conjuntura econômica, política e cultural dessa época acompanham o surgimento da juventude como questão social: aprofundamento dos processos de globalização dos mercados, ápice da nova divisão internacional do trabalho, desterritorialização dos processos produtivos e flexibilização das relações de trabalho. Acompanhando esses processos, o Brasil e a América Latina viviam o esgotamento do modelo de modernização conservadora dos anos 1980 e a crise da dívida externa. O advento do Consenso de Washington<sup>32</sup>, projetos de ajustes e o enxugamento do Estado priorizaram o equilíbrio fiscal e o corte de gastos, interrompendo várias iniciativas de políticas sociais distributivas e comprometendo as democracias que sucederam aos regimes autoritários nos países da região. Tais mudanças econômicas, tecnológicas e culturais afetaram particularmente a juventude.

O jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*, publicado em novembro de 2012, dedicou toda a edição ao tema Juventude e Política. Em um dos artigos, Regina Novaes<sup>33</sup> faz um balanço das políticas públicas dirigidas aos jovens no Brasil. Nesse percurso histórico – passando pela década de 1980, momento em que a exclusão de jovens tornou-se parte constitutiva da questão social – começaram a surgir as primeiras demandas em torno dos “problemas dos jovens” que, segundo a autora, foram levadas a público por:

---

<sup>32</sup>“Em 1989, convocados pelo Institute for International Economics, entidade de caráter privado, reuniram-se na capital dos Estados Unidos diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano. O tema do encontro ‘Latin Americ Adjustment: How Much has Happened?’, visava avaliar as reformas econômicas em curso no âmbito da América Latina. John Williamson, economista inglês e diretor do instituto promotor do encontro, foi quem alinhavou os dez pontos tidos como consensuais entre os participantes e quem cunhou a expressão “Consenso de Washington”, através da qual ficaram conhecidas as conclusões daquele encontro, ao final resumidas nas seguintes regras universais: i) disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; ii) focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura; iii) reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; iv) liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; v) taxa de câmbio competitiva; vi) liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia; vii) eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; viii) privatização, com a venda de empresas estatais; iv) desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; x) propriedade intelectual” (NEGRÃO, 1998, p. 41).

<sup>33</sup> Regina Novaes é professora do programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ e foi Presidente do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) na gestão 2005-2006.

[...] organismos internacionais, gestores e políticos nacionais, ONG, organizações empresariais, setores de igreja e também sustentadas por um conjunto de grupos, redes e movimentos juvenis. A favor da “juventude”, em um movimento de mão dupla, envolveram-se instâncias do poder público e diferentes setores e atores da sociedade civil. A ênfase estava, principalmente, na necessidade de contenção e prevenção (NOVAES, 2012 p. 10).

A partir do diagnóstico dessa necessidade, diferentes discursos de contenção do desemprego e da violência começaram a se proliferar: tratava-se de “ressocializar o jovem”; “promover o retorno aos bancos escolares”, “capacitar para o trabalho”; “inserir em dinâmicas de integração social”; “fomentar o protagonismo e o voluntariado juvenil”<sup>34</sup>.

É a partir e fomentado por esse contexto que começaram a surgir, nos anos 1990, os projetos sociais voltados para os jovens habitantes de periferias urbanas consideradas pobres e violentas, os projetos dirigidos aos chamados jovens em situação de risco. Também nesse contexto apareceram iniciativas governamentais de juventude em vários países da América Latina e no Brasil (as coordenadorias municipais e estaduais são exemplos dessas iniciativas). No programa Jovens Urbanos justifica-se o foco no jovem no mesmo passo em que se justificam as diversas políticas públicas de âmbito federal, estadual e municipal, acompanhados pela ampliação dos interesses acadêmicos pelo tema da juventude.

Por meio das ações coordenadas pelo programa Comunidade Solidária, a gestão de Fernando Henrique Cardoso incentivou as organizações da sociedade civil a trabalhar com jovens de até 18 anos. Nessa gestão, os programas governamentais em escala nacional dirigidos aos jovens foram introduzidos, sobretudo, por intermédio do Ministério do Trabalho.

No entanto, a criação de um espaço governamental de juventude só iria se concretizar em 2005, com o advento do governo Lula. Nesse ano, a criação da Secretaria e do Conselho Nacional de Juventude<sup>35</sup> demonstrou o reconhecimento pelo Estado Brasileiro da juventude como grupo social merecedor de investimento e como problemática, alcançando dessa forma a condição de objeto de políticas públicas específicas. Nessa ocasião, foi criado o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), contemplando pessoas de 18 a 29 anos que não terminaram o ensino fundamental. Em seguida, foram realizadas a I (2008) e a II (2011) Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, envolvendo jovens de diferentes identidades e espaços de participação.

---

<sup>34</sup> Para um estudo aprofundado sobre o discurso do protagonismo juvenil e voluntariado, ver Souza, 2006.

<sup>35</sup> A Política Nacional de Juventude foi instituída pela Medida Provisória 238 assinada pelo Presidente da República em 1º de fevereiro de 2005, já aprovada pelo Congresso Nacional e transformada em lei. No mesmo ato, o Presidente criou o Conselho Nacional de Juventude e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculados à estrutura da Secretaria Geral da Presidência da República (SNJ, 2012).

A linguagem dos direitos passou então a ocupar a centralidade dos discursos e debates sobre a problemática da juventude. Segundo Novaes:

Nesse novo contexto, a linguagem dos “direitos” passou a organizar e ressignificar um conjunto das demandas (de distribuição, de reconhecimento e de participação) da juventude. O resultado desse progressivo “enquadramento semântico” pode ser observado no texto base da II Conferência de Políticas Públicas de Juventude, realizada em Brasília, em dezembro de 2011. “Conquistar direitos e desenvolver o Brasil”. E os direitos da juventude foram organizados em cinco eixos: 1) direito ao desenvolvimento integral (trabalho, educação, cultura e comunicação); 2) direito ao território (povos tradicionais, jovens rurais, direito à cidade, ao transporte, ao meio-ambiente; 3) direito à experimentação e qualidade de vida (saúde, esporte, lazer e tempo livre) (2012, p. 10).

É nesse ponto que as convergências entre o discurso do programa Jovens Urbanos e da política nacional saltam aos olhos: direito à cidade, ao território, à circulação, à experimentação, identidades múltiplas... são termos e conceitos que configuram marcas distintivas desse novo discurso a favor da juventude (e dos seus *novos* direitos). Mesmo que os significados que esses termos assumam no discurso orientador das políticas públicas tenham nuances e contornos diferentes daqueles utilizados no programa, torna-se imperioso supor que tais ressonâncias representem mais que meras coincidências. E, ainda que não seja foco deste trabalho aprofundar análises a respeito das relações e implicações entre o Jovens Urbanos e as políticas públicas – especialmente em sua escala macro – não se pode deixar de reconhecer esse importante deslocamento: a questão do jovem cada vez menos presente como questão social e cada vez mais afirmada como questão de direito.

O privilégio da questão do jovem como problema social, seus desdobramentos e efeitos foram problematizadas por Sposito et al. (2006), a propósito do balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas<sup>36</sup>:

Em contrapartida, a predominância da área da assistência social leva-nos a considerar que as políticas de juventude aparecem de forma subsidiária à questão social, sendo considerada um aspecto – por que não dizer menor – dessa grande problemática. Sales (2005), ao examinar o tema dos jovens em conflito com a lei e sua (in)visibilidade perversa, considera que as orientações e políticas derivadas do [Estatuto da Criança e do Adolescente] ECA sempre foram subtemas da questão social e, portanto, com escassa legitimidade para desencadear ações governamentais.

No entanto, deve ser questionada não apenas a condição de serem subtemas, mas o próprio fato de inscreverem-se as ações, de modo exclusivo, no âmbito da questão social, mesmo que alcancem em seu interior certa prioridade. Essa

---

<sup>36</sup> Balanço que integra o Projeto Juventude, Escolarização e Poder Local, desenvolvido com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 2003-2006 (SPOSITO et al., 2006).

inscrição significa dar visibilidade e propor as políticas de juventude sempre subordinadas ao tema da questão social. Não é estranha, portanto, a reiteração das problemáticas da vulnerabilidade, do risco e da violência, como fatores que desencadeiam a ação tanto do Executivo municipal como do federal, a partir de meados dos anos de 1990. Ou seja, as políticas de juventude no país não nascem a partir da constituição de um espaço de visibilidade da condição juvenil moderna, incluindo sua diversidade, e uma concepção ampliada de direitos – os novos regimes de cidadania (LONCLE-MORICEAU, 2001), mas como um aspecto da questão social. Por essas razões, a inserção das ações de forma predominante no âmbito dos organismos da assistência traduz alguma coerência que dificulta, no entanto, a alteração de imagens que condensam estereótipos negativos em relação aos adolescentes pobres (SPOSITO et al., 2006, p. 242).

As análises de Sposito apontam para a inegável importância desse deslocamento, mas é forçoso admitir que o discurso da vulnerabilidade social e todo aparato que o acompanha (pesquisas estatísticas, análises populacionais georreferenciadas) e que confere a esse discurso o poder de verdade continua a ser utilizado para justificar investimentos públicos e ações sociais voltadas à juventude<sup>37</sup>.

No que se refere aos esforços de criar e sistematizar conhecimentos sobre juventude, a produção acadêmica brasileira sobre o tema se ampliou e diversificou muito a partir dos anos 1990<sup>38</sup>. Nessa década, em contraposição à escassez de trabalhos até então, foram realizadas e publicadas pesquisas que estudavam os mais diversos segmentos juvenis sob os mais variados aspectos e perspectivas teóricas<sup>39</sup>. A análise de todos esses trabalhos permitiu identificar – em maior ou menor grau – convergências discursivas nas quais os segmentos estudados não se configuravam mais apenas como alunos, trabalhadores ou moradores de periferia, mas como jovens, parte de uma juventude, cujas singularidades atravessam e extrapolam condições sociais ou de classe.

---

<sup>37</sup> Os alarmantes números divulgados por meio de pesquisas governamentais e de institutos independentes carregam o *status* de rigor científico, tornando difícil o questionamento da escolha de suas variáveis e também de sua suposta objetividade e neutralidade.

<sup>38</sup> Nesse processo de afirmação da juventude como problemática de pesquisa, um campo de estudos sobre juventude veio se firmando, especialmente a partir de meados da década 1990, época em que, por exemplo, eram concorridas as vagas no curso Sociologia da Juventude, ministrado pela Professora Marília Pontes Sposito na Faculdade de Educação da USP.

Pesquisadora e profunda conhecedora do tema – tanto no âmbito acadêmico quanto fora dele – Sposito é hoje referência a quem, além de seus orientandos formais, outros pesquisadores recorrem em busca de indicações de bibliografia mais recente, contatos com outros grupos de estudo, novas informações etc. (SOUZA, 2006, p. 54).

<sup>39</sup> Souza (2006) realiza um inventário bastante detalhado das produções acadêmicas sobre juventude nos anos 1990, ela mesmo fazendo alusão à hipótese de hipervalorização da juventude. A autora resgata trabalhos sobre os seguintes temas: *punks e darks* (ABRAMO, 1994), *rappers* (SPOSITO, 1993/94), *skinheads* (COSTA, 1993), torcedores de futebol (TOLEDO, 1996, 1997), *funkeiros*, grafiteiros, alunos de ensino médio (TAKAHASHI, 1995; SOUZA, 2003), de ensino supletivo (FREITAS, 1995), de escola pública (GOMES, 1997), de escola noturna (MARQUES, 1997), galeras cariocas (GUIMARÃES, 1997, 1998; VIANNA, 1997), trabalhadores (MARTINS, 1997), trabalhadores das ruas (TEDRUS, 1996), caras-pintadas (MISCHE, 1997; RODRIGUES, 1993); além da ação política (GROPPO, 2000; TAKAHASHI, 1995). Dois grandes interesses estiveram presentes em vários dos trabalhos: drogas (AQUINO, 1998) e violência (DIÓGENES, 1998). Para aprofundamento ver Souza, 2006, p. 53-61.



Já a partir da década de 2000, duas importantes publicações reafirmam o interesse acadêmico pelo tema da juventude. A primeira, da série “Estado do Conhecimento”, publicada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), realizou um balanço a respeito do tema juventude e escolarização de 1980 a 1998, que abordou todos os programas de pós-graduação em educação do Brasil e alguns programas de pós-graduação em sociologia<sup>40</sup> (SPOSITO, 2002).

A segunda também é um balanço, coordenado também por Sposito (2009a)<sup>41</sup>, da produção de conhecimentos discente nos programas de pós-graduação no campo dos estudos sobre juventude, de 1999 até 2006, nas áreas educação, ciências sociais (antropologia, ciência política e sociologia) e serviço social. Procurou estabelecer parâmetros comparativos entre a produção anterior (1980-1998) e a atual, verificando as principais inflexões e aportes teórico-metodológicos observados nas áreas de conhecimento analisadas e também sugerindo novas vertentes de investigação para problemáticas ainda pouco exploradas pelas pesquisas de mestrado e doutorado (SPOSITO, 2009b, p. 7). Contemplou a leitura e análise de 1.293 teses e dissertações, a maior parte delas em educação (883), seguidas por ciências sociais (279); sociologia (163); serviço social (131); antropologia (107) e ciência política (94). Disso resultou a produção de um conjunto de artigos forjados a partir da localização das temáticas principais dos trabalhos de pesquisa. Os principais temas examinados em diferentes artigos foram: juventude e escola; jovens, sexualidade e gênero; e adolescentes em processo de exclusão social. Outras marcas da questão juvenil foram analisadas em artigos que abordaram: juventude e trabalho; jovens, mídia e tecnologia da informação; grupos juvenis; jovens negros; juventude e política; e estudos históricos sobre juventude.

No que se refere às temáticas de interesse desta pesquisa, destacam-se os trabalhos que abordaram, por exemplo, a questão das desigualdades e da exclusão social. De acordo com Sposito et al.:

O tema Adolescentes em processo de exclusão social aparece, em todas as áreas investigadas, dentre os primeiros na frequência de trabalhos. Como era esperado, ele é o primeiro no conjunto da produção na área de serviço social, diante de sua forte preocupação com a questão social. nas ciências sociais aparece em primeiro lugar, mas o interesse praticamente é equivalente à pesquisa sobre os grupos juvenis, sendo mais intensamente estudado pelos

---

<sup>40</sup> Foram pesquisados os programas das universidades do eixo Rio-São Paulo, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

<sup>41</sup> Organizada em dois volumes, a publicação é uma das ações do projeto “Diálogos com o Ensino Médio”, uma parceria iniciada em 2009 entre o Observatório da Juventude da UFMG, o Observatório Jovem da Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC).

sociólogos, uma vez que a produção discente em antropologia dedicou-se sobretudo aos coletivos de jovens. Na área de educação, apesar de continuar a ocupar o terceiro lugar em termos de interesse, observa-se um decréscimo em termos percentuais, atingindo 8,6% dos trabalhos, enquanto que no estado da arte anterior (1980-1998), ocupando a mesma posição, compreendia 16,5 % da produção (SPOSITO et al., 2009, p. 128, vol. 1).

Outro ponto de destaque que se alinha à problemática desse estudo pode ser verificada no artigo de Dayrell et al., que analisou a temática de juventude e escola. Nesse artigo, os autores constataram um significativo avanço de pesquisas que trabalham com juventude como “categoria analítica, para além de uma delimitação da faixa etária” (DAYRELL et al., 2009, p. 107). Segundo o autor, há uma preocupação em considerar as peculiares da condição juvenil como elementos presentes na análise dos dados empíricos. Assim como no programa Jovens Urbanos, muitos desses trabalhos, ao reconhecerem que os jovens não formam um bloco homogêneo, mas se singularizam em função de diferentes realidades, adotam o termo juventudes – no plural – a fim de reiterar o reconhecimento dessas diferenças<sup>42</sup>. Dayrell et al. assumem esse reconhecimento como um avanço, mas apontam que as pesquisas carecem de rigor analítico e aprofundamento que especifique essa diversidade, fazendo avançar a compreensão da forma como implicam, influenciam ou determinam “as práticas, as representações e valores dos jovens ou sobre eles”. Ao mesmo tempo tais pesquisas também não aprofundam como e se essa diversidade se contrapõe às forças homogeneizantes “decorrentes dos processos de globalização, da disseminação e circulação da informação e dos mecanismos advindos da cultura de massas e do mercado”. Este é um desafio que esta pesquisa também chama de seu.

Mas podemos dizer que em uma parte desses estudos a distinção entre fase de vida – juventude – e os sujeitos que a vivenciam, os jovens, significou um progressivo enriquecimento da análise, sobretudo na área da educação, que, de modo disseminado, utiliza a ideia da juventude no plural – juventudes. Embora importante, nos parece ainda insatisfatória essa designação, uma vez

---

<sup>42</sup> Vale ressaltar que essa concepção alinha-se a um campo discursivo das políticas públicas de juventude, mas também extrapola as fronteiras nacionais fazendo-se consoante ao discurso de organismos internacionais. Conforme a publicação “Políticas públicas de/para/com juventudes”, da UNESCO, “a heterogeneidade de comportamentos, estilos de vida e de consumo, decorrente das possibilidades de inserção no mercado ou da ‘multiplicidade de enfoques e identidades’ vem sustentando o uso do termo juventudes, no plural” (UNESCO, 2004, p. 15).

Já o texto do CONJUVE registra:

A juventude é uma condição social, parametrizada por uma faixa-etária, que no Brasil congrega cidadãos e cidadãs com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos [conforme padrão internacional que tende a ser assumido no Brasil. Nesse caso, podem ser considerados jovens os adolescentes-jovens – com idade entre os 15 e 17 anos –, os jovens-jovens – com idade entre os 18 e 24 anos – e os jovens adultos – com idade entre 25 e 29 anos]. Sendo tema de interesse público, a condição juvenil deve ser tratada sem estereótipos e a consagração dos direitos dos/das jovens precisa partir da própria diversidade que caracteriza a(s) juventude(s). Em termos políticos e sociais, os e as jovens são sujeito de direitos coletivos. Sua autonomia deve ser respeitada, suas identidades, formas de agir, viver e se expressar valorizadas (NOVAES et al., 2006, p. 5).

que ela não recobra, analiticamente, de que diversidade se trata e o seu peso na configuração das práticas, representações e valores dos jovens ou sobre eles. Não basta afirmar que há questões de gênero, etnia e de pertencimentos de classes sociais compondo essa diversidade. É preciso estabelecer padrões analíticos mais rigorosos sobre o seu peso respectivo ao lado de uma crescente homogeneidade nos modos de vida e de aspirações entre os jovens, decorrentes dos processos de globalização, da disseminação e circulação da informação e dos mecanismos advindos da cultura de massas e do mercado. O desafio está posto (DAYRELL et al, 2009, p. 107).

Em outro artigo do balanço das produções discentes, cuja análise focou os grupos juvenis, suas presenças e ausências, Almeida destaca que a maior parte dos trabalhos carregam a marca do urbano, apreendido em espaços e escalas distintos – a cidade, a metrópole, a região central, as periferias, os bairros periféricos, os núcleos de favela ou ainda o subúrbio. Segundo o autor:

As formas associativas juvenis que se constituem e agem no mundo rural – de cultura tradicional ou não – ainda são negligenciadas ou estão esfumaçadas aos olhos de discentes dos programas de pós-graduação [...] (ALMEIDA, 2009, p. 160, vol. 2).

Nas pesquisas identificadas no campo temático denominado grupos juvenis, ainda prevalecem, assim como no balanço de 2002, a tônica cultural ou de grupos ligados a diferentes práticas artísticas (como coletivos musicais ou de grafiteiros).

Nesta incursão, considerando as três áreas científicas, verifica-se uma realidade semelhante: das 64 produções discentes, 43 trataram os grupos juvenis e suas incursões no mundo da cultura. Dos estudos elaborados na área da educação, apenas 1 fugiu àquele imperativo e mais de dois terços das 21 produções abordaram grupos ou agregados envolvidos com a música (15). Nas ciências sociais, 41 discentes também filiaram suas produções na esfera cultural: 28 deles abordaram formas associativas produtoras de estilos musicais diversos e 10 se preocuparam com expressões tais como o RPG, os caçadores de símbolos, o *surf*, o grafite, a pichação, grupos esportivos e de lazer, o movimento antiglobalização e o Movimento do Passe-Livre. As duas produções elaboradas na área do serviço social confirmaram tal orientação (ALMEIDA, 2009, p. 60).

Por fim, observando-se o levantamento da frequência de cada tema por áreas, destaca-se a ausência de temas relativos à segregação socioespacial, circulação, direito à cidade ou outros temas correlatos. Obviamente, esses temas podem e devem compor algumas das pesquisas levantadas, mas por sua pouca expressão numérica ou por representarem temas secundários nas pesquisas analisadas, não figuram com relevância no balanço realizado.

Apesar de o balanço limitar-se ao levantamento das produções acadêmicas – teses e dissertações –, Sposito<sup>43</sup> chama a atenção para o fato de que outras agências – como as ONG, por exemplo – produzam um contingente significativo de estudos e pesquisas, muitas delas largamente difundidas. As publicações do Jovens Urbanos, por exemplo, utilizados como material de pesquisa neste trabalho, estão à disposição na biblioteca do *site* do CENPEC e também no *site* da Fundação Itaú Social. Além disso, o Cadernos CENPEC é um periódico de artigos que pode ser comprado por qualquer pessoa em qualquer parte do Brasil (por meio do *site*) e também em bancas de jornal de toda a cidade de São Paulo. Não cabe, por ora, questionar a validade ou qualidade desses materiais; importa reconhecer, no entanto, que eles mobilizam a produção e reprodução de certos sentidos e saberes que orientam pensamentos e práticas sobre e para os jovens e a juventude:

[...] a produção de conhecimentos e informações sobre juventude também não é privilégio do mundo universitário. Institutos privados de pesquisa, organizações não governamentais e organismos públicos têm produzido, significativamente, nos últimos anos, sobre o tema. A relevância e a qualidade desses estudos ainda estão por ser aferidas, mas de algum modo eles não só traçam diagnósticos ou retratos da juventude como, também, constroem ativamente uma imagem sobre os jovens no Brasil (SPOSITO, 2009b, p. 14).

Desse modo, cabe registrar a pertinência deste estudo de caso sobre o programa Jovens Urbanos – um projeto social reconhecido<sup>44</sup>, mobilizador de uma complexa rede de atores sociais e que vem se consolidando, há quase uma década, como carro-chefe da Fundação Itaú Social e do CENPEC no que se refere à questão da juventude.

Os inventários da produção acadêmica a respeito da juventude nas áreas das ciências humanas, “considerando como eixo delimitador os estudos que contemplem, na formulação de seus apoios teóricos, uma dominante social” (SPOSITO, 2009b, p. 11), são importantes pistas de análise de projetos sociais com foco nas juventudes urbanas e da conexão entre jovens e a cidade, abordando possíveis manifestações da segregação socioespacial.

---

<sup>43</sup> Souza, que analisou e pesquisou os pormenores da influência das ONG e dos organismos internacionais na disseminação do discurso do protagonismo juvenil, lembra que

Marília Sposito também foi presidente da ONG Ação Educativa em que Helena Abramo e outros implantaram o programa Juventude. A presença de ambas em postos de direção de uma ONG (não são os únicos casos; poderiam ser citados inúmeros outros) é um indicador de como os discursos acadêmicos e não acadêmicos, inclusive o governamental, se nunca foram isolados entre si, a partir da década de 90 tenderam a se mesclar cada vez mais. Embora membros da universidade tradicionalmente venham ocupando postos de direção em órgãos de governo e, a partir dos anos 80, também em [ONG], mantinha-se uma relativa independência dos discursos (2006, p. 54).

<sup>44</sup> Desde 2009 o programa Jovens Urbanos integra o Guia de Tecnologias Educacionais, publicação anual do MEC. Segundo o site da Fundação Itaú-Social, o objetivo do Guia “é disseminar processos, programas, ferramentas e recursos pedagógicos de ponta para professores e secretários de Educação” (ITAÚ SOCIAL, 2014). Em sua terceira edição (2011), podem ser encontrados quatro projetos do CENPEC: Jovens Urbanos (apresentado como Educação e Trabalho), Estudar Pra Valer! (apresentado como Incentivo à Leitura), Melhoria da Educação no Município e Aceleração de Aprendizagem do 6º ao 9º ano (CENPEC, 2013).

Outra importante chave de compreensão do novo diagrama político no qual se inserem as intervenções público-sociais dirigidas aos jovens são os modos de conceber e explicar a juventude e também os jovens urbanos – o público-alvo do programa. Trata-se de reconhecer e problematizar quais olhares incidem *sobre* a juventude, *sobre* o jovem urbano e seus modos de vida.

Os documentos do programa afirmam ideais de jovem e representações de juventude:

[...] juventude como conceito moderno que não se restringe a uma faixa etária ou apenas expressão subjetiva de um estilo de vida; compreendida numa larga fase da vida em que as pessoas estão em processo de formação e busca de perspectivas de estabilidade e autonomia; a fase de mais energia e potencial; é uma situação de transição para a vida adulta; o jovem do século XXI se depara com uma realidade onde há poucas oportunidades de escolha (SANTOS et al., 2008, p. 11).

Trata-se de uma constelação de ideias e representações coabitando o mesmo referencial, em que muitas vezes escapam tensões, como essas que parecem contrastar com as afirmações anteriores:

[...] as populações jovens não são homogêneas, os jovens compõem diversos grupos – juventudes – caracterizados por suas condições de vida, interesses e escolhas. Os modos de experimentar condições e estados de juventude não são vividos da mesma forma pelos grupos juvenis (SANTOS et al., 2008, p. 14).

Outras passagens reconhecem o jovem como sujeito autônomo, capaz de transformar suas vidas e a vida dos territórios em que habitam:

Os jovens são capazes de formular questões significativas, propor ações relevantes e contribuir para o bem comum; juventude, como segmento da população, demanda ações articuladas entre vários atores sociais; o aprendizado, a experimentação e a produção são processos indissociáveis quando desenvolvemos ações para a juventude (CENPEC, 2008, s. p.).

São muitas as vias pelas quais se pode problematizar as diferentes definições de juventude adotadas pelo programa e que, de um modo mais geral, expressam os diferentes enunciados que circulam nas ações sociais, na literatura especializada ou no senso comum. De todo modo, vale as recomendações de Sposito no momento de delimitar uma definição de juventude:

Uma das formas de resolução desse impasse, para tornar exequível o empreendimento investigativo, reside em reconhecer que a própria definição da categoria juventude encerra um problema sociológico passível de investigação, na medida em que os critérios que a constituem enquanto sujeitos são históricos e culturais. A juventude é uma condição social e ao mesmo tempo um tipo de representação. Assim sendo, os estudos podem ser também investigados a partir do modo peculiar como construíram seu arcabouço teórico sobre a condição juvenil (SPOSITO, 2002, p. 7).

Não se pretende esgotar aqui as diferentes definições do conceito de juventude – e suas problematizações – nem dos elementos constitutivos e diferenciadores da juventude em relação às demais categorias sociais: muitos autores já percorreram tal itinerário<sup>45</sup>.

O Jovens Urbanos, ao se referir às juventudes e aos possíveis efeitos que o programa pode produzir na vida dos jovens, enuncia objetivos robustos. Segundo o programa, no caso de jovens em situação de vulnerabilidade, o próprio ato de habitar – estar em um lugar a que antes não se tinha acesso, explorar e experimentar outros lugares – pode possibilitar mudanças nos modos de vida juvenis e em suas capacidades de ação pública (ANDRADE et al., 2008, p. 47).

Já foi dito que o programa admite que, na atualidade, a subjetividade da juventude seria alvo especial de sistemas de significação e de produções materiais em ação nas sociedades, que gerariam modelos de juventudes a ser consumidos ou adotados por grupos de pessoas, bem como disputas discursivas em torno de identidades juvenis. Nesse sentido, a produção das subjetividades das juventudes se encontraria em plena expansão na atualidade, tempo em que aos grupos de jovens seria endereçada uma série de expectativas sociais e, por que não dizer, formas de controle.

Contanto que atravessadas por modelações culturais dominantes que colocam, por exemplo, no centro da vida juvenil o ideal de corpo perfeito ou a vontade de consumo, as subjetividades juvenis desdobram-se em múltiplas experiências, considerando-se as variadas posições sociais em que jovens estão situados. Por exemplo, jovens mulheres estudantes; jovens pobres brancos doentes; jovens negros trabalhadores músicos; jovens de rua, jovens internados, jovens evangélicos etc., e as respostas inusitadas que jovens são capazes de produzir ante os agenciamentos culturais em que se veem envolvidos (ANDRADE et al., 2008, p. 48).

Por isso, as ações formativas realizadas com populações jovens, como aquelas levadas a cabo pelo Jovens Urbanos, poderiam ativar modos de ser juvenis que tanto podem fortalecer a reprodução de certos modelos de juventude já em circulação e seus “feixes de controle” como apostar em novos processos de singularização juvenil que escapem de “axiomáticas de controle”. O programa “situa seu plano de ação na aposta de novos processos de singularização juvenil” (ANDRADE et al., 2008, p. 48-9).

Se a pesquisa recusa o intento de chegar a uma definição, a um conceito de juventude – posto que seus esforços estão dirigidos aos efeitos desses saberes, discursos e práticas sobre e na vida dos jovens – não pode furta-se a assumir um ponto de vista, uma perspectiva pela qual orienta seu modo de pensar as juventudes e suas possibilidades, impasses e desafios

---

<sup>45</sup> Zaluar, 1997; Peralva 1997; Sposito 1997 e 2002; Abramo, 1994, 2005; Pais, 2003; Debert, 2004, entre outros.

contemporâneos. Trata-se, todavia, de um ponto de vista compartilhado com pensadores de agora e de outrora, emprestadas as palavras de Bourdieu em sua entrevista concedida a Anne-Marie Métaillé<sup>46</sup>, posteriormente publicada com o título “A juventude é apenas uma palavra”:

Quando digo jovens/velhos, tomo a relação em sua forma mais vazia. Somos sempre o jovem ou o velho de alguém. [...] O que quero lembrar é simplesmente que a juventude e velhice não são dados, mas construídos socialmente, na luta entre os jovens e os velhos. [...] a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar esses interesses a uma idade definida, biologicamente já constitui uma manipulação evidente (BOURDIEU, 1983, p. 113).

Partindo da premissa de que a juventude é uma categoria construída histórica e socialmente, o esforço de delimitar um conceito, de estabelecer uma definição totalizante resume-se ao esforço vão de encerrar em verdade aquilo que, por sua natureza relacional e contextual, não pode ser concluído. Todavia, sem negar o caráter histórico e cultural da condição juvenil (SPOSITO; CORROCHANO, 2005), também há que se reconhecer duras permanências, há que se empenhar esforços na captura de certas dominâncias, de modelos simbólicos que:

[...] tendem a compor uma imagem do que devem ser os jovens em uma determinada sociedade, além de normatizar sobre o trânsito para uma condição adulta considerada desejável, delimitam aquilo que pode ser reconhecido como o comportamento legítimo para o próprio momento do ciclo de vida. Apesar da diversidade de modelos, é possível considerar que algumas formas constituem dominância e passam a orientar a experiência concreta dos jovens, mas adaptadas às peculiaridades que decorrem de classe social, sexo, etnia, extração religiosa, condição de vida urbana ou rural (SPOSITO; CORROCHANO, 2005, p. 143).

### **3.2 Tensões entre o político, o social e o espaço público**

A partir da descrição e problematização dos referenciais teóricos do programa, da crítica aos modos de definir, conceber e caracterizar a juventude, os jovens e as ações públicas a eles dirigidas, pretende-se abordar, neste capítulo, certo entendimento de político, social e espaço público. Trata-se de dimensionar com maior rigor e precisão tais termos e conceitos amplamente presentes nos domínios discursivos sobre juventude, jovens e em temas a eles vinculados. Pelas fecundas teorizações da filósofa política Hanna Arendt (1992a, 1992b, 1999, 2000, 2010a, 2010b), levanta-se toda uma problemática a respeito da primazia do social em detrimento da política e, em decorrência, da extinção do espaço público como mundo comum e a impossibilidade da ação. Talvez, como alguns estudos sugerem, esteja-se em face da

---

<sup>46</sup> Publicada originalmente em *Les Jeunes et le Premier Emploi*. Paris: Association de Ages, 1978.

anulação da política, soterrada pela atividade social benemérita (realizada, especialmente, por intermédio das organizações sociais) que nega o dissenso e a crítica e impede que a política, como atividade de rebelião e transformação, exista (SOUZA, 2006). Mas outros vieses e caminhos analíticos levam a pensar que esteja em curso uma “outra invenção do social”, acarretando mudanças e estabelecendo dinâmicas complexas nas atuais formas de habitar as cidades e de gerenciar suas urgências e que, portanto, ainda será preciso esforços maiores e tenazes para descrever e conhecer esse novo diagrama político que vem se desenhando (TELLES, CABANES, 2006; TELLES 2006; 2010). O presente capítulo apenas inicia os estudos e análises que tal empreitada exige, apresentando algumas pistas de entendimento e as principais escolhas teóricas.

As críticas ao chamado terceiro setor – que implica a atuação das ONG, dos organismos internacionais, dos governos e do mercado – no enfrentamento da problemática da juventude anunciam, ao mesmo tempo, desconfiças e esperanças. As esperanças e desconfiças aparecem, muitas vezes, como dois lados de uma mesma moeda. Essa tensão se exprime nas pistas analíticas de Vera Telles, quando provoca a pensar e a investigar as radicais alterações na luta política, na ação coletiva:

[...] em certo momento, a reivindicação da "autonomia" e do reconhecimento da capacidade de ação, de iniciativa e invenção dos sujeitos populares teve um sentido de contestação e ruptura com uma pesada tradição autoritária, tutelar, elitista, tudo isso foi amplamente tematizado nos anos 1980, muitas páginas foram escritas [...]. A partir do momento em que essa capacidade hoje nomeada de protagonista dos sujeitos foi reconhecida e incorporada nos jogos políticos, ela passa a circunscrever o próprio campo da disputa política, o próprio campo das relações de força. E o problema é saber, hoje, como essa capacidade de ação e invenção é ativada, direcionada e, aí sim, talvez conduzida em certas direções. A questão está no centro do que o Foucault chama de governamentalidade: "conduzir as condutas", fazer os indivíduos agirem em uma certa direção, de tal modo que as relações de poder se fazem nessa espécie de "gestão das liberdades" que está, na visão do filósofo, no centro da racionalidade liberal. Talvez tenhamos aí uma pista a seguir (TELLES, 2010, p. 779).

Ao falar sobre o mérito da criação de instâncias de governo em âmbito nacional para fiscalização e acompanhamento das políticas públicas especificamente dirigidas à juventude, como o CONJUVE, Helena Wendel Abramo, pesquisadora que se debruçou intensamente sobre a questão da juventude, aponta para a oportunidade histórica de trazer para a esfera da política (e de estabelecer parâmetros públicos de tratamento) um tema que se desenvolveu no nosso país sob a égide das ações privadas e localizadas (ABRAMO, 2007, p. 5).



São olhares que, sem fechar os olhos e sem negar a crítica, relativizam os acontecimentos inserindo-os num campo de indagações, perguntas que carregam apenas a potência de mobilizar corações e mentes na busca de compreensões que iluminem caminhos e possibilidades de enfrentar tudo aquilo que nega a vida, tudo aquilo que enfraquece o vigor, a alegria e a dignidade de milhares de jovens brasileiros<sup>47</sup>.

Nesse sentido, seria possível afirmar, categoricamente, que a forte presença de ações que buscam o engajamento dos jovens em projetos, a forte presença de práticas público-sociais que fomentam a participação e a intervenção dos jovens em suas realidades, em seus territórios de pertença, signifique ausência de política ou mesmo anulação da política?

Ao analisar o discurso do protagonismo juvenil de todos os projetos e ações derivados ou relacionados a essa ideia, Souza (2006) formula uma hipótese:

A “busca do espaço público” nos dias de hoje é realizada por intermédio do modelo de política em foco neste trabalho e que o protagonismo juvenil prescreve para a juventude. Essa, portanto, é a hipótese central do trabalho: a de que as atividades realizadas, especialmente pelas ONG sob o mote do protagonismo juvenil, pretendem oferecer à juventude certo modelo de ação política. O argumento é o de que a alternativa de participação prescrita pelo protagonismo tem, contudo, o efeito, não de promover a política, mas de anulá-la (SOUZA, 2006, p. 10-11).

Obviamente, é preciso considerar a partir de qual perspectiva se fala em política, espaço público e social. No caso de Souza, ao discutir política, refere-se sobretudo à Arendt (aliada ao seu conceito de “ação”). Ao utilizar a expressão “em busca do espaço público”, a autora faz alusão aos ensaios de Bauman (2000; 2004), que reflete sobre a condição dos indivíduos contemporâneos (solitários, amedrontados e inseguros<sup>48</sup>) e as possibilidades da política e do espaço público num mundo em que a política se perdeu e os interesses privados (alimentados por todo tipo de ideais de consumo) tornam-se cada vez mais dominantes:

<sup>47</sup> “A aversão à autolimitação, o conformismo generalizado e a resultante insignificância da política, têm, no entanto, o seu preço – um preço, aliás, exorbitante. O preço é pago na moeda em que é pago geralmente o preço da má política – o do sofrimento humano. O sofrimento se dá de muitas maneiras, com diversificada coloração, mas tem uma única raiz. E é um sofrimento que tende a se perpetuar. É o tipo de sofrimento que decorre de malfeitos políticos e que constitui o supremo obstáculo à sanidade política” (BAUMAN, 2000, p. 13).

<sup>48</sup> Muito próximo da perspectiva de Bauman, Marc Augé, outro autor contemporâneo que estuda, do ponto de vista da antropologia, os efeitos da supermodernidade sobre os modos de vida, refere-se ao conceito de não lugar como criador de solidão nos espaços urbanos. Segundo o autor, o não lugar é o espaço da supermodernidade.

Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar. A hipótese aqui defendida é a de que a supermodernidade é produtora de não lugares, isto é, de espaços que não são em si lugares antropológicos e que, contrariamente à modernidade baudelairiana, não integram os lugares antigos: estes, repertoriados, classificados e promovidos a “lugares de memória”, ocupam aí um lugar circunscrito e específico (p. 73).

[...] Vê-se bem que por não lugar designamos duas realidades complementares, porém distintas: espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito comércio, lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços, se as duas relações se correspondem de maneira bastante ampla e, em todo caso, oficialmente (os indivíduos viajam, compram, repousam), não se confundem, no entanto, pois os não lugares medeiam todo um conjunto de relações consigo e com os outros que só dizem respeito indiretamente a seus fins: assim como os lugares antropológicos criam um social orgânico, os não lugares criam tensão solitária. Como imaginar a análise durkeimiana de uma sala de espera de Roissy? (2012, p. 87).

Vivemos em tempos de desregulamentação, de descentralização, de individualização, em que se assiste ao fim da Política com P maiúsculo e ao surgimento da “política da vida”, ou seja, que assume que eu, você e todo o mundo deve encontrar soluções biográficas para problemas históricos, respostas individuais para problemas sociais. Nós, indivíduos, homens e mulheres na sociedade, fomos portanto, de modo geral, abandonados aos nossos próprios recursos (BAUMAN, 2004, p. 308).

Abandonado aos próprios recursos significa enfrentar o mundo sem corrimãos em que se apoiar, onde, segundo Bauman, a única permanência efetiva é a própria vida. Esse é o grande dilema da modernidade: que mundo há para se preservar, se todas as ideologias – as grandes narrativas que orientavam pensamentos e desejos –, se todas as tradições foram soterradas; que mundo público é possível se tudo que existe no espaço comum da cidade são apenas interesses particulares em conflito?

Arendt – uma das notáveis estudiosas da filosofia política dos tempos modernos – pode iluminar as reflexões a respeito dessas questões. Arendt afirma, no último parágrafo do texto “A crise na educação”:

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos as nossas crianças o bastante para não expulsá-las do nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum (ARENDR, 1992a, p. 247).

O esvaziamento da política e a impossibilidade de um mundo público, de um espaço público, concorreria para o fortalecimento da questão social – essa primazia é evidente em relação às ações público-coletivas dirigidas aos jovens.

Seguindo as trilhas do pensamento de Arendt, o advento do social, como esfera totalizante dos modos de vida modernos, favorece ainda mais o turvamento e a indistinção generalizados que resultam não só na dissolução de fronteiras – antes barreiras necessárias que não apenas separavam mas, sobretudo, ligavam e relacionavam o espaço privado ao domínio da luz pública na qual todos veem e podem ser vistos, ouvem e podem ser ouvidos – mas no enfraquecimento do próprio espaço público, tornando rarefeitas as oportunidades de afirmação de um mundo comum, esse constructo humano, que põe a todos na companhia de outros homens. Para Arendt (2010a), a substituição do político pelo social revela uma incompreensão ou mesmo um grande equívoco. Revela, ainda, que algo se perdeu da original compreensão

grega da política, talvez mobilizada pela direta vinculação entre a ação<sup>49</sup> e o estar junto. Mas essa estreita relação não pode ser definidora de uma simetria, como se ambas pudessem explicar uma à outra, numa mesma proporção.

É sabido dos antigos e permanece ainda hoje válida a afirmação que “nenhuma vida humana, nem mesmo a vida do eremita em meio à natureza selvagem, é possível sem um mundo que, direta ou indiretamente, testemunhe a presença de outros seres humanos” (ARENDDT, 2010a, p. 26). Mas, “a companhia natural, meramente social, da espécie humana era vista [por Aristóteles e Platão] como uma limitação imposta a nós pelas necessidades da vida biológica [*zoe*, em grego], que são as mesmas para um animal humano e para outras formas de vida animal” (ARENDDT, 2010a, p. 28).

A esfera política é o lugar da ação e do discurso, da palavra compartilhada por homens que em sua pluralidade singular atestam o mundo, com seus artefatos e instituições duráveis – mais duráveis que eles próprios – e mais preciosos e permanentes que suas vidas individuais. Por isso, não se pode confundir o social com o político, como se ambos significassem a mera administração e organização (em larga escala e sustentada “cientificamente” pela estatística) de forças humanas reunidas necessárias à subsistência, como se isso representasse tudo o que perfaz o mundo comum e o interesse comum.

Na esfera pública, os homens não apenas atestam o mundo, mas o preservam, pela palavra e pela persuasão, pelo exemplo que se assenta na excelência de grandes palavras e feitos e assim podem permitir que ele seja renovado por aqueles que chegam<sup>50</sup>. Porque o mundo esteve protegido e preservado é que os novos iniciados no mundo o podem receber e fruir, continuá-lo ou transformá-lo. Na ausência de um mundo comum, na constituição de uma esfera pública que se traduz no ordenamento e na administração das urgências e necessidades da vida – cada vez mais crescentes e multiplicadas – de um sem número de pessoas, com um sem número de interesses privados conflitantes, que mundo comum há para se preservar?

A crise que se alastra no mundo moderno, cujos efeitos são sentidos nas salas de aulas, nas ruas, nas instituições governamentais, não é apenas uma questão energética (a bola de vez

---

<sup>49</sup> Segundo Hannah Arendt, impotência é a “incapacidade básica de agir” (ARENDDT, 2000, p. 526), característica de momentos em que as pessoas se retiram do espaço público, que se enfraquece cada vez mais, configurando o que a autora denominou de “tempos sombrios”. O seu oposto é o poder, conforme Arendt (1999), a “capacidade humana de agir, mas de agir de comum acordo” (p. 123).

<sup>50</sup> Não como aqueles que chegam à *vida* do mesmo modo que chegam a vida uma orquídea ou borboleta, mas como aquele *ser novo no mundo* – sua *natalidade* – cujo desdobramento no mundo é singular e imprevisível.

dos alarmistas ambientais), do acúmulo ou da distribuição de riquezas, da expropriação ou da defesa da propriedade privada, de valores de qualquer ordem. A crise maior é política. No mundo moderno, os domínios social e político se assemelham, se confundem, por vezes “recobrem um ao outro, como ondas no perene fluir do processo da vida” (ARENDT, 2010a, p. 40). Em nome da liberdade da sociedade, que restringe e constringe a autoridade política, “a liberdade situa-se no domínio do social e a força e a violência tornaram-se monopólio do governo” (ARENDT, 2010a, p. 37).

As formas de governo, os sentidos de governar e ser governado e as regulações decorrentes dessa forma de conceber governo e poder tal como são conhecidos hoje eram tidos como pré-políticos, pertencentes antes à esfera privada, mais que à esfera pública.

Acontece que, no mundo moderno, o fenômeno da funcionalização da política acarretou efeitos sobre o sentido da política. A política se caracteriza eminentemente por sua função na sociedade – um meio para atingir determinados fins de ordem, controle e administração das atividades humanas anteriormente vinculadas à esfera privada da família como, por exemplo, as atividades econômicas. “Com a ascendência da sociedade, isto é, do ‘lar’ (*oikia*) a administração doméstica e suas questões derivadas passaram a constituir as grandes ‘preocupações’ coletivas” (ARENDT, 2010a, p. 40).

Debruçar-se sobre as reflexões apresentadas por Arendt, a partir das efetivas experiências políticas expressas em Platão e Aristóteles, leva a supor que a coragem – como a principal virtude política – e a liberdade estejam em risco de extinção. Num mundo onde cada um está preocupado em defender a própria vida e a sobrevivência, e só a esse fim podem colocar em risco a própria vida, a coragem não pode existir. A coragem exige disposição para deixar a segurança e a proteção do domínio privado a favor do mundo, pela responsabilidade em relação ao mundo que foi herdado e perdurará, a despeito de qualquer pessoa. A coragem diz respeito a se expor à luz pública, ao risco de ver e ser visto, de ouvir o que todos podem falar e de dizer aquilo que merece ser proferido. Falar em um espaço público, enquanto mundo comum, não significa a reiteração do interesse privado de um, mas a discussão (a partir de perspectivas múltiplas e singulares) dos interesses compartilhados de muitos homens que se reconhecem iguais num mesmo tempo e espaço – que não podem governar absolutos e nem ser governados por ninguém.

A liberdade é, portanto, um predicado da vida pública e não do sujeito individual, nem de sua subjetividade, e decorre da ação<sup>51</sup> – essa última, com o advento do social, também se encontra ameaçada.

Um fator decisivo é que a sociedade, em todos os seus níveis, exclui a possibilidade de ação, que outrora era excluída o lar doméstico. Ao invés de ação, a sociedade espera de cada um de seus membros certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a “normalizar” os seus membros, a fazê-los comportarem-se, a excluir a ação espontânea ou a façanha extraordinária (ARENDDT, 2010a, p. 49).

O comportamento substitui a ação, todas as comunidades modernas foram reduzidas a sociedades de trabalhadores, que concentram seus esforços exclusivamente na atividade de prover o sustento de sua própria vida e de sua família e tudo que é feito é feito em função disso. Arendt adverte que:

Embora tenhamos nos tornado excelentes na atividade do trabalho que realizamos em público, a nossa capacidade de ação e de discurso perdeu muito de seu antigo caráter desde que a ascendência do mundo social banuiu estes últimos para a esfera do íntimo e do privado (ARENDDT, 2010a, p. 60).

### 3.3 Nossa responsabilidade pelo mundo

Para que se possa estar em companhia de outros de modo que, ao mesmo tempo, seja possível estabelecer uma separação e uma relação – assim como os interstícios entre um verso e outro permitem que cada verso se ligue ao outro para que o poema possa existir – é para isso que serve o domínio público, enquanto mundo comum.

[...] o termo “público” significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que privadamente possuímos neles (ARENDDT, 2010a, p. 64).

---

<sup>51</sup> Grosso modo, Arendt diz o seguinte a respeito da noção de ação: ação é uma das três atividades fundamentais da *vita activa* (ao lado do labor e do trabalho); ao contrário das outras duas, no entanto, não se coloca entre as necessidades vitais e se realiza sem a intermediação da matéria ou das coisas.

Ao lado do discurso, a ação é a “atividade política por excelência” (ARENDDT, 2010b, p. 240) e só é possível porque os homens vivem no mundo em condição de pluralidade (ARENDDT, 2010b, p. 241).

A ação tem um “caráter revelador”, mas para tanto deve ser acompanhada do discurso: a ação é revelada pelo discurso e ambos, ação e discurso, revelam as identidades singulares dos homens (ARENDDT, 2010b, p. 285).

Diferente do mero comportamento, a ação é capaz de interromper processos automáticos e que de outro modo seriam previsíveis (ARENDDT, 1999, p. 115).

[Eventos] são ocorrências que interrompem processos e procedimentos de rotina [e] toda ação, qualquer que seja, e todo acidente, necessariamente destroem por completo o modelo em cuja estrutura a previsão decorre e se evidencia (ARENDDT, 1999, p. 97).

É assim que Arendt identifica a capacidade de agir com a capacidade de começar, ou seja, de “iniciar algo novo” (ARENDDT, 1992b, p. 218-19; ARENDDT, 1999, p. 152). É uma vez que “é da própria natureza de todo início o irromper no mundo como uma ‘improbabilidade infinita’” (ARENDDT, 1992b, p. 218), o fim da ação não pode ser previsto (ARENDDT, 1999, p. 94), ao contrário da atividade de fabricar ou fazer, determinada pelas categorias de meios e fins (ARENDDT, 2010b, p. 287). A ação é livre, pois, de motivos e finalidades (ARENDDT, 1992b, p. 198).

O mundo é aquilo que é comum e aparece a todos, mas diz respeito ao conjunto de objetos materiais e simbólicos que mediam a relação dos homens entre si na terra na qual se movem e da qual tiram a matéria com que fabricam seus artefatos, mas que não se confunde com a terra ou a natureza. Diz respeito às fronteiras artificiais que os homens interpõem entre si, mas também entre eles e a natureza.

Aquilo que lhes interessa quando entram em relações políticas uns com os outros, esses assuntos que estão entre os homens, constitui o mundo. Significa “estar interessado no mesmo objeto, a despeito de diferenças de posições e da resultante variedade de perspectivas” (ARENDDT, 2010a, p. 70). Arendt lembra que “nenhuma natureza humana comum”, nem a sofisticada homogeneização da sociedade de massas, “pode evitar a destruição do mundo comum, que é geralmente precedida pela destruição dos muitos aspectos nos quais ele se apresenta à pluralidade humana” (ARENDDT, 2010a, p. 71).

Pode-se evidenciar esse processo de destruição no isolamento radical – típico das tiranias – onde o senso comum não é mais possível e no conformismo mimético, repetitivo, típicos da sociedade de massas e da histeria em massa, na qual todos se comportam como membros de uma mesma família a reproduzir as mesmas perspectivas, incapaz da palavra e da ação.

Por reconhecer que a esfera da política está exposta à novidade e à instabilidade que a caracterizam, torna-se imperioso afirmar a responsabilidade pelo mundo – o “*amor mundi*” tal como denominava Arendt – para que o legado do passado não seja usurpado pelas exigências do labor da vida social e pelos interesses privados de alguns. Responsabilidade por conservar e continuar o mundo e, desse modo, garantir-lhe uma estabilidade tal que seja possível reinventá-lo.

Clamar a responsabilidade pelo mundo significa lutar para que os homens não se tornem inteiramente privados:

[...] isto é, privados de ver e ouvir os outros e privados de ser vistos e ouvidos por eles. São todos prisioneiros da subjetividade de sua própria existência singular, que continua a ser singular ainda que a mesma experiência seja multiplicada inúmeras vezes. O mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite apresentar-se em uma única perspectiva (ARENDDT, 2010a, p. 71).

## 4 O DESAFIO DE APROXIMAR A CIDADE DELA MESMA

Neste capítulo, apresentam-se a sistematização e a análise dos depoimentos registrados a partir das entrevistas realizadas de março a maio de 2014. As entrevistas foram orientadas por um roteiro semiestruturado (Apêndice A), gravadas e, posteriormente, transcritas. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – cujo modelo pode ser encontrado nos Apêndices B, C e D – foi assinado por todos os entrevistados. Excluindo-se os jovens, todos os demais entrevistados preferiram abrir mão do anonimato. No entanto, considerando que a manutenção do sigilo não alteraria os sentidos e as decorrentes análises e resultados da pesquisa, todos os nomes foram preservados em consonância com as normativas da ética na pesquisa com seres humanos (Resolução CNS 466/2012). Em casos em que a referência nominal era necessária para melhor compreensão do texto, os nomes foram trocados. Tanto os jovens como os demais atores entrevistados concordaram prontamente em conceder as entrevistas, portanto, nenhuma recusa foi verificada.

No âmbito da gestão foram entrevistados: a ex-coordenadora de área<sup>52</sup> do CENPEC, que participou ativamente do processo de formulação do programa em 2004; o coordenador geral do programa na época da terceira edição (que ainda hoje atua no CENPEC como coordenador geral dos Jovens Urbanos); e dois coordenadores das ONG locais executoras, sendo um representante do distrito do Grajaú (Zona Sul) e um do distrito de Lajeado (Zona Leste).

Alguns pontos foram abordados em todas as entrevistas, como aspectos pessoais da experiência de trabalhar no programa, o alcance do Jovens Urbanos na época (e como o avaliam hoje), possíveis motivos de uma maior presença feminina que masculina, o conceito de vulnerabilidade social (e em que sentido e por quais motivos o projeto impactaria a vulnerabilidade social) e possíveis quesitos inovadores do programa.

Os focos principais da entrevista com a ex-coordenadora de área do CENPEC foi o processo de elaboração das referências teóricas e metodológicas da terceira edição e o modo como essas referências nortearam as práticas, os motivos da escolha do nome Jovens Urbanos, entre outros. Com o coordenador-geral do programa, o foco foi a continuidade e o estado atual do Jovens Urbanos. Também foram abordadas questões sobre o seguimento das trajetórias de

---

<sup>52</sup> O CENPEC estruturava-se em áreas, cada qual abrigava um conjunto de projetos. O programa Jovens Urbanos fazia parte da área Educação & Comunidade. Nas discussões iniciais para a formulação do programa também participaram as equipes da área Currículo & Escola.

jovens egressos, mudanças nas edições posteriores e também percepções e opiniões sobre as referências teóricas e metodológicas.

Com as ONG executoras, foram abordados detalhes da operacionalização do programa em âmbito local e o legado dos Jovens Urbanos às instituições e aos territórios, além de aspectos relativos a processo de seleção, ações de formação das equipes técnicas das ONG, características e notícias de jovens egressos e impactos da experiência do Jovens Urbanos em suas trajetórias e na vida dos jovens.

Houve a preocupação de contemplar as duas regiões, considerando a hipótese de que as peculiaridades dos territórios regionais poderiam se relacionar com a forma como as ONG locais e mesmo os jovens vivenciaram as suas experiências no programa. Como se poderá se verificar, a diferença do local de moradia (ter participado do programa em uma ou outra região) não aparece nos relatos como variável significativa.

A escolha dos coordenadores das ONG considerou como critérios a participação desses profissionais ao longo das demais edições do programa (a ONG do Lajeado continuou com a parceria até a sexta edição e a ONG do Grajaú mantém parceria com o programa até hoje) e o fato de terem atuado, após a terceira edição, como técnicos regionais – profissionais contratados pelo CENPEC que acompanhavam de perto o trabalho de todas as ONG e que tinham como função orientar as equipes locais e repassar informações aos gestores gerais do programa. Tendo em vista tais diferenciais, conseguiram fornecer uma visão ampla e completa, tanto da terceira edição quanto da continuidade do programa. Os coordenadores também foram inicialmente acionados por meio das redes sociais<sup>53</sup> e foi por intermédio deles que se contactou os jovens participantes dessa pesquisa.

Especialmente na entrevista realizada com a ex-coordenadora de área do CENPEC, enredos de outras edições se misturavam à narrativa, apesar do intento ter sido sempre manter o recorte da pesquisa, que trata especificamente da terceira edição. No percurso das conversas foi inevitável não envencilhar-se com algumas linhas de diferentes passados (que vão desde a gênese do programa, passando pelas primeiras edições, até outros acontecimentos especialmente relacionados ao CENPEC e à Fundação Itaú Social), linhas de intensidades e ressonâncias que se ligam formando uma espécie de diagrama – ou de cartografia – do programa. Mas, durante a conversa, registrar memórias como quem pede atestados, ou construir uma linha do tempo e suas ficções lineares, não era uma preocupação.

---

<sup>53</sup> Como integrei a equipe do programa na época da terceira edição, muitos deles fazem parte da minha rede virtual.



A seguir, apresentam-se procedimentos metodológicos referentes às entrevistas realizadas com os jovens.

No Caderno CENPEC dedicado ao programa Jovens Urbanos há um artigo que estabelece um retrato do perfil dos jovens que participaram da terceira edição (JORGE; BARRETO, 2008). As informações localizadas nesse artigo foram utilizadas como ponto de partida para a definição e delimitação de outro público foco do trabalho empírico: os jovens. As informações mais importantes desse levantamento são:

- em 2008, a população de 16 a 24 anos (1.948.645 indivíduos) correspondia a 17,5% do total de moradores na cidade de São Paulo (11.104.712 habitantes);
- dos 480 jovens participantes, a maioria foi composta pelo público feminino (56,9%) e por estudantes (85,0%);
- 49,4% declararam-se pardos, 30,8% brancos e 16,7% negros – concentração superior à verificada na população total (no estado de São Paulo, a proporção de pretos e pardos era de 30,6%);
- 17 e 18 anos concentraram a maior parte dos participantes, 193 (40,2%) e 113 (23,5%), respectivamente;
- 72,9% dos jovens frequentavam ou haviam concluído a segunda ou a terceira séries do ensino médio;
- 76 jovens (69,7%) que cursavam o ensino médio estavam na faixa de 17 a 20 anos; na segunda série do ensino médio, 170 jovens (34,6%) tinham entre 18 e 21 anos e, na terceira, 113 deles (20,7%) tinham entre 19 e 21 anos;
- 443 (92,3%) participantes declararam não trabalhar; 34 (7,1%) declararam realizar alguma atividade remunerada e, dentre eles, dez jovens eram estagiários e nove assalariados com carteira assinada;
- 69,2%, das famílias dos jovens recebiam até 500,00 reais; somente 1,0% dos jovens indicaram renda familiar superior a 1.000,00 reais (JORGE; BARRETO, 2008, p. 85-91).

Foram entrevistados cinco jovens (três do Distrito do Lajeado e dois do Distrito do Grajaú), três com 25 anos, um com 23 e outro, com 24 anos. Apesar de a faixa etária não ter sido uma variável considerada, esse dado confirma o perfil dos jovens que participavam do programa em 2007: a maior parte tinha entre 17 e 18 anos.

O contato com os jovens foi feito por meio da indicação dos coordenadores entrevistados, que ainda mantém vínculos com eles, especialmente por meio das redes sociais (Facebook). Foi solicitado que os coordenadores indicassem jovens; apenas dois critérios foram sugeridos para

essa indicação: que o jovem tivesse participado da terceira edição e que fossem indicados mulheres e homens. Assim, vale destacar, a indicação contou com o viés da escolha desses atores-chave, considerando os contatos e as relações que mantinham ao longo dos anos com os jovens.

Os jovens foram receptivos e solícitos ao convite de participar da pesquisa, demonstrando interesse por detalhes do trabalho. Vale a pena registrar aqui um exemplo dessa solicitude: uma das jovens entrevistadas nesse trabalho, atualmente morando na cidade de Cotia, se deslocou de trem em pleno domingo de chuva ao Grajaú para conceder a entrevista. Soube-se que ela não morava mais no Grajaú apenas no momento da entrevista – obviamente que, sabido antes sobre essa mudança, teria sido proposto o encontro em outro local. No entanto, na maior parte dos casos, devido a compromissos cotidianos de trabalho, além das distâncias territoriais, a conciliação das agendas foi o ponto mais difícil no acesso aos jovens. Algumas entrevistas tiveram que ser remarçadas várias vezes; quase todas foram realizadas nos finais de semana e em locais públicos (como lanchonetes, padarias e também no Centro Educacional Unificado – CEU Lajeado); os jovens do Distrito do Grajaú foram encontrados na ONG Comunidade Cidadã, espaço cedido a partir do contato com seu presidente, coordenador do Jovens Urbanos na época da terceira edição, também entrevistado no escopo dessa pesquisa.

O mesmo critério de garantir a representatividade das duas regiões foi considerado na escolha dos jovens. Foi contemplada pelo menos duas ONG de cada região (ou seja, na Zona Leste, assim como na Sul, os jovens entrevistados foram participantes de duas organizações diferentes). No entanto, não se verificou, nos depoimentos, pistas de que essas diferenças de região de moradia influenciassem de forma significativa a trajetória dos jovens no programa. As questões de circulação e apropriação da cidade, seus bloqueios e acessos, entre outras questões pertinentes ao programa, não foram relacionadas ou associadas, nos depoimentos, a alguma peculiaridade de um ou outro distrito – as trajetórias parecem decorrer da forma como cada jovem vivenciou e assimilou as experiências do programa, independentemente da região a qual pertenciam.

Foi levada em conta a preocupação de garantir a diversidade de gênero entre os jovens – no conjunto foram entrevistados três homens e duas mulheres. Mesmo que se tenha constatado maior presença de jovens mulheres nos grupos da terceira edição, no decorrer da pesquisa verificou-se que as diferenças de gênero eram mais uma das diversidades presentes nos grupos, considerando a multiplicidade de posições sociais as quais os jovens poderiam vincular-se (jovem-mulher-estudante, jovem-evangélico-negro etc.) e que não figurava como questão significativa para o programa. Conforme relato do coordenador de umas das ONG do

Grajaú: “o programa era tão rico de outras coisas que essa questão não aparecia e, mesmo quando ela era pautada, era porque estava dentro da questão pedagógica de se discutir e tal...”.

Dois dos jovens entrevistados, que participaram do programa na mesma ONG no Distrito do Lajeado, foram os únicos a se referir às características de seu grupo; em uma das menções figura a valorização da diferença:

Foi bem legal porque era um grupo muito unido, era um grupo muito diferente, lá naquele grupo tinha de tudo, tinha homossexual, tinha lésbica, tinha negro, tinha de tudo naquele grupo e eu me identificava bastante.

Os focos principais da entrevista com os jovens foram acontecimentos e referências da vida atual (religião, casamento, filhos, trabalho, espaços de participação etc.) e memórias das experiências do programa relativas a: como foi/ o que significou participar; momentos especiais e situações marcantes (desafiadoras, negativas etc.); e mudanças após o programa (família, futuro, percepção da cidade etc.).

Este capítulo apresenta a análise dos depoimentos dividida em duas camadas que, por vezes, se encontram e entrelaçam: a primeira camada abrange os olhares institucionais, olhares da gestão do programa<sup>54</sup>; a segunda é feita a partir dos olhares dos jovens egressos. Em cada camada procedeu-se à análise de conteúdo. Tópicos que se referem aos achados da pesquisa são destacados, assim como pontos de convergência e ressonância a partir da ocorrência de fatores como recorrência, relevo e importância<sup>55</sup>. Pontos de dissonância e oposição entre os discursos também foram apreciados para as escolhas dos trechos dos relatos aqui transcritos e para as análises decorrentes.

#### **4.1 Primeira camada: olhares institucionais, olhares da gestão**

O embrião do programa Jovens Urbanos, segundo a ex-coordenadora de área do CENPEC na época, foi uma demanda do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) em 2003 para discutir educação e juventude, necessidade de ampliação do tempo de escolarização entre outros temas. Segundo a coordenadora, esse foi o começo das discussões do que hoje conformam as diretrizes de educação integral: “A Fundação Itaú Social fez uma demanda para o CENPEC de formulação de programa para jovens...” (Ex-coordenadora de área).

<sup>54</sup> Eventualmente, são analisados depoimentos de jovens, quando corroboram ou complementam as visões dos gestores.

<sup>55</sup> “As noções de importância, de necessidade, de interesses são mil vezes mais determinantes que a noção de verdade. De modo algum porque elas a substituem, mas porque medem a verdade do que eu digo. Mesmo em matemática: Poincaré dizia que muitas teorias matemáticas não têm importância alguma, não interessam. Não dizia que eram falsas, era pior” (DELEUZE, 1992, p. 162).

Aproveitando o gancho das discussões já iniciadas com a equipe do MDS, combinada à demanda da Fundação, o CENPEC iniciou o percurso de formulação do que viria a ser o programa.

Alguns temas como ciência e tecnologia<sup>56</sup> apareciam fortemente aliados à ideia de uma proposta educativa para jovens. Equipes responsáveis pela Estação Ciência<sup>57</sup> (USP), outras ONG, gestores públicos ligados à educação e à assistência, entre outros, participaram de diálogos sobre a juventude. Esses encontros tinham como objetivo compor ideias para a formulação do programa, a partir das experiências e repertórios de atores-chave – uma gama de pessoas e instituições de renome nas áreas de educação e juventude.

No CENPEC, houve certa disputa interna para que o programa ficasse sob a condução das equipes da área Currículo & Escola, posto terem formulado um material pedagógico dirigido a jovens, um projeto específico para ser utilizado nas unidades de internamento provisório da Fundação Casa (à época ainda chamada de FEBEM<sup>58</sup>). A disputa de sentidos ou concepções que se fazia entre as áreas, conforme relato da ex-coordenadora, intensificava-se devido a sua forte oposição à recorrente criminalização da pobreza e também à ideia que é preciso algumas condições prévias para o alcance da cidadania (nessa lógica, segundo as concepções da área Currículo & Escola, ter negado o direito à escolarização ou aprendizagem da leitura e escrita seriam elementos impeditivos de cidadania). A perspectiva da ex-coordenadora parecia ser outra: a lógica democrática dos direitos pressupõe a cidadania como condição anterior a qualquer outra.

Durante a entrevista, percebeu-se que a ex-coordenadora se posicionava de modo contrário às referências que pretendiam enquadrar a possibilidade de uma proposta com juventudes de periferia em uma sequência didática, ao uso de material pedagógico e à aplicação de procedimentos de formação continuada, à moda do que já vinham realizando no âmbito dos sistemas de ensino nas parcerias com as secretarias de educação municipais e estaduais de diversos estados, especialmente em São Paulo.

Reiterou-se, durante a entrevista, que não se tratava de construir um material para jovens privados de liberdade, mas do fortalecimento da autonomia e liberdade de jovens cidadãos

---

<sup>56</sup> Vale lembrar que a perspectiva de tecnologia ou de tecnociências, ao longo da formulação do programa, tomou um sentido de caixa de ferramentas (SANTOS, 2008, p. 78).

<sup>57</sup> “A partir de 1990, a Estação Ciência passa a ser administrada pela USP. Hoje, ela é um órgão da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária e nos últimos anos atendeu a mais de 200 mil pessoas anualmente, entre escolares, turistas, famílias e outros visitantes espontâneos, além de promover eventos, mostras, cursos e palestras e exposições itinerantes em outras cidades. Diversas parcerias externas permanentes vêm apoiando as atividades, entre elas Petrobras, IBM e Grupo Boticário” (USP, 2014).

<sup>58</sup> Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA), anteriormente chamada Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM). O Projeto do CENPEC realizado nas unidades de internamento provisório chamava-se “Educação e Cidadania”.

(porque já os eram, desde o momento em que compunham o mundo) privados de direitos. O principal, do ponto de vista da formulação do programa, também não parecia ser a construção de um currículo, mas de uma proposta outra, que se pretendia inovadora – buscada primeiramente nas experiências vinculadas à ciência e tecnologia. Pode-se supor, também, que o foco inicial na ciência e tecnologia fosse um desdobramento do interesse de aliar um programa para jovens às questões de trabalho e renda, objetivo fortemente presente nos discursos do agente financiador, evidenciados na Introdução deste trabalho, no qual o vice-presidente da Fundação Itaú Social assegura:

Os jovens precisam de muitas entradas no campo cultural, econômico, comunitário para obter inclusão social com melhor qualidade de vida e no mundo do trabalho; os jovens precisam menos de um curso profissionalizante e mais de repertórios, competências e habilidades facilitadoras de seu ingresso no mundo do trabalho complexo (MATIAS, 2008, p. 7).

#### **4.1.1 O currículo horizontal difuso: *não é para educação pública, é um projeto para jovens, experimental***

E esse cara veio conversar comigo depois e me disse: “nossa, você ficou falando de uma ideia de um currículo horizontal difuso, então, assim, não tem experiência com isso certo? Não tem experiência, não tem nenhuma coisa aplicada que a gente possa puxar referência e também é muito difícil fazer a gestão disso”. Aí eu falei assim, “mas não é para educação pública, é um projeto para jovens, experimental”. Essa foi uma conversa muito importante para mim (Ex-coordenadora de área).

Esse “cara” referido no trecho da entrevista acima, relato da ex-coordenadora de área do CENPEC, era um profissional da equipe da Estação Ciência/ USP que participou das reuniões anteriores à implementação do programa para discutir sua formulação. Essas estratégias dispararam o processo de formulação teórica e metodológica do Jovens Urbanos. O desafio, relata a ex-coordenadora, era aproximar-se daquela ideia de “currículo horizontal difuso”.

A partir daí, desenvolveu-se um processo intenso de diálogos internos no CENPEC, culminando na produção de uma matriz curricular que cruzava estratégias formativas (vivências grupais, cartografias na cidade, exploração, experimentação e produção de projetos) a um conjunto de aportes culturais<sup>59</sup> (escolares, das artes, das ciências e tecnologia). Essa matriz curricular orientou o processo de formação dos jovens na primeira e na segunda edição, mas ao longo da sua operacionalização foi sofrendo mudanças, revisões, recombinações em função das aprendizagens decorrentes da própria experiência do programa.

---

<sup>59</sup> Tais escolhas atestam a influência dos estudos culturais no processo de formulação do programa: Hall (1997), Sarlo (2006), David Harvey (2012) e Silva (1999a e 1999b) figuram em sua bibliografia.

Os aportes culturais foram, aos poucos, se transformando nos territórios formativos; também ganharam força as estratégias de exploração, experimentação e produção (que passaram a formar uma tríade metodológica) e, como culminância do processo formativo, a estratégia de projetos de intervenção dos jovens que é decorrente da tríade. A ideia de matriz foi sendo gradativamente abandonada até chegar ao repertório estruturado e sistematizado na terceira edição, conforme descrito nos primeiros capítulos deste documento.

Percebe-se que o percurso de elaboração das referências teóricas e metodológicas que sustentaram o programa não seguiu um modelo único, ou referências já estabelecidas, mas se deu a partir de disputas institucionais, combinações, hibridismos entre diferentes áreas/temas – toda uma constelação de possibilidades que marcaram com muita força uma empreitada experimental.

Pode-se olhar e analisar a força e a presença dessas referências em camadas diferentes: primeiro a camada da gestão, tanto em níveis mais amplos, no caso da gestão geral realizada pelo CENPEC, como em níveis mais localizados, como a gestão local realizada pelas ONG executoras do programa. Outra possível camada é olhar e analisar a marca e a força dessas escolhas teórico-metodológicas do ponto de vista da realização: os efeitos sentidos, percebidos e expressos pelos jovens sobre suas experiências no programa há quase sete anos. Começemos pela primeira camada.

#### **4.1.2 Os referenciais do programa: *eram intuições, claro que intuições teóricas, mas intuições fantásticas***

Conforme entrevista com a ex-coordenadora de área, o interessante do programa foi a capacidade de criar

[...] mais gente com mais dúvidas sobre o que elas faziam, não só com certeza sobre o que elas faziam. [...] Para mim esse foi um impacto, vamos dizer assim, uma marca nas organizações e nos profissionais e nos meninos muito grande, eu acho que esses acontecimentos tinham uma geração de muito estranhamento e isso foi muito legal (Ex-coordenadora de área).

A ausência de um material didático específico ou de um currículo recheado de conteúdos, de um direcionamento específico para as práticas cotidianas e de um conjunto de procedimentos que deveriam ser replicados tinha efeitos geradores de estranhamento, angústia, mas também de encantamento e sedução.

A experiência com o Jovens Urbanos me possibilitou um reencantamento com a cidade, a experiência que os jovens passaram de se encantar eu passei também e contribuiu para todos os aspectos do que estou vivendo agora, quer seja no campo da juventude, quer no campo da cultura (Coordenador de ONG do Lajeado).

Essa plasticidade e abertura significavam a liberdade, o possível, a possibilidade da criação e do novo, mas também a crise, a instabilidade – essas duas condições aparecem nas vozes dos coordenadores das ONG locais como dois lados de uma mesma moeda.

Uma coisa que me incomodava um pouco é que a gente entrava naquela coisa de que não tem receita, mas por outro lado é porque a gente também tinha dificuldade com essa metodologia; me lembro que o [educador], que é o cara mais criativo que eu conheço na vida, me ligava agoniado, angustiado[...] a gente planejava a exploração, a gente definia as linhas mestras, fazia a lista de um ou outro material, mas não conseguia pensar, aí a gente tem que caçar na cabeça ideias, possibilidades, mas várias vezes você se via numa encruzilhada...(Coordenador de ONG do Lajeado).

A expectativa de que os processos de formação dos educadores e coordenadores seriam capazes de garantir que as equipes pudessem ser criadoras de seus próprios currículos a partir do domínio de estratégias metodológicas e do conhecimento dos princípios que as sustentavam também foi alvo de críticas do coordenador de uma das ONG da Zona Leste:

Era sempre uma crise com os educadores essa falta de referência... Porque acho que havia um erro pedagógico, didático, que era da formação, ao imaginar que todo educador conseguiria desenvolver aquilo de uma forma tranquila porque é só uma questão de estar aberto... e não é (Coordenador de ONG do Lajeado).

Obviamente que as equipes das ONG – seus educadores e coordenadores – traziam para o programa todo o repertório que dispunham, suas experiências anteriores – muitos já tinham participado de projetos com jovens e todas essas referências se chocavam, mas também os sustentavam nos momentos de crise, de ausência de respostas.

Pessoas que vinham de uma experiência com a Pastoral e que entravam em crise, porque a Pastoral já tinha uma metodologia fechadinha, as ideias entravam em colapso, mesmo que brigando muito com as teorias e metodologias e tal, era toda uma gente que tinha lastro (Coordenador de ONG do Lajeado).

Apesar das críticas e ponderações, os coordenadores consideraram que o intenso investimento do programa na formação das equipes das ONG constituía-se como condição fundamental para a sua operacionalização e também era um diferencial positivo, considerando que outros projetos não viam a formação como necessidade ou mesmo como um valor.

Transformar inspirações e intuições teóricas em uma proposta formativa, em um arranjo formativo, aparece como a “grande sacada”, o traço inovador que atraía aqueles envolvidos com o programa na época:

Eu digo que eram intuições, claro que intuições teóricas, mas intuições fantásticas, mesmo essa denominação da exploração, experimentação e produção ela é um troço muito legal, só depois de muito tempo eu fui mastigar, claro, me atraía, logo no começo eu gostava dessas ideias, mas ainda de forma incipiente, e hoje eu fui perceber a força que isso tem [...]. Isso como metodologia, como estratégia de formação, é muito interessante e é uma forte ferramenta e é inovador, não é inovador como quem cunha ou registra termos, expressões, mas é inovador por criar esse arranjo, quando junta isso. E o que era o mais louco, talvez a grande novidade? Transformar essas coisas todas em experiências formativas, isso eu nunca tinha visto em nenhum lugar e acho que nunca vi até hoje (Coordenador de ONG do Lajeado).

E se havia certa ousadia nas escolhas do programa era porque, segundo o olhar da ex-coordenadora de área do CENPEC, apesar do referencial teórico metodológico não ser um referencial eloquente, o programa contou com portadores muito eloquentes. Os seus portadores eram os profissionais que compunham a equipe e que foram os responsáveis pela formulação e sistematização desse referencial:

A gente sustentou uma referência que não foi ela toda que esteve presente na operação, mas ela teve uma marca muito forte, também na operação, então ela foi paradigmática mesmo (Ex-coordenadora de área).

Outro diferencial era o foco na juventude, em suas questões; em algumas passagens, a abertura para que o jovem participasse das escolhas e dos caminhos do programa é mencionada:

O jovem entra e faz um percurso formativo ali e espera-se que ele saia de outro jeito... Isso acho que é muito louco...A novidade do programa é essa, ele pensa uma experiência para jovens, uma experiência formativa, imaginando que o cara vai fazer uma trajetória, imaginando que a relação dele com a cidade se altere, a forma que ele enxerga uma série de temas que estão presentes na vida dele se altere, que ele se perceba como jovem – essa é uma das grandes sacadas do programa – juventude é um tema central, o público para o qual o programa está direcionado, extremamente importante no desenho do programa (Coordenador de ONG do Lajeado).

#### **4.1.3 A opção pela cultura: o programa rompe com uma perspectiva da preparação para o trabalho, esse é o rompimento principal**

Seguro afirmar que o programa desestabiliza sentenças conhecidas (por exemplo, tirar o jovem da rua, formação para o mercado de trabalho) os modelos e todas as referências consagradas de projetos com juventude, especialmente devido a um importante deslocamento, a defesa de um paradigma outro: a escolha da cultura em contraposição à perspectiva de preparação para o mercado de trabalho.

A pressão para a inserção do mercado de trabalho aparece no depoimento de dois jovens moradores do Lajeado:



Quando eu fiquei sabendo do programa eu estava no último ano do ensino médio, não tinha muita perspectiva como a maioria dos jovens da periferia, você tem que trabalhar e trabalhar (Jovem do Lajeado).

Eu cresci ouvindo do meu pai “vai trabalhar no mercado”, depois você vai para uma metalúrgica e é isso (Jovem do Grajaú).

O programa Jovens Urbanos não tinha uma proposta de especialidade ou de formação técnica nessa ou noutra área para a conquista de qualquer espécie de credenciamento para o mercado. A preocupação com a desqualificação, com a inserção precoce no mercado de trabalho, com o afunilamento do campo relacional dos jovens como algo que os fragiliza, que os coloca em condição de vulnerabilidade, aparece num exemplo interessante no relato do coordenador de uma ONG da Zona Sul: o ciclo do caixa de supermercado.

[...] o ciclo do caixa do supermercado, como também o de segurança privada e coisas do tipo... vários desses empregos obrigam o jovem a trabalhar no feriado e nos finais de semana e isso vai limitando o círculo social do jovem, afinal quando é que o jovem tem folga para sair com alguém? Terça? Segunda? Ele vai perdendo os amigos, ele perde esse círculo social, o círculo social passa a ser pessoas que fazem as mesmas coisas que ele, onde não se discute que existe FIES, existe PROUNI, porque ninguém sabe (Coordenador de ONG do Grajaú).

O princípio do programa era a expansão do repertório sociocultural e do campo relacional dos jovens. Para a ex-coordenadora de área do CENPEC, essa não é uma novidade, é um rompimento, o principal rompimento que fez ao longo de sua história em nome da democratização da produção:

O programa rompe com uma perspectiva da preparação para o trabalho [...] precisamos conhecer o mundo, precisamos nos apropriar do mundo para poder produzir, sem isso não tem produção, você fica confinado inclusive desse ponto de vista de acesso ao insumo para produzir [...] então acho que essa é uma das coisas, é um deslocamento (Ex-coordenadora de área).

Romper o ciclo de desqualificação e, em decorrência, de reprodução de desigualdades e pobreza, pressupunha, na perspectiva da ex-coordenadora, separar trabalho e renda de trabalho e produção. Essas ideias sustentavam não apenas a necessidade de articulação com as políticas públicas de transferência de renda para jovens mas, sobretudo, a premissa de que a produção não precisa estar vinculada ao trabalho porque produzir é potencial de todos. A esse respeito, uma consideração talvez deva ser feita: as experiências dos jovens com a realização dos seus projetos de intervenção ao final do programa, garantidos pelos aportes financeiros da Fundação Itaú Social e da Prefeitura, foi mencionada por todos os jovens como a experiência mais marcante do programa – a elaboração dos projetos era uma atividade decorrente da estratégia de produção da já referida tríade.

Então, para mim tem duas coisas para incidir nisso, uma coisa é a separação entre trabalho e renda, esse par precisa ser separado para a gente não negligenciar a produção para ninguém. A possibilidade, a capacidade de produção precisa estar para todos, precisa ser democratizada também, e o que acontece é que na lógica do capitalismo instalado, se você não separar, produz um círculo vicioso porque você produz uma massa de trabalho desqualificado, mal remunerado e que o sujeito não sai disso, o sujeito fica preso nesse ciclo, negligenciado do ponto de vista produtivo e negligenciado do ponto de vista de renda (Ex-coordenadora de área).

Certa dificuldade acompanhava esse deslocamento, esse rompimento com a perspectiva de preparação para o trabalho: se um programa tinha como público prioritário jovens pobres, em condições de vulnerabilidade segundo as estatísticas, se não se tratava de preparação para o trabalho, a que poderia se dirigir? Ampliação do repertório sociocultural, incursões na cidade, o que significavam afinal?

O programa é muito rico, mas difícil de explicar [...] num primeiro contato com jovens que querem respostas imediatas, [...] quase sempre de algumas perguntas prontas assim: “o que eu ganho com isso? Mas, é curso do que? Vou ter diploma?” Quer dizer, todos os focos eram voltados naquilo que eu falei, aquilo vai me qualificar um pouco mais, vai me propiciar um emprego melhor, mais dinheiro para eu consumir, aí o programa não é que ele rompe com isso, mas ele abre o olhar, abre oportunidades (Coordenador de ONG do Grajaú).

Os diversos textos e discursos do programa pareciam todos muito vagos, abstratos, de difícil apreensão. Abrir, expandir, democratizar oportunidades – a palavra oportunidade talvez aproximasse, desse um pouco mais de concretude ao que o jovem poderia encontrar ou ganhar mas, de todo modo, não dizia muita coisa. O mais drástico é que não havia respostas, trava-se de riscos, de apostas, tratava-se principalmente de pensar e agir, segundo a ex-coordenadora de área do CENPEC, orientado por princípios e não por fins.

Algo que foi paradigmático: o pensamento e a prática operados por princípio não têm problema com o procedimento, muito pelo contrário, cria procedimento, você inventa o procedimento a serviço de quem está no jogo (Ex-coordenadora de área).

Mas essa opção pressupõe considerar que os tropeços, os desvios, não fossem encarados como erros, exigia-se investimento, mas o resultado era um efeito de felicidade entre todos os envolvidos:

Operar com princípio e não com procedimento é muito difícil, o procedimento é uma invenção a serviço de um princípio e, trabalhar com isso, operar com isso o tempo inteiro é muito exigente, você escorrega, mas [...] mas se você escorrega e trata isso como um erro é difícil, porque você precisa acertar...

[...] Quando você cria o procedimento, na verdade tem produção de todo mundo, isso tem um efeito de felicidade e isso, para mim, foi paradigmático no programa, porque os momentos em que isso foi vivenciado [causavam] um efeito de felicidade para todo mundo, para os meninos, para os educadores, para todo mundo... (Ex-coordenadora de área).

Comparando o deslocamento que o programa faz com as iniciativas de trabalho com a juventude conhecidas na época, o coordenador de umas das ONG executoras registra algo que encontra ressonância com a ideia de criação de procedimentos, que ele chamou de regramento:

Por exemplo, quando se discutia juventude naquela época para além do ensino formal, você tinha muito agregada a questão da proposta profissionalizante, quando tinha algo (volto a dizer não sei se é o termo mais acertado) mais lúdico, mais aberto [...] era teatro, era fotografia, um espaço que na verdade ampliava o repertório sociocultural, apresentava um leque imenso de oportunidades para o jovem poder escolher. Vários jovens falavam o seguinte [em um painel de opiniões que existia]: “a escola podia ser igual ao programa...” Mas às vezes demorava [para perceber o motivo]. A gente não aprendeu a falar, em casa tem um regramento, na igreja tem um regramento, na escola tem um regramento, aqui a gente está construindo um regramento conjunto (Coordenador de ONG do Grajaú).

#### **4.1.4 Inspiração e ambição de política pública: o caminho da institucionalização**

O coordenador geral do programa afirma que a força, a marca de contribuição do programa no enfrentamento das problemáticas da juventude reside na sua capacidade de influenciar as políticas públicas.

Eu acho que a grande contribuição do programa é que ele pode ter e está tendo que discutir políticas públicas (Coordenador geral).

Essa capacidade é decorrente, segundo o coordenador, da seriedade da formulação teórica e metodológica. Lembra que o programa, a partir de um consistente e “testado” arcabouço de premissas e proposições, tem influenciado as organizações sociais, o poder público e outros parceiros. O coordenador enfatiza que as edições realizadas foram laboratórios, testes e pilotos necessários para que se pudesse ir conformando uma estrutura capaz de ser replicada em escala de política pública, em diferentes territórios. Cita como exemplo a demanda de assessoria feita pela Coordenadoria de Juventude da cidade de São Paulo:

São Paulo tem 90 Centros de Juventude todos quase fechados, é um descaso; o que o programa conseguiu mostrar nesses dez anos e vem mostrando é, primeiro, que recurso existe, se você souber consegue fazer coisas interessantes; segundo, tem que se discutir políticas públicas do ponto de vista horizontal, transparente, colocar o jovem nessa discussão (Coordenador geral).

Na continuidade das edições, o programa tem realizado assessoria às políticas estaduais de educação do Espírito Santo e Minas Gerais, além de já ter sido e estar sendo realizado em escolas estaduais de São Paulo. Segundo o coordenador geral, esses governos têm procurado o Jovens Urbanos a fim de obter informações para que suas equipes possam trabalhar com a juventude, em função de dez anos estruturando uma concepção de trabalho com juventude.

O [Jovens Urbanos] virou curricular dentro do programa Poupança Jovem (Governo Municipal de Pouso Alegre, MG), o mesmo está acontecendo nas discussões no Espírito Santo. Nós temos uma escola em São Paulo, a João Silva na Zona Sul, que tem o programa: tem uma sessão ali da intervenção dos jovens nas escolas, eles mudaram a fachada inteira da escola, recuperaram o ambiente de ciências, isso foi o projeto dos jovens (Coordenador geral).

O desejo de conquistar escala, de se tornar política é reiteradamente expresso nas narrativas do coordenador geral, que reconhece nesse desejo um desafio:

[...] como se coloca um programa desses em escala, em dimensão para a política pública, sem perder as características principais, eu acho que esse é o grande desafio que o programa tem (Coordenador geral).

A ex-coordenadora de área do CENPEC lembra que o programa nasce com uma inspiração de política pública e esse aspecto destacaria uma potência de seu arranjo programático e de sua lógica de ação. Tal diferencial se relacionaria tanto com sua concepção quanto com sua ação, e estaria concretizado no planejamento e no arranjo institucional que estabelece a forma particular de funcionar em diversas escalas, abrangendo o que chamou de “estratégico, tático e operacional”. Também chama a atenção para a articulação estratégica que o programa promove entre poder público, instituições privadas, profissionais liberais, grupos independentes, ONG locais e jovens:

Do meu ponto de vista, há perspectiva de que na política pública você tenha isso – o estratégico, o tático e o operacional. O programa tem na concepção e na ação que realiza uma inspiração de política pública, nesse sentido de que você não negligência em nenhuma escala, e acho que tem uma coisa junto com isso, e daí tinha uma luta em relação a isso, que é fazer uma aproximação, quanto mais aproximação melhor, desse campo de articulação estratégico com os jovens, porque você está trazendo as organizações e as instituições junto com o jovem, com dispositivos de mediação (Ex-coordenadora de área).

Mas entre o entusiasmo do coordenador do programa “expresso em seu desejo de ganhar escala e converter o programa em política pública” e a leitura da ex-coordenadora geral do CENPEC de que o programa se inspira na política pública por seu arranjo institucional, pela aproximação da cidade com os jovens moradores da periferia, existe uma tensão. Antes de sua saída do CENPEC, a ex-coordenadora de área compartilhava a condução do programa com o atual coordenador, segundo a primeira os dois compunham uma dupla de tensão:

Tinha uma coisa na história da condução do programa e nós fazíamos uma dupla de tensão em relação ao caminho do programa, o quanto a gente deixa aberto e o quanto fecha [...] tinha uma força institucional também, que era também para fechar, enquadrar. E ele [coordenador geral do Programa] tem o movimento de institucionalizar as coisas, pela formação dele [economista] e pelo trajeto profissional, especialmente no trabalho com projetos com o Banco Mundial, então ele tem, do ponto de vista de planejamento e gestão, uma marca muito forte da orientação do Banco Mundial, que é de institucionalização (Ex-coordenadora de área).

Com sua saída do CENPEC, o caminho para a redução do campo intuitivo e experimental (que pressupõe insegurança e custos financeiros) foi liberado, ao passo que a força da ambição de política pública se ampliou, fortalecida pelas estratégias cada vez mais presentes no programa de controle e avaliação (no discurso do coordenador geral, há uma importante valorização da avaliação econométrica realizada pelo Banco Itaú<sup>60</sup>). Conforme os discursos da ex-coordenadora de área, avaliação é controle, serve para “marcar terra”, é a exigência para institucionalizar:

Para ele [coordenador atual do programa], o fim depende do grau de institucionalidade, então a efetividade do trabalho com os meninos depende do grau de institucionalidade, essa é a lógica. Isso do ponto de vista de investidor é excelente; se eu tivesse continuado em um campo de tensão com ele, teria atrapalhado totalmente [a existência do] programa por 10 anos, é verdade, porque há um caminho de institucionalidade inevitável (Ex-coordenadora de área).

Entre a tensão sobre o quanto deixar aberto e o quanto fechar, e o inevitável caminho da institucionalização, algo se perde, na perspectiva da precursora do programa. Conforme seu depoimento, é muito difícil ter a abertura necessária que manteria as características do programa (e esse também é o temor de seu coordenador do atual) quando o interesse de institucionalização impera, porque a institucionalização não aguenta a abertura.

Sindicato com 30 anos, acabou a abertura, não tem mais vitalidade, não pulsa a vida, porque não tem abertura, já enquadrou, pronto, todo mundo já chega no quadradinho... (Ex-coordenadora de área).

Mas por que seria necessário criar espaços de abertura? Segundo a ex-coordenadora de área do CENPEC, a potência da criação não é privilégio das ONG, ela pode estar nas agências de governo, nas ONG, nos coletivos não institucionalizados, mas em todos esses espaços, “para não falir” é preciso criar espaços de abertura, que significam espaços em que os procedimentos são refletidos coletivamente, em que a ação e o pensamento são orientados por princípios.

---

<sup>60</sup> A avaliação econométrica faz parte das atividades da Gerência de Avaliação de Projetos do Banco Itaú, responsável por mensurar os impactos econômicos dos investimentos sociais que a empresa faz. Conforme o “Relatório de avaliação econômica” realizado com jovens da terceira edição após quatro anos da participação no programa, os indicadores de avaliação referem-se

[...] principalmente a dois objetivos do programa, quais sejam, contribuir para a empregabilidade e para a educação dos jovens. Estes dois objetivos se complementam no sentido que o programa visa melhorar a empregabilidade dos jovens, e é a educação que vai possibilitar a sustentabilidade destes ganhos ao longo do tempo. Os indicadores de empregabilidade são trabalho, renda, e indicadores de qualidade do emprego; já os indicadores educacionais olham tanto para a frequência ao ensino regular como para cursos profissionais e/ ou de capacitação. Acredita-se que, para ajudar em sua trajetória profissional, os jovens precisam pelo menos concluir o ensino médio (VASCONCELLOS; BIONDI; MENEZES-FILHO, 2012).

#### 4.1.5 A articulação com o sistema de ensino público: *estamos ainda engatinhando, a escola é um campo de negociação interminável*

A ONG Comunidade Cidadã, do Distrito do Grajaú, Zona Sul, mantém a parceria com o programa desde a terceira edição. Desde então, essa organização tem realizado experiências com o programa em escolas públicas.

A gente conseguiu coisas muito bacanas, hoje a gente está em três escolas, com propostas similares ao [Jovens Urbanos], mas com algumas nuances que não cabem no programa, que a gente achava que era interessante investir. Nessa primeira escola que a gente continua mesmo sem o [programa] lá, umas das experimentações que virou projeto e permanece na escola é uma rádio, [com] um processo em que um ensina ao outro [...] a tomar conta da rádio. Então, várias experiências interessantes que o [programa] nos ensinou a gente replicou e funcionou muito nesse ambiente escolar (Coordenador de ONG do Grajaú).

Os relatos do coordenador remontam a muitos eventos e acontecimentos que ele avalia como extremamente positivos e que funcionaram muito bem no interior das escolas. A rádio, por exemplo, foi resultado dos projetos dos jovens no contexto do Jovens Urbanos, mas não recebeu só aportes do programa, outros atores da escola também se envolveram

[...] a diretora foi lá e arrumou dinheiro e construiu um aquário de vidro no pátio, comprou as caixas de som, mesa, o Jovens Urbanos ajudou com recursos de assessoria e tudo mais, e a coisa aconteceu (Coordenador de ONG do Grajaú).

A criação da rádio foi resultado também de uma pesquisa realizada pelos jovens do programa com quase cinco mil alunos da escola. O foco da pesquisa era identificar os problemas da escola (o que os incomodava) e o que poderia ser feito para resolver. Além da rádio, essa pesquisa se desdobrou em vários outros projetos e na solução de problemas banais (como mosquitos, por exemplo) que incomodavam muito a todos – alunos, professores, funcionários – mas para o qual não se tomavam medidas já que se tratava de “um problema de ninguém”.

Era um problema que todo mundo sentia que era problema e ninguém falava nem tomava atitude porque não era problema de ninguém. A partir daquilo foi feito um mutirão com pais, alunos, diretoria de ensino, subprefeitura, se capinou o mato em volta, melhorou a tela, acabou o problema. Depois disso, vieram aulas de educação física, a reforma da quadra... Fomos atrás do poder público porque é obrigação deles também (Coordenador de ONG do Lajeado).

Atualmente, o programa Jovens Urbanos não está mais sendo realizado no distrito do Grajaú, mas a ONG Comunidade Cidadã irá coordenar a sua execução em uma escola localizada em outro território, o que foi apontado pelo coordenador como um reconhecimento das competências adquiridas ao longo da sua trajetória no programa.

Ainda no tocante à relação do Jovens Urbanos com o sistema formal de ensino, vale lembrar que, na terceira edição, houve uma primeira tentativa de realizar o programa dentro de

uma escola do distrito do Lajeado, mas a empreitada não deu certo e o programa teve que sair da escola antes do prazo previsto para seu encerramento; as atividades tiveram que ser finalizadas no espaço de uma igreja local. Uma das jovens entrevistadas que fez parte desse grupo e que também era estudante dessa escola, relata:

Eu acho que, durante o programa, [houve] mais experiências legais do que experiências negativas [...] algumas negativas [foi] pelo fato do programa acontecer dentro da escola e isso não foi tão interessante; os educadores não tinham tanta autonomia para fazer as coisas [...] toda aquela burocracia da escola acabava atrapalhando um pouco (Jovem do Lajeado).

Mas o projeto de intervenção dessa jovem – segundo seu depoimento, algo importante e marcante para ela – teve como tema principal a escola onde ela cursava o terceiro ano do ensino médio à noite:

Como o programa acontecia dentro da escola, a minha ideia foi fazer um vídeo sobre a escola, sobre esse universo. O projeto acontecia dentro da escola, dentro de uma sala de aula normal, e aconteciam várias coisas que eu ficava me perguntando: “Por que aquelas atividades?” Tudo que acontecia no programa Jovens Urbanos que era tão legal, era outra dinâmica e tal, podia ser na escola [...]. A gente teve a assessoria da produtora Novo Olhar e, depois que acabou o Jovens Urbanos, eu continuei com o projeto, tentei levar para as escolas, para exibir, fazer a discussão e tal, a gente ainda conseguiu fazer algumas coisas, exibir em ONG (Jovem do Lajeado).

A perspectiva de que o programa cabe, combina e é capaz de influenciar e impactar positivamente o ambiente escolar é, portanto, apontada não apenas pelo coordenador geral do programa, mas pelos representantes das organizações comunitárias locais:

Acho que os Jovens Urbanos é uma experiência que precisa ser bastante aplicada pela área de educação, pela escola, eu acho que ele tem que virar uma ferramenta, tem muita coisa para o programa ensinar para as escolas, principalmente as localizadas nas grandes metrópoles [onde] essa relação do jovem com a cidade é bastante conturbada, que tem uma grande extensão de periferia. [...] A escola descobrir, perceber o potencial que tem, eu acho que muda a cara da escola, mas descobrir tudo, descobrir a cidade como espaço formativo, descobrir essas metodologias (Coordenador de ONG do Lajeado).

Até 2012 nós sempre trabalhamos na ideia de que esse programa deveria acontecer com organizações sociais. [Mas] ele já está contido até em escola, eu acho uma inovação fantástica. Por exemplo, em Pouso Alegre, o governo tinha um programa que chama Poupança Jovem, estava meio complicado e aí foi incorporada a metodologia do Jovens Urbanos nesse programa público [...] com todo esse núcleo dentro da escola, a ideia da circulação, a ideia da experimentação tecnológica, dentro do currículo do ensino médio. O programa começou a sofrer uma adaptação não em sua estrutura de fundamento, mas em sua estrutura de aplicação mesmo (Coordenador geral).

Apesar dessa contundente e esperançosa aposta de que o programa pode alterar a difícil relação das escolas com os jovens, pode-se perceber, inclusive a partir da experiência vivida pela jovem moradora do distrito de Lajeado, que a articulação e a aproximação da escola com

o programa não ocorrem de modo plácido. Segundo o coordenador geral do programa, trata-se de um intenso trabalho de diálogo, de aproximações e distanciamentos, um campo permanente de conflitos, de relações e negociações:

Nós estamos ainda engatinhando nessa discussão com as escolas; a escola é um campo de negociação interminável [...] Algumas vezes há vontade política do estado, mas essa vontade política não tem a menor capilaridade com as escolas. Então, o que nós acabamos tendo que fazer é construir esse campo de relações com o diretor da escola, com o professor. Alguns estados já estão discutindo educação integral no ensino médio, o jovem está entrando com uma discussão curricular para garantir esse tema [...] o núcleo duro do programa permanece como algo a ser garantido, entenda-se aí a compreensão de juventude no plural, a percepção de que cada jovem tem que ter o seu espaço de atuação. Portanto, a individualidade do programa, a ideia da cidade, a ideia da experimentação, todo esse conjunto de elementos-chave continuam firme (Coordenador geral).

#### **4.1.6 A parceria com as organizações sociais locais/ comunitárias: a aposta nas organizações não governamentais, uma aposta de geração de massa crítica**

A primeira e a segunda edição configuraram-se como experiências piloto. Na época (2004), optou-se por trabalhar em parceria com organizações sociais/ comunitárias locais que seriam as instituições executoras do programa. Os distritos escolhidos, Brasilândia (Zona Norte) e Campo Limpo (Zona Sul) foram selecionados a partir de informações cedidas pela SMADS e da definição de alguns critérios de vulnerabilidade social que permitiram a delimitação de *clusters*.

A opção pelo trabalho em parceria direta com organizações locais (localizadas nas áreas de intervenção), conforme os discursos do coordenador do programa e da ex-coordenadora de área do CENPEC, também carregava o viés da empreitada experimental ao propor movimentar o território para o agenciamento de forças sociais, econômicas e políticas capazes de potencializar e disparar um processo de fortalecimento das organizações de base:

Acho que tem uma coisa que é a aposta nas organizações não governamentais, uma aposta de geração de massa crítica mesmo, de fortalecimento de massa crítica local (Ex-coordenadora de área).

No caso de Campo Limpo, onde se verificava pouca sinergia de investimentos, tratava-se de potencializar a articulação das organizações tendo em vista a formação de uma rede mais consistente. No caso de Brasilândia, tratava-se de fomentar a criação de algo até então quase inexistente, constatado não apenas pela quantidade, mas pela frágil estrutura das organizações sociais presentes na região<sup>61</sup>.

---

<sup>61</sup> Passados dez anos, esse cenário deve ter ser alterado, o que mereceria um olhar mais apurado, mas a tarefa excede os contornos da presente pesquisa.



Na Brasilândia você não tem nada, tem a mesma situação de violência que estava colocada na década [...] de 90 para o Campo Limpo. Campo Limpo foi isso, era só violência e você teve investimento lá, mas um investimento ainda desarticulado; então, a gente tem, do ponto de vista experimental, o desafio de articulação das organizações e, na Brasilândia, a gente tem o desafio de fazer acontecer alguma coisa (Ex-coordenadora de área).

O que o programa poderia oferecer às organizações sociais comunitárias que concorreria para o seu fortalecimento se organiza em três tipos diferentes de aporte: o aporte político (o agenciamento de novos atores estatais e não-estatais), o aporte técnico (realizado por meio do investimento nas capacitações e no acompanhamento técnico das equipes) e o financeiro (fontes de recursos para manutenção de quadros e operacionalização dos projetos). Mas esse assunto – o impacto do programa nas regiões onde atuou pelo viés da organização político, social e comunitária – mereceria uma discussão mais apurada, talvez outra pesquisa.

Voltando ao recorte desta pesquisa – a terceira edição –, os coordenadores entrevistados ressaltam o aporte técnico como um elemento que acarretou ganhos não apenas ao programa, mas às organizações. O processo contínuo de capacitação e de acompanhamento das equipes que atuavam diretamente com os jovens permitiu que o programa fosse encorpando com repertórios criados pelos educadores, permitindo que se fizesse um caminho de sistematização dessas práticas – um conteúdo gerado a partir da experiência.

Nós tínhamos uma organização que foi fundada só com jovens e era algo muito novo. Foi uma experiência bem nova e eu diria que aglutinou muito, não só para os jovens que participaram, mas para os profissionais. A partir dali a própria organização passou a olhar com mais carinho a formação dos profissionais para atuação com a juventude. Nós abrimos muitos caminhos, novas possibilidades [...] esse é o aspecto que eu posso destacar, um processo formativo muito amplo não só para os jovens, mas para os coordenadores como profissionais. Eu diria que a formação foi um dos diferenciais (Coordenador de ONG do Grajaú).

Mas lembram os coordenadores das ONG entrevistados que, durante as edições, a permanência da mesma equipe era um fator condicionante à possibilidade de construção de um repertório autônomo e autoral, próprio de cada ONG. Na terceira, quarta e quinta edições, com exceção de uma ou duas mudanças no decorrer do processo, foram mantidas as mesmas ONG e quase sempre os mesmos educadores e coordenadores.

As duas organizações sociais que foram foco das entrevistas realizadas foram fundadas por jovens. Os coordenadores do programa nessas ONG têm um trajeto de vida ligado à Igreja Católica em sua vertente da Teologia da Libertação e ambos atuaram na Pastoral da Juventude:

Eu me envolvi com a Pastoral da Juventude e foi daí que nasceu a ONG, foi no aniversário de 450 anos da cidade de São Paulo. Promoveram uma oficina de cidadania e, nessa oportunidade, como a cidade estava efervescendo de atividades – além da Pastoral da Juventude tinha time de futebol, jovens que

gostavam do meio ambiente, grupo de teatro, uma misturada danada – saiu como proposta “o que a gente pode fazer em conjunto para melhorar a nossa comunidade”? E aí surgiu a ideia de virar uma ONG, foi amadurecendo e nós nos tornamos uma organização [em 2004] (Coordenador de ONG do Grajaú).

Trata-se, portanto, de organizações constituídas por jovens, nascidos e criados na periferia onde atuam. Assim, o programa, dirigido a jovens moradores de periferia, tinha em seu comando também jovens que fizeram um percurso de vida na periferia:

Eu não era muito diferente desses jovens. Eu poderia ter sido um Jovem Urbano, na verdade eu acho que faltou pra mim... (Coordenador de ONG do Grajaú).

Nos dois depoimentos, os entrevistados referem-se à importância do programa para a sustentabilidade da ONG e também para o enriquecimento das discussões sobre juventude, para a invenção de saídas possíveis para lidar com seus problemas e dilemas.

Combinados aos ganhos advindos da parceria estabelecida com o Jovens Urbanos, um dos coordenadores registra também problemas enfrentados pelas organizações para responder às exigências de operacionalização do programa. Um dos principais refere-se à contrapartida das ONG: a alimentação dos jovens durante os encontros e durante as explorações na cidade e os custos com a contratação do educador durante os seis meses finais do programa ficavam sob responsabilidade das ONG (o programa custeava os educadores durante os dez meses de formação). Esses problemas ficaram mais evidentes durante a terceira edição, mas foram sendo equacionados ao longo das demais. Por exemplo, como a implementação de uma edição do programa começava antes do término da anterior e acabaram acontecendo nos mesmos distritos e com as mesmas ONG (pelo menos até sua quinta edição), os educadores não precisavam ser desligados, pois eram automaticamente mantidos para trabalhar na edição seguinte. Assim, os educadores começavam uma edição ao mesmo tempo em que finalizavam o apoio aos jovens da edição anterior. No caso da alimentação, as soluções tiveram que ser criadas pelas próprias ONG. Como algumas ONG tem convênio com a Prefeitura e recebem suprimentos em larga escala, esses recursos eram disponibilizados aos jovens do programa; outras conseguiam alguns apoios e doações. Na terceira edição, as organizações recorriam a outros meios – cada uma recebia mensalmente um determinado valor para as despesas com o transporte dos jovens durante as explorações na cidade (cada jovem dispunha de um bilhete único que era carregado pela ONG). As ONG não precisavam prestar contas desse recurso que, segundo depoimento do coordenador da ONG de Lajeado, acabava sendo usado para custear a alimentação dos jovens.

Nas edições seguintes, modificaram-se os meios de controle para evitar usos indevidos e ampliar o número de explorações: cada ONG já dispunha, desde o início, de um determinado valor em conta para as explorações e, na medida em que gastava o recurso e prestava contas ao CENPEC, o valor gasto era repostado.

#### **4.1.7 A nova gramática política das práticas coletivo-sociais: a ação concreta mudou as organizações sociais**

Há uma hipótese, colocada no início desta pesquisa, de que há certa captura da força das organizações sociais pelas forças econômicas, forças do capital que estariam gerando formas renovadas de gestão da pobreza e de suas urgências. No Brasil, especialmente a partir da década de 1980, as organizações comunitárias de base tiveram um papel de resistência, intensa reflexão, questionamento político e criação de agenda; hoje, essa dinâmica política teria sido incorporada na lógica de projetos sociais, da benemerência das empresas por meio de suas ações de responsabilidade social.

Em todas as entrevistas, inclusive nas dos jovens, o tom é o mesmo: não há idealização das ONG. Considerando o momento de abertura política e redemocratização iniciado no país a partir da década de 1980, a ex-coordenadora de área do CENPEC pensa que esse papel de resistência hoje não passa de uma fantasia. Para ela, nas décadas anteriores as organizações estavam discutindo as diretrizes políticas, “não sabiam nada da operação da política”:

Os movimentos sociais estavam discutindo política, então eles estavam discutindo diretriz, não sabiam nada do ponto de vista da operação da política, era essa a pauta; estavam discutindo [a] diretriz do serviço que tinha que estar disponível [...], com restrições de todas as ordens: primeiro, não havia o serviço; segundo, não havia lugar para discutir a diretriz; e, terceiro, as crianças estavam fora da creche. O que se faz? Se inventa a creche, se vai inventando, com comunidades eclesiais que vão se organizando. O que eu acho é que a ação concreta mudou as organizações, porque tem um efeito com a realidade, diferente do que é a discussão de diretriz. Para mim, isso mudou a história de participação política, mexeu em como se participa. Então [...] isso foi criando um outro mercado (Ex-coordenadora de área).

Hoje, com as organizações totalmente envolvidas na ação concreta da política, enredadas na operacionalização, a participação política muda radicalmente, inclusive criando um mercado novo de trabalho e de investimento para recursos privados e, sobretudo, públicos, conforme afirma a ex-coordenadora:

O trabalho das organizações sociais, essa ideia de direito privado, tudo enganação, porque o dinheiro aportado é público, a verdade é que as organizações sociais deram uma grande ideia para a iniciativa privada e para a elite do Estado, que foi criação da parceria público-privado (Ex-coordenadora de área).

Sejam os recursos investidos públicos ou privados, o capital e suas máquinas veem nas ações sociais a possibilidade de ampliação de seus intangíveis, pois a responsabilidade social não apenas influi na imagem da empresa, também agrega valor à marca. Talvez a aposta de Deleuze possa servir de inspiração: “não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas” (1992, p. 220).

#### 4.1.8 Mudanças no perfil do jovem: *consumo, tudo mudou*

A terceira edição do programa, como dito, realizou-se entre 2007 e 2008. Desde então, passados mais de seis anos, muita coisa aconteceu, mudanças socioeconômicas e culturais significativas geraram modificações no perfil do jovem participante do programa e, em decorrência, também nos sentidos atribuídos à juventude e a ser jovem em uma metrópole<sup>62</sup>. Sobre mudanças socioeconômicas, relata o coordenador da ONG do Grajaú:

Eu até brinco que o *rap* que os meninos compunham antigamente falava assim: “não tenho *videogame*, não tenho bicicleta”. Hoje não, hoje você tem *videogame*, bicicleta, TV 55”, você tem tudo, houve um avanço socioeconômico, mas a negação, a privação de direitos ainda persiste (Coordenador de ONG do Grajaú).

Os depoimentos afirmam que, comparadas às edições anteriores, o perfil da juventude que participa do programa apresentou mudanças significativas, que se referem ao grau de organização social e às condições materiais de acesso à renda e, conseqüentemente, às práticas de consumo.

Assim, se na terceira edição do programa a faixa etária dos jovens concentrava-se entre os 18 e 19 anos, com presença ainda de jovens com 20 anos, nas edições seguintes, em função da assimilação desses jovens pelo mercado de trabalho – notoriamente em telemarketing, que Jessé de Sousa (2012, p. 61-84) chamou de “formalidade precária” –, a idade dos jovens concentrou-se na faixa dos 15, 16 até no máximo 17 anos.

São mais jovens e estão muito mais no ensino médio, essa é outra mudança importante. Também estão muito mais organizados do ponto de vista comunitário social (Coordenador geral).

A mudança no grau de organização social dos jovens sugere, conforme relata o coordenador geral do programa, a diminuição da representatividade das ONG; hoje, segundo ele, ganha força os coletivos e as novas formas de organização juvenil. Essa nova configuração acabou pressionando outra mudança: nas últimas edições, o programa deixou de privilegiar as organizações sociais comunitárias – a parceria para a execução do programa atualmente ocorre por demandas diferenciadas: escola, organizações sociais, coletivos jovens etc. Também se destaca o aumento do número de jovens à frente de organizações que trabalham com juventude. Apesar de as ONG entrevistadas no escopo da presente pesquisa terem sido fundadas e dirigidas por jovens, na época da terceira edição elas eram exceções no conjunto de oito ONG.

Interessante considerar que o programa não considera evasão quando o jovem deixa o programa para ingressar no mercado do trabalho

---

<sup>62</sup> As mudanças verificadas de 2007 a 2014 começaram antes, no início deste século – especialmente, o advento do governo do presidente Lula é um fator de deslocamento fundamental na forma como as questões e problemáticas da juventude vinham sendo tratadas pelas políticas públicas.

[...] nós trabalhamos com 75% de permanência e 25% de evasão, considerando que não tratamos como evasão as saídas para trabalho. Evasão é aquele jovem que não quer nada com isso, que desiste (Coordenador geral).

Apesar das mudanças socioeconômicas e do aumento no nível de renda das famílias, os jovens de 17 e 18 anos continuam muito pressionados socialmente e também pelo mercado para se inserirem em postos de trabalho, mesmo que se trate de trabalhos ainda precários, com mínimas exigências de formação e qualificação:

Essa faixa etária dos 17 anos, 18 anos, já tem convite no mercado; uns saem para o trabalho mais precário. Rui Castro trabalha com a ideia do precariado, que é aquela população jovem que foi para o mercado de trabalho, mas um mercado de trabalho o mais precário possível. A inserção no mercado se dá com o trabalho precário, esse é o perfil da maioria dos jovens de periferia, a grande mobilidade se dá no telemarketing (Coordenador geral).

O coordenador geral também destaca alterações em relação à violência juvenil. Segundo seu depoimento, a presença de manchas de violência nos distritos periféricos, que era uma marca muito forte na terceira edição (inclusive considerando as variáveis selecionadas para definir o índice de vulnerabilidade), hoje diminuiu bastante; há ainda a presença do tráfico, mas considera que esse fenômeno demanda uma análise à parte, posto que, mais que fazer parte da violência, o tráfico é “parte da cultura urbana”.

Dirigindo o olhar para as transformações nas subjetividades ou nos padrões de comportamentos juvenis, o coordenador geral chama a atenção para o denomina “jovem flutuante”. O jovem flutuante se caracterizaria como aquele jovem que quer

fazer tudo ao mesmo tempo, que é essa coisa que acabou também de certa maneira se mostrando nas manifestações<sup>63</sup>, esse jeito meio ‘vamos que vamos’, ‘vai fazendo’ (Coordenador geral).

Mais uma vez, a perspectiva da política pública se sobressai no discurso: segundo o coordenador geral, as estratégias direcionadas ao sistema de ensino tentam acompanhar esse ritmo, a “dinâmica flutuante”. No entanto, ao valorizar a quantidade, resvala na qualidade e no rigor do que é oferecido aos jovens:

[...] se você entrar em qualquer escola estadual é uma coisa maluca, o que você tem de opções na parede, são muitos cursos. Tudo mequetrefe, tudo bancado pelo Estado, inclusive (Coordenador geral).

---

<sup>63</sup> O coordenador geral do programa se refere aos protestos ocorridos no Brasil em 2013, também conhecidos como Manifestações dos 20 centavos, Manifestações de Junho ou Jornadas de Junho, as inúmeras manifestações populares que se espalharam por todo o país. Inicialmente surgiram com o objetivo de contestar os aumentos nas tarifas de transporte público, principalmente nas principais capitais. Segundo algumas análises, conformam as maiores mobilizações no país desde as manifestações pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello em 1992, e chegaram a contar com até 84% de simpatia da população. A esse respeito ver Toledo, 2014; Hailer, 2014; Kawaguti, 2013; Monteiro-Filho, 2013.

Os pontos destacados pelos coordenadores das ONG locais referem-se às rápidas mudanças culturais, especialmente as relacionadas com as tecnologias da informação e comunicação, como a televisão a cabo com seus inúmeros canais e os equipamentos portáteis que permitem contato com as redes virtuais de comunicação, sendo o *smartphone* o ícone desses novos artefatos. Essas transformações estariam ensejando novas tensões e novas relações de força para o programa e tornando mais complexos os desafios da juventude. A ampliação das possibilidades de consumo desses artefatos (por exemplo, das mídias de telefonia celular) tem efeitos significativos nas formas de diálogo e nas formas pelas quais os mais velhos se aproximam dos mais novos.

Na esteira do que relatou o coordenador geral do programa a respeito dos “jovens flutuantes”, o coordenador da ONG executora do Grajaú conta que é difícil lidar com um mundo tomado pelo imediatismo, em que a experiência se reduz à contagem de créditos<sup>64</sup>, paciência tem se tornado artigo raro, “tudo tem que ser agora, já”:

Consumo, tudo mudou [...] De dois anos para cá, com o advento do Facebook e dos *smartphones*, muda muita coisa no diálogo, muda muito, muito, isso não existia em 2007, na terceira edição, e isso muda muito a forma de comunicação [...] Essa rapidez, que é a do controle remoto, dos canais a cabo, do Whatsapp, que é da ligação [faz não se ter] muito mais paciência de ficar num só lugar. Há tantas opções, tudo isso incorporou tanto no nosso modo de ser [...] o imediatismo que já era forte, se acentua e isso entra dentro do processo pedagógico e, assim, a coisa que dava muito certo antes não dá mais (Coordenador de ONG do Grajaú).

Estudos relativos à influência das tecnologias de comunicação, especialmente da televisão – como os de Harvey (2012) e Sarlo (2006) – na configuração dos modos de vida juvenis figuraram como constantes nas referências teórico-metodológicas do programa. Hoje, com o advento de outros tantos recursos tecnológicos, poder-se-ia supor certa obsolescência da discussão: no lugar da força televisiva teria lugar outros artefatos tecnológicos portáteis e conectáveis em qualquer espaço e tempo. Mas os coordenadores das ONG locais não julgam

---

<sup>64</sup> A esse respeito, Bondia registra:

Tenho ouvido falar de certa tendência aparentemente progressista no campo educacional que, depois de criticar o modo como nossa sociedade privilegia as aprendizagens acadêmicas, pretende implantar e homologar formas de contagem de créditos para a experiência e para o saber de experiência adquirido no trabalho. Por isso estou muito interessado em distinguir entre experiência e trabalho e, além disso, em criticar qualquer contagem de créditos para a experiência, qualquer conversão da experiência em créditos, em mercadoria, em valor de troca. Minha tese não é somente porque a experiência não tem nada a ver com o trabalho, mas, ainda mais fortemente, que o trabalho, essa modalidade de relação com as pessoas, com as palavras e com as coisas que chamamos trabalho, é também inimiga mortal da experiência [...] Em terceiro lugar, a experiência é cada vez mais rara, por falta de tempo. Tudo o que se passa passa demasiadamente depressa, cada vez mais depressa. E com isso se reduz o estímulo fugaz e instantâneo, imediatamente substituído por outro estímulo ou por outra excitação igualmente fugaz e efêmera. O acontecimento nos é dado na forma de choque, do estímulo, da sensação pura, na forma da vivência instantânea, pontual e fragmentada. A velocidade com que nos são dados os acontecimentos e a obsessão pela novidade, pelo novo, que caracteriza o mundo moderno, impedem a conexão significativa entre acontecimentos (BONDIA, 2002, p. 23-24).

ultrapassada essa discussão, ela se alterou em relação ao desenvolvimento tecnológico e à ampliação do nível de consumo, mas ainda sim resiste na vida dos jovens e de suas famílias:

Na terceira edição, era raro TV a cabo, mas hoje, na periferia, todo mundo tem, é todo mundo, é cheio de antena, você vai em uma laje assim mais alta, está lotado, todo mundo, ou a cabo, aquelas de satélite, todo mundo tem, então você tem uma infinidade maior de canais (Coordenador de ONG do Grajaú).

Esses outros meios teriam diminuído a audiência da televisão, mas essa mídia ainda exerceria uma influência gigantesca nos jovens: “hoje, esses outros meios até influenciam um pouco na programação, ninguém é louco de muita coisa hoje por conta disso...” (Coordenador de ONG do Grajaú).

Nos discursos dos entrevistados não há um julgamento de que essas mudanças sejam boas ou ruins; há um entendimento de que elas são parte do presente e de que é preciso colocá-las a favor do que se quer, seja dentro ou fora da escola. Nesse sentido, os coordenadores relatam que tem buscado estudar e entender melhor todas essas mudanças (“a gente usa muito essas novas tecnologias a nosso favor, temos estudado mais” – Coordenador de ONG do Grajaú) e reconhece certa potência desses meios (“hoje o cara produz sua comunicação, independente de como ele fizer e de como ele for, ele pode” – Coordenador de ONG do Grajaú).

O programa também vem incorporando, desde a terceira edição, as ferramentas virtuais, especialmente os *blogs*. Os jovens criam e alimentam os *blogs* registrando percepções da cidade e produções, fotografias e vídeos curtos; a ferramenta também é usada como forma de planejamento e registro dos encontros realizados com os jovens – o CENPEC contrata um educador para fazer o acompanhamento e a supervisão dos registros. Essa é uma forma de compartilhar e trocar ideias e repertórios entre os educadores, pois os registros e as sugestões do supervisor ficam abertos, disponíveis a todos.

#### **4.1.9 A discussão de vulnerabilidade social: *a cidade que falta à cidade***

A discussão de vulnerabilidade acompanha a gênese do programa. As primeiras aproximações com o tema remontam à edição que inaugurou o Jovens Urbanos e que está muito presente nos depoimentos da ex-coordenadora de área do CENPEC.

Ao se referir à vinculação do programa com a ideia de vulnerabilidade social juvenil, utilizada como fator determinante das escolhas dos territórios de intervenção<sup>65</sup> na terceira

---

<sup>65</sup> O processo de seleção dos territórios de intervenção modificou-se nas últimas edições do programa. Antes, o foco era o

edição, a ex-coordenadora diz que é preciso lembrar desde as parcerias com a SEDS (que participou da formulação do programa) até a motivação do Banco Itaú para criar um programa para jovens. Para o Banco, primeiramente, a questão da inserção dos jovens no mercado de trabalho, mas também concorre para fortalecer sua motivação o contato dos seus funcionários e diretores com os jovens que trabalhavam na instituição como guardas-mirins.

Alguns diretores do banco estavam sensibilizados com a história que os guardas-mirins contavam, eles começaram a ouvir a história dos meninos, então teve uma reunião e isso apareceu e o Mathias, presidente de marketing do banco e vice-presidente da Fundação, ficou desafiado a isso, colocou essa questão na mão do Conselho da Fundação (Ex-coordenadora de área).

Outro fator que parece ter também influenciado o foco em jovens pobres, moradores de periferia e expostos a vetores de vulnerabilidade foi a identificação do vice-presidente da Fundação Itaú Social com esses modos de vida. Conforme relato da ex-coordenadora, o vice-presidente, filho de operários, começou a trabalhar com 11 anos e fez, segundo ela, um trajeto muito próximo dos trajetos dos jovens de periferia de São Paulo no enfrentamento das urgências da vida. Entrava nesse jogo também o contexto da política estadual que havia iniciado um programa de transferência de renda (bolsa) para jovens (Programa Ação Jovem, voltado à preparação do jovem para o mercado de trabalho). De acordo com a ex-coordenadora de área, foi por isso que a perspectiva de vulnerabilidade ganhou ainda mais relevância no desenho do programa.

Ao se referir a outras motivações que transcendem os discursos e relatórios oficiais (e seus textos prontos) que pretendem justificar determinadas escolhas do programa, a ex-coordenadora de área do CENPEC parece indicar que, nos momentos de decisões e escolhas, inclusive institucionais, entram em jogo a luta de forças outras, que se referem ao campo de identificações e afetos que acabam por mobilizar corações e mentes<sup>66</sup>.

Para a ex-coordenadora, a vulnerabilidade também é expressão de um momento histórico que tem a ver com a expansão populacional e um número exponencial e crescente de jovens em situação de desigualdade e privação de direitos – fatores que vão demandar políticas de identificação, medição e controle, especialmente a partir da década de 1990:

Tinha-se um volume de púberes adolescendo, isso estava explodindo em São Paulo. [...] Por exemplo, na história de definir Campo Limpo e Brasilândia

---

distrito; atualmente, define-se a região (região sul, região leste), contemplando as características socioeconômicas que as distinguem em termos de pobreza e ausência ou precariedade de oportunidades para os jovens. Hoje, o distrito figura como âncora, mas incorpora outros distritos da redondeza.

<sup>66</sup> A formação em psicologia, o mestrado e as experiências de trabalho no campo da educação podem talvez concorrer para o direcionamento do olhar da ex-coordenadora para essas relações. Esse olhar contrasta com o posicionamento do coordenador geral do programa: com perfil “metodólogo” e mais institucional, refere-se quase sempre a aspectos macroestruturantes da história, da política e da cultura que impactaram e impactam o programa.



tinha uma coisa diferente que era a violência – em Campo Limpo era uma violência de jovens não de adolescentes, que era diferente da Brasilândia, que eram jovens mais novos, com menos idade. Outra coisa, a cidade vai fazendo uma convocação de que a pauta da juventude ganhe relevância, tinha sido montado o Sou da Paz, acho que em 1999 ou 2000, que tinha essa pegada de violência e juventude, então a história de vulnerabilidade tinha a ver com essa configuração. Esse momento histórico significava, e a década de 90 foi muito isso, dar visibilidade para indicadores, índices (Ex-coordenadora de área).

Assim como as forças afetivas (de identificações, subjetivações), as forças econômicas, sociais e políticas (por exemplo, os indicadores de pobreza e violência, os interesses estatais ou corporativos) também estão nesse jogo, mas é difícil saber se há primazia de um em relação ao outro. Talvez se possa supor que nenhuma ideia, ação ou escolha existe fora desse campo de relações onde diferentes forças se encontram.

Para o coordenador geral do programa, a despeito da utilização do critério de vulnerabilidade para definir em qual território intervir<sup>67</sup>,

O Jovens Urbanos é típico programa que poderia e deve funcionar em qualquer ambiente, se você colocar ele no Santa Cruz [colégio privado de São Paulo] ele funciona bem. Mas era preciso partir de um princípio e o princípio foi trabalhar com populações que, considerando o curso normal da vida em São Paulo, não teriam acesso a esse tipo de discussão [...] aqueles distritos que estão à margem do centro, aqueles que estão longe das oportunidades (Coordenador geral).

A geração de oportunidades para jovens, tanto para o coordenador geral do programa quanto para os coordenadores locais, parece ser o maior horizonte do programa: a palavra oportunidade aparece reiteradamente nos depoimentos. Os vieses de análise da capacidade que essas oportunidades têm de chegarem aos jovens se diferenciam um pouco, mas de toda forma se tangenciam e se complementam. Para o coordenador geral, a garantia de acesso a essas oportunidades depende de uma rede sustentada por três atores-chave, Estado, mercado e comunidade:

Com o tempo, nós fomos construindo uma fundamentação que desse suporte para explicar melhor a questão da vulnerabilidade, que nós chamamos de tríade. Tríade é uma relação, uma ideia de rede onde você tem Estado, mercado e comunidade. Então, todo o trabalho do programa é, quase que resumindo o que foi produzido desde 2004, a geração de oportunidades para jovens (Coordenador geral).

Para o coordenador do programa, gerar oportunidade é, portanto, papel do Estado, do mercado, do terceiro setor, “papel de todo mundo, a juventude precisa de oportunidades para

---

<sup>67</sup> “Se olharmos para 2004, um dos caminhos que nós encontramos foi IVJ, o Índice de Vulnerabilidade Juvenil, nós tínhamos que ter algum indicador para fazer uma escolha de território, então dos 96 distritos que a cidade tinha 19 eram considerados com alto índice de vulnerabilidade. Se olharmos hoje esses distritos, já perceberemos mudança absurdas (Coordenador geral).

seguir o seu caminho de forma mais organizada”. A ação articulada e integrada desses três atores é o que permite a sustentabilidade dos investimentos feitos e dos ganhos obtidos pelos jovens durante as experiências no programa.

Ao referir-se à avaliação econométrica feito pelo Banco Itaú com o objetivo de medir os impactos econômicos dos investimentos sociais feitos pela empresa (a pesquisa foi realizada com jovens da terceira edição do programa em dois momentos distintos – no momento de saída do programa e após alguns anos da conclusão), o coordenador lembra:

Se na primeira pesquisa, por exemplo, você tinha melhoras significativas na renda, no mundo de trabalho, na ampliação de leitura, comparado com o grupo que não fazia o programa [o grupo de controle], na segunda pesquisa as coisas se nivelam novamente, ou seja, o programa gera oportunidade até um limite de tempo, depois as políticas públicas não conseguem dar continuidade (Coordenador geral).

Nesse sentido, o programa sozinho (e o coordenador acredita que nenhum projeto consegue isso de maneira isolada) não teria fôlego para sustentar no tempo os impactos que gerou na vida dos jovens – esse seria o limite dos programas com juventude e seria essa a relevância de uma rede de sustentabilidade. Essa rede seria a responsável por concretizar políticas públicas capazes de permitir aos jovens agenciar os efeitos positivos do programa para oportunidades outras, tendo em vista apoiá-los para que possam construir um caminho de ruptura em seus modos de vida – ruptura com estruturas reprodutoras de desigualdade, com ciclos viciosos de pobreza e exclusão.

[...] depende de uma rede social de sustentabilidade. As pesquisas mostram que, com alguns programas sociais, você consegue melhorar indicadores do ponto de vista de escrita, leitura, participação e organização social, renda etc., mas isso precisa de uma rede e uma intervenção organizada de mercado, sociedade, Estado, para dar continuidade a essas conquistas, sozinho nenhum programa consegue isso (Coordenador geral).

Por isso a opção por atuar em territórios onde, do ponto de vista do coordenador, essas oportunidades seriam mais escassas, descartando os territórios onde há presença de grande número de organizações sociais já atuantes (cita como exemplo o caso da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro). Considerando a configuração desses territórios onde as saídas e possibilidades de educação, formação, trabalho, circulação, fruição seriam mais restritas, a intervenção do programa teria muito mais condições “para repassar tecnologia, contribuir com as organizações e contribuir com a sociedade local do que em outros espaços” (Coordenador geral).

Durante o depoimento, em consonância com a análise das referências teóricas e metodológicas do programa – na qual se apresenta um deslocamento da concepção de vulnerabilidade compreendida em sua alusão ao território, portanto, não figurando como marca

negativa a ser atribuída aos jovens –, o coordenador reitera que a vulnerabilidade no programa nunca foi entendida como “marca ou carimbo social; é o território que está em discussão”. Conforme as narrativas do coordenador geral, no contexto do programa a vulnerabilidade deve ser entendida em relação às condições do território que impedem ou inviabilizam a ampliação das relações com e na cidade (locomoção, circulação), condições de acesso a diferentes repertórios culturais. Nesse ponto, o coordenador geral faz a defesa de uma das principais concepções que orientam o programa – a cidade compreendida em sua totalidade – e afirma que a potência dessa proposta reside justamente em sua capacidade de aproximar a cidade dela mesma.

O programa, tal como era em 2004 e vem se confirmando, é a concepção de cidade no sentido amplo do termo, com todas as suas mazelas e todas as suas áreas de extrema sofisticação; o que nós fazemos é essa ponte de aproximar a cidade dela mesma, então é o território em discussão. Toda intervenção leva em consideração não só as mazelas, mas as potencialidades do território (Coordenador geral).

Compreender a cidade em seu sentido amplo, com suas contradições e problemas de desigualdade e exclusão, também foi o trajeto que os coordenadores das ONG fizeram para pensar a questão da vulnerabilidade social. Um deles foi categórico ao afirmar que se trata de pensar o território e suas condições do ponto de vista da garantia de direitos, do acesso ou da negação aos direitos sociais. O seu depoimento parece exprimir que aproximar a cidade dela mesma significa assumir que para alguns “falta cidade” porque faltam direitos. Analisa os critérios utilizados na época para compor o IVJ (educação, renda, no caso dos homens e dos jovens meninos a questão da violência e, no caso das meninas, a gravidez na adolescência) e considera, hoje, essa discussão em certa medida ultrapassada, posto ter ocorrido um certo amadurecimento nas reflexões.

A gente saía e acordava cedo para ir até a sede da organização, encontrava a mãe de um dos meninos no ponto e dizia “e aí dona Maria, vai bater perna já? Aonde a senhora vai?” “Ah estou indo lá na cidade!” Daí, compreender o que era cidade traz aquela questão [...] da maturidade da reflexão não só para nós, mas, para os jovens: por que a dona Maria fala que vai para a cidade? Porque aqui para ela não é cidade, falta a cidade, falta direito (Coordenador de ONG do Grajaú).

Há, no relato do coordenador da ONG do Grajaú, uma ponderação: as condicionantes utilizadas para medir a vulnerabilidade continuam a impactar a vida de milhares de jovens – segundo a visão do entrevistado, em 2007 toda a análise do IVJ parecia solta, descolada de uma questão política mais consistente que levaria inevitavelmente à lógica da garantia de direitos.

E o ciclo vicioso da pobreza continua – esses fatores ainda influenciam bastante, eu acredito que eles são causa grande. Da terceira edição para cá houve um progresso econômico muito grande, mas o cerne dessa discussão de desigualdade é o que a gente chama hoje da garantia de direitos, na verdade não é uma questão de vulnerabilidade social, esses jovens são privados de

direitos: existe uma série de questões políticas, de direitos que eles têm e são privados e isso, na verdade, os coloca no gueto e impede que eles cresçam, as oportunidades não vêm [...] o IVJ com suas análises simples parecia que era coisa do acaso, você está aqui, porque aqui não tem trabalho, não tem estudo e tem o crime, mas essa questão vulnerável não é do acaso, é o processo político que priva esses jovens desses direitos [...] a gente brincava que parecia que era um momento na vida dos jovens em que eles diziam “conheci a verdade, me enganaram esse tempo todo, agora eu entendi o que pega”, e isso a escola infelizmente não está preparada para dialogar. Eu acho que não é apontar o que é certo ou errado, verdade ou mentira, mas provocar reflexões (Coordenador de ONG do Grajaú).

Para o coordenador da ONG de Lajeado, o IVJ era bom material, todavia parcial; faz certa crítica ao foco na violência juvenil, mas reconhece que, para pensar uma ação na cidade de São Paulo, era necessário estabelecer alguns critérios. A despeito desse reconhecimento, relativiza dizendo que esses critérios não precisariam necessariamente estar vinculados a fatores de violência ou a outros consagrados nas medições de vulnerabilidade:

Eu não sei se essas áreas que ele estabeleceu eram as mais vulneráveis, mas eu também não sei se precisaria estar nas mais vulneráveis, a gente também cria uma idealização de que toda ação precisa ser numa área sempre a mais lascada, eu não sei, têm ações que vão muito bem ali, tem ações que não... (Coordenador de ONG do Lajeado).

Na continuidade do depoimento, registra que o local de moradia é um aspecto fundamental de vulnerabilidade, mas não pode ser considerado o único, porque mesmo nas periferias há concentrações de riquezas. Cita como exemplo o bairro Nossa Senhora do Carmo em Itaquera, um dos metros quadrados mais caros da Zona Leste, conhecido como um bairro de elite periférica.

Com ou sem índice de vulnerabilidade, ultrapassando a lógica de privilegiar a renda ou as estatísticas de violência, o critério de atuar nas periferias, em regiões afastadas dos grandes centros – seguindo o princípio de aproximar a cidade dela mesma – foi, para o coordenador de Lajeado, uma escolha extremamente acertada do programa: “essa coisa da localização geográfica afastada do centro é fundamental; o programa só faz sentido inclusive porque a gente trabalha com a galera que está na beira”. E, por sua própria história de apropriação e circulação (na adolescência foi *office-boy*), como educador da Pastoral e depois pelo seu reencantamento com a cidade a partir da experiência no programa, o coordenador afirma que “a experiência periférica é um jeito específico de sentir a cidade”:

De fato é muito grande esse impacto, quantos jovens com 16, 17 anos experimentam ações no centro da cidade? Jovens que moram nessas regiões mais extremas, mais nos limites, têm medo da cidade, parece que estão indo para outro planeta. Porque mesmo o cara que trabalha no centro também não se sente pertencente à cidade (Coordenador de ONG do Lajeado).

#### 4.1.10 Os jovens à beira: *a vida não fecha a conta da vida*

Dentre todas as entrevistas, incluindo as realizadas com os jovens, constatou-se que o programa, entre percepções e certezas, apesar de conseguir alcançar os jovens de alguma forma apartados de seus direitos e das potências da cidade, não seria capaz de garantir a presença ou a permanência de jovens que estão no limite, que estão à beira (à beira da cidade, à beira dos direitos sociais), aqueles que apresentam nenhum ou quase nenhum tipo de vínculo social (seja com a família, seja com outras instituições sociais como escola ou igreja), que têm suas vidas envolvidas com a prática de crimes (roubo, tráfico e/ou uso de drogas). A esse respeito, o coordenador geral do programa é categórico: “o Jovens Urbanos consegue ampliar oportunidades, reduzir vulnerabilidades é muito mais complicado”. Conta uma empreitada realizada em 2012, quando o CENPEC buscou uma ONG só para trabalhar com jovens que abandonaram/ que não conseguiram terminar o ensino fundamental: “não consegue pegar esses jovens mais vulneráveis, nós fizemos uma experiência em 2012, nesse jovem você não chega, não consegue, é outro programa”.

Os coordenadores das ONG executoras parecem concordar com essa tese – o coordenador da Zona Sul lembra que, considerando a imposição de padrões disseminados e entranhados na vida e nas relações sociais através das mídias e de suas inúmeras estratégias de propaganda – que vinculam, por exemplo, o que significa ser alguém, o que é o bem viver –ter impedida a possibilidade de consumo também significa o impedimento para a vida e para a possibilidade de imaginar que outros modos de vida são possíveis.

Se você tem que consumir para você ser alguém, mas você vive em um território em que você é impedido de consumir, a vida não fecha a conta da vida, então você compete muito com jovens que ou querem trabalhar muito cedo, querem resolver a sua vida de trabalho, ou vira uma mão-de-obra barata para o tráfico em algum tipo de crime (Coordenador de ONG do Grajaú).

Além disso, lembra que o programa não propõe e não vende a ideia de resolução de problemas, se afastando um pouco da lógica imediatista e propondo pensar as saídas possíveis em termos de processo. Porque o consumo é, em si, uma resposta imediata, seu sentido é o alívio instantâneo.

Esses jovens que estão nessa ponta mesmo, na beira, é muito difícil do programa alcançar, porque o programa não resolve as coisas de uma forma imediata, ele tem um processo [...] tanto que quando você vai discutir com esses jovens, vai conversar alguma coisa, muitos não terminaram nem o ensino médio [...] quando a gente pergunta sobre o que eles pensam da vida – eles nem falam no ensino médio, eles falam assim “eu quero fazer uma faculdade”. Por quê? Porque na cabeça deles eles associam faculdade, emprego, dinheiro e consumo, não fazem uma análise de que há um processo (Coordenador de ONG do Grajaú).

O coordenador relata que, numa pesquisa sobre trabalho na ONG, um dos jovens lhe perguntou se ele podia registrar que havia trabalhado na “doze” – doze é um ponto de venda de drogas no Grajaú. Após ter tido anuência para responder o que quisesse, o jovem contou o que fazia nesse trabalho:

[...] ele entregava algumas coisas, ele sabia o que era e tudo bem, mas o menino ganhava a bolsa em uma entrega, com perspectiva de várias outras entregas, então não se compete com isso, pelo formato que a sociedade é (Coordenador de ONG do Grajaú).

Evitando a generalização, que diz ser burra, lembra e reconhece que havia e há grupos de jovens com esse perfil com os quais é possível dialogar, mas são exceções (o coordenador menciona sua própria trajetória, “nascido e criado no Grajaú”, e o quanto as oportunidades que ele pode acessar e agenciar foram importantes para a sua formação). Enfatiza que há um entendimento e um desejo por parte dos jovens de

[...] romper com aquilo, romper aquele ciclo da pobreza, tentar alguma forma, mas para maioria é muito difícil criar novas saídas, é um território de pouquíssimas oportunidades (Coordenador de ONG do Grajaú).

Em seus depoimentos, o coordenador da ONG de Lajeado também faz menções a casos exemplares e afirma que o programa “esbarrou nesses jovens, nessa moçada”, mas sem conseguir mantê-los por muito tempo. Lembra-se de um jovem que chegou a participar de algumas atividades do programa, mas de modo inconstante. O coordenador refere-se a esse jovem como

[...] o cara que está no extremo, já tinha passado do limite, mas tinha voltado, estava exatamente nessa margem e a gente não conseguia [...] a gente trocou ideia várias vezes, o cara até gostou, mas faltava para caramba e depois sumiu. Dois, três anos depois foi assassinado (Coordenador de ONG do Lajeado).

Em outro relato lembra de um outro jovem “genial, [...] que em um dos nossos encontros foi um dos protagonistas, mas dali um tempo foi preso” (Coordenador de ONG do Lajeado).

Os jovens também lembram de situações e de colegas que “esbarraram” no programa, sem, no entanto, estabelecer vínculos e relações que os fizessem permanecer.

[...] lógico, perdeu três jovens ali porque estavam numa vida louca... [...] Ficou um menino pelo caminho porque ele tinha saído na FEBEM (Jovem do Grajaú).

*[E aqueles que você falou que não conseguiram ficar muito?]* Esses vinham uma semana só por vir e iam embora, aí nem tinha mais o nome na lista. *[Não estavam mais no grupo?]* Não, mas iam com a gente em alguns lugares. *[Mas eles tinham problema com alguma coisa?]* Com drogas sim, eles usavam bastante (Jovem do Lajeado).

Um jovem do Lajeado, que afirmou no depoimento que, apesar de haver conflitos com a família, tinha um campo de segurança e de estabilidade de renda/consumo, quando questionado se tinha conhecimento de jovens que haviam desistido do programa ou de outros que ele reconhecia que enfrentavam maiores obstáculos do ponto de vista socioeconômico, disse:

Ah, tinha [um colega], hoje eu não sei se ele está melhor, mas na época era bem feio. [*Feio como? De situação de pobreza ou problema com a família ou alguma outra coisa...?*]. A casa mesmo muito precária... A [outra colega] não tinha pai só mãe e o padrasto batia muito nela... E tinha o que a gente chamava de mãe por ele ser homossexual foi rechaçado pela família... E aí tinha [outra colega] que mora só com a mãe, mora aqui, a situação dela é bem complicada (Jovem do Lajeado).

Outro jovem do Lajeado, quando perguntado se considerava que o programa conseguia chegar nesses jovens mais expostos a situações mais difíceis, como drogas por exemplo, disse que: “conseguia, porque o Jovens Urbanos propôs conhecer outras coisas novas”. Mas à medida que se indagou se ele teve contato, no grupo, com algum jovem que vivenciou esse tipo de problema, relata:

Teve, meu primo participou comigo e teve esse problema. [*Mas ele ficou até o fim, conseguiu participar de tudo?*] Não, ele acabou desistindo, ele ia mais pelo dinheiro (Jovem do Lajeado).

Ao se referir às contribuições do Jovens Urbanos para sua formação, a jovem que participou do programa em uma ONG de Grajaú se compara (e seu percurso) a colegas e conhecidos que moram no mesmo bairro onde nasceu e cresceu (ela se casou e foi morar na cidade de Cotia; a mãe e demais familiares, que ela visita frequentemente, ainda vivem no mesmo bairro do Grajaú). Ela fala da conquista de “visão”:

Visão, por que hoje eu volto lá onde minha mãe mora, vejo todas as minhas amigas já mães, sem terem às vezes terminado o colegial, sem visão, uma pessoa que não cria expectativa é uma pessoa que não tem visão porque não tem como você viver sem expectativa, e aí eu olho assim e falo “poderia estar aqui também”; mães solteiras, às vezes pais já mortos, porque lá foi por muito tempo um lugar de enorme violência, drogas, hoje está até melhor. Eu morava ali, no final da Gaiivota, pertinho da ONG, eu conheço todo mundo, todo mundo daquela rua ali já é mãe (Jovem do Grajaú).

Seu depoimento parece exprimir algo não ligado às recorrentes variáveis de renda, violência, mas a certa “vulnerabilidade relacional”, a um confinamento territorial que teria efeitos de afunilar e restringir o olhar – aquele que não vê a cidade não seria capaz de enxergar aberturas, saídas, outras escolhas possíveis:

Aí você vê as pessoas que não tem como sair mesmo daquele mundo, as pessoas são muito envolvidas por um mundo que fica ali ao redor deles, não conhece ou não vê, não sei nem como expressar isso de verdade... Porque o mundo tá aí e você tem que correr atrás (Jovem do Grajaú).

#### **4.1.11 Os jovens da terceira edição: *não conseguia pegar, ele não chegava porque pressupunha algumas coisas, alguns quesitos básicos***

Se o programa não é capaz de envolver a juventude mais fortemente interpelada e sujeita a vetores de vulnerabilidade social, aqueles à beira, no limite da vida social organizada (situação vivenciada não apenas pelo programa, mas também pelas organizações sociais, que segundo seu coordenador geral “preferem os jovens mais articulados”), qual o perfil do jovem que efetivamente participa do programa? Essa questão pode ser pensada por duas vertentes: a primeira se refere às condições de vida, às condições materiais que os jovens têm para atender às urgências da vida; a segunda refere-se às características subjetivas, individuais, que combinam pensamentos, comportamentos e aspirações.

No que tange à primeira vertente, o coordenador da ONG de Lajeado lembra as características socioeconômicas dominantes no grupo e as relações com as instituições, com destaque para a escola – ninguém ali estava em condição de miséria, “tratava-se de moçada de baixa renda, filhos de trabalhadores, de migrantes, pai e mãe trabalhando, nível de idade entre 16, 17 anos, uma idade em que havia uma grande pressão da família para que o cara entrasse com renda”. Ao se referir a essas condições, destaca a importância dos recursos que os jovens recebiam através dos programas governamentais de transferência de renda – lembra-se de casos em que a bolsa ia quase toda para família, mas outras em que

O cara não era o cara completamente lascado, pois o dinheiro não fazia falta para a família, mas o fato dele ter o dinheiro também já aliviava porque daí ele comprava um tênis, conseguia sair com o dinheiro dele, então dava um pouco de autonomia (Coordenador de ONG do Lajeado).

A relevância da bolsa aparece no depoimento de um jovem do Lajeado:

Para mim fazia muita diferença porque meu pai foi sempre aquele cara assim, que eu com 17 anos tinha que trabalhar, com menos ainda; meu pai foi viciado em jogo e, se eu recebia 50,00 reais, 30,00 eram dele. Senão ele ficava brigando porque eu estava embaixo do teto dele (Coordenador de ONG do Lajeado).

De todo modo, esse grupo era marcado pela pressão, especialmente feita pela família, para que deixassem o programa para “arranjar um emprego nem que fosse na padaria do lado da casa” e, também, por outra característica distintiva, referente às relações que estabeleciam com a escola – conforme o coordenador da ONG de Lajeado, havia um conflito instalado entre a escola e os jovens, um conflito de sentido:

Essa discussão escola x programa era constante [...] quando a gente perguntava sobre os passeios com a escola, eles diziam: “a gente bota o terror, a galera bota o terror e acaba com o passeio”. Mas porque, no Jovens Urbanos, essa galera vinha para o centro da cidade, nas explorações do programa, 25



jovens, falando alto, pegando trens lotados e tudo o mais? A moçada vinha de boa, eles topavam (Coordenador de ONG do Lajeado).

No que se refere à segunda vertente, o mesmo coordenador da ONG de Lajeado e o coordenador geral afirmam que o programa pressupõe um conjunto de disposições sociais e psicológicas e o domínio prévio desse repertório seria fator que diferenciaria aqueles que permaneceriam no programa e que melhor aproveitariam as oportunidades oferecidas.

Não conseguia pegar, eu acho que é isso, ele não chegava porque pressupunha algumas coisas, alguns quesitos básicos<sup>68</sup> que o excluído, o excluído mesmo, não é que não tem, mas a gente fazia divulgação em escola, no boteco, não sei onde e tal, e o cara que está nessa condição não tem costume de ir a boteco e escutar, ele até está na escola, mas tá e não tá, entende? (Coordenador de ONG do Lajeado).

Para o coordenador geral do programa, o perfil que atendia aos requisitos de entrada e permanência era do jovem que dominava razoavelmente os códigos da vida, que estivesse em diálogo com a educação, entre outras características:

Um jovem que esteja antenado aí com as coisas do seu bairro, do seu distrito, com as coisas que estão mobilizando [...] um perfil de jovem que está muito mais articulado a coisas e a possibilidades da região. Isso me parece ser uma dinâmica e vem desde a fundação do programa, ele tem um diálogo maior com esse perfil de jovem. Isso não quer dizer que seja um jovem privilegiado, não, mas ele trabalha melhor, a resposta é melhor desde o processo de divulgação até o processo de projeto do jovem (Coordenador geral).

Conforme seu depoimento, era preciso, portanto, ter prontidão, uma prontidão maior para esses tipos de relações sociais: prontidão para o trabalho, prontidão para o estudo...

Aquele jovem que não consegue, que não tem esse tipo de prontidão, precisa de uma política mais direcionada que o programa não tem. Isso que eu chamo de prontidão significa que não consegue ter essa vida social organizada, o contrato social é outro contrato, mas nós não sabemos qual é ainda (Coordenador geral).

Por fim, ele conta que em 2014 irão iniciar uma parceria com uma ONG para a inclusão no programa de jovens que cumprem medidas socioeducativas. Não se trata de uma organização que trabalha exclusivamente com jovens nessa condição; segundo o coordenador geral, a proposta é trabalhar “misturando os jovens”. Seria uma tentativa de alcançar aquela população que não conseguia ter acesso ao programa. Assevera que será preciso pensar em mudanças para atender às necessidades e características desse grupo.

---

<sup>68</sup> Vale lembrar que na terceira edição, no âmbito do processo de seleção, os jovens realizaram um teste de português e matemática; nas edições seguintes essa estratégia se alterou e os jovens passaram a realizar um teste de leitura e escrita (os jovens elaboravam uma redação). Todavia, a seleção não era meritocrática, pois obedecia a outros critérios – por exemplo, local de moradia, renda etc. Segundo documentos do programa, os testes se justificavam para que se pudesse conhecer o domínio que os jovens tinham das ferramentas/ códigos básicos da vida social, como a linguagem escrita, considerando que sem esse domínio seria muito difícil aos jovens usufruir das oportunidades oferecidas pelo programa.

#### 4.1.12 Os possíveis do programa Jovens Urbanos: *uma aposta de criar essas linhas, para fora do confinamento territorial, para puxar o sujeito, permitir que ele faça outras ligações*

Pelas análises realizadas a partir dos depoimentos pode-se afirmar que nenhum dos entrevistados acredita que o programa fosse capaz de incidir diretamente sobre o contexto de vulnerabilidade; é unânime a percepção de que não cabia ou não era possível ao programa enfrentar os vetores de desagregação, violências e apatias que poderiam se abater sobre os jovens pobres, moradores da periferia, que sofriam privação de diversas ordens. Mas, a despeito dessa impossibilidade de aproximação e vinculação, chama-se a atenção para as potências, para aquilo que o programa se propunha e, segundo diversos depoimentos, era capaz de realizar.

O coordenador geral destaca que nas avaliações externas (por exemplo, a já citada avaliação econométrica), o principal “sintoma” do jovem depois que passa pelo programa é

[...] dizer “eu mudei, hoje eu me comunico melhor, hoje eu me respeito mais, hoje eu aprendi a respeitar o outro”, mas que normalmente nós não damos nenhum valor, talvez a escola, o professor precise trabalhar mais essas questões porque isso, para os jovens, pesa muito nessa história de ter espaço (Coordenador geral).

Já para o coordenador da ONG de Grajaú, o programa abre um espectro de possibilidades que viram oportunidades. Conta sobre duas jovens que hoje são fotógrafas e que “trabalham com isso e estão muito bem, bem mesmo”. A avaliação positiva que ele faz do percurso dessas jovens sustenta-se no reconhecimento de que elas tinham talento, mas, antes, coube ao programa mostrar-lhes que poderiam desejar ser fotógrafas:

[...] antes de descobrir o programa, antes dele abrir uma janelinha para elas, elas não sabiam o que era fotografia, não tinham nenhuma perspectiva de entender que um dia elas podiam, que aquilo era interessante, e [...] poderiam fotografar para ganhar dinheiro e sobreviver, inclusive (Coordenador de ONG do Grajaú).

Para a ex-coordenadora de área do CENPEC, a força do programa reside em sua capacidade de “puxar o jovem”, conectá-lo, agenciando suas próprias linhas<sup>69</sup>, permitindo assim que façam outras ligações. É isso que os jovens entrevistados também sugeriram em suas narrativas, a possibilidade de ampliar o campo de relações e os efeitos disso em seus desejos e realizações na vida.

Eu acho que tinha uma premissa de que o acesso à cidade, o acesso à tecnologia, a criação de repertório cultural, impacta essa condição de vulnerabilidade, impacta não porque incide no contexto, mas porque o amplia, mexe no ponto de vista do acesso que o jovem pode ter. Uma aposta de criar

<sup>69</sup> “Acreditamos que as linhas são os elementos constitutivos das coisas e dos acontecimentos. Por isso cada coisa tem sua geografia, sua cartografia, seu diagrama. O que há de interessante, mesmo numa pessoa, são as linhas que a compõem, ou que ela compõe, que ela toma emprestado ou que ela cria” (DELEUZE, 1992, p. 47).

essas linhas para fora desse confinamento territorial, [o programa] puxa o sujeito, permite que o sujeito faça outras ligações que não aquelas a que ele está confinado (Ex-coordenadora de área).

A mudança nos sentidos atribuídos à cidade e a outros aspectos da vida social, em menor escala, as alterações nas formas de uso e apropriação da cidade e, especialmente, a ampliação do repertório cultural e relacional – esses parecem ser os principais efeitos do programa nas ONG e nos jovens.

## 4.2 Segunda camada: olhares dos jovens

As entrevistas realizadas com os jovens permitiram chegar a um recorte no tempo de vida, delimitando o percurso no programa, combinando essas trajetórias a situações de vida dos planos biográficos<sup>70</sup>: histórias de vida, moradia, estudo e trabalho, práticas de lazer, políticas, artístico-culturais entre outras. Tais experiências/ trajetórias permitiram sinalizar processos e circunstâncias que estão longe de se deixar capturar por indicadores e por tipificações ou definições de categoriais de “pobres e excluídos<sup>71</sup>”. Dessa feita, nos convoca Telles:

A exigência é da construção de parâmetros descritivos para colocar em perspectiva realidades urbanas em mutação. Uma abordagem que abra uma senda investigativa ao revés das ênfases hoje predominantes nos “estudos da pobreza”, grandemente pautados por tipificações e categorias de políticas sociais voltadas às versões brasileiras dos “*quartiers difficiles*”. Entre as tipificações (ficções) das chamadas “populações em situação de vulnerabilidade” e as análises gerais, o outro polo dos debates atuais, sobre economia urbana e a “cidade global”, é todo o entramado desse mundo social que resta a conhecer. É nesse terreno que um estudo sobre trajetórias e mobilidades urbanas se mostra fecundo, a distância de explicações gerais sobre a cidade e sua crise e, também, de definições categoriais ou identitárias das populações urbanas (TELLES, 2006, p. 53).

A seguir são apresentados trechos de relatos das entrevistas com os jovens e algumas pistas de análise que se relacionam à problemática proposta por este estudo.

---

<sup>70</sup> “No plano dos tempos biográficos, é toda a pulsação de vida urbana que está cifrada nos espaços e circuitos por onde as histórias transcorrem. Na contraposição entre histórias e percursos diversos, são as modulações da cidade (e história urbana) que vão se perfilando nas suas diferentes configurações de tempo e espaço. E isso remete igualmente ao plano de composição da descrição do mundo urbano” (TELLES, 2006, p. 72).

<sup>71</sup> Lucio Kowarick utiliza a forte expressão “viver em risco” ao propor analisar a vulnerabilidade socioeconômica e civil no Brasil urbano atual, indicando também processos e circunstâncias que escapam dos “objetivos” instrumentos de medidas que quantificam e distinguem os que estão fora dos circuitos urbanos dos incluídos (KOWARICK, 2000).

#### 4.2.1 Família, estudo e trabalho: *a gente administrou um projeto, hoje eu administro uma loja*

Mário<sup>72</sup> tem 25 anos, mora em Guaianases, está noivo e trabalha numa locadora de câmeras e equipamentos para cinema; José, 23 anos, também mora em Guaianases e trabalha na área administrativa de uma loja no bairro do Brás. Délia, hoje com 24 anos, nasceu em Pernambuco e chegou a Guaianases com 11 anos de idade, acabou de trancar a matrícula no curso de artes visuais e atualmente está desempregada. Viviane tem 25 anos, atualmente mora na cidade de Cotia, mas na época do programa morava no Grajaú, casou-se e atualmente trabalha na biblioteca de uma universidade privada. Carlos também tem 25 anos, mora na mesma casa quando de sua participação no Jovens Urbanos no Grajaú, trabalha em uma empresa de propaganda e marketing como *designer* gráfico.

A respeito da vida atual, os depoimentos passaram rapidamente pela questão familiar – grande parte mora com a família (um mora com mãe e pai, um apenas com a mãe, outro com a irmã, outro só com pai e irmã, apenas um se casou e nenhum dos jovens teve filhos) e pelos espaços de participação (nenhum dos jovens indicou participação em grupos formalizados ou de participação político-social, dois referiram-se a participações eventuais em grupos ligados à arte, de *rap* e grafite).

Hoje em dia só trabalho na área administrativa mesmo, mas já participei de grupo de teatro [e] canto *rap*. Estamos com um projeto de trazer o rap para cá, o Rap Móvel, já tem até um projeto com esse nome e estamos com o intuito de trazer isso pra Guaianases (Jovem do Lajeado).

Apesar de não atuar em nenhum espaço de participação, um dos jovens relatou manter vínculos com o Instituto Criar<sup>73</sup>, estabelecido por meio de sua participação no programa: “tenho boa relação. Estou participando de um videoclipe hoje e eu vou usar tudo do Criar, a edição de

<sup>72</sup> A fim de manter sigilo e anonimato dos jovens, esse e os demais nomes que aparecem no capítulo não correspondem aos nomes verdadeiros.

<sup>73</sup> O Instituto Criar de TV, Cinema e Novas Mídias foi um dos parceiros tecnológicos do programa Jovens Urbanos e oferecia experimentações ao longo da formação dos jovens.

Fundado em 2003 pelo apresentador de TV Luciano Huck, [...] tem como missão promover o desenvolvimento profissional, sociocultural e pessoal de jovens por meio do audiovisual. Anualmente, 150 jovens, com idade entre 17 a 20 anos e em situação de vulnerabilidade social e econômica, têm formação técnica e sociocultural. Objetivos: i) proporcionar aos jovens oportunidades de trabalho em que eles se realizem e conquistem sua independência, ii) proporcionar aos jovens oportunidades de serem ativos em processos de transformação social; iii) proporcionar aos jovens oportunidades de expressar sua visão de mundo e acessar a cultura em sua diversidade (INSTITUTO CRIAR, 2014).

A partir dessa parceria, o Instituto pode manter vínculos com as organizações sociais: após o encerramento do programa, muitos jovens egressos acabaram sendo incorporados ao Criar. Uma das jovens do Lajeado explica o processo de seleção do Instituto:

Aí eu participei também do processo seletivo no Instituto Criar, porque para entrar lá você tinha que participar de algum projeto ou ser de alguma ONG, e como a Plugados acabou participando do Jovens Urbanos, eu fui pela ONG [...] acabei conseguindo também o curso que tinha lá [com] duração de 10 meses, mesmo período do Jovens Urbanos e tinha bolsa também (Jovem do Lajeado).

lá, eu posso como ex-aluno”. Uma jovem moradora do Lajeado também contou que atualmente participa de um grupo que desenvolve projeto na área audiovisual com recursos do VAI.

Raras vezes conflitos familiares figuraram nas narrativas; um dos jovens contou brevemente sobre a pressão da família em relação a trabalho e renda como principais fontes de conflito:

E até hoje um cara que não entende a minha profissão [hoje é *designer* gráfico] é meu pai, “mas como é que você tira dinheiro disso, você fica no computador o dia todo? Para mim você fica vagabundando”. Mas aí, no final do mês, ele vê que realmente dá [...] (Jovem do Grajaú).

Mas houve quem afirmasse que não vivenciou essa pressão, que desde cedo havia entendido que o dinheiro seria somente resultado de um esforço pessoal, individual. Quando perguntado se na época do programa a família o pressionava a ter um emprego, respondeu:

Não muito. Na minha infância quando faltava dinheiro eu ia catar latinha para poder ter alguma coisa, sempre corri atrás do que é meu fazendo alguma coisa. Sempre me interessei em ter o meu dinheiro, mas só que de forma digna, porque meu pai perdeu a memória, sempre foi usuário de droga, mexia com crime e hoje em dia vive como se fosse um bebê, nem lembra quem sou eu. Quando meu pai ficou assim eu tinha uns sete anos, então convivi pouco tempo com ele, mas até meus sete anos eu já sabia respeitar minha família. Tudo que meu pai passou eu não queria para mim, sempre pensei isso desde os meus dez anos, por isso eu não tenho vício algum e tenho uma mente aberta (Jovem do Lajeado).

A ênfase dos discursos recai nas conquistas relativas ao trabalho e como esses acontecimentos se ligam à experiência vivida no Jovens Urbanos. Há aqueles que fazem uma ligação direta entre as oportunidades acessadas no programa e os postos de trabalho que ocupam atualmente; outros destacam o modo como aprendizagens decorrentes do programa influenciaram sua formação e seu percurso profissional.

O jovem, morador do Grajaú, que é *designer* gráfico, trabalha atualmente com publicidade e propaganda e não tem curso superior. Suas atividades incluem o desenvolvimento de peças publicitárias, rótulo de produto, embalagem – segundo ele, “tudo que envolve a propaganda no mundo atual” ele faz.

Como eu aprendi a ser *designer* gráfico? Aí a gente volta sete anos atrás no projeto Jovens Urbanos. Eu entrei nesse projeto por que os meus amigos falaram “vamos lá, vai ser bom para você”, para mim tanto fazia, eu ia ganhar 230,00 reais por mês, estava no lucro [...] (Jovem do Grajaú).

Sua trajetória como *designer* gráfico foi autodidata (começou por curiosidade, “fuçando no computador”), impulsionado pelo projeto que realizou com seu grupo durante o programa. Para divulgar o projeto (que chamava “Sarau a Gente que Faz”), ele tinha que produzir peças de comunicação:

Como tinha que desenvolver peças para divulgação todo mês, eu sempre estava fazendo. Eu que fazia, [...] de lá para frente começou mais a paixão por isso e aí de lá para cá nunca abandonei, sempre de onde eu tirei o sustento foi fazendo isso (Jovem do Grajaú).

A jovem, também do Grajaú, que hoje trabalha na biblioteca de uma universidade privada, lá cursa o quarto ano de engenharia mecânica. Ela conta que o programa possibilitou fortalecer seu sonho de chegar ao ensino superior (conta que sempre foi louca por aviões, “desde novinha”, e queria uma faculdade que pudesse fazer um *link* com esse gosto, por isso escolheu engenharia mecânica).

O programa foi hiperenriquecedor, eu aproveitei muito, muito mesmo, todas as oportunidades, tanto que meu primeiro emprego foi como aprendiz e foi através do programa, a ONG tinha feito uma parceria com o pessoal da ESPRO<sup>74</sup>, ganhei uma megaexperiência, trabalhei no Banco Itaú, lá do Vila Olímpia, por dois anos. Foi a minha [primeira] experiência profissional e aprendi bastante (Jovem do Grajaú).

Chegar à faculdade de engenharia, segundo a jovem, foi resultado de dois fatores, empenho e sorte:

Quando eu saí do Banco, fiquei três meses em casa, desesperada, aí fui no CAT<sup>75</sup> e falei “olha, eu quero uma vaga”. A minha meta era 50% de bolsa, senão eu nunca ia conseguir pagar. Lá no CAT a moça me indicou para uma vaga de 4 horas para ganhar bem pouquinho na UNIP, eu falei “eu vou”. Na UNIP mesmo, quando eu cheguei lá no RH, eu acho que a moça se identificou comigo, ela me ofereceu mais duas oportunidades e pediu para eu escolher qual era melhor para mim. Eu escolhi a melhor e consegui [...] ao invés de 50%, 100% de bolsa (Jovem do Grajaú).

Apesar do foco do programa não ser a já conhecida “preparação para o mercado de trabalho”, de não se assumir uma perspectiva de formação técnica ou profissional, os jovens concedem especial relevância às relações entre as experiências do programa e suas trajetórias no mundo do trabalho. Um dos elementos destacados é a responsabilidade – e nesse ponto a experiência de desenhar e realizar um projeto próprio foi determinante. Dois jovens do Lajeado relataram:

[...] responsabilidade, porque se for analisar foi o primeiro trabalho mesmo, e prestar contas, a gente tinha que pegar nota, ir lá para o centro, tirar cópia de tudo, não podia faltar nada, cada centavo tinha que estar lá... (Jovem do Lajeado).

---

<sup>74</sup> O Ensino Social Profissionalizante (ESPRO) é uma organização sem fins lucrativos que atua na capacitação profissional para inclusão de jovens no mercado de trabalho. Foi fundado em 1979 por iniciativa de unidades do Rotary Club. Tem o objetivo da transformação social. Trabalha com mais de 17 mil jovens de baixa renda por ano. Capacita, prepara e encaminha jovens para empresas em diversas regiões do país, por meio de sua inserção em programas de aprendizagem de acordo com a Lei 10.097/00, a Lei do Aprendiz (ESPRO, 2014).

<sup>75</sup> O Centro de Apoio ao Trabalho (CAT), serviço oferecido pela prefeitura de São Paulo, é uma rede de unidades direcionada ao atendimento dos cidadãos que buscam inserção no mercado de trabalho (PMSP, 2014).

Em relação ao trabalho é verdade, a gente administrou um projeto, hoje eu administro uma loja, e a mesma coisa que eu fiz no projeto eu faço aonde eu trabalho porque a gente trabalha com planilha, organização, responsabilidade, até porque o projeto trouxe isso. [...] O Jovens Urbanos para mim era responsabilidade, e isso trouxe responsabilidade para a minha vida pessoal, como crescimento (Jovem do Lajeado).

Nos depoimentos acima, os jovens se referem a administrar os projetos e prestar contas dos recursos disponibilizados pelo VAI. Os dois jovens entrevistados começaram os projetos no âmbito do programa (e para isso também tiveram aportes técnicos e financeiros). No entanto, esse apoio tinha a duração de seis meses, depois o programa se encerrava; mas os jovens, se desejassem, poderiam dar continuidade aos projetos, embora não tivessem garantidos o apoio dos educadores e das ONG. No caso acima, os jovens, após o término do programa, conseguiram aprovação do VAI e continuaram o projeto por quase dois anos. O jovem que trabalha na área administrativa de uma loja diz não gostar do que faz porque, segundo ele, não é sua área; o que gosta mesmo é teatro, mas o teatro seria um “ramo muito difícil de crescer” e, além disso, não garantiria estabilidade. Seu desejo seria o de ter “estabilidade na vida e ganhar bem”, além de continuar cantando *rap* e fazendo rima:

Eu queria fazer teatro, adoro teatro. O que faço não curto muito, mas sou obrigado a fazer porque a gente tem que trabalhar, mas trabalho hoje para manter um estudo para mim e colher desse estudo um futuro digno. Mas na diversidade cultural o que gosto mesmo é o teatro e o *rap*. A música para mim também é uma diversidade, não canto para ser famoso, sempre gostei de fazer *rap*, juntar com a galera e fazer rima (Jovem do Lajeado).

#### **4.2.2 Conquistas e decepções pós-Jovens Urbanos: *sei que eu fui um destaque no programa, eu tenho certeza disso***

Dois jovens da Zona Leste enfatizaram as oportunidades que tiveram de conhecer e experimentar a área de produções audiovisuais, especialmente a partir do aprendizado no Instituto Criar e da criação dos projetos de intervenção, ao final do processo de formação. Mas os efeitos dessas experiências marcaram de modos distintos os dois jovens, o que permite realizar um exercício de pensamento e puxar algumas linhas de reflexão a respeito de como as experiências podem tocar e mobilizar corações e mentes de modos muito diferentes.

Um dos jovens trabalha há um ano e quatro meses em uma locadora de câmera e lente para cinema na Vila Leopoldina, conforme suas palavras, a segunda do Brasil nesse segmento de mercado (“nessa área de cinema, as melhores câmeras que existem no mundo a gente tem”), quer abrir seu negócio e para isso acha que o melhor caminho não é o ensino superior – pretende continuar fazendo cursos de especialização na área:

A partir dos Jovens Urbanos, eu fiz 10 meses de curso no Instituto Criar de iluminação para cinema, daí fui para uma locadora e fui para outra, e eu trabalhei três anos em uma e hoje eu sou supervisor. Isso, na época, ajudou muito e eu falei “se hoje eu sou supervisor da empresa e tenho mercado é graças à educadora, porque ela deu uma despertada nos jovens” [...] quero abrir a minha locadora [...] eu tenho alguns equipamentos meus, estão na locadora e eu tenho 3, 4 clientes, é caro, é muito difícil, vai demorar ainda, eu cheguei onde eu queria, por enquanto, virei supervisor (Jovem do Lajeado).

A proposta do Instituto Criar é formar e encaminhar para o mercado de trabalho mas, segundo o mesmo jovem, quando saiu da organização “teve que se arrumar sozinho”. Conta que:

[...] 90% dos jovens eles encaminham, o azar é não ser o trabalho que ele procura, eu fiquei um ano e saí da TV Cultura<sup>76</sup>, então o que eu fiz? Fui revirar a internet, chutei lá e vi uma empresa [...], pensei, beleza, vou mandar um *e-mail* e o cara me ligou e eu comecei sem saber nada, eu fiz luz no Criar e fui mexer com câmera! (Jovem do Lajeado).

A partir do seu ingresso nos negócios de varejo ligados ao audiovisual, o jovem pode indicar outros jovens conhecidos para trabalhar em outras locadoras: “[...] o cara me deu essa oportunidade, aí curti ficar dois anos lá, eu encaminhei dois jovens do Criar para lá, hoje quase todos dessa locadora vieram do Criar”. Quando questionado se tinha conhecimento de outros jovens egressos do programa que continuavam se relacionando com o Criar ou fazendo algum tipo de atividade/ trabalho ligado a essa área, o jovem lembrou de uma colega que hoje está na TV Record, trabalhando como assistente de luz: “ela atuou na TV Cultura pelo Criar e aí ela ficou um ano fora em telemarketing, porque não a efetivaram na TV Cultura, e hoje está na Record”.

Uma jovem do Lajeado também registrou que a passagem pelo Criar, após o término do programa, foi muito significativa para as escolhas que faria em sua vida, mas o seu encantamento começou quando da decisão de fazer, como projeto de intervenção, um vídeo sobre a escola na qual estudava (estava no terceiro ano do ensino médio) e na qual o programa era realizado. Para o projeto, a jovem e seu grupo contaram com a assessoria de uma produtora e foi a partir daí que esse desejo foi criado e ela percebeu que tinha talento para atuar na área audiovisual – antes disso, ela não havia tido nenhuma experiência com esse tipo de linguagem: “Eu acabei gostando muito de câmera, a gente teve a parte de produção, toda essa etapa do audiovisual...”. Nesse ponto, critica a pouca autonomia que o grupo teve para realmente realizar todas as etapas do processo; o tempo para implementação do projeto era escasso e, por isso, não era possível aprender a editar o vídeo sozinha:

---

<sup>76</sup> A parceria entre o Instituto Criar e a TV Cultura estabelece que a última empregará os jovens encaminhados pelo Instituto por, no máximo, um ano.



Teve um cara que editou o vídeo, só que assim a gente acompanhou tudo [...] eu que escolhi todas as músicas que vão no vídeo e a gente ia falando: “Ah, quero a imagem assim e assado”, mas foi uma experiência legal, porque eu tive o primeiro contato com câmera, com essa linguagem, e depois consegui o Criar (Jovem do Lajeado).

Hoje, com 25 anos, se ressentida de estar desempregada há cinco meses, “e de não andar fazendo muita coisa”. Sem trabalho, não conseguiu se manter no curso de graduação em artes visuais e teve que trancar o semestre: “estou desempregada, então isso acaba mexendo comigo. Eu fiz dois anos de faculdade e minha vida não mudou muito desde o Jovens Urbanos”. Relata que seus últimos trabalhos respondiam ao interesse de se manter próxima do universo das artes, dos museus – teve passagens no Museu da Língua Portuguesa, na Caixa Cultural, em uma ONG como educadora na Ermelino Matarazzo, além de ministrar oficinas de fotografia e vídeo para idosos e jovens – diz gostar muito de fotografia, mas relata que guarda grande paixão pela sétima arte, seu grande sonho é “fazer cinema”.

Portanto, reiterando o que já havia sido assinalado acima, os depoimentos dos jovens chamam atenção pelas semelhanças e também pelas diferenças de sentidos. Ambos jovens do Lajeado tiveram o caminho de escolhas fortemente marcado pelas experiências com audiovisual, pela passagem no Instituto Criar, projetos de intervenção, entre outras experimentações.

No entanto, para um deles tratou-se de tatear, conhecer, se apropriar e fazer disso outra coisa, não se deixando levar pelos encantos que os meios de comunicação exercem nesses tempos para lá de modernos, fez do limão uma limonada – ficou um ano na TV Cultura, mas logo percebeu que lá não teria muita chance. Talvez pudesse desejar estar na televisão, no cinema, quem sabe atuando, dirigindo, produzindo peças de audiovisual, mas ele não o fez – deseja empreender, ter seu próprio negócio e, para isso, sabe que precisa ter melhores máquinas e equipamentos, pois é assim que vai permitir que outros também produzam; começou como funcionário, hoje é supervisor, mas deseja mais. Não sabe quanto tempo vai demorar e acha que vai ser difícil. E tudo bem assim.

Mas houve quem acreditasse demais. Entre os enredos dos jovens, essa jovem do Lajeado autora dos relatos registrados acima foi quem expressou com mais contundência a aposta de que o programa mudaria a sua vida, quem mais depositou todas as esperanças em um percurso reto e bancado. Talvez ela tenha depositado demasiada fé. Mesmo estando desempregada e precisando de recursos para se manter e manter a faculdade, ela diz que não vai aceitar qualquer oferta (já teve convites para trabalhar em lojas e outras áreas), ela quer mais:

Então acaba o programa, você faz todas aquelas experimentações, parece tudo lindo, é um sonho, aí parece que aquilo vai mudar sua vida, enfim, todas as ideias dos educadores que eles vão te passando às vezes acaba meio que uma ilusão. Chega no final dos 10 meses, você faz o projeto, aí está tudo lindo e maravilhoso, só que depois você tem que caminhar com suas próprias pernas, porque isso vai acabar acontecendo, também é essa a ideia, mas eu percebo que não tem um incentivo depois, por parte dos educadores, enfim, dessas pessoas que estavam nesse programa [...] Você começa a criar várias ideologias, várias coisas por parte desse programa, de tudo que aconteceu, só que depois, quando você for enxergar a realidade, você percebe que não é nada disso, claro que foi superimportante para minha formação, claro que foi... (Jovem do Lajeado).

Em seu depoimento, aparece uma crítica a como o programa “coloca o doce na boca da criança e depois tira”. Esse não seria um final justo para os jovens, ainda mais para ela que, segundo suas palavras, “aproveitou tudo, se engajou tanto, faltou um dia em 10 meses”. Ela afirma, com certo tom de amargura que, em comparação aos demais, ela não era mais uma, ela foi especial:

Eu sei que eu fui um destaque no programa Jovens Urbanos, eu tenho certeza disso, mas ninguém nunca mais me mandou uma mensagem “olha, como você está?” Sabe? [...] eu gostei muito mesmo, eu aproveitei tudo, eu fiz curso fora, eu fiz um curso sobre patrimônio histórico... Eu ia para cima “Ah, eu quero participar” (Jovem do Lajeado).

A despeito desse tom de decepção, a jovem parece se contradizer ao afirmar que, apesar de tudo acabar como ilusão, ao mesmo tempo esse seria o fim esperado, pois de forma inevitável chega um momento em que é preciso a “caminhar com as próprias pernas”:

Depois que eu acabei o programa, eu continuei mesmo com essa ideia, porque eu acabei gostando muito de conhecer os lugares, de ir a exposições, de ir a museus, então a sétima arte foi uma coisa que eu acabei descobrindo, porque também depois teve o Criar e aí cinema acabou se tornando uma grande paixão para mim. Na verdade, o meu maior desejo era fazer cinema, só que viver de cinema no Brasil é bem complicado, mas acho que é uma coisa mais para frente na minha vida, então eu decidi fazer artes audiovisuais porque englobava todas as artes e também acabava englobando cinema. A minha ideia atualmente é essa, é retomar, só falta um ano para acabar a faculdade e é isso, eu pretendo continuar trabalhando em instituições museológicas que é uma coisa que eu gosto né, que eu também já fiz trabalhando com mediação e arte pública em museus, basicamente é isso, terminar a faculdade e, quem sabe, um dia fazer um mestrado também, mas é uma coisa muito mais para frente (Jovem do Lajeado).

Em mais de uma passagem, reitera como a experiência no Jovens Urbanos foi fundamental para a sua formação e confessa que chegou a pensar que jamais teria que falar novamente sobre o programa:

Eu jamais imaginei que eu fosse falar ainda sobre o Jovens Urbanos hoje em dia, por mais que eu queira me desligar totalmente, não posso negar que isso vai fazer parte da minha vida, porque foi ali aonde começou. Vai fazer parte da minha formação, porque pensa... eu estava terminando o ensino médio,

“você está meio sem perspectiva de muita coisa, você não sabe muito bem o que você vai fazer e aí, dentro do programa, você amplia vários horizontes. Para a minha formação foi superimportante porque eu acabei descobrindo um montão de coisas que eu falei “poxa, existia tudo isso e eu não sabia”?” (Jovem do Lajeado).

De algum modo e por um período na vida desses jovens, o programa cria a perspectiva de um caminho liso, em que as suas escolhas partem já de um território minimamente preparado. Mas não se pode acreditar nesse trajeto sem estrias, sem paradas, sem tropeços ou inflexões, porque o processo de invenção do próprio caminho e da própria vida parece não necessariamente acontecer de um jeito plácido, previsível ou preparado.

#### **4.2.3 Explorações e experimentações com e na cidade: *eu fiquei um tempo com isso na minha cabeça, eu achava que eu não podia entrar em determinados lugares***

Um dos objetivos do programa era promover a ampliação da circulação e da apropriação dos jovens de espaços, equipamentos e artefatos da cidade, considerando a premissa de que os jovens da periferia viveriam uma espécie de exclusão ou confinamento em seus territórios de pertença. Sobre esse ponto, os jovens admitem que costumavam sair muito pouco de seus bairros em direção ao centro da cidade ou a outros pontos de São Paulo e que o programa os fez olhar e conhecer a cidade de um jeito diferente.

A gente foi visitar o Museu da América Latina e espaços culturais; [...] a gente ia ao Teatro Olho Vivo com Cesar Viera (Jovem do Lajeado).

Conhecer a cidade de São Paulo, lugar onde você cresceu e viveu, é legal. Acho que o que eu me lembro mais foi do Tomie Ohtake que a gente foi, e a gente ia de ônibus, eram quase 2 horas! Eu aprendi a andar de metrô [...] Teve uma experimentação legal também que foi na Comunidade Vento em Popa [ONG executora], a gente teve oficina de marcenaria, na verdade o nome era *designer* marceneiro, foi bem legal, um aprendizado muito bom (Jovem do Grajaú).

Na verdade eu nem conhecia o centro, eu não sabia andar no centro. E a gente começou a explorar, pelo centro, algumas áreas culturais. Eu nem conhecia aquele Museu Afro Brasil, achei interessante demais porque conta a história do Brasil, conhecemos o Museu da América Latina, conhecemos o prédio do Banespa. Essas explorações ajudaram muito a gente do ponto de vista de se virar, ter o próprio controle do dia-a-dia, eu nunca tinha saído daqui para ir para outro lugar (Jovem do Lajeado).

Eu saía a semana inteira, às vezes tinha, por exemplo, dois lugares no mesmo dia, não dava para ir; ia uma turma pra um, outra turma pra outro, enquanto que no outro dia eu ia com outra turma, então isso era legal, apensar de ter as panelinhas, não vou negar... Fui uns três meses no Tomie Ohtake pra fazer

uma oficina de experimentação, teve a visita à Casa de Dona Yayá<sup>77</sup> na Bela Vista, a viagem de Minas, tinha o Circo Escola ali perto, tinha algumas apresentações lá, a gente interagia com outras ONG do bairro, como Monte Verde, e tinha o CEU também (Jovem do Grajaú).

No depoimento acima, a menção da experimentação realizada em Minas refere-se à parceria entre o Jovens Urbanos, a ONG executora e uma organização que trabalha com esportes radicais, que ofereceu a alguns jovens uma viagem gratuita para a Serra do Cipó (MG), onde ficaram acampados por dez dias:

O mais interessante é que você não ia com seus amigos, ia todo mundo sem se conhecer, então isso foi muito legal, sair da zona de conforto e ir e gostar de sair da zona de conforto [...]eu diria assim, internamente foi a melhor experiência que eu tive lá, de forma pessoal, foi a melhor experiência (Jovem do Lajeado).

Sem desconsiderar que o programa possa ter afetado o modo como os jovens se relacionam com espaço citadino, essa estratégia do programa configurou-se como mais um vetor de ampliação de repertório cultural ou sociocultural, mas não teve força suficiente para impactar a geografia dos percursos, ou seja, após o programa os jovens continuaram a realizar os mesmos movimentos e os deslocamentos na cidade são basicamente realizados em função do trabalho e da continuidade dos estudos. Sobre outras possibilidades de usufruírem do espaço urbano, os jovens relatam falta de tempo e cansaço em função das obrigações profissionais e de estudo.

Atualmente, é só cinema e praia, às vezes assisto a um jogo de futebol (Jovem do Lajeado).

Olha, minha vida é uma correria só, eu moro em Cotia, mas eu falo que eu vou lá só para dormir, porque eu trabalho aqui na Chácara Santo Antônio e estudo aqui também nessa UNIPE aqui. A coisa que eu gosto de fazer é dançar, mas até isso tenho feito muito pouco (Jovem do Grajaú).

Ultimamente não estou fazendo nada, só estou dormindo, o corpo está muito cansado, mas eu gosto bastante de filme, eu gosto de poder estar na rua, olhar no rosto das pessoas, que eu acho hoje muito raro – 100% das minhas inspirações é na rua, então, quando eu preciso bastante de ter inspirações para desenvolver os trabalhos, é sempre estar no meio do povo, ver arquitetura (Jovem do Grajaú).

Do conjunto de jovens entrevistados, apenas jovens moradores do Lajeado relataram manter uma relação mais contínua de circulação e fruição dos espaços e equipamentos, especialmente público-culturais:

---

<sup>77</sup> Refere-se à exploração realizada à sede do Centro de Preservação Cultural, órgão subordinado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP. No programa Jovens Urbanos, o Centro também realizou experimentação voltada à preservação e valorização do patrimônio histórico-cultural.

Continuo frequentando bastantes exposições, museus, que foi uma coisa que eu acabei descobrindo no Jovens Urbanos e continuei por conta própria mesmo, aí depois eu comecei a faculdade, estava fazendo um curso de artes visuais, que também está tudo interligado. Então, atualmente é mais isso, não tenho feito muita coisa (Jovem do Lajeado).

Eu gosto muito por conta dos teatros e gosto muito de ir à Galeria Olido porque tem muita coisa interessante lá... Numa quarta-feira do mês passado eu estava na Galeria em um show do SNJ, que é um grupo de *rap*, eu ainda exploro esses lados e muita gente acha que o centro da cidade é só prédio e trabalho, mas ninguém chega a ver as diversidades culturais que tem lá, as histórias. A gente entrou em um prédio por curiosidade, ali perto da Praça da Sé, que conta um pouco da história do Brasil, não tinha muito prédio, era mais aquelas casas bem antigas, a gente entrou, conhecemos, tiramos fotos (Jovem do Lajeado).

As lembranças referentes às explorações e experimentações são sempre muito positivas, no entanto, uma jovem recordou que durante uma visita ao Teatro Municipal de São Paulo ela e seu grupo não foram bem recebidos:

Teve uma experiência quando a gente foi visitar o Teatro Municipal, que eu não vou esquecer nunca, a educadora lá do Teatro Municipal que nos recebeu ficou olhando a gente dos pés à cabeça, e eu não sei se pela forma como estávamos vestidos, não sei, mas eu acho foi uma cena muito desagradável, sabe com aquele olhar preconceituoso de “Meu, você é da periferia” (Jovem do Lajeado).

Apesar do desconforto e da indignação vividos na época, conta que essa experiência teve um papel formativo importante para reforçar ainda mais seu sentido de pertencimento à cidade:

Eu fiquei um tempo com isso na minha cabeça, eu achava que eu não podia entrar em determinados lugares “Poxa vida, esse prédio é lindo, eu não posso entrar aí né, porque só tem pessoas importantes ou pessoas que estão vestidas bem”, isso eu percebo que não aconteceu só comigo, eu acho que com vários outros jovens também, só que aí eu acabei percebendo e falei “Não, eu posso entrar nesse lugar da forma que estou vestida”, e aí é o momento em que você começa a se aceitar, como você é e se assumir “Olha eu sou isso”, então você vai entrar e sair de qualquer lugar, então acho que isso também foi uma coisa bem marcante (Jovem do Lajeado).

#### **4.2.4 O olhar do outro, as aprendizagens da convivência e do trabalho coletivo: *isso que eu falo de conexão, você conhecer tanta gente e trocar ideias, é muito rico***

O ganho de autonomia foi um dos efeitos apontados nos depoimentos dos jovens. Eles recorreram a expressões como “conseguir se virar sozinho”, “correr atrás das coisas”. Também se referem ao processo de revalorização dos estudos e, muito intensamente, relacionam esses ganhos às relações de admiração, confiança e diálogo com os educadores:

Durante o projeto a gente conheceu pessoas cultas e que de certa forma viraram uma inspiração, a [educadora] é minha inspiração, porque ela sempre falou que a gente tinha que estudar, se informar, e que a gente que tinha que fazer o nosso dia-a-dia. E tem uma música que eu fiz que é muito envolvida nesse plano que se chama “Nós”, que tem uma parte assim: “É nós que faz do hip-hop a cultura, é nós que segue sempre em frente, é nós que corre atrás”, e o projeto me deu a visão de correr atrás das coisas. Eu, por exemplo, na escola comecei a correr atrás de trabalho, de prova, parei de faltar na escola e vi que isso era importante para, no futuro, fazer alguma coisa e ter um ensino superior (Jovem do Lajeado).

O jovem autor do depoimento acima participou de experimentações de capoeira-angola e também de elaboração de fanzines e diz ter tomado gosto pelo estudo:

Quando eu entrei para o Jovens Urbanos foi quando eu tomei gosto de estudar e querer fazer as coisas, antes disso eu não tinha muita vontade de fazer as coisas. *[Por quê? O que tinha no programa que te fez ter essa motivação?]* É que eu acho que porque eu tomei gosto pela leitura e já que eu estava lá tinha que fazer e comecei a me interessar pelas coisas, e o que mais me interessou foi a política, você saber o que é legislação, os seus direitos, a gente trabalhou muito esse foco. E o Jovens Urbanos me deu a visão de que as coisas não são bagunçadas, que você vai crescer e precisa estudar para ter alguma coisa na vida (Jovem do Lajeado).

Era totalmente um cara vagal, não fazia nada, acordava tarde, não gostava nem de ir para escola, então foi que eu conheci o projeto e eu fui começando a abrir mais a minha mente, comecei a sair mais para a rua, a conhecer outros tipos de cultura e aí, e me envolver com isso. O que me ajudou bastante também foi a educadora, sempre acreditou no que eu podia alcançar, e uma vez também uma frase do [coordenador da ONG] ele me chamou de canto e falou, você tem espírito de liderança, se você cultivar isso você chega longe. Já se passaram sete anos, mas tem coisas que eu me recordo como se fosse hoje (Jovem do Grajaú).

Especialmente os educadores – mas não só, também as ONG e o programa como um todo – figuram na fala dos jovens como responsáveis por certa mudança no modo como vivem e reconheciam a si mesmos. A importância de ser visto, ouvido, admirado, acolhido por alguém por quem também se guarda afeto e admiração aparece com força nos discursos dos jovens. Os educadores do programa pareciam ser, para esses jovens, alguém que por seus atos e palavras acreditava neles e isso fazia toda a diferença para que eles também pudessem confiar em si mesmos e reconhecer suas potências e forças:

Eu acredito nos educadores bons, mas a ONG também precisa ser legal [...] A nossa educadora era sensacional, ela acreditava nos jovens, no que os jovens podem fazer, no que podem alcançar, e foi esse trabalho que ela fez com a gente, ela acreditou, e hoje a gente acredita em alguns jovens que mudaram por causa dessa forma de pensar (Jovem do Grajaú).

Não é nem uma questão de você ir lá e dar o dinheiro, dar uma bolsa, claro que isso também pode ser importante, pode ajudar, mas eu acho que é o fato de ter uma pessoa que acredita em você, porque eles estão acostumados a escutar: “Você é um inútil, você não presta”, sabe essas coisas? E aí, quando você encontra uma pessoa que acredita de verdade em você [...] e que percebe que você tem um potencial, que você é capaz de fazer um montão de coisas, você também acaba se colocando como pessoa, como cidadão (Jovem do Lajeado).

Ampliação de repertórios sobre diferentes temas – como política e cidadania, por exemplo –, a possibilidade de ser respeitado no espaço público e de expressar o que pensa também apareceram como marcas e aprendizagens no programa. Um jovem do Lajeado faz menção a essa ética ao dizer “liberdade de expressão e expressão de liberdade”:

O que eu aprendi no projeto e uso no dia-a-dia é o crescimento, poder ter visão de outras coisas do mundo atual, o que é política, porque a gente que é da periferia a gente não tem tantos acessos e o Jovens Urbanos me trouxe isso, liberdade de expressão, de lutar, de ver o que a comunidade precisa e fez com que eu pudesse crescer e entender o que é a sociedade e o mundo hoje [...] eu tenho uma música que fala sobre política... E a gente foi proibido de cantar lá [na Fábrica de Cultura no Jardim Curuçá, Distrito do Lajeado] porque a gente falava de política. É uma liberdade de expressão. Claro que toda casa cultural tem que ter regras, mas acho que ali está para você trabalhar sua expressão de liberdade (Jovem do Lajeado).

Outro jovem também faz referência à restrição de acesso dos jovens a espaços e equipamentos culturais presentes no bairro

Por mais que eu tenha um polo cultural do lado da minha casa [Casa de Cultura Palhaço Carequinha], ele não é aberto para mim, e às vezes não divulga seus trabalhos e seus projetos na própria região, prefere ir para outras regiões do que a própria, então às vezes acaba sendo fechado, mas pode ser aberto (Jovem do Grajaú).

Ainda no tocante à ampliação de repertório político, um dos jovens do Grajaú faz uma crítica às mídias dizendo que, tanto a Internet quanto a televisão não acreditam no jovem e estão limitando o pensamento e a capacidade de ação da juventude – segundo ele, essas mídias, em conluio com os governos, “só empurram futebol e novela”:

Eles estão limitando o ser humano para que ele não possa adquirir conhecimento nem correr atrás de cultura, educação, saúde e diversas outras áreas, então que o jovem possa estar mais esperto para isso, por que tem um mundo na sua frente [...] o jovem hoje merece a vida só que tem muito jovem morto por causa dessa restrição. O jovem precisa estar mais antenado, mais à frente do que eles pensam que nós somos, por que eles nos tacham como uma população burra, onde só eles lucram, como nesse ano da Copa (Jovem do Grajaú).

Em todas as entrevistas é evidente a capacidade de expressar e comunicar ideias dos jovens. Numa oportunidade, quando perguntado se o programa incidia sobre essa capacidade de comunicação e expressão, o depoimento de uma jovem do Lajeado é exemplar. Ela afirma

que a existência de um espaço de diálogo forjado pelo programa, no qual o jovem poderia se sentir acolhido, respeitado, valorizado em suas diferenças e capacidades, por si só os levaria a sentirem-se confiantes para falar, por si só já os levaria a se expressar de uma forma mais qualificada. Também as amizades e as relações criadas no programa concorreriam para fortalecer essa capacidade dos jovens:

O que eu percebi durante a minha experiência no programa e o que eu percebi depois, como educadora do outro lado, é que o jovem só quer ser ouvido. Falando especificamente da periferia – e eu venho do interior de Pernambuco para morar na periferia da cidade de São Paulo, que não é muito diferente de lá – os jovens estão vulneráveis a um monte de coisas, tem toda realidade que ele traz da casa dele e aí claro que tinha muito jovem, principalmente na minha turma, que era meio introspectivo mesmo, tinha um pessoal que era mais tímido, mas que eu percebia que queria participar. Eu já tinha certa facilidade com comunicação, de me expressar, de falar [...], com o programa só acabei aprimorando. Mas eu percebo que muitos jovens melhoraram bastante durante esse processo porque você também acaba fazendo amizade, então acaba criando outro círculo, acaba se expressando mais. O educador também te deixa muito à vontade para se expressar, para falar. [...] O programa, durante aquelas duas, três horas, naquela sala eram todos iguais, apesar de todas as suas diferenças o jovem podia se expressar naquele momento, podia se colocar, talvez na casa dele ele não conseguisse fazer isso, ou na sala de aula na escola [...] E também ter uma pessoa ali que te fala: “Olha, você tem potencial, olha você é inteligente, você é bom para isso”, tem uns que têm facilidade com desenho, têm uns que tem facilidade, enfim, com diversas linguagens, eu acabei descobrindo a minha, então eu acho que isso foi bem legal para muitos jovens (Jovem do Lajeado).

Vale destacar que alguns jovens que participaram dos grupos das ONG continuam a se encontrar – esse campo de relação é facilitado hoje pelas redes sociais da Internet, todavia muitos indicaram que ainda mantém contato “presencial” com colegas daquela época e com os educadores também.

*[Você tem notícias do pessoal?]* De todos. *[E como eles estão?]* Está todo mundo bem, a gente se encontra às vezes em final de semana, todo mundo, (Jovem do Lajeado).

Conheci pessoas novas, formei amigos, até hoje a educadora é minha amiga (Jovem do Lajeado).

Eu tenho alguns contatos, infelizmente apenas pelo Face, até por que eu me mudei (Jovem do Grajaú).

Uma das jovens relatou que a existência de rede de relações mais ampliadas pode os apoiar no enfrentamento das adversidades da vida e também seria uma forma de se sentir acompanhado e mais forte – ela continua com amizade com duas pessoas e com a sua educadora da época do programa.



[Uma das amigas] já está formada, hoje ela é biomédica, ganhou bolsa pelo ENEM, já está formada e trabalhando na área; [outra] está um pouco mais parecida comigo, a gente está aí batalhando né, ela também desenhava, e ela agora está fazendo ciências da computação. E o restante do pessoal eu tenho mais contato pelo Facebook, tem [outro colega] que a gente se encontrou recentemente [...] às vezes eu ligo para a minha ex-educadora, que é minha amiga: “Ah, vamos sair, vamos ver tal exposição, vamos ver tal coisa”? Outro dia ela que me liga: “O que está passando no cinema? O que tem de legal no cinema para me indicar”? (Jovem do Lajeado).

Outro destaque importante é a reverência que todos os jovens fazem aos educadores e coordenadores das ONG. Parece haver nos discursos um campo de identificação e aproximação dos jovens com esses atores, talvez pelo fato de a maior parte deles também ser jovens que nasceram e cresceram nos bairros de periferia onde atuavam como educadores.

O processo de formação e acompanhamento técnico do programa também pode ter contribuído para o sucesso desse modo de atuação com os jovens – o processo formativo das equipes das ONG executoras foi um destaque positivo feito coordenadores entrevistados. Para os jovens, esse é um elemento diferencial do programa, aquilo que o fazia ter mais resultados positivos:

O educador é muito importante para a vida do formando. A Maria, por exemplo, tem um pensamento jovem e a mesma forma que ela agiu com a gente nós levamos para o cotidiano (Jovem do Lajeado).

[...] “Poxa, quando eu crescer eu quero ser assim”, porque eu tinha uma admiração pela educadora, eu idealizava ela, eu acho que o papel como educadora também é fundamental [...]. O educador faz muita diferença, aí eu pensava em ser educadora também: “Eu também quero ter esse papel importante”, e aí comecei a fazer licenciatura. Tive uma experiência recente, na ONG eu trabalhei como educadora com um grupo também de jovens, que foi muito legal (Jovem do Lajeado).

Outro depoimento relativo a uma experiência marcante vivida no programa remete os efeitos formativos decorrentes de um evento no qual se agenciaram diferentes potências, de pessoas e lugares, pensamentos e práticas. Esses efeitos formativos parecem estar implicados com a capacidade de efetuar algo na vida (“o que é preciso para realizar?”), a partilha da vida comum, a participação no mundo público e a ampliação do campo relacional (conexões entre forças). Foi um mutirão para a construção de um deque às margens da represa Billings. O deque foi imaginado pelos jovens e tinha como objetivo oferecer um lugar para que a equipe do posto de saúde pudesse realizar as aulas de ginástica para as mulheres do bairro. O mutirão foi disparado pela ONG e contou com a participação de diversas outras instituições: “pessoal de uma ONG de Santos que é excelente, pessoal da SOS Mata Atlântica, teve mídia, teve Rede Globo, Bandeirantes, Cultura, moveu muita gente, foi muito legal” (Jovem do Grajaú). A escola próxima à represa também participou, cedendo espaço para que as equipes pudessem almoçar – os recursos para alimentação foram arrecadados no bairro e proximidades.

Foram dois dias, conheci muita gente legal, aprendi nesses grandes eventos a distribuir demanda para não sobrecarregar uns e outros, porque a gente estava ali na linha de frente e corremos e deu tudo certo, no final foi excelente, limpamos tudo, fizemos plantações, parquinho, foi muito bom. O pessoal de lá adorou, o pessoal da SOS Mata Atlântica trouxe mudas pra gente, foi [...] muito rico também, isso que eu falo de conexão, você conhecer tanta gente e trocar ideias, isso é muito rico (Jovem do Grajaú).

Quando questionados sobre aspectos negativos do programa, alguns jovens apontaram os problemas de relacionamento no grupo e as dificuldades decorrentes do trabalho coletivo. Uma das jovens relatou que “tudo era muito discutido e havia muita diversidade de ideias”, por isso ela conta que era necessária certa maturidade para compreender essa dinâmica que pressupunha ter “calma, respeitar o outro, o outro tem que te respeitar...”.

A aprendizagem da cooperação, a compreensão de que o resultado depende de um esforço coletivo, de um conjunto, segundo ela “sempre foram os maiores desafios, fazer todo mundo trabalhar em igualdade e entender e respeitar e ver o que era melhor para o grupo”. Reconheceu que esse desafio se ampliava devido ao próprio momento da vida do jovem e, também, que não eram apenas de um grupo que participou de um projeto social bacana, eles eram desafios da vida:

Essa questão está na vida, está em toda parte, está no grupo da sua faculdade, no grupo que você trabalha atualmente, então é uma prática que você tem que ir melhorando [...] e aí, na época, todo mundo muito novo, todo mundo muito cheio de vigor, todo mundo na atividade, o pessoal não trabalhava e [podia se] dedicar, a mente estava voltado para aquilo. Então, acaba focando muita energia, talvez até mais que a gente focou hoje em outros pontos da vida, mas aí a gente sempre conseguia lidar, no final acabava todo mundo emburrado ou não, mas acabava todo mundo bem (Jovem do Grajaú).

#### **4.2.5 O projeto de intervenção dos jovens: *momento especial foi quando a gente fez o projeto e foi aprovado***

A respeito de um momento marcante ou importante na trajetória do programa, quatro dos cinco jovens relataram os projetos de intervenção realizados ao final do processo de dez meses de formação como o acontecimento mais especial. Para todos os jovens, esse foi o ponto de culminância e, ao mesmo tempo, de realização de um desejo criado coletivamente, pensado e levado a cabo por eles. Nesse jogo, os adultos não existiam apenas para censurar-lhes os pensamentos e práticas, mas para realizar um investimento sem fianças e garantias, apenas apostando que eles seriam capazes de fazer o que se propunham. E para os jovens talvez significasse a chance de efetuar algo na vida, algo de que pudessem se orgulhar.

Dois jovens do Lajeado participaram juntos de um projeto chamado Biblioteca Viva.

O momento mais especial que acho que tive foi o da realização da biblioteca, para mim foi o foco principal. Foi uma coisa conquistada por jovens, a gente que teve essa ideia de saber o que era bom para os jovens, e o que trazia para o movimento da educação (Jovem do Lajeado).

Um deles relata, de forma muito organizada e precisa, todo o processo de criação do projeto, desde o preparo (a pesquisa) até a realização:

Foi um projeto bem elaborado na visão de todo mundo, uma visão de pesquisa. Antes de iniciar esse projeto, a gente pesquisou o que a comunidade precisava, um exemplo é a Casa Joílson de Jesus onde a ONG ficava, o projeto era lá, você via as crianças fazendo sempre a mesma função, sempre a mesma coisa, todo ano um programa parecido, não via algo de diferente. E daí tivemos a ideia de pesquisar o que o bairro precisava e muitas crianças não tinham o hábito de ler. Procuramos saber das crianças o que eles queriam e achavam, a maioria dizia que não tinham vontade de ler, que só gostava de brincar. Procuramos um jeito de eles entrarem na biblioteca não só pelo livro, como pela cor que chama atenção das crianças, e tivemos o objetivo de trazer isso. A partir disso, a gente viu que na ONG tinha uma biblioteca bem antiga com livros velhos e rasgados, e então fomos na comunidade atrás de livros usados, tanto escolar como de literatura (Jovem do Lajeado).

Até esse momento, essa atividade fazia parte do processo de formação dos jovens, portanto não havia sido pensado como projeto final de intervenção. A partir da definição de que o projeto seria mesmo a biblioteca comunitária para as crianças da ONG e do bairro, eles receberam os recursos que o programa disponibilizava e, pouco tempo depois, também conseguiram apoio do VAI:

Recebemos aquela pequena verba do programa e fomos atrás de patrocínio, conseguimos algumas tintas em alguns depósitos, tinha umas iluminações quebradas, compramos uma porta e coisas que faltavam, limpamos a biblioteca, separamos o velho do novo para poder reciclar e, durante esse tempo, a gente percebeu que dava para ir para frente. Ficamos sabendo do VAI e então tivemos a ideia de nos inscrevermos, e para a gente ter uma diretriz de objetivo para o projeto, a gente foi perguntando para as crianças [...] como elas queriam a biblioteca, o que elas gostariam que tivesse em uma biblioteca. A gente foi captando as ideias deles, com estofado, tapete, uns pufes para poderem se confortar e a gente fazia roda de leitura uma vez por semana. Uma coisa que eu fiz no Jovens Urbanos também foi um cursinho de contação de histórias para trabalhar com crianças. E teve uma ajuda da [assessora tecnológica contratada pelo CENPEC para apoiar os projetos dos jovens] (Jovem do Lajeado).

Com os recursos disponibilizados pelo VAI, os jovens compraram equipamentos (como projetores e caixas de som); contrataram assessores de diferentes áreas para prestarem serviços aos seus projetos, como aulas de teatro e de contação de histórias: “a gente pagou também o serviço dela para fazer aqui, aí ela começou a dar aula para a gente e a gente dava aula para as crianças”. Além dos serviços contratados, também conseguiram agenciar outros apoios e parceiros, como o Instituto Criar, um *rapper* que cantou para os grupos da biblioteca, grupos de teatro que iam fazer apresentação para as crianças e políticos da região.

Os jovens também relataram que tinham dificuldade para administrar os recursos, muitas vezes sobrava dinheiro e eles não sabiam bem ao certo como utilizá-lo. Essas dificuldades de início foram aos poucos sendo superadas.

A menina do VAI dizia: “gente, vocês têm que gastar, senão volta para o governo”, aí a gente nem sabia o que fazer porque a gente não esperava ganhar tanta doação e, tudo o que era para livro, lápis de cor, isso a gente não precisava comprar. E o que ela fez? Travou a última parcela de 7.000,00 reais. Aí a gente fez festa para os voluntários, fizemos festa para as crianças e usamos o dinheiro (Jovem do Lajeado).

Mesmo com o fim do Jovens Urbanos, o projeto da biblioteca continuou, conquistou mais um ano de apoio do VAI. No segundo ano, no entanto, o grupo foi se reduzindo, especialmente pelas demandas de trabalho e, segundo as narrativas, também por pressão da família – ficaram apenas quatro jovens, sendo dois do grupo da edição seguinte (quarta edição). Eles revezavam o trabalho: dois ficavam na biblioteca na parte da manhã e outros dois, à tarde. “E os outros tinham que trabalhar porque tinha uma hora que os pais vinham reclamar”.

Já a partir do segundo ano do programa, os jovens também começaram a ter problemas com a ONG, o que também concorreu para que abandonassem completamente a biblioteca. Houve uma disputa interna – os jovens contam sobre a pressão sofrida da direção da organização pelo gerenciamento dos recursos. Segundo eles, no final a biblioteca fechou e o espaço ficou abandonado “[...] eu falei não dá, acabamos deixando a sala toda lá, hoje se for ver está fechada”. Os jovens se ressentem porque, para eles, a proposta era muito bacana e mesmo que não fossem eles, outros jovens poderiam tocar o projeto:

A própria diretora da ONG, só porque a gente não quis repassar a verba para ela, começou a vetar a gente. “Olha vocês não podem mais almoçar aqui, vocês não podem abrir em tal horário e fechar em tal horário...” Mas o mais gratificante desse projeto e do tempo que a gente ficou com as crianças foi que, antes de entrar em aula, entravam na biblioteca e ficavam lendo. Mas hoje lá na ONG transformaram a biblioteca que antes era embaixo e colocaram para cima em um lado vazio, que ninguém tem acesso, que é na diretoria, numa sala que tinha uma bancada de médico, enfermeira, tudo bagunçado, escondido de tudo, nada a ver, quando era embaixo todo mundo tinha acesso e era melhor. Mas se eu pudesse faria tudo de novo (Jovem do Lajeado).

No Grajaú, os jovens relataram experiências em um projeto de sarau (denominado Sarau a Gente que Faz) e em um projeto de teatro de fantoches.

Isso daí ficou bem marcado e, além disso, acredito que eu fechei com chave de ouro, nós elaboramos um projeto de teatro de fantoche na época, ganhamos 22 mil reais do governo e do VAI, foi assim outra experiência muito legal (Jovem do Grajaú).

Para a realização do projeto, o grupo se organizava em turmas, cada qual cuidava de um tema específico: texto, figurino... A jovem entrevistada conta que cabia a ela o tema cenografia e explica o motivo:

Porque eu fiz um curso [experimentação] de um projeto no Instituto Tomie Ohtake que durou três meses, a gente estava trabalhando para criar o cenário de uma peça que seria apresentada no Teatro São Pedro, no centro de São Paulo. A peça chamava-se Orfeu no Inferno, então por ter adquirido já essa experiência desse curso que eles mesmos ofereceram, eu acabei incrementando todo o conhecimento dentro disso, foi muito bom, foi muito rico também e sem contar que a gente abre mentes, abre totalmente, você começa a fazer conexões que tem visões diferentes e você sai daquele mundo no qual você cresceu (Jovem do Grajaú).

O projeto de teatro de fantoches durou seis meses após o término do programa. Depois disso, conforme o depoimento, em função do trabalho, o grupo foi “se dissipando, as pessoas têm uma vida mesmo já, acho que todo mundo foi se afastando. Mas antes de encerrar, o grupo fez apresentações em diferentes espaços do bairro”. Assim como na experiência de mutirão para a construção do deque às margens da represa, a jovem também se refere à experiência de realizar o projeto como uma oportunidade de conhecer pessoas e coisas novas e de fazer conexões:

Essa época foi uma época enriquecedora porque você acaba fazendo conexões e vendo um montão de coisas que você não conhecia que, ali, não tem oportunidade, não há essa disponibilização, que é só escola. Foram ricos os contatos, eu tenho contato com o pessoal até hoje (Jovem do Grajaú).

Na esteira dessa discussão, a relação com a organização também é apontada como um fator de ampliação de possibilidades e oportunidades; segundo a entrevistada, o sucesso do programa também depende da relação estabelecida entre os jovens e as ONG. No caso dessa organização da qual a jovem fazia parte, havia um reconhecimento dos moradores da qualidade do trabalho realizado e de como essas relações faziam certa diferença na vida dos jovens:

A Vento em Popa<sup>78</sup> foi a minha casa, eu passava o dia inteiro lá... Eles construíam barcos a vela, a gente já velejou [...] as pessoas reconheciam, não precisava fazer nenhuma propaganda, o pessoal já vinha para perguntar “como que a gente faz para poder entrar também”? E aí a gente puxava a sardinha, “faz mesmo que vale a pena” (Jovem do Grajaú).

O outro projeto realizado no Distrito do Grajaú, Sarau a Gente que Faz, também foi indicado como momento mais marcante:

Marcante foi um sarau que a gente fez que foi da consciência Negra porque foi na Casa de Cultura Palhaço Carequinha. [...] a gente pensou que não ia conseguir fazer nada, e a gente conseguiu fazer um sarau com 280 pessoas.

---

<sup>78</sup> Vento em Popa é uma ONG fundada em 2001 por estudantes universitários de administração pública da FGV; atua em comunidades pobres que vivem na margem da Represa Billings, na Zona Sul da cidade de São Paulo, e usam o iatismo como ferramenta de inclusão.

Foi marcante pelo fato de ter conquistado um espaço que nós sempre tivemos, nós sempre tivemos também uma restrição, não era aberto, até hoje não é aberto (Jovem do Grajaú).

O sarau, que também contou com apoio do VAI, era itinerante e envolvia diferentes linguagens: grafite, poesia, música, dança – o grupo o realizava em vários pontos do bairro, “Parada São José Operária, quadra, na sala de eucaristia, no Polo Cultural”.

Ao se referir aos ganhos e aprendizagens decorrentes do projeto e da própria experiência no programa, o jovem diz:

O projeto me ajudou mentalmente a adquirir muito conhecimento e postura de como falar com as pessoas, eu sempre fui um cara comunicativo, mas sempre com as palavras erradas, então ele me abriu portas para bastante outras coisas, como para leitura que eu não gostava de ler. Não só financeiramente – não porque também eu nunca fui um boyzinho, então o dinheiro sempre ajudava em alguma coisa –, mas o dinheiro não foi essencial, para mim pelo o que minha mãe me ensinou, o dinheiro passa, mas o conhecimento não, podem roubar tudo, mas não podem roubar a mente... (Jovem do Grajaú).

#### **4.2.6 Só para alguns? A maioria pensava “é só mais alguma coisa que eu fiz na vida...”**

Com recorrência em todas as entrevistas, os pontos positivos figuram com muito mais intensidade que os negativos ou de crítica. No entanto, alguns jovens ponderaram que a participação e o aproveitamento que puderam ter no programa não podem ser estendidos a todos do grupo.

Nessas saídas nossas eu mesma tinha vontade de fazer tudo, mas tinha que ser duas, para fazer um monte de coisa, mas tinha gente que não fazia questão nenhuma de sair (Jovem do Grajaú).

Uma das jovens moradora do Lajeado é categórica ao afirmar que o programa só alcançou alguns, a maioria teria passado ilesa, sem ter conseguido viver o programa como uma efetiva experiência. Assim, quando questionada se os efeitos formativos percebidos teriam acontecido com os demais jovens de seu grupo, responde:

Não, isso não aconteceu com todo mundo, a maioria via como um curso e não só na minha turma, na maioria das turmas, isso eu posso falar com toda convicção, porque eu também cheguei a acompanhar outras turmas (Jovem do Lajeado).

A bolsa seria o principal motivo que manteria os jovens no programa, a sua maior vantagem:

Vamos ser sinceros, quando você vai fazer inscrição, a bolsa é a maior vantagem, mas quando você para e você vê que não é, e você começa a se envolver, e existem pessoas que com certeza se envolveram depois (Jovem do Grajaú).

[...] Tive algumas brigas com o grupo porque a maioria do pessoal que ia na verdade era por causa da bolsa, isso é uma grande realidade do programa; isso me incomodava bastante porque eu estava tão engajada com o projeto, participava de tudo, então eu falava: “Poxa, a galera podia aproveitar mais, né e tal”, então acho que foi um pouco mais nesse sentido, tinha algumas brigas assim (Jovem do Lajeado).

A maioria pensava “é só mais alguma coisa que eu fiz na vida”, no começo também eu entrei assim, é só mais um dinheiro, mas conforme eu fui me envolvendo e querendo conhecer mais a minha cultura, saber mais a minha história, a história do brasileiro, eu vi que não era apenas mais uma, algo supérfluo que eu ia fazer e ia passar (Jovem do Lajeado).

Outro fator que também poderia convergir para que o programa não alcançasse seus objetivos com todos os jovens pode ser o que o coordenador geral do programa chamou de “prontidão”, que determinados indivíduos deteriam e que lhe permitiriam interagir e responder a certos contextos socializadores.

O relato de alguns jovens parece revelar as condições determinantes que os colocaria em um lugar de diferenciação em relação aos demais jovens, como aquelas que informam sobre a relação com os estudos – “eu sempre gostei de estudar, a minha ideia quando terminasse o ensino médio era fazer uma faculdade” –, outras capacidades, como a de comunicação – “eu já tinha certa facilidade com comunicação, de me expressar, de falar, com o programa só acabei aprimorando” – ou mesmo vínculos sociais importantes. Mas de todo modo, mesmo os jovens que atestam em seus discursos o domínio de certas capacidades e disposições, reconhecem que o programa foi capaz de acionar outras e, assim, desejos outros não possíveis em outros tempos:

Mas dentro do programa acabei descobrindo várias outras coisas, inclusive a habilidade que eu jamais imaginava que tivesse, descobri o vídeo e a fotografia e acabei trabalhando com isso depois (Jovem do Lajeado).

No decorrer deste capítulo, foram apresentadas algumas pistas de análise que remetem a toda a problemática colocada por esta pesquisa. A relação entre as pistas encontradas e as questões propostas pode ser encontrada no item a seguir, Considerações Finais, cujo horizonte é a indicação de algumas possíveis chaves, sempre parciais, para compreender os dilemas e possibilidades que jovens cidadãos da cidade de São Paulo, moradores das chamadas periferias, encontram no acesso à cidade e aos seus direitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESEJOS DE CIDADE

Trata-se aqui das condições de elaborar, ampliar e diversificar os “desejos de cidade”, sem o que esse desejo pode ser inteiramente capturado pelo impulso aquisitivo de consumo. Talvez por esse prisma possamos trabalhar com a noção de acesso à cidade, seus serviços, seus usos e os bens materiais e simbólicos que ela pode ou poderia oferecer. Ao invés de exclusão, problematizar os bloqueios e impedimentos desse acesso. Ao invés de atendimento das necessidades, a ampliação e diversificação das possibilidades e capacidades de efetivar ou realizar formas de ser consideradas válidas e valiosas (TELLES, 2003).

O foco da presente pesquisa não foi avaliar o programa Jovens Urbanos, sua efetividade ou eficácia, e sim os desdobramentos de suas ações – especialmente pelo olhar dos atores envolvidos – no tratamento das questões que implicam juventude, cidade, políticas e direitos sociais. Tal escolha se sustenta na premissa, já explicitada anteriormente, que em torno das figuras dos mais jovens entrelaçam-se as linhas de um mundo social que vem se transformando. Sendo assim, por sua distinção histórica, as diferenças entre as gerações nos permitiriam encontrar algumas pistas, linhas de significativas mudanças nas dinâmicas urbanas e na gestão social.

Primeiramente, tratemos dos desdobramentos referentes aos campos de disputas e aos arranjos de poderes que marcam o desenho institucional do programa e sua lógica programática. A questão colocada inicialmente para esta pesquisa é afirmada a partir do encontro com seus atores-chave – sim, o programa Jovens Urbanos é um caso exemplar de uma nova gramática política das ações coletivas pautadas pela lógica dos projetos sociais e pelas parcerias para a implementação de programas sociais locais. Parece representar o deslocamento do *locus* político, na década de 1980 ocupado pelos movimentos políticos, do qual toma o lugar “formas renovadas de gestão da pobreza” (TELLES, 2006).

Entre posicionamentos de defesa, crítica ou oposição a esse novo diagrama político-social, o campo das ações coletivas, que comumente se denomina terceiro setor (considerando a interação entre as ONG e os organismos internacionais, governos e mercado), anunciam ao mesmo tempo desconfianças e esperanças. As esperanças e desconfianças aparecem, muitas vezes, como dois lados de uma mesma moeda.

Essa nova gestão da pobreza implicaria uma dinâmica política que coloca estado, sociedade e mercado em novas composições de forças no enfrentamento dos desafios urbanos. Essa tríade é muitíssimo convocada nos discursos do representante institucional do programa, seu coordenador geral. Ele afirma que o grande valor da proposta Jovens Urbanos para o



conjunto da sociedade residiria em sua contribuição para as políticas públicas; a ex-coordenadora de área do CENPEC que participou do processo de elaboração e da realização das edições experimentais do programa reconhece que parte significativa dos recursos destinados aos programas sociais são públicos (haja vista todas as prerrogativas de isenção fiscal existentes hoje). Esse posicionamento pode remeter a discussões outras que se referem à terceirização do Estado, ao papel do Estado ou mesmo às fronteiras que separam o Estado do mercado e de outras arenas sociais no mundo contemporâneo, entre outras. Deixando de lado tais questões, que poderiam levar a caminhos de análise que extrapolam os limites desta pesquisa, importa reconhecer que o programa agencia uma diversidade de recursos presentes na cidade – a articulação cada vez mais estreita com as diretrizes da educação pública (tornou-se, por exemplo, referência no Guia de Tecnologias Educacionais do MEC, entre outras interações), além da presença do programa no interior das escolas, indica o peso da influência de um programa social, iniciativa de um banco privado, nas políticas públicas.

Chamado de “institucionalização inevitável” pela ex-coordenadora de área do CENPEC, esse processo acarretaria também em perdas inevitáveis a uma iniciativa que nasce de uma empreitada experimental, de referências teórico-metodológicas vinculadas a pensadores contemporâneos que colocam a modernidade – ou a pós-modernidade – e suas consequências no centro de um pensamento que se debruça sobre o presente sem oferecer respostas, deixando sobretudo como herança talvez mais perguntas, dúvidas e incertezas. Por isso, a ideia de repasse de tecnologia parece destoar em certa medida dessas referências – manter a abertura e a plasticidade pressupõe riscos, inseguranças e investimentos que muito dificilmente serão assumidos por uma política pública que deve atuar em escala e em volume muito maior que a de um programa social.

Essa institucionalização pode representar um risco à vitalidade do programa. Um dos riscos talvez se refira à possibilidade que os sujeitos têm de criar seus próprios procedimentos e práticas de trabalho (com a aposta de que essa autonomia seria geradora de alegrias coletivas e de potências criadoras). Considerando o *ethos* e as *expertises* de cada organização social, o risco torna-se ainda mais relevante – uma instituição comunitária que trabalha à beira da represa Billings e que utiliza o iatismo como ferramenta de formação de jovens com certeza não produzirá as mesmas experiências nem fará as mesmas escolhas curriculares e metodológicas que outra ligada à comunicação ou, ainda, outras ligadas à Pastoral católica. Outro possível risco voltar-se-ia ao rigor e à qualidade do que é ofertado (sabe-se, por exemplo, que nas edições posteriores à terceira, foram feitos ajustes que derivam de limites de investimentos do Banco

Itaú, um dos quais foi a diminuição do tempo destinado à formação dos jovens, que passaram de três para dois encontros semanais). Por falta de tempo e espaço, as experiências formativas se restringem ou se empobrecem.

Longe de chegar a conclusões apressadas e inconsequentes, tais questões conformam pistas e reflexões que poderiam talvez ensejar outros estudos – uma pesquisa direcionada ao programa em sua implicação com as escolas e sistemas de ensino poderia levar a reflexões em relação às mazelas, desafios e possibilidades que as escolas e os jovens enfrentam hoje na etapa da formação básica: o urgente tema do ensino médio.

No âmbito local, os representantes das ONG comunitárias se referem aos ganhos positivos de ampliação e qualificação do repertório de saberes e práticas voltadas à educação de jovens e de outros temas relevantes à problemática da juventude em nosso tempo. A formação continuada das equipes das organizações é um destaque feito por eles e representa um legado do programa para, de um modo geral, atores engajados na luta social no território onde cresceram, viveram e ainda vivem. Também se referem a uma ideia de “rede de sustentação”: o programa funcionaria como agenciador de parcerias representadas por instituições, atores públicos e privados de relevância nos cenários das metrópoles e que seriam acionados em seu compromisso político de inventar uma cidade na qual todos os seus cidadãos possam caber.

Não só o Estado e o mercado financiam e, portanto, legitimam essa empreitada; os recursos da cidade podem vir de todos os lados<sup>79</sup> – uma multiplicidade de ativos culturais e políticos da e na cidade entram em cena na relação com os jovens e com as organizações locais, na luta pela igualdade (ou, seria melhor dizer, na luta pela redução de desigualdades). Tais ativos podem sim concorrer para minimizar efeitos de *apartheid* e segregação entre os jovens e a cidade – cidade entendida em perspectiva ampla, com seus lugares de pobreza e de sofisticação, com todos os seus recursos culturais, sociais, políticos, afetivos e econômicos.

A partir de tal compreensão da cidade e de suas relações, o programa incidiria na capacidade que os jovens têm de elaborar e imaginar “outros mundos possíveis” não como ilusão “ou fantasia, mas como plausibilidade de mundo, como possíveis ou virtualidades que compõem o real” (TELLES, 2003, p. 12). Exercer o acesso à cidade, aos seus espaços e usos, aos bens materiais e simbólicos, mas também à diversificação e enriquecimento das relações individuais e sociais urbanas seriam as condições pelas quais os jovens poderiam conceber

---

<sup>79</sup> Como diz Bernard Lepetit, citando Lucien Febre, o historiador, “na cidade como na natureza, o único problema é o da utilização de suas possibilidades”. E isso significa reconhecer a importância dos diferentes recursos que os atores dispõem e a diversidade dos campos em que são capazes de agir. E isso recoloca as relações entre cidade e cidadania. Não no plano da abstração dos conceitos. Mas a cidadania encarnada nos espaços e seus territórios. (TELLES, 2003).

formas valiosas de vida (SEN, 1999), a partir do encontro com outras tantas formas de vida além daquelas conhecidas em seus entornos imediatos.

O tema da expansão e da qualificação das relações dos jovens com a cidade marca presença nos textos do programa. Assume-se que a ideia de relação proposta pelo programa ressignificaria a noção de encontro – ao ser tomada como ocasião experimental, de vínculos e misturas com múltiplos intercessores<sup>80</sup> da cidade – e provocaria abertura para outros interesses e sentidos. Sendo assim, as relações experimentadas pelos jovens teriam força de expandir a vida, fariam com que a vida ganhasse mais intensidade e produzisse novos desejos: vontades de transformações, de renovações de si e das coisas no mundo.

As trajetórias dos jovens no programa são marcadas por ressonâncias, encontros e singularidades. Cada jovem experimentou uma diversidade de situações à sua maneira, todavia, podem-se encontrar linhas que atravessam os discursos e que remetem às principais marcas dessas experiências na vida dos jovens. As linhas de ressonância referem-se à importância das experiências naquilo que o programa chamou de expansão de repertório cultural ou sociocultural. Vale lembrar que as noções de subjetividade e de relações estão implicadas com uma concepção de cultura que orienta o programa.

Conforme amplamente discutido nos capítulos que apresentaram e problematizaram as referências teóricas e metodológicas, a cultura, no contexto do programa, como prática de significação, atuaria com força vital na produção de sujeitos, ao mesmo tempo em que mobilizaria incessantemente o acontecimento de relações sociais. Os significados que configuram as relações, por sua vez, sugerem, orientam e muitas vezes impõem maneiras de ser para as pessoas. Sendo assim, aquilo que os jovens adotam como consciência de si seria efeito da dinâmica dos significados culturais que marcam as relações, pois são as relações que engendrariam modelos subjetivos (identidades). Esses modelos subjetivos, em muitas situações relacionais, chegariam a ser reconhecidos como verdades naturais e indissolúveis.

Quando falamos sobre quem somos, expressamos um tipo de consciência que adquirimos sobre nós mesmos. Normalmente as pessoas adotam essa concepção de subjetividade, mais habitual, sem muitas tensões ou conflitos (ANDRADE et al., p. 46, 2008).

---

<sup>80</sup> Para Deleuze:

“O essencial são os intercessores. A criação são os intercessores. Sem eles não há obra. Podem ser pessoas – para um filósofo, artistas ou cientistas; para um cientista, filósofos ou artistas – mas também coisas, plantas, até animais, como em Castañeda. Fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar seus próprios intercessores. É uma série. Se não formamos uma série, mesmo que completamente imaginária, estamos perdidos. Eu preciso de meus intercessores para me exprimir, e eles jamais se exprimiram sem mim: sempre se trabalhar em vários mesmo quando não se vê. E mais ainda quando é visível: Félix Guattari e eu somos intercessores um do outro” (DELEUZE, 1992, p. 156).

A ideia de subjetividade, portanto, também é amparada nas modelagens culturais. Sem designar algo possuído (uma substância) ou retido absolutamente (uma essência), a subjetividade é encarada como um estado, uma consciência de si produzida sempre nas coordenadas dos sentidos, dos poderes, das relações sociais.

Ao afirmar e investir na cultura como campo no qual os jovens podem reinventar a si mesmos e ao mundo que os cercam, um olhar desatento poderia supor um certo esvaziamento político no que tange à capacidade de crítica e resistência a estruturas capitalistas produtoras de desigualdade e exclusão<sup>81</sup>. Todavia, na ótica dos estudos culturais, as sociedades capitalistas são lugares de desigualdade no que se refere a etnia, sexo, gerações e classes, sendo a cultura o *locus* central em que são estabelecidas e contestadas tais distinções. É na esfera cultural que se dá a luta pela significação, na qual os grupos sujeitados procuram fazer frente à imposição de significados que sustentam os interesses dos grupos hegemônicos (HALL, 1997). Por isso a aposta nos processos de subjetivação – ou seja, a aposta de que os jovens possam, em confronto consigo mesmos, imaginar e realizar ou efetivar outras formas de vida. Percebe-se, em todos os depoimentos, em menor ou maior gradação, que os jovens atribuem às experiências vividas no programa mudanças nos sentidos que atribuíam a si mesmos, à cidade e a outras esferas da vida social. Além disso, há o desenvolvimento de saberes, gostos, desejos, talentos antes impensados (e que não se restringem a saberes e comportamentos esperados para o mundo do trabalho, apesar deles também figurarem com significativa importância nos discursos dos jovens).

A superação da invisibilidade<sup>82</sup> figura nos relatos como a possibilidade de olhar e também ser visto, reconhecido, valorizado – especialmente por um não nativo, um de fora, da USP, do Tomie Ohtake ou da TV Cultura. Assim, as relações experimentadas na diversidade e na multiplicidade cultural presente nos espaços da cidade, seus artefatos e recursos foram fontes de diferentes afetos. Afetos de encanto, estranheza, decepção, conforto, que talvez tenham sido capazes de mobilizar o pensamento e o desejo dos jovens em direção à potência de efetivar algo na vida, de criar novas trajetórias – a vida que cada um gostaria de inventar para si mesmo.

---

<sup>81</sup> Deleuze (1992, p. 30) ampara essa reflexão: resistência como criação de linhas de fuga ativas e positivas.

Quanto mais se sobre numa hierarquia, mesmo pseudorevolucionária, menos possível se torna a expressão do desejo (em compensação, ela aparece nas organizações de base, por mais deformada que seja). A esse fascismo do poder, nos contrapomos as linhas de fuga ativas e positivas, porque essas linhas conduzem ao desejo: não se trata de cada um fugir “pessoalmente”, mas de fazer fugir como quando se arrebenta um cano ou um abcesso. Fazer passar fluxos, sob os códigos sociais que os querem canalizar, barrar. Não existe posição de desejo contra a opressão, por mais local ou minúscula que seja essa posição, que não ponha em causa progressivamente o conjunto do sistema capitalista, que não contribua para fazê-lo fugir.

<sup>82</sup> Para Soares:

É a generosidade do olhar do outro que nos devolve nossa própria imagem ungida de valor, envolvida pela aura da significação humana, da qual a única prova é o reconhecimento alheio. Nós nada somos e valem-se não contarmos com o olhar alheio acolhedor, se não formos vistos, se o olhar do outro não nos recolher e salvar da invisibilidade – invisibilidade que nos anula e que é sinônimo, portanto, de solidão e incomunicabilidade, falta de sentido e valor (SOARES, 2005, p. 206).

A possibilidade de criar ou recriar sentidos – por exemplo, em relação à cidade e às instituições (como escola, museus ou a indústria da televisão), às práticas de falar e comunicar-se, ler e estudar – é mencionada pelos jovens como mudanças subjetivas experimentadas no e com o programa. Quando afirmam que o programa foi importante para a sua formação, os jovens recorrem a essas novas significações que atuam todas juntas para desmobilizar apatias e ensinar outras possibilidades, novos desejos. Nesse sentido, para os jovens, conhecer a cidade significou encarar as restrições e os bloqueios vividos por eles não como fatalidade, mas como oportunidades de luta e superação.

A partir dos depoimentos colhidos neste estudo, é possível afirmar vantagem da cultura em relação à geografia – no programa, a circulação e a apropriação da cidade estiveram colocadas em função da ampliação do campo sociocultural, cultural ou relacional. Nesse sentido, e de um modo geral, as cartografias, os percursos dos jovens em relação à cidade alteraram-se na época do programa (muitas memórias de intensos deslocamentos foram ativadas – memórias de lugares, viagens, explorações feitas tanto na escala do bairro, do distrito ou do centro da cidade). No entanto, a manutenção e a permanência desse modo de se envolver e usufruir dos recursos da cidade – espaços, equipamentos e artefatos culturais (especialmente em relação aos espaços de fruição estética/ artística ou de sociabilidade) – ocorreu apenas para alguns jovens, considerando o conjunto dos entrevistados, a maior parte continua frequentando os mesmos lugares, mais conhecidos e próximos de seus bairros. Sendo assim, a exploração da cidade ocorrida durante o programa, para alguns jovens, não continuou (na mesma frequência) depois dele.

Mas vale destacar que os percursos de todos os jovens entrevistados alteraram-se em função das escolhas de trabalho e formação que puderam fazer ao longo dos sete anos vividos após a participação no programa. A circulação continua a acontecer de forma significativa principalmente em função da inserção no mercado de trabalho e, em alguns casos, em função da continuidade dos estudos.

O que marca as narrativas de todos os jovens é uma mudança na relação que eles estabelecem com a cidade, o modo como a vivem e o quanto a oportunidade configurou-se como uma experiência formativa para cada um deles. Por meio do programa, os jovens foram construindo uma espécie de rizoma, uma rede de contatos, vínculos e relações com pessoas e instituições, saberes e práticas da cidade. Os vínculos relacionais – mais ou menos intensos, que permaneceram ou que foram se desfazendo dando lugar a outros – atuaram e atuam na vida dos jovens como intercessores – e são esses intercessores que compõem forças e potências antes dispersas em novos sentidos, novas possibilidades. O projeto dos jovens é

exemplo desse agenciamento que, pode-se afirmar, acarretou efeitos de segurança, confiança e alegria entre os jovens (no sentido spinosiano de alegria). Não há como negar que segurança, confiança e alegria são ingredientes fundamentais para a criação de novos sentidos para vida, para a criação de “formas valiosas de vida em um mundo que valha a pena ser vivido” (KOGA, 2003 apud TELLES, 2003).

O horizonte de expectativas do programa opera, portanto, um importante deslocamento no que se refere a projetos voltados à juventude pobre – ao negar o consagrado *slogan* de preparo para o mercado de trabalho, deixa de lado conteúdos de especialização técnica e profissionalização – sua grande diretriz é a experimentação de diferentes aportes e produções culturais. Mas esse deslocamento acontece num campo de disputas, de relações de força e significação – em passagens de referências do programa já apresentados no decorrer desse trabalho constata-se a existência de uma tensão entre trabalho e cultura. O objetivo geral do programa, entre outras proposições, expressa o interesse em “expandir e qualificar as perspectivas de acesso ao mundo do trabalho”.

Esse posicionamento figura fortemente nos discursos e interesses do agente financiador, a Fundação Itaú Social. Nesse sentido, a avaliação econométrica realizada pelo Banco Itaú oferece uma pista exemplar: a pesquisa é realizada com o objetivo de conhecer o retorno financeiro da empreitada social, medido a partir do número de jovens inseridos no mercado de trabalho e/ ou engajados em processos de profissionalização – a educação, ampliação da circulação e da apropriação na cidade, as produções juvenis e a permanência no sistema escolar se configurariam como condições, meios necessários para viabilizar o fim, que é o trabalho, ou o acesso ao mercado de trabalho.

No entanto, no conjunto dos conceitos, na metodologia e na própria operação do programa, essa perspectiva aparece diluída em função de uma diversidade de situações de difícil apreensão em um modelo único, que teriam como diretriz possibilitar o acesso dos jovens à multiplicidade cultural presente na cidade. Especialmente a cultura, e não a preparação para o mundo do trabalho – ainda que o trabalho e suas questões figurem como temas e oportunidades, posto também integrarem o *locus* da política e do conjunto de produções culturais da sociedade contemporânea – seria o foco do Jovens Urbanos.

Um das estratégias formativas propostas pelo programa figura com significativa importância em relação às aprendizagens destacadas pelos jovens: o projeto de intervenção ao final do processo de formação. Os jovens relacionam as aprendizagens decorrentes dessa experiência com capacidades hoje reconhecidas como importantes para o mundo do trabalho – frases como

“aprender a se virar”, “aprender a correr atrás das coisas”, “ter responsabilidade” ou “aprender a se comunicar com palavras certas” aparecem como efeitos formativos dessa experiência.

Talvez essa estratégia não guardasse, de partida, a intenção de desenvolver saberes e comportamentos ajustados ao mercado de trabalho, todavia, como a conquista do trabalho é algo, hoje, de muito valor para os jovens entrevistados, as experiências relatadas por eles no programa quase sempre remetem a essa possibilidade. Do ponto de vista formativo, no entanto, percebe-se que há outros ganhos. Trata-se, sobretudo da possibilidade dos jovens

Exercerem atividades valorizadas e a capacidade de desempenhar essas atividades. Ao invés das necessidades, a noção de “efetivações” – o que as pessoas conseguem fazer e ser. Mais ainda: a liberdade das pessoas escolherem entre vários modos de viver. É por esse prisma que as políticas deveriam ser formuladas e avaliadas: até que ponto permitem às pessoas converter bens e rendas em capacidades e efetivações (TELLES, 2003, p. 12).

É nesse ponto que a ênfase nos processos de circulação na cidade, no contato com a multiplicidade cultural, ganha relevância. Conforme textos do programa:

[...] estar atento e abrir-se às potências da cidade aliam-se às possibilidades de expandir campos de relações, de criar outras e novas *performances* relacionais das juventudes entre pessoas, lugares, ideias, objetos (ANDRADE et al., 2008, p. 48).

Abrir-se às potências da cidade significa alargar os horizontes (muitas vezes, estreitados pelo confinamento territorial e relacional a que os jovens estão sujeitos) do que imaginam poder ser e poder fazer para superar o sentido de resignação ou fatalidade.

O estudo das trajetórias desses e de outros jovens talvez apoie na identificação dos bloqueios e acessos experimentados por esses jovens na cidade, das desigualdades internas que os constituem, para que se possa, a partir daí, construir parâmetros da inclusão. É essa medida que irá permitir aos jovens:

Querer e desejar outra coisa que não o imediatamente dado e vivido. É um modo de introduzir a dimensão do possível ou das virtualidades no real. Sem esse jogo cruzado de referências, os indicadores podem tão somente constatar fatos e realidades encapsuladas no real imediato, sem abertura para outros mundos possíveis (TELLES, 2003, p. 12).

Nos discursos dos jovens, o trabalho aparece como conquista, mas os ganhos do programa extrapolam esse campo da vida social. Mesmo entre aqueles que estabelecem uma ligação mais direta entre o programa e as oportunidades profissionais que acessam hoje, percebe-se que, na trajetória de suas decisões, saberes e práticas, sensibilidades e desejos tiveram que ser maquinados, combinados para que pudessem assumir um lugar no mundo do trabalho. Saberes e práticas, sensibilidades e desejos que, amiúde, os jovens relacionam às

experiências vividas no programa, mas não só, porque também se referem ao conjunto de disposições sociais que dispunham (LAHIRE, 2004).

Tais disposições talvez possam se relacionar àquilo que coordenador geral do programa chamou de prontidão. Essa prontidão seria a medida de maior ou menor possibilidade do jovem se engajar e aproveitar as oportunidades oferecidas pelo Jovens Urbanos – quanto menor prontidão (para o trabalho, para os estudos, para as relações sociais), menores as chances do jovem conseguir acessar ou mesmo permanecer no programa. Na discussão sobre vulnerabilidade social, esse aspecto ganha pertinência – nos relatos, jovens e coordenadores indicaram que o programa não é capaz de se aproximar ou promover a vinculação de jovens que viveriam situações limites que os colocariam à beira de uma vida social que se considera civilizada, digna ou lícita. As variáveis que informavam a medida de vulnerabilidade são relacionadas, no caso dos homens, a jovens vítimas ou causadores de violências, que têm suas vidas próximas a práticas de crime ou abuso de drogas; no caso das jovens mulheres, se relacionaria àquelas que viveriam a maternidade em função de uma gravidez não planejada na adolescência. Em ambos os casos, o abandono da escola também é uma variável importante, dentre outras.

No entanto, o programa faz uma opção por indicadores, por critérios de medida, que não têm nenhum impacto ou relevância em sua operação, que passam ao largo das multifacetadas formas de viver dos jovens, das formas multifacetadas que forjam para enfrentar as inúmeras restrições a que estão submetidos e para se apropriarem dos possíveis que lhes sobram. O próprio coordenador geral relata que o programa funcionaria em qualquer espaço da cidade, até mesmo num colégio privado de elite. Acontece que o debate sobre o problema social brasileiro há muito vem sendo pautado pelo parâmetro miserabilista; todavia as reflexões disparadas pela experiência do programa podem levar a supor que, para conhecer as condições de garantia de direitos presentes nos territórios da cidade, é preciso conhecer os padrões de desigualdade que imperam nessa sociedade, e por essa via ativar as “utopias de inclusão” (TELLES, 2003). A crise das cidades transcende os alarmantes índices de pobreza e caos urbano, é uma crise política.

Talvez essa pesquisa carregue consigo o desafio da invenção política, a defesa de um mundo público (ARENDR, 2010a) em que se preserve o legado humano ao mesmo tempo em que se possa criar, juntos, outros mundos possíveis. Não aceitar que a vida seja reduzida a meios programados para fins previsíveis significa afirmar que a criação não é privilégio da ciência, nem dos gênios, é potência do homem comum (PELBART, 2002, p. 38) – essa é a nossa liberdade, e a nossa liberdade é a possibilidade de que algo aconteça.



Espera-se que este estudo de caso ofereça como contribuição ao debate da questão da juventude um pequeno deslocamento: ao invés de grandes números e da lógica estatística (cujo emaranhado de relações sociais transborda o perímetro estreito dos “pontos críticos” de vulnerabilidade social, identificados por indicadores sociais), a utilização de referências territorializadas. Recorrer ao espaço e às trajetórias como variáveis de análise significa não apenas mais um recurso técnico e metodológico, significa – ou pode significar – um outro modo de composição de totalidades, a partir dos territórios da cidade e suas conexões, significa considerar os atores – a trama dos atores – e as modalidades de apropriação dos recursos em disponibilidade.

A questão da circulação, da mobilidade e da acessibilidade como chave para a problematização da cidade e suas questões: acompanhada mais uma vez de Telles (2003), ao invés de pensar a cidade limitada aos problemas da moradia e seu entorno imediato ou comunitário, reconhecer que a cidade *é feita de cruzamentos e passagens*. E, por assim dizer,

[...] que a cidadania possa estar encarnada nos espaços e territórios, nas formas e na materialidade da cidade, no jogo dos atores e na trama das relações e suas conexões, em nome das “utopias de felicidade” como parâmetros de inclusão social – utopias encarnadas em formas de vida valiosas e válidas de serem vividas (TELLES, 2003, p. 12).

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.

\_\_\_\_\_. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, M. V.; LEON, O. D.; ABRAMO, H (coords.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005, p. 19-36.

\_\_\_\_\_. *Juventude e políticas públicas: como estamos?* São Paulo: Ação Educativa, boletim n. 07, dez. 2007, 12 p.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; PINHEIRO, L. C.; LIMA, F. S.; MARTINELLI C. C. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID, 2002, 192p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127138por.pdf>. Acesso em: jul. 2014.

ALMEIDA, E. Os estudos sobre grupos juvenis: presenças e ausências. In: *Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social 1999-2006*. Belo Horizonte: Argvmentvm, vol. 2, 2009, p. 121-176.

ANDRADE, A.; MUSSI, M. Juventudes contemporâneas. In: GUARÁ, I. M. F. R. (org.). *Juventudes urbanas*. São Paulo: Cadernos CENPEC, 3 jul. de 2008, p. 25-43.

ANDRADE, A.; MUSSI, M.; BORGES, M. Cultura e subjetividade na juventude. In: GUARÁ, I. M. F. R. (org.). *Juventudes urbanas*. São Paulo: Cadernos CENPEC, 3 jul. de 2008, p. 45-59.

ARENDT, H. Os domínios público e privado. In: *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a, p. 26-96.

\_\_\_\_\_. Ação. In: ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b, p. 219-308.

\_\_\_\_\_. A crise na educação. In: ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992a, p. 221-47.

\_\_\_\_\_. Que é liberdade? In: ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992b, p. 188-220.

\_\_\_\_\_. Da violência. In: ARENDT, H. *Crises da república*. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 91- 156.

\_\_\_\_\_. Ideologia e terror: uma nova forma de governo. In: ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 512-31.

AYRES J. R. C. M.; FRANÇA JÚNIOR, I.; CALAZANS G. J.; SALETTI FILHO, H. C. Vulnerabilidade e prevenção em tempos de AIDS. In: BARBOSA, M. R.; PARKER, R. (orgs.). *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. São Paulo: Editora 34; 1999, pp. 49-72.

BAUMAN, Z. *Amor líquido: sobre a fragilidade das relações humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

\_\_\_\_\_. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, 347 p.

BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.iadb.org>>. Acesso em: jun. 2013.

BÓGUS, L. M. M. e WANDERLEY, L. E. (orgs.). *A luta pela cidade de São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1992.

BONDIA, J. L. *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 19, abr. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lang=pt)>. Acesso em: jun. de 2014.

BONDUKI, N.; ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente da reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E. (org.). *A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, pp. 117-154.

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112-121.

BORJA, J.; CASTELLS, M. Local y global. *La gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid: Taurus, 1998.

BOUSQUAT, A.; COHN, A. *A construção do Mapa da Juventude de São Paulo*. Revista Lua Nova, n. 60, 2003, pp. 81-96.

BRANT, V. C. (coord.). *São Paulo, trabalhar e viver*. São Paulo: Comissão Justiça e Paz de São Paulo/Brasiliense, 1989.

CALVINO, I. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 150.

CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. Memória técnica do programa Jovens Urbanos. São Paulo: CENPEC, 2008, *mimeo*.

CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. Disponível em: <<http://www.cenpec.org.br/biblioteca/educacao/manuais-guias-e-cartilhas/guia-de-tecnologias-educacionais-2011>>. Acesso em: jul. 2014.

CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. *Programa Jovens Urbanos*. Disponível em: <<http://www.cenpec.org.br/programa-jovens-urbanos>>. Acesso em: jun. 2013.

DAYRELL, J.; NONATO, B. F.; DIAS F. V.; CARMO, H. C. Juventude e escola. In: *Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social 1999-2006*. Belo Horizonte: Argvmentvm, vol. 2, 2009, p. 57-126.

DEBERT, G. G. *A cultura adulta e a juventude como valor*. Revista Kairós, São Paulo, vol. 7, n. 2, 2004.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

\_\_\_\_\_. *Kafka para uma literatura menor*. Lisboa: Assírio Alvim, 2002.

DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DONZELOT, Jacques, 1984. *L'invention du social: essai sur le déclin des passions politiques*. Paris: Fayard, 1984.

EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO. *Jovens Urbanos em Minas Gerais*. 20 mai. 2014. Disponível em: <<http://www.educacaoeparticipacao.org.br/programas/programa-jovens-urbanos/116-programa-jovens-urbanos/noticias-programa-jovens-urbanos/663-jovens-urbanos-em-minas-gerais>>. Acesso em: jul. 2014.

ESPRO – Ensino Social Profissionalizante. Disponível em: <<http://www.espro.org.br/institucional/sobre-o-espro>>. Acesso em: jun. 2014.

FOUCAULT, M. Genealogia e poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992, p. 167-177.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. e R., Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, M. *Ditos e escritos: estratégia, poder-saber* (vol. IV). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. *Jovens Urbanos*, Disponível em: <[http://ww2.itaub.com.br/itausocial/site\\_fundacao/Juventude/JovensUrbanos.aspx](http://ww2.itaub.com.br/itausocial/site_fundacao/Juventude/JovensUrbanos.aspx)>. Acesso em: jul. 2014.

GOUVEIA, M. J. A. Um disparador da reflexão teórico-metodológica. In: GUARÁ, I. M. F. R. (org.). *Juventudes urbanas*. São Paulo: Cadernos CENPEC, 3 jul. de 2008, p. 9-11.

GUARÁ, I. M. F. R. (org.). *Juventudes urbanas*. São Paulo: Cadernos CENPEC, 3 jul. de 2008.

GUATTARI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

\_\_\_\_\_. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 1990.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

HAILER, M. *20 centavos*: livro resgata e discute as Jornadas de Junho. Revista Brasil de Fato, 30 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/27279>>. Acesso em: jun. 2014.

HALL, S. *A centralidade da cultura*: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação & Realidade, v. 22, n 2, jul./dez., 1997.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 2012, 348 p.

INSTITUTO CRIAR. Disponível em: <<http://www.institutocriar.org/capa/institucional/quem-somos/18/>>. Acesso em: jun. 2014.

JACOBI, P. *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1989.

JORGE, S.; BARRETO JR., I. Um retrato dos jovens urbanos que participaram do programa. *In*: GUARÁ, I. M. F. R. (org.). *Juventudes Urbanas*. São Paulo: Cadernos CENPEC, 3 jul. 2008, p. 85-91.

KAWAGUTI, L. *Protestos se espalham pelo Brasil com cenas de insatisfação e revolta*. BBC Brasil. 18 jun. 2013. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/06/130617\\_manifestacao\\_sp\\_lk.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/06/130617_manifestacao_sp_lk.shtml)>. Acesso em: jun. 2014.

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. *Viver em risco. Sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano*. *Novos estudos*, Paris, n. 63, jul. 2000.

KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, Coleção Trans, 1994, 152 p.

LAHIRE, B. *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. *The survival of capitalism*. Londres: Allison and Busby, 1976.

\_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

\_\_\_\_\_. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1995.

LYOTARD, J. F. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MAGNANI, J. G. C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, jun. 2002.

MARQUES, E. e BICHIR, R. *Estado e espaço urbano: revisitando criticamente as explicações sobre as políticas urbanas*. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, jun. 2001, p. 9-29.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio A. (org). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

MATIAS, J. A. Jovens Urbanos: um programa no qual todos aprendemos. In: GUARÁ, I. M. F. R. (org.). *Juventudes Urbanas*. São Paulo: Cadernos CENPEC, 3 jul. de 2008, p. 6-7.

MELLO, K. R. C. *Transporte urbano de passageiros: as contradições do poder público*. Tese de doutorado. Departamento de Geografia da FFLCH-USP, 1998, São Paulo.

MONTEIRO FILHO, M. *E o "gigante" segue em frente...* Revista Rolling Stone, 82 ed., julho de 2013. Disponível em: <<http://rollingstone.uol.com.br/edicao/edicao-82/e-o-gigante-segue-em-frente>>. Acesso em: jun. 2014.

NEGRÃO, J. J. *Para conhecer o neoliberalismo*. São Paulo: Publisher Brasil, 1998.

NOVAES, R. C. R.; CARA, D. T.; SILVA, D. M.; PAPA, F. C. (orgs.). *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude. Fundação Friedrich Ebert, 2006.

NOVAES, R. C. R. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: FREITAS, M. V. e PAPA, F. C. (orgs.). *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, Fundação Friedrich Ebert, 2003, p. 121-41.

\_\_\_\_\_. As juventudes e a luta por direitos. In: *Juventude e política*. Le Monde Diplomatique Brasil. São Paulo: Instituto Pólis, ano 6, n. 64, nov./2012, 39 p.

PAIS, J. M. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 2003.

PELBART, P. P. *Poder sobre a vida, potência da vida*. Revista Lugar Comum, n. 17, setembro 2001/ abril 2002, p. 33-43. Disponível em: <[http://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/113003120907Poder%20sobre%20a%20vida%20pot%C3%Aancia%20da%20vida%20-%20Peter%20P%C3%A11%20Pelbart.pdf](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113003120907Poder%20sobre%20a%20vida%20pot%C3%Aancia%20da%20vida%20-%20Peter%20P%C3%A11%20Pelbart.pdf)>. Acesso em: junho de 2014.

PERALVA, A. *O jovem como modelo cultural*. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: ANPED, n.5/6, 1997.

PMSP – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/fomentos/index.php?p=727>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. *Centro de apoio ao trabalho*. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/espaco\\_do\\_trabalhador/centro\\_de\\_apoio\\_trabalho/index.php?p=601](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/espaco_do_trabalhador/centro_de_apoio_trabalho/index.php?p=601)>. Acesso em: jun. 2014.

RIBEIRO, L. e LAGO, L. Crise e mudança nas metrópoles brasileiras: a periferação em questão. In: LEAL, M. C.; SABROZA, P. C.; RODRIGUES, R. H. (orgs.). *Saúde, ambiente e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Hucitec, 1992.

SANTOS, C. *Processo de crescimento e ocupação da periferia*. Rio de Janeiro: IBAM/CPU, 1982.

SANTOS, M. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/EDUC, 1994.

SANTOS, W. (coord). Nossas cidades são tecnologicamente medidas. In: GUARÁ, I. M. F. R. (org.). *Juventudes urbanas*. São Paulo: Cadernos CENPEC, 3 jul. de 2008, p. 75-81.

SANTOS, W.; ANDRADE, A.; SCHOLZ, C.; CARVALHO, M. C. B.; GOUVEIA, M. J. *Jovens Urbanos: sistematização de uma metodologia*. São Paulo: CENPEC, 2008, 79 p.

SARLO, B. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. *Índice Paulista de Vulnerabilidade Social 2000*. Disponível em: <[http://www.seade.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1163&Itemid=48](http://www.seade.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1163&Itemid=48)>. Acesso em: jun. 2013.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHOLZ, C.; CARVALHO, M. C. B.; GOUVEIA, M. J. A.; SANTOS, W. Jovem e trabalho. In: GUARÁ, I. M. F. R. (org.). *Juventudes urbanas*. São Paulo: Cadernos CENPEC, 3 jul. 2008, p. 65-71.

SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999a.

\_\_\_\_\_. *O que é, afinal, estudos culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 1999b.



SOJA, E. *Geografia pós-moderna: a reafirmação do espaço na teoria social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

SPOSITO, M. P. *Estudos sobre juventude em educação*. Revista Brasileira de educação, n. 6/7, 1997.

\_\_\_\_\_. (coord.). *Juventude e escolarização (1980-1990)*. Série Estado do Conhecimento. Brasília: MEC; INEP; Comped, 2002.

\_\_\_\_\_. (coord.). *Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social 1999-2006*. Belo Horizonte: Argumentvm, vol. 1 e 2, 2009a.

\_\_\_\_\_. A pesquisa sobre jovens na pós-graduação: um balanço da produção discente em educação, serviço social e ciências sociais (1999-2006). In: *Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social*. 1999-2006. Belo Horizonte: Argumentvm, vol. 1, 2009b, p. 17-56.

SPOSITO, M. P.; CORROCHANO, M. C. *A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil*. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 17, n. 2, p. 141-72, nov. 2005.

SPOSITO, M. P.; SILVA, H. H. C.; SOUZA, N. A. *Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas*. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 32, maio/ago. 2006.

SPOSITO, M. P.; TOMMASI, L. D; MORENO, G. G. Adolescentes em processo de exclusão social. In: *Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social 1999-2006*. Belo Horizonte: Argumentvm, vol. 1, 2009, p. 127-178.

SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora*. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2012.

SOUZA, R. M. *O discurso do protagonismo juvenil*. (tese de doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de Sociologia/ USP. Orientadora: Profa. Dra. Irene Cardoso, São Paulo, 2006, 350 p.

TELLES, V. S.; CABANES, R. (org.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006.

TELLES, V. S. *Mutações do trabalho e experiência urbana*. Revista Tempo Social. São Paulo, n. 1, vol. 18, 2006.

\_\_\_\_\_. *Medindo coisas, produzindo fatos, construindo realidades sociais*. São Paulo: Seminário Internacional sobre Indicadores Sociais para Inclusão Social, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social do programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP; PUC-SP, 15 e 16 de maio de 2003, mimeo, 13 pg.

\_\_\_\_\_. *Cidades, trajetórias urbanas, políticas públicas e proteção social: questões em debate*. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 104, pp. 773-793, out./dez. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282010000400011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282010000400011&script=sci_arttext)>. Acesso em: jul. 2013.

TOLEDO, L. F. *Passeata dos cem mil, caras pintadas e Movimento Passe Livre debatem 'Jornadas de Junho'*. O Estado de São Paulo, 13 dez. 2013. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,passeata-dos-cem-mil-caras-pintadas-e-movimento-passe-livre-debatem-jornadas-de-junho,1107798>>. Acesso em: jun. 2014.

TORRES, H.; MARQUES, E.; FERREIRA, M.; BITAR, S. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. *Estudos Avançados*, vol. 17, n. 47, 2003.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Representação no Brasil. *Políticas públicas de/para/com juventudes*. 2ª impressão. Brasília: UNESCO, 2004, 304 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001359/135923por.pdf>>. Acesso em: maio de 2013.

\_\_\_\_\_. *About this office*. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/>>. Acesso em: maio 2013.

USP – Universidade de São Paulo. *Estação Ciência*. Disponível em: <<http://www.prceu.usp.br/estacaociencia.php#.U7g2A765fIU>>. Acesso em: jun. 2014.

VEIGA-NETO, A. *Foucault & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VASCONCELLOS, L.; BIONDI, R. L.; MENEZES-FILHO, N. *Relatório de avaliação econômica: Jovens Urbanos*, 3ª edição. Segunda avaliação. São Paulo: Banco Itaú-Unibanco, Gerência de Avaliação de Projetos do Banco Itaú, 2012.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas

#### Duração aproximada: 40' cada entrevista

#### Foco 1 – A continuidade: o programa hoje

**Quem:** coordenador do programa que atua no CENPEC - também coordenou o programa na terceira edição.

- O estado atual do projeto: número de pessoas atendidas, de onde provêm, parcerias, financiamentos; dados sobre a quantidade e idades dos jovens (separados por gênero), perfil socioeconômico, família e evasão.
- Há um seguimento das trajetórias?
- O que mudou nas novas edições?
- Como você vê agora os fundamentos do programa?
- Na terceira edição, o programa teve uma participação feminina maior? Isso foi algo excepcional ou foi uma constante?
- Por que o nome Jovens Urbanos?
- O que é vulnerabilidade?
- Em que sentido o projeto reduz a vulnerabilidade dos jovens? Por quê?
- O programa é inovador?
- Em que sentido o programa inova?
- Qual é a sua avaliação do programa?

#### Foco 2 – As referências teóricas e técnicas do programa: a terceira edição

**Quem:** formuladores – ex-coordenadora de área do CENPEC

- Como foi trabalhar no Jovens Urbanos?
- Por que o nome Jovens Urbanos?
- Qual foi o alcance do programa na época?
- Porque considera que houve uma maior presença feminina que masculina no programa?
- Quais foram as escolhas fundamentais do programa em termos teóricos e técnicos?
- Como esses fundamentos nortearam as práticas?
- O que é vulnerabilidade social?
- Em que sentido o projeto reduz a vulnerabilidade dos jovens? Por quê?
- Em que sentido o programa inova?
- Qual é a sua avaliação do programa?

#### Foco 3 – As organizações sociais locais: ONG executoras

**Quem:** Duas ONG (um coordenador do distrito de Grajaú e outro do Lajeado)

- Como foi participar dessa edição?
- Como chegou ao programa (processo de seleção)?
- Como foram as ações de formação para o programa?
- O que é vulnerabilidade social?
- Quem eram aqueles jovens participantes? Mais mulheres que homens?
- Como avalia hoje aquela intervenção?
- Efeitos nos jovens (Quem eram esses jovens? Tem notícias dos jovens daquela época? Identifica impactos da formação na vida dos jovens?)

**Foco 4** – Os jovens egressos

**Quem:** cinco jovens participantes da terceira edição – três do distrito do Lajeado e dois do distrito do Grajaú.

- Coisas da vida atual: religião, casamento, filhos, trabalho (onde, como é), espaços de participação...
- Como foi participar do programa?
- Momento especial? Por quê?
- O que marcou? Relate uma situação marcante; relate uma situação desafiadora; relate uma situação negativa.
- Algo mudou depois do programa (família, futuro, percepção da cidade)?

**APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido (gestores)**

(sem confidencialidade)

Concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa intitulado “Jovens Urbanos: estudo de caso de um programa social para jovens moradores da metrópole paulistana” que tem como pesquisador responsável Aline Silva de Andrade, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, orientada por Flavia Inês Schilling.

O trabalho tem por objetivos: descrever olhares dos jovens durante suas experiências no programa com o intuito de apreender os sentidos das práticas sociais dirigidas às juventudes paulistanas, problematizando a ideia de vulnerabilidade social e segregação socioespacial; ii) identificar o jogo ambivalente de possibilidades e bloqueios para o acesso a uma vida urbana ampliada no que tange aos próprios objetivos do programa que, por meio da ampliação e qualificação das oportunidades de circulação e mobilidade na cidade – acesso a espaços, artefatos e recursos – almeja a expansão do repertório sociocultural de jovens expostos a vetores de risco e vulnerabilidade; iii) traçar indícios das formas pelas quais o programa alcança outra vertente sua, qual seja, o desenvolvimento, nos jovens, de capacidades para a produção de projetos criativos, capazes de mudar a realidade circundante, a expansão e qualificação de práticas cotidianas e de acesso ao mundo do trabalho e a novas experiências de escolarização/formação.

Minha participação consistirá em fornecer informações, por meio de entrevista, sobre o programa Jovens Urbanos e também dados, opiniões e percepções sobre aspectos da terceira edição do programa realizada de 2007 a 2008 nos distritos de Lajeado (Zona Leste) e Grajaú (Zona Sul).

Compreendo que este estudo tem finalidade de pesquisa, que os dados obtidos serão divulgados seguindo as diretrizes éticas da pesquisa, conforme a Resolução CNS 96/1996. Por considerar importante a divulgação de minha identidade, abro mão da confidencialidade e do anonimato. Sei que posso abandonar a minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento pela participação.

Local e data: \_\_\_\_\_

Nome e Assinatura: \_\_\_\_\_

**APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido (gestores)**

(com confidencialidade)

Concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa intitulado “Jovens Urbanos: estudo de caso de um programa social para jovens moradores da metrópole paulistana” que tem como pesquisador responsável Aline Silva de Andrade, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, orientada por Flavia Inês Schilling.

O trabalho tem por objetivos: descrever olhares de jovens durante suas experiências no programa com o intuito de apreender os sentidos das práticas sociais dirigidas às juventudes paulistanas, problematizando a ideia de vulnerabilidade social e segregação socioespacial; ii) identificar o jogo ambivalente de possibilidades e bloqueios para o acesso a uma vida urbana ampliada no que tange aos próprios objetivos do programa que, por meio da ampliação e qualificação das oportunidades de circulação e mobilidade na cidade - acesso a espaços, artefatos e recursos – almeja a expansão do repertório sociocultural de jovens expostos a vetores de risco e vulnerabilidade; iii) traçar indícios do modo pelo qual o programa alcança outra vertente sua, qual seja, o desenvolvimento, nos jovens, de capacidades para a produção de projetos criativos, capazes de mudar a realidade circundante, a expansão e qualificação de práticas cotidianas e de acesso ao mundo do trabalho e a novas experiências de escolarização/formação.

Minha participação consistirá em fornecer informações, por meio de entrevista, sobre o programa Jovens Urbanos e também dados, opiniões e percepções sobre aspectos da terceira edição do programa realizada de 2007 a 2008 nos distritos de Lajeado (Zona Leste) e Grajaú (Zona Sul).

Compreendo que este estudo tem finalidade de pesquisa, que os dados obtidos serão divulgados seguindo as diretrizes éticas da pesquisa, conforme a Resolução CNS 96/1996, com a preservação do anonimato dos participantes, assegurando, assim minha privacidade. Sei que posso abandonar a minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento pela participação.

Local e data: \_\_\_\_\_

Nome e assinatura: \_\_\_\_\_

**APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido (jovens)**

Concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa intitulado “Jovens Urbanos: estudo de caso de um programa social para jovens moradores da metrópole paulistana” que tem como pesquisador responsável Aline Silva de Andrade, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, orientada por Flavia Inês Schilling.

O trabalho tem por objetivos: descrever olhares de jovens durante suas experiências no programa com o intuito de apreender os sentidos das práticas sociais dirigidas às juventudes paulistanas, problematizando a ideia de vulnerabilidade social e segregação socioespacial; ii) identificar o jogo ambivalente de possibilidades e bloqueios para o acesso a uma vida urbana ampliada no que tange aos próprios objetivos do programa que, por meio da ampliação e qualificação das oportunidades de circulação e mobilidade na cidade - acesso a espaços, artefatos e recursos – almeja a expansão do repertório sociocultural de jovens expostos a vetores de risco e vulnerabilidade; iii) traçar indícios do modo pelo qual o programa alcança outra vertente sua, qual seja, o desenvolvimento, nos jovens, de capacidades para a produção de projetos criativos, capazes de mudar a realidade circundante, a expansão e qualificação de práticas cotidianas e de acesso ao mundo do trabalho e a novas experiências de escolarização/formação.

Minha participação consistirá em fornecer, por meio de entrevista, informações, opiniões e percepções sobre minha participação na terceira edição do programa realizada de 2007 a 2008 nos distritos de Lajeado (Zona Leste) e Grajaú (Zona Sul).

Compreendo que este estudo tem finalidade de pesquisa, que os dados obtidos serão divulgados seguindo as diretrizes éticas da pesquisa, conforme a Resolução CNS 96/1996, com a preservação do anonimato dos participantes, assegurando, assim, minha privacidade. Sei que posso abandonar a minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento pela participação.

Local e data: \_\_\_\_\_

Nome e assinatura: \_\_\_\_\_